

PSICOLOGIA CLÍNICA

Família, sociedade e cultura: intervenções teórico-clínicas

33.1

PSICOLOGIA CLÍNICA

Família, sociedade e cultura: intervenções teórico-clínicas

33.1

EDITORES RESPONSÁVEIS

Breno Sanvicente-Vieira
Esther Maria de M. Arantes

EDITORES ASSOCIADOS

Andrea Seixas Magalhães
Lidia Levy de Alvarenga
Luciana Fontes Pessôa
Perla Klautau
Rebecca Nonato Machado
Thomas Eichenberg Krahe

COMISSÃO EXECUTIVA

Breno Sanvicente-Vieira
J. Landeira-Fernandez

SECRETÁRIO EXECUTIVO: *Francisco Wellington Barreto*

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA: *Vera Lúcia L. da Silva*

REVISÃO: *Claudio R. C. Faria*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Ingroup Tecnologia e Serviços Ltda.*

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Wagner, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Alberto Konicheckis, Université Paris Descartes – Paris V, Paris, França
Ana Maria Rudge, UVA, Rio de Janeiro, Brasil
Cleonice Alves Bosa, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Eduardo João Ribeiro dos Santos, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Fernando Urribarri, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina
Ilana Strozenberg, ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil
Jefferson Machado Pinto, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
Jurandir Freire Costa, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Augusto M. Celes, UnB, Brasília, Brasil
Luiz Eduardo Prado de Oliveira, Université de Bretagne Occidentale, Brest, França
Maria Consuelo Passos, UNICAP, Recife, Brasil
Maria da Graça Bompastor Borges Dias, UFPE, Recife, Brasil
Marta Gerez Amberlin, Universidad Nacional de Tucumán, San Miguel de Tucumán, Argentina
Nelson da Silva Junior, USP, São Paulo, Brasil
Pierre Benghazi, Université Paris 8 – Vincennes St Denis, Paris, França
Renato Mezan, PUC-SP, São Paulo, Brasil
Roland Gori, Université de Provence Aix-Marseille I, Marseille, França
Silvia Helena Koller, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Silvia Maria Abu-Jamra Zornig, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil
Teresa Cristina Carreteiro, UFF, Niterói, Brasil

Apoio:



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da PUC-Rio

PSICOLOGIA CLÍNICA. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 33 nº 1, jan-abr/2021
CDD.157.9

ISSN: 0103-5665 (impresso)

ISSN: 1980-5438 (online)

MISSÃO DO PERIÓDICO

Divulgar trabalhos originais na área da Psicologia Clínica, contribuindo para a qualidade da pesquisa, para a produção de conhecimento e para a consolidação desse campo no Brasil.

LINHA EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* é uma publicação quadrimestral de trabalhos originais que se enquadram em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área de psicologia clínica.

HOMEPAGE:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5665

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

NACIONAIS:

INDEX PSI www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME lilacs.bvsalud.org

QUALIS (A2) www.periodicos.capes.gov.br

INTERNACIONAIS:

CLASE dgb.unam.mx/index.php/catalogos/seriunam

Latindex www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=17689

PsycINFO www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/coverage.aspx#P

Redalyc www.redalyc.org/revista.oa?id=2910

EBSCO www.ebscohost.com/titleLists/foh-coverage.htm

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea
22453-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (55 21) 3527-2109
Fax: (55 21) 3527-1187
E-mail: psirevista@puc-rio.br

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL 9

ARTIGOS – FAMÍLIA, SOCIEDADE E CULTURA: INTERVENÇÕES TEÓRICO-CLÍNICAS

ARTICLES – FAMILY, SOCIETY AND CULTURE: THEORETICAL-CLINICAL INTERVENTIONS

ARTÍCULOS – FAMILIA, SOCIEDAD Y CULTURA: INTERVENCIONES TEÓRICO-CLÍNICAS

CARE AMONG SIBLINGS AND REPERCUSSIONS OF GENERATIONAL
TRANSMISSION ON THE SIBLING GROUP

Cuidado entre irmãos e repercussões da transmissão geracional na
fratria

Cuidado entre hermanos y repercusiones de la transmisión
generacional en la fratría

Andrea Seixas Magalhães

Mayla Cosmo Monteiro

Renata Mello

Rebeca Nonato Machado

Terezinha Féres-Carneiro 13

OS PROCESSOS IDENTIFICATÓRIOS NA CONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE

The identification processes in the constitution of fatherhood

Los procesos identificatorios en la constitución de la paternidad

Evandro de Quadros Cherer

Andrea Gabriela Ferrari

Cesar Augusto Piccinini 35

“NO AR” E NAS RUAS: PAJUBÁ E HUMOR ENTRE TRAVESTIS DO INTERIOR DE SÃO PAULO

“In the air” and on the streets: Pajubá and humor among transvestites from a city in São Paulo state

“En el aire” y en las calles: Pajubá y humor entre travestis del interior de São Paulo

Ana Paula Leivar Brancaloni

Daniel Kupermann 57

SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CULTURA E DA EXPERIÊNCIA NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

On the importance of culture and experience in mental health care

Sobre la importancia de la cultura y la experiencia en el cuidado de la salud mental

Eduardo Rocha Zaidhaft

Francisco Ortega 79

AValiação e Acompanhamento de um Treinamento de HABILIDADES SOCIAIS (THS) EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Evaluation and follow-up of a Social Skills Training (SST) with elementary school children

Evaluación y follow-up de un Entrenamiento de Habilidades Sociales (EHS) en niños de la enseñanza fundamental

Marisangela Siqueira de Souza

Adriana Benevides Soares

Clarissa Pinto Pizarro Freitas..... 95

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR DESENVOLVIDO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA Family guidance program developed in the applied psychology service of a public university Programa de orientación familiar desarrollado en el servicio de psicología aplicada de una universidad pública <i>Patricia Lorena Quiterio</i> <i>Vanessa Barbosa Romera Leme</i> <i>Marwin Machay Indio do Brasil do Carmo</i> <i>Jennifer Pires da Silva</i> <i>Bruna de Lima Camelo</i>	119
SUBLIMINAL THOUGHT ACCORDING TO SABINA SPIELREIN'S PSYCHOANALYTIC THEORY O pensamento subliminar segundo a teoria psicanalítica de Sabina Spielrein El pensamiento subliminal según la teoría psicoanalítica de Sabina Spielrein <i>Fátima Caropreso</i>	141
RÉSON: RUÍDO, RESSONÂNCIA E RAZÃO SIGNIFICANTE NA CLÍNICA PSICANALÍTICA <i>Réson: Noise, resonance and significant reason in the psychoanalytic clinic</i> <i>Réson: Ruido, resonancia y razón significativa en la clínica psicoanalítica</i> <i>Luis Achilles Rodrigues Furtado</i>	161
CORPO E FINITUDE: IMAGEM CORPORAL E RESTAURAÇÃO NARCÍSICA Body and finitude: Body image and narcissist restoration Cuerpo y finitud: Imagen corporal y restauración narcisista <i>Anna Carolina Lo Bianco</i> <i>Juliana Castro-Arantes</i>	185

EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* apresenta seu nº 33.1, intitulado “Família, sociedade e cultura: intervenções teórico-clínicas”. Esta publicação se compõe de nove artigos, reunidos numa única seção, mesmo que não seja um fascículo temático especial. É com prazer que constatamos tais conexões temáticas, embora o escopo dos trabalhos que recebemos seja amplo. Por ser um número publicado com trabalhos aceitos às vésperas do princípio da pandemia, um dado interessante é a valorização do contexto social no funcionamento psicológico, que já era presente e, provavelmente, destacar-se-á ainda mais no futuro em reflexo das múltiplas transformações por que o mundo passa agora.

Abrindo a edição, o trabalho intitulado *Care among siblings and repercussions of generational transmission on the sibling group*, produto de uma parceria carioca entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta um estudo empírico, com metodologia qualitativa, sobre repercussões transgeracionais relacionadas ao cuidado entre irmãos. As autoras da PUC-Rio são as doutoras Andrea Seixas Magalhães, Mayla Cosmo Monteiro, Rebeca Nonato Machado e Terezinha Féres-Carneiro, que colaboraram com a doutora Renata Mello, da UFRJ.

Na sequência, o segundo artigo apresentado, *Os processos identificatórios na constituição da paternidade*, teve como objetivo investigar a constituição da paternidade, concluindo que ela não se encontra circunscrita ao momento do nascimento de um filho/a, senão que se encontra articulada à história subjetiva paterna, em especial no que diz respeito aos processos identificatórios em relação às figuras parentais. Produzido por Evandro de Quadros Cherer (Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, UNICEPLAC, DF), Andrea Gabriela Ferrari e Cesar Augusto Piccinini (ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS), o trabalho é um estudo de caso sobre a constituição da paternidade.

O terceiro artigo da edição é um interessante trabalho que realiza uma interpretação teórica à luz da psicanálise sobre uma realidade peculiar: a produção do humor entre travestis que passam por grande vulnerabilidade social. Os autores Ana Paula Leivar Brancaleoni (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP) e Daniel Kupermann (Universidade de São Paulo, USP) apresentam o artigo “*No ar*” e nas ruas: *Pajubá e humor entre travestis do interior de São Paulo*.

Eduardo Rocha Zaidhaft (Universidade Estácio de Sá, RJ), em colaboração internacional com Francisco Ortega (Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha), produziram o quarto artigo da edição: *Sobre a importância da cultura e da experiência no cuidado em saúde mental*. O trabalho é uma revisão narrativa sobre as perspectivas do entendimento de saúde mental em função da diversidade cultural.

O quinto artigo, intitulado *Avaliação e acompanhamento de um Treinamento de Habilidades Sociais (THS) em crianças do ensino fundamental*, apresenta os resultados de uma pesquisa que teve por objetivo avaliar os ganhos dos alunos que participaram de um Treinamento de Habilidades Sociais (THS), bem como a manutenção desses resultados. Marisangela Siqueira de Souza (Universidade Salgado de Oliveira, Univer- so, RJ), Adriana Benevides Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, e Universo) e Clarissa Pinto Pizarro Freitas (PUC-Rio), as autoras do estudo, conclu- íram que os escolares se beneficiaram da intervenção e que os ganhos nas diferentes dimensões cognitivas e comportamentais se mantiveram estáveis ao longo do tempo.

Na sequência, partindo do pressuposto que práticas educativas consideradas ina- dequadas e déficit de habilidades sociais educativas no contexto familiar podem funcionar como fatores de risco para o desenvolvimento infantil, o artigo intitulado *Programa de orientação familiar desenvolvido no serviço de psicologia aplicada de uma universidade públi- ca*, de autoria de Patricia Lorena Quiterio, Vanessa Barbosa Romera Leme, Marwin Ma- chay Indio do Brasil do Carmo, Jenniffer Pires da Silva e Bruna de Lima Camelo (todas da UERJ e a última também do Instituto Nacional do Câncer, INCA, RJ), apresenta os resultados de uma intervenção exploratória (Grupo de Orientação Familiar), que teve por objetivo promover práticas parentais e habilidades educativas consideradas adequadas.

O sétimo trabalho desta edição é uma revisão dedicada às proposições da psicanalista russa Sabina Spielrein, que em seus trabalhos dedicou-se, por meio da teoria psicanalítica, a interpretar dados linguísticos e propor formulações do pensa- mento subliminar. Assim, sendo a linguagem um processo primordial envolvido na comunicação, uma ferramenta básica da socialização, o trabalho *Subliminal thought according to Sabina Spielrein's psychoanalytic theory*, de autoria de Fátima Caropreso (Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, MG) traz uma perspectiva diferente sobre o fenômeno do pensamento subliminar.

Na sequência, outro trabalho teórico, sob a ótica da psicanálise e debruça- do em mecanismos de comunicação, é apresentado por Luis Achilles Rodrigues Furtado (Universidade Federal do Ceará, UFC). O artigo intitulado *Réson: Ruído, ressonância e razão significativa na clínica psicanalítica* traz reflexões sobre a música e o som em indivíduos com transtorno do espectro autista.

Fechando este número da revista *Psicologia Clínica*, voltado para interven- ções e proposições teóricas que articulam produções subjetivas e contextos sociais, e neste caso, sob a ótica da psicanálise, Anna Carolina Lo Bianco (UFRJ) e Juliana Castro-Arantes (INCA) apresentam o artigo *Corpo e finitude: Imagem corporal e restauração narcísica*, que investiga as alterações do corpo e o que elas suscitam em termos das intervenções clínicas que se podem estabelecer a partir daí.

Breno Sanvicente-Vieira

ARTIGOS

Família, sociedade e cultura: intervenções teórico-clínicas

Care among siblings and repercussions of generational
transmission on the sibling group

Os processos identificatórios na constituição da paternidade

“No ar” e nas ruas: Pajubá e humor entre travestis do interior de São Paulo

Sobre a importância da cultura e da experiência no cuidado em saúde mental

Avaliação e acompanhamento de um Treinamento de Habilidades
Sociais (THS) em crianças do ensino fundamental

Programa de orientação familiar desenvolvido no serviço de
psicologia aplicada de uma universidade pública

Subliminal thought according to Sabina Spielrein's psychoanalytic theory

Réson: Ruído, ressonância e razão significante na clínica psicanalítica

Corpo e finitude: Imagem corporal e restauração narcísica

CARE AMONG SIBLINGS AND REPERCUSSIONS OF GENERATIONAL TRANSMISSION ON THE SIBLING GROUP

*CUIDADO ENTRE IRMÃOS E REPERCUSSÕES DA
TRANSMISSÃO GERACIONAL NA FRATRIA*

*CUIDADO ENTRE HERMANOS Y REPERCUSIONES DE
LA TRANSMISIÓN GERACIONAL EN LA FRATRIA*

Andrea Seixas Magalhães ⁽¹⁾

Mayla Cosmo Monteiro ⁽²⁾

Renata Mello ⁽³⁾

Rebeca Nonato Machado ⁽⁴⁾

Terezinha Féres-Carneiro ⁽⁵⁾

RESUMO

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre fratrias e rede familiar. Teve-se como objetivo investigar o cuidado entre irmãos e repercussões da transmissão geracional na fratria. Utilizou-se metodologia clínico-qualitativa, centrada em entrevistas clínicas preliminares com famílias no período de avaliação familiar. Os dados clínicos foram coletados no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade privada carioca. Participaram da pesquisa 14 famílias, com as seguintes configurações: quatro casadas, quatro recasadas, três monoparentais e três separadas. Constatou-se que tanto o reduzido investimento parental quanto a sobrecarga nos cuidados familiares dificultam o estabelecimento de uma relação parento-filial mais promotora de saúde, muitas vezes levando à parentalização de um ou mais filhos, com atribuição de funções parentais a eles. Falhas na apropriação psíquica de elementos da transmissão geracional também repercutem na

⁽¹⁾ Professora Associada do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), RJ, Brasil. andream@puc-rio.br

⁽²⁾ Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), RJ, Brasil. mayla.cosmo@uol.com.br

⁽³⁾ Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, Brasil. renatamello@gmail.com

⁽⁴⁾ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), RJ, Brasil. recanm@gmail.com

⁽⁵⁾ Professora Titular do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), RJ, Brasil. teferca@puc-rio.br

Este trabalho é produto de pesquisa da primeira autora, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 306126/2015-0.

constituição do vínculo fraterno, dificultando a construção de laços familiares solidários e o estabelecimento de práticas salutaras de cuidado entre os irmãos.

Palavras-chave: irmãos; família; transmissão psíquica entre gerações; psicoterapia familiar; cuidado familiar.

ABSTRACT

This research is part of a broader study concerning siblings and the family network. Its objective was to investigate care among siblings and the repercussions of generational transmission on the sibling group. It employed clinical-qualitative methodology, centered on preliminary clinical interviews with families during the family assessment period. Clinical data were gathered at the Applied Psychology Service of a private university in Rio de Janeiro. The 14 families who took part in the study had the following configurations: four married-couple families, four stepfamilies, three single-parent families and three separated-parent families. We observed that both reduced parental investment and excessive family-care workload made it difficult to establish a more health-promoting parent-child relationship, often leading to the parentification of one or more of the children, with the assignment of parental functions to them. Flaws in the psychic assimilation of elements of generational transmission also influence in the creation of sibling bonds, inhibiting the development of family ties of solidarity and the establishment of healthy care practices among siblings.

Keywords: siblings; family; intergenerational psychic transmission; family therapy; family care.

RESUMEN

Este estudio es parte de una investigación más amplia sobre fratrías y redes familiares. El objetivo fue investigar el cuidado entre hermanos y las repercusiones de la transmisión generacional en la fratría. Se utilizó metodología clínico-cualitativa, centrada en entrevistas clínicas preliminares a las familias durante el período de evaluación familiar. Los datos clínicos se recolectaron en el Servicio de Psicología Aplicada de una universidad privada en Rio de Janeiro. Catorce familias participaron en la investigación, con las siguientes configuraciones: cuatro casadas, cuatro vueltas a casar, tres monoparentales y tres separados. Se encontró que tanto la menor inversión de los padres como la sobrecarga por los cuidados con la familia dificultan el establecimiento de una relación entre padres e hijos que promueva la salud, lo que a menudo conduce a la crianza de uno o más hijos

con atribución de las funciones parentales a ellos. Las fallas en la apropiación psíquica de elementos de transmisión generacional también inciden en la constitución de un vínculo fraterno, dificultando la construcción de lazos familiares solidarios y el establecimiento de prácticas de cuidado saludable entre los hermanos.

Palabras clave: hermanos; familia; transmisión psíquica entre generaciones; psicoterapia familiar; cuidado familiar.

Introduction

The sibling relationship stands out among the longest-lasting significant relationships (Carr & Wilders, 2016; Lewin & Sharp, 2018); it may encompass blood siblings, half-siblings, adopted siblings and socio-affective siblings, those who have lived together in the same family or have been raised together, often brought into the family by stepfathers and stepmothers (Dantas et al., 2019). Among family ties, in contrast to marital intersubjective ties, which are dissoluble, sibling ties are indissoluble, as are parental ties (Ziviani et al., 2012). The individuals may distance themselves physically and emotionally from their siblings, but the psychic ties between them will always be determinants of their subjective positions.

The sibling group is important for the satisfaction of needs at different moments in the life cycle (Bowman et al., 2014), such as during a marital separation, the loss of a loved one or an adoption process (Haxhe et al., 2018). One's sibling holds the place of one's equal in the family, playing an important role in a child's identification and socialization processes. In families, the children come to identify not only with the parental figures, in vertical relationships, but also with the figures that are similar to themselves, in horizontal relationships (Muniz & Féres-Carneiro, 2012).

The sibling group forms a family subsystem that shares its own psychological dimension. This dimension goes beyond a mere association of subjectivities, encompassing family memories inherited through generational transmission (Jaitin, 2001, 2003; Kaës, 1993, 2008). A sibling's arrival in the family leads an existing child to relinquish their position as the mother's privileged object, favoring differentiation between real and imaginary, as well as interchange between individual and group psychological realities, in their familial, social and cultural dimensions (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007). According to Jaitin (2001), the more a sibling contributes to familial psychic interchanges, the more we may speak of the sibling relationship as constitutive of the psychic apparatus.

The psychoanalytic literature on the subject of family indicates the structuring nature of the sibling function, emphasizing the intergenerational exchanges, the provision of identity models and the possibility of the moderate release of aggressiveness in the sibling group (Benghozi & Féres-Carneiro, 2001; Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011; Kaës, 2008; Kancyper, 2004). The playful exchanges that occur in the sibling group favor the transmission of generational psychic content (Eiguer, 2001). The experiences shared among siblings promote horizontal identifications and are complementary to vertical identifications, which are mainly represented by parental ideals.

Family psychodynamics are established based on an intersubjective matrix, with the family being a privileged means of transmitting psychic life between generations (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004). In the field of family-related studies, we come across diverse facets of generational psychic transmission in which the sibling group plays an important role. “Transmit” may mean the transfer of psychic objects, of ideas and of affects between persons, groups and generations. Kaës (2001) emphasized the diversity of meanings of the concept of transmission in Freud’s works: transference; heredity or inheritance; communication by contagion; and other meanings. In order to understand the transmission of the psyche between individuals, and between generations, it is important to understand the role of the other in the formation of the individual’s psyche.

Parents play a central role in the process of psychic transmission. Freud (1914/1996) called attention to parents’ desire to achieve their dreams through their children; he also discussed the transference of positions and signifiers in the transmission process. He stressed that the subject is, in himself, his own end, but he is connected to a generational current as a transmission link, being an inheritor of the current. There is an urgent need to transmit, under the influence of an irresistible psychic imperative (Kaës, 2001). This need results from narcissistic demands and from the continuity of psychic life; transfer-transmit to others what cannot be retained in the subject himself. In the family group, the privileged cradle of intersubjectivity, inter-psychic exchanges occur and primary object relations are established.

Identification and psychic transmission are interconnected processes. In order for a trait to be transmitted, the subject needs to identify with another subject. Intersubjective transmission happens by way of the subject’s identification with the desire or symptom of the other; what is transferred from one to the other is a common unconscious trait (Eiguer, 1998; Kaës, 2001). In this sense, parenthood affects the sibling group via transmission through the parents’ identification with the children, with singular effects on each child and on the

relationship between siblings, generating rivalries and/or solidarities (Magalhães, Monteiro & Dantas, 2019).

Flaws in the familial intersubjective matrix, often caused by generational transmission of poorly elaborated content, frequently lead to an excessive workload in the caregiving within the family. The transmission of poorly elaborated psychic content is often reflected in the precarious manner in which parental roles are played, emotionally overburdening children and adolescents. By way of identity games (role-playing), siblings come to play familial roles with the aim of assimilating the non-elaborated psychic inheritance, often exercising parental functions while caring for siblings. Olson and Gariti (1993) pointed out that parents who demand parental care from their children often did not receive such care from their own parents. This may also occur when the parents or guardians become mentally ill (Magalhães & Féres-Carneiro, 2015). We emphasize, however, that there are countless sociocultural factors that also contribute to overburdening care in a family.

Caregiving within the family is a central task, involving not only instrumental aspects related to the survival, physical health and education of family members, but also psychological aspects related to emotional health. Caregiving among siblings is learned in family interactions, including physical interactions, playful interactions, support to perform tasks, and protection (Carvalho, 2000). Sociocultural factors may lead to an excessive care workload among siblings, which frequently occurs in families in a socioeconomically precarious situation, single-parent families or in which one of the parents is absent, families with many siblings (Dellazzana-Zanon et al., 2014), and families in which one of the siblings has some disability (Soares et al., 2009). In addition to such factors, sibling gender, birth order and age gap also influence the determination of the caregiver sibling role (Dellazzana & Freitas, 2010; Burton, 2007; Freitas et al., 2009; Prino et al., 2019).

Caregiving among siblings may happen in extraordinary situations and for short periods of time, especially when older siblings care for younger ones. Such care is an important learning experience in terms of the socialization of children and adolescents, without negatively affecting their mental and emotional development. Nonetheless, there are occasions in which they must take on such responsibilities too early in life, before they are mature enough, and sometimes the caregiver children or adolescents do not have sufficient internal resources to avoid interferences in their own development or to adequately protect their siblings (Magalhães, Féres-Carneiro et al., 2019). When families are incapable of fulfilling their emotional functions and are neglectful as to their educational

role, shifting parental responsibilities to children and adolescents, causing them significant mental harm and interfering with their individualization processes and self-esteem, parentification veers in a pathological direction (Mello et al., 2016). When it is based on experiences that provide resources to overcome life's difficulties, parentification can benefit the maturation process and is deemed constructive. However, when negative factors that expose a child to vulnerability and helplessness prevail, parentification causes emotional harm and is deemed destructive (Mello et al., 2020).

In clinical practice with families in precarious socioeconomic contexts, we have observed efforts by children and teenagers to exercise familial functions with a great emotional overburden and a strong impact on sibling relationships (Magalhães et al., 2017; Magalhães, Féres-Carneiro et al., 2019). Transmission of parental functions to the children is often repeated across many generations, establishing a cycle of familial emotional helplessness. In light of this scenario, and considering the relevance of clinical research regarding the formation of the fraternal bond in the face of the weaknesses shown by these families, the objective of this study was to investigate care among siblings and the repercussions of generational transmission on the sibling group.

Method

This study employed a clinical-qualitative methodology (Turato, 2003). The data was collected at the Applied Psychology Service of a private university in Rio de Janeiro by family therapy trainees during the family assessment period. Family assessment prior to psychotherapeutic treatment itself is part of the clinic school's routine.

Participants

The 14 families who took part in the study had at least two and at most six children, of various ages. They belong to Rio de Janeiro's lower and lower-middle classes and present the following configurations: four married or civil-union couple families, four stepfamilies, three separated-parent families and three single-parent families. The criterion for the inclusion of the families was to have siblings living together.

Instruments and procedures

The data collection instruments we employed were the following: preliminary clinical interviews and the Structured Family Interview (SFI) (Féres-Carneiro, 2005). The interviews were conducted during the family assessment period, which consists of approximately four to six sessions. The record of the interviews followed the clinical report model, and the SFI was recorded and later transcribed.

Ethical considerations

The present research was approved by the Research Ethics Committee of the institution in which it was conducted (File No. 2017-03). The characteristics of the Applied Psychology Service as a clinic school are initially explained to the patients, who are also informed about the confidentiality of their identities. All participants signed an informed consent form, authorizing the use of their data for the purpose of teaching, research and publication.

Results and discussion

Subsequent to selecting the clinical material, we performed intra-family and inter-family analyses; that is, each family's material was initially analyzed separately, and subsequently jointly. Seven clinical categories emerged from the analyses: *Repercussions of parenting on the sibling group*; *Rivalry/Solidarity and conflict*; *The sibling relationship*; *Care among siblings*; *Generational transmission*; *The sibling group and network*; and *The sibling group and demand*. In light of this study's objective – to investigate care among siblings and the repercussions of generational transmission on the sibling group – we will present and discuss three of the categories: *The sibling relationship*, *Care among siblings* and *Generational transmission*. The remaining categories have been discussed in other, published scientific studies.

Intra-family analyses

The results of the intra-family analyses indicate correlations between sibling caregiving, generational transmission in the sibling group and the sibling

relationship; the correlations became evident during the family assessments of the participating families and are summarized below.

Married-Couple Family 1: Mother (age 45) and two daughters (ages 7 and 13). The mother feels overburdened with family care and excessively worried about the mental health of her youngest daughter, above all. The father (age 35), a chemical dependent who suffers from psychiatric disorders, did not show up for the preliminary sessions. According to the mother's report, he participates neither in family care nor in supporting the family, providing insignificant parental investment. The two daughters are emotionally detached and they frequently discredit each other. The fear of transmission of the father's mental illness weighs heavily on the family.

Married-Couple Family 2: Father (age 45), mother (43) and two daughters (23 and 10). Subsequent to the older daughter's discovery of an episode of marital infidelity on the part of the father, a conflict in family loyalty arose and a split in the sibling group occurred: The older daughter took sides with the mother and the younger daughter allied with the father. As a result, the daughters became emotionally detached from each other, with the older daughter rarely helping to care for her little sister. The marital infidelity experienced by the parents affects the sibling group via transmission, to the daughters, of the parents' mutual emotional detachment.

Married-Couple Family 3: Father (age 45), mother (31) and two sons (21 and 10). The debilitation and difficulty of emotional expression between the parents are generationally transmitted and laid, above all, in the older son. Conflicts between the mother and her own brother also contribute to the generational transmission of emotional detachment to the siblings. The father and the two sons form a subsystem with fraternal characteristics in which the relationships are more horizontal. The mother exercises the parental function with scarce support from the father in caring for the family. The older brother, who exhibits a certain emotional dullness, assumes parental functions of instrumental care for his younger brother, seeking to compensate for the father's trivial participation.

Married-Couple Family 4: Mother (age 45) and her three daughters (25, 22 and 10). The father (age 48) offers little parental support and does not take part in the sessions. The older daughter is stricken by an autoimmune disease, requiring special care and emotional attention, above all. The younger daughters form alliances to discredit the oldest daughter and compete for the mother's love. In the sibling group, there are many conflicts and rivalries related to complaints about the excessive workload of caring for the oldest sister.

Stepfamily 1: The father (age 29) and mother (29) are divorced. They have two children, a boy (9) and a girl (7). The stepfather (age 30) also took part in the preliminary sessions. The boy presents conflicts related to gender identity and suicidal ideation associated with fights with his sister. The relationship between the siblings is affected by hidden conflicts related to the appropriation of family values transmitted by the paternal family, which exhibits extremely biased attitudes towards gender roles.

Stepfamily 2: The father (age 65) and mother (62) together had one son (22) and one daughter (18). The sibling group also consists of two other brothers (36 and 34), from the mother's first marriage, and one sister (32), from the father's previous marriage. Interactions between the members of the family are full of verbal and physical aggressions. The issues mainly center on caring for the oldest brother, who is stricken with alcoholism. In the psychodynamics of the stepfamily, one observes that some content regarding traumatic family experiences related to the previous, dissolved marriages was unconsciously denied and transmitted, affecting the sibling relationships.

Stepfamily 3: Mother (age 57), two sons (32 and 30) and one daughter (26). The oldest son died 20 years ago, at the age of 18; he was a drug user and was murdered. The second son (age 32) also suffers from chemical dependence. All of the children were born of the first marriage of the mother, who remarried and lost contact with the children's father early on. The stepfather did not attend the sessions. Here, we are dealing with an adult sibling group that seeks psychotherapy in order to solve problems with the mother. They consider her to be financially out of control and excessively dedicated to religious work. One observes difficulties in the organization of family caregiving with respect to the second son, with emotional and financial overburdening of the third son. Grief over the traumatic loss of the oldest brother was poorly elaborated. Traumatic traits were transmitted in the family and evidenced through the second son's symptoms, causing conflicts between the siblings.

Stepfamily 4: Father (age 41), mother (38) and two sons (6 and 8), the former being the son of the couple; and the latter, the fruit of a previous episodic relationship of the mother's. The older son was raised by the stepfather, whom the boy, since a very early age, has considered his father. The father exhibits emotional insecurity and projects his emotional issues mainly onto the younger son, overprotecting him. Differences in the treatment of the brothers are related to difficulties in elaborating the differentiation between the couple and their families of origin.

Single-Parent Family 1: Mother (age 35) and daughter (8). The father has never lived with the daughter, but pays child support. He has another daughter of the same age, the fruit of another episodic relationship. He maintains affective contact with this other daughter, but he neither helps to care for her nor pays child support. They all live in the same favela in Rio de Janeiro. The two sisters were raised separately, sharing a relationship that is simultaneously friendly and ambivalent: On the one hand, they are friends; on the other, they dispute for their father's love. There are countless gaps in the appropriation of the paternal family history; familial psychic transmission is obliterated.

Single-Parent Family 2: Mother (age 30) and her five children: three sons (16, 14 and 6) and two daughters (12 and 5). The mother, who is aggressive and impatient with her children, received negligent care during her own childhood. The sibling group is made up of well-defined subsystems: The oldest son lives with his grandmother; the 14-year-old son and the 12-year-old daughter are very close, especially because they shared traumatic experiences related to sexual abuse in childhood; and the youngest siblings spend most of the week in a home for children. To a large extent, caregiving in the family is pulverized in the family network by issues related to the family's precarious living conditions. Parental investment is fragile, and the siblings perform parental functions in terms of mutual care, with strong indications of parentification.

Single-Parent Family 3: Mother (age 41), daughter (16) and son (8). The father is absent. The mother feels overburdened and unrecognized in terms of caring for the family. The son exhibits aggressive behavior and episodes of encopresis. The daughter recognizes that he needs help, often assuming a parental role in relation to him.

Separated-Parent Family 1: Mother (age 46) and her six children: three daughters (13, 10 and 9) and three sons (26, 22 and 7). Only the four youngest siblings showed up for the sessions. All of them exhibit speech and learning difficulties, as does the mother, but the main concern is the youngest child. He receives special care from the mother, who overprotects him, and from his siblings, who are his spokespersons, translating his speech or speaking for him. The mother suffered abandonment and negligence in childhood and makes enormous efforts, with great parental investment, to transform the traumatic inheritance transmitted.

Separated-Parent Family 2: Father (age 50), son (14) and daughter (12). The father feels overburdened in caring for the children and experiences parenting difficulties. The mother, who rarely interacts with the two adolescents, has other children from other relationships. Associated with the depressive state un-

derlying the father's alcoholism, devitalization of the paternal figure affects the sibling group, which is also extremely devitalized. The siblings have a very empty emotional relationship and there is no mutual support. The father repeats the pattern of low parental investment transmitted in his family of origin. Although the paternal grandmother and aunt live on the same lot, family relations are very emotionally detached.

Separated-Parent Family 3: Paternal grandmother (age 66), father (40), mother (28) and two daughters (10 and 8). The grandmother is the main person responsible for caring for her granddaughters and she feels overburdened. The mother suffers from chemical dependency, and the father is rarely present in his daughters' day-to-day lives. The relationship between the two sisters greatly worries the grandmother, for they are always fighting with each other. The older sister allies with the mother, while the younger sister allies with the grandmother, reproducing generationally transmitted family conflicts.

Inter-family analyses

Sibling relationship

The *Sibling relationship* category encompasses three dimensions of the sibling bond: the dimension involving the common parentage of the individuals called siblings/half-siblings; that of the relationship between the siblings, which can be distant or close, cold or warm, friendly or hostile; and the unconscious dimension related to the sibling complex, as postulated by Kaës (1993, 2008). According to Kaës, the sibling complex defines the fundamental organization of loving, narcissistic and object-based, hateful and aggressive desires in relation to one's sibling(s) and also incorporates itself into the structure of intersubjective relations organized by the unconscious representation of positions occupied by the subject, the sibling in relation to the object of desire of the mother and/or father. Furthermore, the sibling complex plays a fundamental role in structuring both the individual psychic life and the social life of the subject (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011).

The sibling relationship can play a leading role in the protection of family equilibrium in crisis situations, such as the separation of the parents, illness, or the death of one or both parents or of others. In sibling groups with firmer ties, the siblings count on each other as a form of support and remain united through moments of difficulty in the family, sharing experiences full of intersubjective

psychic suffering. Such is the case of Separated-Parent Family 1, Single-Parent Family 2 and Stepfamily 3. In order to construct a “good enough” relationship between siblings, there must exist complementarity in their roles, a close relationship and a certain amount of similarity in their personal values. Hence, when there is affinity, the siblings can, for example, mitigate difficult situations. However, if sibling rivalry is intense, affections may be repressed or divided, or even become unattainable, thus interfering with the formation of close, solidary sibling ties. Diverse factors, such as gender, age difference, position in the sibling group, parental control, and temperament, intervene in the relationship to facilitate or hinder it. Moreover, the family dynamic can lead the siblings toward healthy, balanced competition in the pursuit of satisfying their emotional needs or, just the opposite, toward emotional distancing and a lack of closeness between them (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007, 2011).

In seven families, we observed a weakened relationship between siblings, corroborating the notion that consanguinity alone is not enough for one to have close, intimate relations in the sibling group. In several cases, emotional distancing between siblings occurred due to the contrasted treatment given them by the parents, leading each child to form an alliance with one of the progenitors, which is what occurred in Married-Couple Family 2 and Stepfamily 4. In other cases, sibling distancing was associated with a lack of parental encouragement of a close relationship between siblings, which occurred in Separated-Parent Family 2, Married-Couple Family 3 and Single-Parent Family 1. In several sibling groups, a lack of sharing of experiences also occurred. In Separated-Parent Family 2 and Married-Couple Family 3, for example, the siblings rarely spoke to each other and shared few experiences, revealing little closeness and hardly any affinities in the sibling group.

Distinct parental treatment for one child or another can determine a father-child or mother-child coalition or a rupture in co-parenting, negatively influencing the relationship between siblings (McHale et al., 2012; Dunn, 2019). However, other factors may also contribute to weakening the sibling relationship, such as the quality of each child’s relationship with the parents and the quality of the marital relationship itself. Children with secure attachments have a greater propensity to develop relationships that are more positive with their siblings, in contrast to children who are insecurely attached (Dunn, 2019). Siblings in separated-couple families exhibit relationships that are more positive than those of siblings in married-couple families; likewise, there are more conflicts between siblings in single-parent families than there are in stepfamilies (McHale et al., 2012). Nonetheless, according to the authors, marital and familial processes, such

as marital conflicts, co-parenting and parental behaviors, are better predictors of the quality of sibling relationships than the family configuration is. More recently, Johnson et al. (2020) also recognized the importance of considering the effects of spillover and compensation in adult relationships with siblings and intimate partners, stressing the value of sibling relationships throughout life.

Care in the sibling group

This category relates to care among siblings, which can encompass diverse attitudes and behaviors, such as physical-contact interactions (caresses and hugs), amusement (child's play, games, conversations and other forms of entertainment), help to perform certain tasks, assistance, support and protection (Carvalho, 2000). Some researchers distinguish two types of care in the sibling group: The first one is informal care, where the parental figure is present and one sibling cares for another as a way of helping the parent; and the second is formal care, which is characterized by the absence of the parental figure (Dellazzana-Zanon et al., 2014).

Seven of the fourteen families analyzed exhibited less consolidated sibling caregiving practices. For example, in Married-Couple Family 2, in which there is a large age difference between the sisters, their conflicts of loyalty to the parents resulted in distancing between them and in the older sister's refusal to protect and care for the younger sister. In Stepfamily 4, due to disproportionate differences in the treatment given to the children, there was little stimulus toward minimal care practices between the brothers.

Devalitization of the parents, as occurs in Married-Couple Family 3 and Separated-Parent Family 2, also contributed to the parents' trivial encouragement of care practices among the siblings. We may deduce that such devalitization influences parental investment and sibling investment, with the parents' care for the children also being transmitted and partially transformed into care among the siblings, a form of intergenerational solidarity.

In Single-Parent Family 1, there was no mutual care between the sisters, especially because the father's mediation was lacking. The sisters are the daughters of different mothers and were not raised together. Little adherence to care practices among siblings can also be related to the parents' own lack of care for themselves (which is the case of Married-Couple Family 1) and for the family's domestic environment.

We also observed that, in five families, care was focused on one family member who had a physical or mental health issue. In both Stepfamily 3 and

Stepfamily 2, care centered on the sibling group member under chemical dependence. In Stepfamily 1, care was focused on the oldest brother, due to his depressive state and to the presence of suicidal ideation. In Separated-Parent Family 1, the youngest brother required the most care, for he presented difficulties in communicating and learning. More specifically, in this family the other members of the sibling group excessively cared for the youngest brother, who often felt he had no space of his own and considered himself limited in his development. In Married-Couple Family 4, the oldest daughter had an autoimmune disease. Her younger sisters were assigned tasks related to her physical care and to the control of her health routines. This care dynamic was disproportionate; it overburdened the sibling subsystem and ended up producing emotional and instrumental dependency on the part of the oldest sister, who was already an adult and capable of managing her own health care. The literature indicates that the presence of siblings with physical or mental impairments in itself does not create conflicts between the siblings (Pereira-Silva et al., 2017). In the families participating in this study, an excessive care workload was one of the main factors that caused conflicts in the sibling group.

In general, we observed that weaknesses in the sibling relationship made it difficult to establish mutual care practices among siblings. Nonetheless, it is worth emphasizing that sibling groups undergoing traumatic situations can also be resilient (Wojciak et al., 2018) and can provide willpower for siblings to share care practices among themselves and request help when necessary, as was observed in Single-Parent Family 2 and Separated-Parent Family 1.

The absence of parental figures that are available to provide care in the family, due to emotional instability, social precariousness, family histories or even mental pathologies, produces a state of radical helplessness and insecurity in the children. Within this context, we perceive that the parents' function of supporting the children does not always seem assured and the children often find themselves called upon to adopt a parental role in relation to their own parents. Such parental absence can also lead to the parentification of one of the members of the sibling group, generally the child who is most sensitive to the family's needs.

Furthermore, when one of the members of the sibling group requires greater care, other members could be neglected in terms of the care they receive from the parents, or they could be called upon to assume the parental function in relation to the sibling requiring greater care. According to Haxhe (2013), the caregiver children can provide and/or receive an assignment from their parents to provide sibling care that often goes beyond the abilities of their age group. However, they can also strive to be perfect, not allowing themselves to make re-

quests or complaints and often constraining their aggressiveness due to a certain feeling of guilt for being “healthy”. In the participating families, we perceived that the parentified children, overburdened with caregiving, face several obstacles to experiencing the horizontal, egalitarian exchanges that are inherent in sibling relationships, making it difficult to form intra-generational alliances. In such cases, due to the lack of caregiving experiences and models capable of establishing boundaries and limits between what one should or should not do, it seems there is no potent, creative appropriation of caregiving functions.

Generational transmission

What stands out in the *Generational transmission* category is the repetition of previous generations’ relational patterns in the sibling subsystem and the impact, on the sibling group, of symptoms related to secrets and the unspoken in the family. Depending on the manner in which the sibling relationship is structured, it is also possible that the siblings contribute to the psychic elaboration of unconsciously transmitted content, transforming such content in the familial intersubjective matrix. That is, the sibling group is also active in the process of appropriating transmitted psychic content.

Intergenerational transmission is at the core of the identity of the family; it is a structuring psychic legacy. The transmission process also permeates the construction of the subjectivities of the group members (Kaës, 2001). When there is psychic transmission of raw, unprocessed content and the family history is traumatic and full of gaps, creating obstacles to the appropriation process, what happens is transgenerational psychic transmission (Granjon, 2000), a phenomenon we often come across in clinical practice with families (Magalhães & Féres-Carneiro, 2015). In other words, that which is not registered in the parents’ psyche could come to infiltrate the children’s psyche, in such a way that the child or adolescent updates the non-symbolized suffering of the parental figures. With respect to the sibling group in clinical practice, one can observe the effects of the generational transmission of unprocessed familial content emerging in the form of symptoms and conflicts between siblings.

Deeper investigation of the elements of generational transmission in the participating families was relatively limited, considering that the clinical material we analyzed was limited to the period of preliminary interviews. In general, indicators of generational transmission and of the manner in which transmitted elements are appropriated are more easily evidenced throughout the course of the

entire psychotherapeutic process. Interpretations of the clinical material throughout the treatment open the way to the revelation of repressed unconscious material. Even so, we identified significant repercussions of the content related to generational transmission on the sibling group.

In at least two generations, we observed repetitions of conflict-filled relations between siblings. In Separated-Parent Family 2, although everyone lives and cohabits on the same piece of land, the emotional distance between the father and his sister (the children's aunt) is reproduced in the relationships between the siblings. In Married-Couple Family 3, non-elaborated conflicts between the mother and her brother are also reflected in the distance between her own children. In Married-Couple Family 1, the mother's conflicting relationship with her brothers and her detachment and hostility toward the paternal figure are also repeated in her daughters' generation, weakening the sibling relationship. However, it should be noted that adolescents' hostile behaviors toward family members, including parents and siblings, are largely considered typical manifestations related to their process of development and individualization. The mother tries to "do things differently", but notices the repetition of generationally transmitted patterns. Every individual is inserted into a preexisting family history, of which he can be both an heir and a prisoner, yet each individual receives, in his own way, what was transmitted (Kaës, 2001). Sons and daughters revive the good and bad memories of their parents and of their experiences as members of a sibling group. The parental couple creates expectations in relation to both their new child and the way in which the relationship between the new child and the older sibling will develop. Parents project onto their children aspects of their childhood relationships with their own siblings, or even fantasies they had with respect to an imaginary sibling if they were only children (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

We also observed that parents' marital conflicts were transmitted to siblings. In Married-Couple Family 2, a loyalty conflict led each daughter to form an alliance with one of the parents, causing distancing between the sisters. In Stepfamily 2, denied and non-elaborated conflicts related to the dissolution of the parents' previous marriages affected the sibling group, producing emotional distancing between the half-brothers. In Separated-Parent Family 3, the conflicts of the marital separation had an impact that took the form of a split between the sisters, with one of the sisters allying with the paternal grandmother and the other allying with the mother. This relationship pattern was also present in the sibling group on the paternal side, with signs of transgenerational transmission. Regardless of the family structure, the management of family conflicts by the parents profoundly affects the sibling group (Magalhães, Monteiro & Dantas, 2019).

We identified generational repetition of an excessive workload in the care provided by siblings in two families. In Stepfamily 3, this was related to the high incidence of chemical dependence in three generations of the family, with emotional co-dependence being a family pattern that was transmitted and very evident in the adult sibling group. In Single-Parent Family 2, the siblings were overburdened with mutual caregiving due to parental negligence. The mother had also suffered negligence in childhood, and emotionally helpless feelings and destructive parentification were generationally transmitted traits. Traumas are fertile ground for the phenomenon of transgenerational psychic transmission when there is no possibility of psychic processing and symbolization. When traces of trauma remain in a raw state, without being metabolized by the individual, they are repeated across successive generations, often taking the form of symptoms (Inglez-Mazzarella, 2006).

We also observed transgenerational transmission effects emerging in the form of graver psychic symptoms in the children, with repercussions on the sibling group. In Married-Couple Family 1, the fear of transmission of the father's mental illness to the younger daughter was causing profound mental distress in the girl and tensions between the sisters. This was a rarely addressed theme, a kind of family taboo. In Stepfamily 1, family values impregnated with biases transmitted and introjected by the father are reflected both in conflicts related to the construction of the son's gender identity, who was evidencing suicidal ideation, and in the parent-child relationship, which is full of suffering. Such issues are expressed in conflicts between the siblings, especially in the brother's envy of the femininity of his sister, "the princess of the family". Transgenerational transmission can be observed in the excessive concern over the care given to the children and in the children's symptoms, which tend to be scrutinized and made meaningless by the culture of medicalization, when close attention is not paid to family psychodynamics (Azevedo & Féres-Carneiro, 2019).

Final considerations

Clinical-qualitative research has contributed enormously to advances in the comprehension of family psychodynamics and its impacts on the emotional health of family members. The results of the present study indicate that both reduced parental investment, at one extreme, and an excessive family-care workload, at the other, hamper the establishment of a healthy parent-child relationship, leading to mental distress in the children, who frequently assume parental functions when car-

ing for their siblings. Clinical practice with families reveals itself to be a privileged space for investigating the phenomenon of parentification of one or more of the children and the way in which this occurs in the sibling group.

We also observed that flaws in the psychic appropriation of elements of generational transmission interfere in the formation of the sibling relationship, making it difficult to build solidary family ties and establish healthy care practices among siblings. In this study, we observed a correlation between parental investment in family care and generational transmission, enhancing our understanding of the fact that flaws in childcare partially result from experiences of abandonment and family negligence that have been suffered across successive generations in a family. This places us face to face with the importance of family therapy as a resource for attenuating flaws in child and adolescent care and preventing the destructive parentification of children and adolescents, who often assume the responsibility of caring for their siblings in order to compensate for the poor care they received from their own parents or guardians.

We stress the importance of recognizing the caregiver child or adolescent's efforts as an attenuator of the state of ill-being that at times takes root in the sibling group, mitigating feelings of rivalry and resentments. Furthermore, we highlight the fact that, in general, sibling ties are strong in the face of the helplessness siblings experience in precarious contexts involving social and psychic familial vulnerability. Siblings can contribute both to metabolizing transgenerational content and to repairing the familial intersubjective matrix, revealing the sibling group's resilience in the face of traumatic situations.

References

- Azevedo, L. J. C.; Féres-Carneiro, T. (2019). A cultura medicalizante e os processos transgeracionais [The medicalizing culture and the transgenerational process]. *Revista CES Psico*, 12(2), 141-150. <https://doi.org/10.21615/cesp.12.2.10>
- Benghozi, P.; Féres-Carneiro, T. (2001). Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico. In: T. Féres-Carneiro (Org.). *Casamento e família: Do social à clínica*, p. 112-118. Rio de Janeiro: Nau.
- Bowman, S.; Alvarez-Jimenez, M.; Wade, D.; McGorry, P.; Howie, L. (2014). Forgotten family members: The importance of siblings in early psychosis. *Early Intervention in Psychiatry*, 8, 269-275. <https://doi.org/10.1111/eip.12068>
- Burton, L. (2007). Childhood adultification in economically disadvantaged families: A conceptual model. *Family Relations*, 56, 329-345. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2007.00463.x>

- Carr, K.; Wilders, S. E. (2016). Attachment style and the risks of seeking social support: Variations between friends and siblings. *Southern Communication Journal*, 8(5), 316-329. <https://doi.org/10.1080/1041794X.2016.1208266>
- Carvalho, A. M. (2000). Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças [Contextual factors in the incidence of caring behavior among children]. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 81-88. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100010>
- Dantas, C. R. T.; Féres-Carneiro, T.; Machado, R. N.; Magalhães, A. S. (2019). Repercussões da parentalidade na conjugalidade do casal recasado: Revelações das madras-tas [Repercussions of parenthood in marital relations of remarried couples: Revelations of stepmothers]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3545. Epub 28/mar/2019. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3545>
- Dellazzana, L. L.; Freitas, L. B. D. L. (2010). Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos [A day in the life of siblings who take care of younger siblings]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 595-603. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000400003>
- Dellazzana-Zanon, L. L.; Zanon, C.; Freitas, L. B. L. (2014). Adaptação do questionário de tarefas domésticas e de cuidado de irmãos [Adaptation of the household responsibilities and sibling care questionnaire]. *Estudos de Psicologia*, 31(4), 477-487. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2014000400002>
- Dunn, J. (2019). Sibling relationships across the life-span. In: D. E. Hindle, S. E. Sherwin-White (Eds.). *Sibling matters: A psychoanalytic, developmental, and systemic approach*, p. 69-81. London: Routledge.
- Eiguer, A. (1998). *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco.
- Eiguer, A. (2001). ¿Y si Narciso tuviera una hermana? Hermanos, psicoanálisis de las configuraciones vinculares. *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, 44, 15-30.
- Féres-Carneiro, T. (2005). *Entrevista Familiar Estruturada: Um método clínico para avaliação das relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freitas, L. B. L.; Shelton, T. L.; Sperb, T. M. (2009). Conceptions of early childhood care and education in Brazil. In: M. Fleer, M. Hedegaard, J. Tudge (Eds.). *World Yearbook of Education 2009: Childhood studies and the impact of globalization: Policies and practices at global and local levels*, p. 279-291. London: Routledge.
- Freud, S. (1914/1996). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Goldsmid, R.; Féres-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de se ter e ser um irmão [The fraternal function and the vicissitudes of being and having a sibling]. *Psicologia em Revista*, 13(2), 293-308. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200006

- Goldsmid, R.; Féres-Carneiro, T. (2011). Relação fraterna: Constituição do sujeito e formação do laço social [Sibling relationships: Subjects' constitution, and the establishment of social ties]. *Psicologia USP*, 22(4), 771-788. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642011005000031>
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: Olga B. Ruiz Correa (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*, p. 17-43. São Paulo: Escuta.
- Haxhe, S. (2013). *L'enfant parentifié et sa famille*. Toulouse: Érès.
- Haxhe, S.; Léonard, S.; Casman, M. T.; Coste, J.; Degey, V.; de Saint-Georges, M. C.; De Vos, B.; Salingros, C.; Vrijens, C. (2018). La fratrie comme nouvelle unité stable? *Cahiers de psychologie clinique*, 2018/1(50), 61-85. <http://hdl.handle.net/2268/216206>
- Inglez-Mazzarella, T. (2006). *Fazer-se herdeiro: A transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo: Escuta.
- Jaitin, R. (2001). Mi hermano y mi hermana: Mis primeros juguetes. Hermanos, psicoanálisis de las configuraciones vinculares. *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, 24, 31-50.
- Jaitin, R. (2003). L'inceste fraternel. *Le Divan Familial*, 10(1), 145-157.
- Johnson, M. D.; Hank, K.; Yurkiw, J. (2020). Longitudinal associations between adult relations with intimate partners and siblings. *Journal of Marriage and Family*, 83(2), 551-562. <https://doi.org/10.1111/jomf.12710>
- Kaës, R. (1993). Le complexe fraternel. Aspects de sa spécificité. *Topique. Revue freudienne*, 51, 5-42.
- Kaës, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2008). *Le complexe fraternel*. Paris: Dunod.
- Kancyper, L. (2004). *El complejo fraterno: Estudio psicanalítico*. Buenos Aires: Lúmen.
- Lewin, V.; Sharp, B. (Eds.) (2018). *Siblings in development: A psychoanalytic view*. Londres: Routledge.
- Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 10(16), 243-255.
- Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T. (2015). The house of seven women: The fading of generational boundaries in the family. *Couple and Family Psychoanalysis*, 5, 89-97.
- Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T.; Machado, R. N.; Dantas, C. R. T. (2017). Modos de vinculação na família: A fratria em questão. In: T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: Teoria, pesquisa e clínica*, p. 97-114. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Prospectiva.
- Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T.; Monteiro, M. C.; Machado, R. N. (2019). A potência dos laços fraternos face à violência social. In: T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: Filiação, intergeracionalidade e violência*, p. 203-214. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Prospectiva.
- Magalhães, A. S.; Monteiro, M. C.; Dantas, C. R. T. (2019). Rivalidade e solidariedade entre irmãos na clínica com famílias. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(3supl), 101-120. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3suplp101>

- McHale, S. M.; Updegraff, K. A.; Whiteman, S. D. (2012). Sibling relationships and influences in childhood and adolescence. *J Marriage Fam*, 74(5), 913-930. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2012.01011.x>
- Mello, R.; Féres-Carneiro, T.; Machado, R. N.; Magalhães, A. S. (2020). Inversão geracional na família: Repercussões da parentalização na vida adulta [Generational inversion in the family: Repercussions of parentification in adult life]. *Psicologia USP*, 31, e190126. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190126>
- Mello, R.; Féres-Carneiro, T.; Magalhães, A. S. (2016). Das demandas ao dom: As crianças pais de seus pais. *Revista Subjetividades*, 15(2), 214-22. <https://doi.org/10.5020/23590777.15.2.214-221>
- Muniz, A. A. M.; Féres-Carneiro, T. (2012). Função fraterna: Reflexões a partir do filme Príncipe das Marés. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 18(1), 41-56. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2012v18n1p41>
- Olson, M.; Gariti, P. (1993). Symbolic loss in horizontal relating: Defining the role of parentification in addictive relationships. *Contemporary Family Therapy*, 15, 197-208. <https://doi.org/10.1007/BF00894395>
- Pereira-Silva, N. L.; Crolman, S. R.; Almeida, B. R.; Rooke, M. I. (2017). Relação fraterna e síndrome de Down: Um estudo comparativo [Sibling relationship and Down syndrome: A comparative study]. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 1037-1050. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000462016>
- Prino, L. E.; Scigala, D.; Fabris, M. A.; Longobardi, C. (2019). The moderating role of gender in siblings of adults with intellectual disabilities. *Interpersona*, 13(1), 1-13. <https://doi.org/10.5964/ijpr.v13i1.323>
- Soares, M. P.; Franco, A. L.; Carvalho, A. M. (2009). Crianças que cuidam de irmãos com necessidades especiais [Children caretaking for siblings with special needs]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 45-54. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100006>
- Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa* Petrópolis: Vozes.
- Wojciak, A. S.; McWey, L. M.; Waid, J. (2018). Sibling relationships of youth in foster care: A predictor of resilience. *Children and Youth Services Review*, 84, 247-254. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.11.030>
- Ziviani, C.; Féres-Carneiro, T.; Magalhães, A. S. (2012). Pai e mãe na conjugalidade: Aspectos conceituais e validação de construto [Father and mother as a couple: Conceptual aspects and construct validation]. *Paidéia*, 22(52), 165-176. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200003>

Recebido em 08 de setembro de 2020

Aceito para publicação em 24 de novembro de 2020

OS PROCESSOS IDENTIFICATÓRIOS NA CONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE

*THE IDENTIFICATION PROCESSES IN THE
CONSTITUTION OF FATHERHOOD*

*LOS PROCESOS IDENTIFICATORIOS EN LA
CONSTITUCIÓN DE LA PATERNIDAD*

Evandro de Quadros Cherer⁽¹⁾

Andrea Gabriela Ferrari⁽²⁾

Cesar Augusto Piccinini⁽³⁾

RESUMO

A paternidade não está circunscrita ao momento do nascimento de um filho, sendo articulada à história subjetiva paterna, em especial no que diz respeito aos processos identificatórios em relação às figuras parentais. Este estudo teve como objetivo investigar a constituição da paternidade por meio de seus processos identificatórios. Participou do estudo um pai primíparo, entrevistado no 6º e no 25º meses de vida do filho. Os relatos paternos evidenciaram que, ao almejar desempenhar uma paternidade ideal, este pai procurava evitar ser como o seu próprio pai. No entanto, devido à sua própria história constitutiva, o pai analisado construiu sua paternidade de maneira particular, transitando entre identificações com suas figuras parentais. Esses achados apoiam a ideia de que as experiências infantis repercutem mesmo na vida adulta, na medida em que deixam marcas indelévels no psiquismo humano e podem ser reativadas diante da experiência da paternidade.

Palavras-chave: identificação; paternidade; psicanálise.

⁽¹⁾ Psicólogo e Psicanalista, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), Docente na graduação em Psicologia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC), DF, Brasil. quadroscherer@gmail.com

⁽²⁾ Psicanalista, Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Docente do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG (Psicanálise: Clínica e Cultura) da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. ferrari.ag@hotmail.com

⁽³⁾ Psicólogo, Doutor em Psicologia e Pós-Doutor pela University of London (Inglaterra), pesquisador do CNPq e docente do PPG em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. piccicesar@gmail.com

ABSTRACT

Fatherhood cannot be limited to childbirth, but is also related to the paternal subjective history, especially as regards the identification processes with parental figures. This study investigated the constitution of fatherhood through the father's identification processes. This study centered on a primiparous father who was interviewed on the child's 6th and 25th months. His responses showed that, in an attempt to be an ideal father, this man tried to avoid being like his own father. However, due to his own formative history, he built his fatherhood his own way, according to the identifications with his particular parental figures. These findings support the idea that childhood experiences leave indelible marks on the human psyche and can be reactivated by the experience of fatherhood.

Keywords: identification; fatherhood; psychoanalysis.

RESUMEN

La paternidad no se limita al nacimiento del hijo, aunque está articulada a la historia subjetiva paterna, principalmente a los procesos identificatorios con las figuras parentales. Este estudio tuvo como objetivo investigar la constitución de la paternidad a través de sus procesos identificatorios. El participante de este estudio fue un padre que tuvo su primer hijo y que fue entrevistado en el 6º y el 25º meses de vida del niño. Los relatos paternos reflejan que, al querer desempeñar una paternidad ideal, trataba de esquivarse de ser como su propio padre. Sin embargo, en función de su propia historia, el padre analizado constituyó su paternidad transitando entre identificaciones con sus figuras parentales. Estos hallazgos respaldan la idea de que las experiencias infantiles dejan marcas perdurables en el psiquismo humano y pueden ser reactivados frente la experiencia de la paternidad.

Palabras clave: identificación; paternidad; psicoanálisis.

Introdução

Tornar-se pai¹ não muda apenas o homem e sua relação conjugal, mas também a relação com seus próprios progenitores. Frequentemente o novo pai se depara com a possibilidade de reajustar os laços com sua mãe e seu pai, resultando em maior aproximação ou distanciamento. Desse modo, impõe-se ao pai a tarefa de “passar de geração”, reorganizando as gerações desde a gravidez (Darchis, 2000). Além disso, pode-se considerar que a paternidade é afetada, em particular, pela relação do homem com seu próprio pai, na medida em que muitos homens,

no processo de tornarem-se pais, reproduzem comportamentos do primeiro modelo que tiveram (Frieman & Berkeley, 2002; Guzzo, 2011). Entretanto, o relacionamento pai-filho não é determinado estritamente segundo a relação que o próprio pai possuía com seus genitores (Bouchard, 2012).

Nesse sentido, o desejo de seguir o modelo paterno pode estar relacionado a recordações consideradas positivas, de pais afetivos, próximos e engajados. Já os modelos de paternidade considerados distantes e ausentes podem suscitar o desejo de reparação na atual relação com seus filhos, na qual os pais esforçam-se por resgatar falhas que percebiam em seus pais (Finn & Henwood, 2009; Gomes & Resende, 2004). Desse modo, os pais podem desejar ser melhores que seus próprios pais. Em particular, na atualidade, como relatado na literatura acerca da parentalidade, os pais podem ansiar por exercer uma paternidade considerada distinta e superior em relação às gerações passadas (Brazelton & Cramer, 1992). Assim, os pais contemporaneamente podem diferenciar a si mesmos de seus pais, por se considerarem homens mais próximos de seus filhos (Lamour & Letronnier, 2003).

Ainda que a influência direta dos próprios pai e mãe não determine a paternidade de um homem, a partir da psicanálise, referencial no qual se embasa este estudo, pode-se considerar que os pais, mesmo sendo adultos, portam o infantil que os constituiu (Zavaroni et al., 2007; Zornig, 2010). Com isso, em sua experiência de paternidade, o homem faz uma viagem a fim de ressignificar seu passado, revivendo os vínculos com as gerações, bem como as relações que conectam pais e filhos. Esse passado pode ser constituído tanto por aspectos considerados agradáveis e saudáveis como por elementos não elaborados, além de conteúdos recalçados. Haver-se com alguns desses conteúdos infantis pode se tornar uma tarefa difícil, às vezes impossível (Darchis, 2000).

Para Fraiberg et al. (1994), com o nascimento de um bebê, existe a possibilidade de que pai e mãe repitam tragédias familiares de sua própria infância. Conforme esses autores, essa repetição é chamada de fantasmas. Esse fenômeno ocorre quando os pais que não se recordam afetivamente de seus problemas na infância encontram-se ligados e identificados com os personagens terríveis do passado. No entanto, para esses autores, pais e mães, ainda que tenham passado por uma infância difícil, podem impedir que seus filhos revivam esses fantasmas, contanto que não reprimam os afetos vinculados a essas experiências. Nesse contexto, segundo Moro (2005), a paternidade traz à tona aspectos transmitidos entre as gerações, inclusive conteúdos ocultos e traumas infantis, bem como o modo como cada um articula essas experiências.

Acerca disso, Golse (2003) diferenciou as transmissões transgeracionais das intergeracionais. A transmissão transgeracional ocorreria entre gerações dis-

tantes que, em geral, não conviveram juntas. Essa sobreviria, especialmente, a partir de interditos e não ditos, incidindo no sentido descendente, isto é, das gerações anteriores para as futuras. Por sua vez, a transmissão intergeracional aconteceria entre as gerações que têm contato direto, ou seja, sobretudo entre as figuras parentais e seus filhos. Diferentemente, essa via de transmissão empregaria as vias da comunicação verbal e não-verbal, podendo operar nos dois sentidos, ascendente e descendente.

Nessa perspectiva, Raphael-Leff (1997) afirmou que com a paternidade o homem passa a reatualizar seu passado, transformando sua identidade, bem como vivenciando fortes sentimentos ao tomar o lugar de seu pai e, por conseguinte, ao deslocá-lo para a geração dos avós. O pai pode identificar-se com as figuras parentais internalizadas ou ainda constituir sua paternidade a partir de sucessivas formações reativas em relação a elas. A paternidade também pode se organizar em relação à idealização da infância e das figuras parentais glorificadas, ou ainda sustentar-se na tentativa de se compensar fragilidades vividas enquanto criança, procurando-se alcançar a paternidade perfeita da qual se sentiu privado (Raphael-Leff, 1997).

Relativo a isso, conforme Freud (1909/1990), nos anos iniciais, o desejo mais intenso e relevante da criança é de se parecer com seus genitores, aos quais são conferidas características ideais. A criança deseja ser grande como sua mãe e seu pai, sobretudo como o genitor do mesmo sexo. Entretanto, gradualmente, a criança vai questionando os atributos que conferia a seu pai e sua mãe, comparando-os com outras figuras parentais. Além disso, passa a criticá-los quando se sente negligenciada, assim como quando sente que não esteja ganhando todo o amor que deveria, acreditando existir pais e mães melhores que os seus em diversos aspectos. Diante disso, ocorre um período de afastamento que dificilmente é recordado de forma consciente, o qual foi intitulado por Freud (1909/1990) de “romance familiar do neurótico”. Nesse estágio, a criança passaria a fantasiar a substituição de suas figuras parentais por outras enaltecidas, as quais teriam aspectos extraordinários e ímpares, correspondendo aos ideais infantis outrora outorgados aos seus próprios genitores. Essa fantasia expressaria o pesar pelo fim do período no qual a criança encontrava grande satisfação em ter pai e mãe como figuras supervalorizadas. Assim, é nesse contexto que, segundo Hurstel (1999), o pai ideal é fantasiado como um ser infalível e não castrado, convocando o *infans*² a sair do assujeitamento da relação com a mãe, deixando de ser o falo dela, passando, assim, a ser um candidato a ter o falo. Esse pai enaltecido e temido corresponde ao pai da horda primitiva freudiana, que desfrutava de todas as mulheres, assim como interditava a todos (Freud, 1913/1990).

Nesse contexto, segundo Darchis (2000), o processo de tornar-se pai implica em dois movimentos identificatórios. O primeiro consiste na busca da criança que ele foi e que gostaria de ter sido. Para tanto, o pai regressa, abrindo caminhos em conteúdos infantis e em sua parentalidade que procuram uma separação e diferenciação das histórias passadas. Para a autora, no segundo movimento identificatório, o homem passa a buscar o que é um pai, encontrando o pai e mãe que teve e os que gostaria de ter tido, para que assim possa formar sua identidade de pai. Esse processo possibilita ao novo pai nascer e se constituir com a chegada dessa nova criança. Assim, para Darchis (2000), voltar-se para as primeiras experiências estruturantes do sujeito se impõe como uma viagem imprescindível para a entrada na paternidade.

Nessa perspectiva, Freud (1921/1990) afirmou que por meio da identificação o sujeito pode tomar traços de outrem. Esse mecanismo pode acontecer quando há a possibilidade de se viver o mesmo que outra pessoa, tomando-se traços dela para si. Acerca disso, Laplanche e Pontalis (2001) discutiram sobre a identificação que consiste em um mecanismo por meio do qual o humano assimila traços, aspectos e atributos de outra pessoa, transformando-se. Nesse sentido, a identificação pode ser compreendida como mais do que um mecanismo psicológico, tratando-se, a rigor, da operação por meio da qual o sujeito humano se constitui.

Ao encontro dessas ideias, Brazelton e Cramer (1992) compreenderam que o menino pode desenvolver uma identificação inicial com a mãe e sua capacidade de nutrir e criar. A mãe apareceria como poderosa, sendo fonte dos estímulos, cuidados e satisfações. Conforme esses autores, a identificação com a mãe seria expressa por meio de brincadeiras como fingir-se de grávido ao empurrar a barriga para frente ou usando uma almofada, bem como praticar com bonecas a habilidade de cuidar de bebês. Além disso, de modo inconsciente, dores de barriga, intestino preso, assim como outros problemas no sistema gastrointestinal podem ter relação com essa identificação (Brazelton & Cramer, 1992).

Por sua vez, Bydlowski (2000) afirmou que os pais possuem traços significantes, parcial ou totalmente inconscientes, oriundos de suas próprias histórias. Isto é, o eu de cada pai se constituiu a partir de identificações precoces, e é por meio desse processo que traços parentais são transmitidos aos filhos. Para essa autora, tais traços podem ser divididos em duas ordens, a saber, representações de palavras e representações de eventos. As representações de palavras seriam traços próximos da consciência e, com isso, enunciáveis pelo discurso, sendo considerados como literais, entre esses, por exemplo, a escolha do nome do filho e a data de nascimento. Por sua vez, as representações de eventos, também intituladas

de representações de cenário, seriam traços menos enunciáveis, visto que são inconscientes e por isso de difícil acesso à memória parental. Tratam-se das alegrias passadas, lutos, problemas não resolvidos, assim como de dificuldades identificatórias com os antepassados. Com isso, o bebê é potencialmente portador dos riscos da biografia de suas figuras parentais, sendo o resultado disso totalmente inesperado, uma vez que a combinação desses traços juntamente com a singularidade do recém-nascido é sempre imprevisível.

Desse modo, como visto anteriormente, processos identificatórios influenciam na constituição da paternidade. Com efeito, conforme Darchis (2000), o homem que inicialmente se identificou com seu pai e mãe necessita, diante do processo de tornar-se pai, introjetar a função parental, a fim de poder constituir a sua diferenciação em relação a eles. É por meio da autorização que o homem obtém implicitamente de seu pai e de sua mãe que ele pode conceber sua nova parentalidade, reorganizando a constelação intrafamiliar e intergeracional ao repositonar seus pais como avós (Darchis, 2000).

Considerando-se o que foi exposto sobre as experiências infantis em relação à mãe e ao pai, entende-se, de acordo com Freud (1930/2012), que nada na vida psíquica pode deixar de existir, tudo se mantém conservado e pode ser trazido outra vez à luz conforme condições adequadas. No que concerne a isso, a perspectiva de Freud (1899/1990) defende o entendimento de que as experiências infantis deixam marcas indeléveis no psiquismo humano. Essas podem ser reativadas em situações de crise, como diante da experiência da paternidade (Moro, 2005). Diante disso, este estudo visou a investigar a constituição da paternidade por meio de seus processos identificatórios.

A constituição da paternidade: evidências a partir de um estudo de caso³

O caso apresentado foi nomeado ficticiamente de Rodrigo, homem de 30 anos e ensino superior completo. Ele foi selecionado de um estudo maior⁴ por oferecer uma boa oportunidade de aprendizado a respeito da constituição da paternidade (Stake, 2006) e por ter participado das diversas fases de coleta de dados do referido projeto, em particular da fase do 6º e do 25º meses, priorizadas neste estudo. Quando seu filho tinha seis meses, Rodrigo respondeu à Entrevista sobre a Gestação, Parto e a Paternidade (NUDIF, 2011a), a qual   constituída de sete blocos de questões que investigam diversos temas, tais como a gravidez, o parto, os primeiros dias com o beb , o dia a dia com o filho, a experiência de ser

pai e a companheira como mãe. Já aos dois anos e um mês de idade de seu filho, ele respondeu à Entrevista sobre a Paternidade (NUDIF, 2011b), a qual se trata da mesma entrevista anteriormente descrita, utilizada no sexto mês de vida do bebê, com as devidas adaptações a esse momento do desenvolvimento da criança. As entrevistas eram estruturadas, mas foram realizadas de forma semi-dirigida, individualmente, com o pai.

A análise do relato paterno foi realizada a partir da teoria psicanalítica referente aos processos identificatórios na constituição da paternidade. Particularmente, buscou-se abarcar os aspectos subjacentes presentes na fala, por meio daquilo que Lacan (1975/2010) chamou de “ler nas entrelinhas”. Considera-se que é próprio ao campo psicanalítico entender que o discurso se desenvolve no registro do erro e do desconhecimento, possibilitando a irrupção da verdade subjacente (Lacan, 1975/2010). Com base nesses pressupostos, a análise do relato paterno é, a seguir, ilustrada por meio de vinhetas e discutida à luz da literatura.

Na entrevista realizada aos seis meses de vida do bebê, referindo-se à notícia da gestação, Rodrigo relatou ter acreditado que o exame de gravidez teria resultado negativo e que ele não seria pai, confessando que não se sentia preparado. Entretanto, como o resultado foi positivo, Rodrigo passou a noite sem falar com sua namorada, retornando no dia seguinte conformado e simultaneamente feliz. Nas primeiras semanas sua namorada cogitou interromper a gestação, possibilidade essa não compartilhada por ele: *“Eu sempre tive o sonho de ser pai, então na hora não estava programada, mas eu queria.”*

Após a notícia de que teriam um filho, Rodrigo e sua namorada decidiram morar juntos. Os nove meses de gestação foram descritos como muito turbulentos e intensos, devido às preocupações de Rodrigo em fazer melhorias na moradia para que ele, sua companheira e seu filho pudessem morar juntos. Nesse contexto, Rodrigo passou a trabalhar mais e se descreveu como mais focado nas tarefas que realizou a partir daí. Entre as preocupações desse período se destacaram as financeiras, que conduziram Rodrigo a se dedicar mais ao trabalho, afetando a relação dele com os demais aspectos de sua vida. Apesar de ter preparado a casa nova com antecedência, Rodrigo e sua esposa passaram a morar juntos apenas uma semana antes do nascimento do filho.

Ainda se referindo ao período da gestação do filho, Rodrigo relatou não ter imaginado como seu filho seria, contando que antes de ser pai sentia-se incapaz de imaginar a si mesmo com seu filho. Isto parece indicar a importância desses conteúdos e das expectativas nutridas em relação ao bebê imaginado ainda durante a gestação e, por conseguinte, o medo de frustração do encontro com a realidade do bebê: *“Eu não conseguia imaginar [na gestação] nós dois, sabe. Não sei*

te explicar, uma coisa gozada assim (...) mas eu não imaginava eu e ele.” A partir de seus relatos, pode-se entender que mais do que o bebê, era a si mesmo como pai que Rodrigo parecia temer. Essa reação possivelmente ocorreu devido aos seus receios quanto à paternidade, uma vez que Rodrigo já havia confessado que pensava que teria dificuldades em ser pai. Com isso, Rodrigo expressou a impossibilidade que sentiu em imaginar, durante a gestação, a si e ao bebê, isto é, ele como pai e a criança como seu filho, inclusive a relação que ocorreria entre os dois.

Ainda que esses conteúdos ideativos aparentassem ameaçá-lo ao longo da gestação, Rodrigo conseguiu afirmar que gostaria que seu filho fosse um menino: *“Eu queria um menino, mas não manifestava muito assim. Eu ficava tranquilo, acho que até para depois não ficar frustrado.”* De fato, esse relato exemplifica o entendimento de que Rodrigo criou expectativas quanto ao bebê, mas essas representaram para ele um perigo de frustração no encontro com a realidade do bebê, sobretudo com a paternidade que ele poderia experimentar. Desse modo, pode-se entender que essas expectativas durante a gestação tenderam a permanecer fora do registro consciente, excetuando-se o sexo do bebê, que, mesmo assim, foi esperado com extrema cautela a fim de evitar frustrações.

Passadas as semanas iniciais após o nascimento do filho, nas quais deixou de trabalhar a fim de se dedicar à paternidade, Rodrigo retomou as suas atividades profissionais. Relativo a isso, ele contou se dedicar muito ao trabalho, o que, por conseguinte, limitava o seu tempo com o bebê. Ele relatou achar ruim ter o tempo de interação com seu filho limitado a poucas horas, o que por sua vez, pode ter influenciado o modo como experienciava esses momentos, levando-o a relatar desenvolver uma maior motivação na relação com o filho: *“Quando eu chego em casa, eu fico louco para fazer tudo, porque são três dias na semana que eu trabalho os três turnos, eu trabalho o dia inteiro, mais a noite, então é complicado, eu fico chateado de chegar em casa e ele estar dormindo.”*

Diante desse desconforto, Rodrigo tentou formular um motivo racional para explicar o pouco tempo de interação e participação na criação de seu filho: *“Eu acho que ele tira alguma coisa disso, que na nossa vida, para a gente conseguir as coisas, a gente tem que ralar, assim, acho que no fundo a gente tem que pensar o lado positivo. Se eu ficar me martelando com essa história ‘não fico muito tempo com ele, não fico muito tempo com ele’, eu não vou conseguir fazer o que eu tenho que fazer e vai ser pior ainda.”* Aparentemente, além de se referir ao filho, Rodrigo também expressou seu próprio proveito nessa situação, isto é, a ressignificação da relação com o seu pai, o qual, de modo semelhante, foi descrito como distante em sua infância. No entanto, como Rodrigo indicou, é apenas “no fundo” que ele conseguiu perceber alguns aspectos proveitosos, na medida em que expressou

sofrer com a distância da relação com seu filho, assim como com a semelhança da relação com seu próprio pai.

Entre as mudanças mais notáveis estava a intensa carga de trabalho exercida por Rodrigo. Essa foi expressa como necessária a fim de prover sua família financeiramente. Entretanto, era fonte de sofrimento, uma vez que o privava de suas atividades pessoais, assim como o afastava da relação com sua família. Por outro lado, essa extrema dedicação ao trabalho e distanciamento familiar parecia atualizar seu maior receio concernente à paternidade, isto é, a relação com seu próprio pai.

A respeito disso, Rodrigo relatou lembrar-se de poucas coisas da relação que tinha com seu pai quando era pequeno: *“As lembranças com ele [pai], não sei se eu tenho algum tipo de bloqueio, alguma coisa, mas são poucas.”* Para Rodrigo, existiria algo que o impedia de recordar das lembranças da infância referentes ao seu pai. Mesmo assim, por diversas vezes, ele falou sobre seu pai, descrevendo-o como um pai ausente, especialmente na infância: *“Eu acho que foi nessa fase assim, acho que até os dez anos ali, aquela coisa de criança assim que eu acho que eu não tive a presença muito forte dele [pai].”* Após reafirmar que seriam poucas as lembranças, Rodrigo indicou ter se identificado com seu pai, questão essa que o estava fazendo repensar a relação com seu filho: *“Ele [pai] também, assim como eu, isso é uma coisa que acaba me remetendo a ficar pensando nisso, também tinha uma vida bem corrida, ele era vendedor, então também viajava, passava bastante tempo fora.”* Nesse contexto, após falar sobre as dificuldades vivenciadas nos momentos iniciais da gestação e de relatar ter se sentido despreparado, Rodrigo disse que fazia terapia, sendo a relação com o seu pai um dos assuntos mais abordados no seu tratamento: *“Tem assim uma série de lacunas que eu acho que acabam influenciando assim quando tu vai ser pai também. Aquele baque e tal. Acho que isso aí também mexeu bastante comigo, foi numa fase que eu estava assim mexendo e remoendo bastante essas coisas.”*

Conforme relatado por Rodrigo, nas primeiras semanas após o nascimento do seu filho, tanto sua mãe como seu pai se mostraram presentes e dispostos a ajudar. Entretanto, o pai de quem Rodrigo tratava em sua terapia e sobre o qual diversas vezes discorreu nas entrevistas não aparentava estar limitado ao seu pai da realidade atual, mas estendia-se essencialmente às suas lembranças infantis. Nesse sentido, grande parte das diversas dificuldades experimentadas por Rodrigo ao longo do período gestacional não se restringiam apenas aos aspectos financeiros, moradia e à nova configuração da sua relação conjugal. Essas dificuldades indicavam abarcar também questões relativas à relação com seu próprio pai: *“É gozado assim, tu pensa que tu não vai cometer uma série de erros que eu julgo que meu pai cometeu assim, que não é por mal também, mas no fim tu acaba meio tentado, assim. Tem certas coisas que eu entendo melhor agora.”*

Nessa perspectiva, a constituição da paternidade de Rodrigo tinha uma dimensão que o remetia a conflitos com seu pai e a uma série de erros atribuídos a ele. Inicialmente, Rodrigo confessou ter pensado que ao ser pai não reproduziria tais erros. Todavia, ele constatou que se sentiu compelido a reproduzi-los. Além disso, diante do reconhecimento que poderia reproduzir os erros de seu pai, Rodrigo passou a entendê-lo melhor. Efetivamente, depreende-se de seus relatos a repercussão de suas figuras parentais em seu processo de tornar-se pai, bem como a ressignificação da relação com seu próprio pai como pai e, por conseguinte, de si como pai: *“Eu tenho uma referência do meu pai, que em relação à minha mãe, o meu pai só aparecia nos momentos ruins para me reprimir. E a minha mãe ficava sempre com a parte boa da história. Então isso é uma coisa que me martela bastante, assim, na minha cabeça, conseguir participar na boa e na ruim. Ser presente, né. Isso eu acho que é uma coisa, um confronto meu.”* Com isso, Rodrigo desenvolveu fortes referências do que queria evitar como pai: *“Eu pensava assim: ‘tal coisa eu não vou querer fazer.’”*

Apesar de criticar seu próprio pai em relação à forma como ele conduziu a paternidade, Rodrigo indicou a possibilidade de repetir certos aspectos, especialmente os que diziam respeito à disponibilidade de tempo para interagir com o bebê. Não obstante, ainda que Rodrigo tenha evidenciado sua vontade de não reproduzir o estilo de paternidade de seu pai, a disponibilidade de estar com seu filho ficou comprometida devido à sua intensa carga de trabalho: *“Eu sei que gacho por dinheiro, mas perco pelo meu casamento e pelo meu contato com o [filho].”* Portanto, Rodrigo associou haver traços de semelhança entre si e seu pai, fato esse que o atormentava: *“É muito essa coisa de ficar comparando a minha relação com ele [filho] com a relação do meu pai comigo, acho que isso é uma coisa que me atormenta um pouco.”*

Além de ter descrito o seu pai como alguém distante, Rodrigo contou sobre outro aspecto de seu pai, do qual não haveria o que reclamar: *“Acho que uma coisa que eu nunca vou poder me queixar dele é essa questão do suporte que o pai tem que dar para família como homem assim.”* A respeito disso, Rodrigo relatou atributos considerados necessários para um pai e que seriam esperados de um homem, a saber, ser aquele que presta apoio e provisão. Quanto a esses aspectos, compreende-se que o pai de Rodrigo apresentou características semelhantes às aquelas atribuídas aos pais tradicionais, ou seja, ser distante da criação dos filhos, no entanto, presente como provedor do lar.

Diferentemente de seu pai, Rodrigo contou ter muitas lembranças de sua infância relativas a sua mãe: *“Ah, muitas assim, tipo de jogos assim, coisas que me marcam bastante é quando ela ia me buscar na creche.”* Rodrigo também contou

algumas dificuldades vivenciadas por sua mãe, que, devido a questões de trabalho, deixava-o durante a semana na casa dos avós maternos. Com isso, em parte de sua infância, Rodrigo foi especialmente criado por seus avós, retornando para a casa de sua mãe e pai apenas aos finais de semana: *“Eu ficava durante a semana na minha avó e no final de semana com meus pais, era invertido o negócio, até porque ele [pai] viajava bastante.”* Mesmo nessas circunstâncias, Rodrigo esclareceu que considerava sua mãe muito importante para sua vida. Ainda que essa não pudesse estar com ele devido ao trabalho, ela ligava e demonstrava sua preocupação.

Com isso, a mãe de Rodrigo, ainda que tenha permanecido relativamente distante na infância, foi descrita como presente nas ocasiões boas. Ela foi, sobretudo, relacionada aos momentos prazerosos, ainda que, em circunstâncias ruins, utilizasse o pai como ameaça: *“Se a nota era ruim, ah! ‘Teu pai vai conversar contigo’. Ai ele vinha e ah! às vezes eu apanhava.”* Para Rodrigo, a intervenção paterna esteve relacionada com momentos ruins, nos quais o pai se fez presente para corrigi-lo por meio de castigos e interdições: *“Aquela coisa de pai mesmo, dar umas palmadinhas e tal. E tipo, se a nota fosse boa, bah, minha mãe ficava faceira e tudo e ficava com ela a história.”* Desse modo, além de ter sido relacionada com os momentos bons e de invocar o pai nos momentos ruins, Rodrigo contou que quando adulto passou também a perceber sua mãe de outro modo, isto é, também passou a responsabilizar sua mãe por manter apenas para ela os bons momentos. Efetivamente, essa dinâmica foi sustentada por sua mãe, que o assumia nos momentos bons, circunscrevendo a ação paterna aos demais momentos: *“De repente a minha mãe não deixou meu pai também chegar muito perto, aquela coisa, de assumir muito para ela então.”*

Ainda na primeira entrevista, aos seis meses de seu filho, Rodrigo expôs a fragilidade dessa nova família formada a partir do nascimento do bebê. Ele e sua companheira encontraram dificuldades em vivenciar uma relação de marido e mulher. Uma vez tendo terminado a relação de namoro, ambos permaneciam unidos pela relação de pai e mãe do mesmo bebê: *“Ela, na minha opinião, não tinha em mente que a nossa família agora somos nós três ali, então sempre foi a visão da família dela, queria estar sempre com a família dela. E eu me senti, muitas vezes, deixado de lado, assim. E chegou um ponto que eu não queria mais.”* Diante disso, Rodrigo confessou ter desejado se separar de sua esposa. Entretanto, um dos principais aspectos de sua paternidade o impedia de executar essa intenção, a saber, o fantasma da relação com o seu próprio pai: *“Como eu tenho essa relação complicada com o meu pai, digamos assim, ficar longe do meu filho... Eu acho que eu me cobro muito para ser um pai muito bom.”* A partir disso, pode-se entender que talvez não fosse só a relação marido e mulher que sustentava a união estável de Rodrigo com

sua esposa, mas a semelhança de sua paternidade com a paternidade de seu próprio pai, a qual ele procurava evitar. Mesmo que a vontade de se manter próximo ao filho fosse muito intensa, o que em sua perspectiva inviabilizava a separação conjugal, Rodrigo confessou ter desejado se separar de sua esposa: “*Eu cheguei à conclusão de que queria me separar, não quero mais e não tinha mais nada entre nós de relação marido e mulher assim, não só sexo, mas cumplicidade, parceria, essas coisas. Estava cada um pro seu canto.*” Apesar disso, Rodrigo e sua esposa conversaram e decidiram não se separar, procurando ajustar a relação.

No entanto, na segunda entrevista, realizada aos dois anos e um mês de seu filho, Rodrigo expôs continuar descontente com a relação conjugal, ainda que tentasse expressar otimismo: “*Tem algumas arestas ainda na relação marido e mulher para serem aparadas, mas eu acho que a gente tá evoluindo. É uma construção né. E agora a gente comprou uma casa. E isso prova que deixou a gente junto.*” Com efeito, a relação com sua companheira sustentava-se essencialmente em recursos que imaginariamente os tornavam marido e mulher, como o bebê e a casa. No entanto, a relação tornou-se, sobretudo, de pai e mãe de um bebê, enquanto que os aspectos concernentes à vida amorosa e sexual encontravam dificuldades em se manter, ainda que Rodrigo e sua esposa se esforçassem: “*Aos poucos, a gente conseguiu retomar algumas coisas que se perderam ao longo do tempo, assim, carinho, que a gente não tinha, manifestação nenhuma de carinho um com o outro, sexo, a gente chegou ficar quatro meses sem transar.*”

Nessa entrevista, Rodrigo voltou a relatar seu temor em se tornar pai, relatando que, antes da notícia da gestação, ele evitava imaginar como sua paternidade seria, associando a essa questão o relacionamento com seu próprio pai: “*Devido à relação que eu tenho com o meu pai, assim. Não é que seja uma relação ruim, mas eu acho que eu criei muitas expectativas de ter um pai mais parceiro, mais presente, que por uma série de motivos não aconteceram assim. Ele é casado com a minha mãe até hoje, moram juntos, eu morava com eles, e ele também tem a história dele, ele não tem pai e tal e é uma cadeia né. E eu acho que por isso eu tinha receio assim, porque em alguns momentos eu senti falta e tinha medo de também agir dessa forma.*” Considerando esses aspectos, entende-se que Rodrigo frustrou-se por não encontrar em seu pai a proximidade e participação que esperava. No entanto, Rodrigo expressou compreender seu pai, na medida em que ele tinha sua própria justificativa para se manter distante, uma vez que teria tido uma história semelhante com seu pai. Contudo, a compressão acerca de seu pai simultaneamente sustentava o receio de Rodrigo em ser semelhante a ele.

Nessa perspectiva, Rodrigo temia que, assim como seu próprio pai, ele também estivesse preso à “cadeia” do estilo paterno, ou seja, que fosse um pai

distante na relação com o filho. Rodrigo se percebia de algum modo preso às lembranças não elaboradas, como se o destino da relação com o seu filho estivesse determinado de antemão. Além disso, entende-se que, apesar de ter negado, Rodrigo teria imaginado como sua própria paternidade poderia ser, uma vez que recebeu reproduzir a paternidade de seu pai e seu avô, revelando com isso ter pensado sobre esses aspectos. Assim, ter um filho poderia representar para Rodrigo a possibilidade de ser como seu pai e reproduzir a cadeia, ou ainda, superá-la. Desse modo, no que diz respeito à constituição da sua paternidade, Rodrigo relatou ter passado por um aprendizado, o qual foi associado à relação com seu pai: *“Tá sendo ótimo, eu tô aprendendo muito assim, numa perspectiva que pra mim é uma visão totalmente desconhecida, a visão do pai, e está me ajudando tanto pra entender a minha relação com o meu pai.”*

Com isso, de forma semelhante à primeira entrevista, realizada aos seis meses, Rodrigo afirmou que a relação com seu pai na infância era fundamentalmente vinculada a momentos ruins: *“O meu pai só aparecia nos momentos ruins, na hora de dar o xingão, na hora de bater.”* Em contrapartida, diferentemente da primeira entrevista, na qual Rodrigo mostrou-se apenas cogitando implicar sua mãe nessa dinâmica, Rodrigo passou a responsabilizá-la: *“Hoje eu entendo que tinha a culpa da minha mãe também nisso. Nos momentos bons, ela administrava tudo, mas nos momentos ruins, de crise, assim, ela ‘ah vou chamar o teu pai!’ Essa é a imagem que mais marca, assim. Se eu for te dizer a nossa relação, eu acho que, em muito, foi prejudicada por isso.”* Diante disso, Rodrigo afirmou desejar ter um laço íntimo mais intenso com o seu filho, influenciado, aparentemente, por referenciais de paternidade sociais, como os de seus amigos na infância: *“Aquela coisa tipo, jogar futebol ou disputar um campeonato, coisa de guri, assim, tipo, que tu via, assim, os teus amigos com os pais junto, assim, e eu quero estar junto assim com o [filho], nesses momentos.”* Desse modo, Rodrigo relatou procurar ser diferente de seu pai, tendo outro tipo de relação com o seu filho: *“O envolvimento [com o filho], eu acho é diferente. O envolvimento sentimental, físico, assim de contato, estou sempre junto dele, eu gosto de dar colo, eu gosto de beijar, eu gosto que ele me beije, isso é diferente.”*

A respeito de sua mãe, Rodrigo relatou: *“Era bem mais próxima assim, na realidade, proximidade, intimidade, essas coisas, eu tinha era com ela. Carinho, a parte de afeto, também, está mais acentuado com ela, assim.”* A respeito disso, Rodrigo expôs ter esses aspectos maternos como semelhantes em sua própria paternidade. Já acerca das diferenças em relação a sua mãe, Rodrigo contou: *“Ela era muito por mim, em qualquer situação, assim, se for ver numa situação em que eu estava errado, ela me defendia igual, assim, e isso eu não acho certo.”* Além desses aspectos referenciados como semelhantes em relação à sua mãe, havia outros que

o discurso de Rodrigo indicou. Como exemplo, percebe-se que, quando Rodrigo dispunha de tempo, ou seja, quando não estava envolvido em sua função de provedor, ele tendia a reproduzir os posicionamentos de sua própria mãe. Nesse sentido, embora não tenha se envolvido como desejava ao longo da gestação, Rodrigo expôs que, nos primeiros meses de vida do bebê, ele procurou fazer tudo o que podia em relação a ele: *“No início, ele fica muito ligado à mãe, porque tem a questão de mamar toda hora, mas tudo o que eu pudesse fazer, eu fazia. Não deixava para ela, não dava espaço.”* De modo semelhante à sua mãe, Rodrigo tentava não ceder espaço para sua esposa, de algum modo competindo com ela nos cuidados do bebê. A participação inicial de Rodrigo apenas foi limitada na amamentação, uma vez que é uma atividade naturalmente restrita às mães.

Além desses aspectos, Rodrigo disse que o modo como ele pensava sobre a relação com seu pai e sua mãe foi passando por mudanças ao longo do tempo. Assim, evidenciou-se o processo de ressignificação das figuras parentais. O modo como Rodrigo se posicionava frente à sua história constitutiva alterou-se, influenciado sobretudo por seu tratamento terapêutico e pela experiência da paternidade: *“Quando tu começa a enxergar as coisas, tu fica te perguntando ‘pô! por que ele não era assim? É tão fácil ser assim e tal’. E acaba gerando uma revolta, eu acho que meio involuntária dentro de ti.”*

Nessa segunda entrevista, Rodrigo também retomou o relato sobre a relação com sua esposa. Ele contou sentir-se insatisfeito em sua relação conjugal, visto que o bebê se tornou simultaneamente motivo de união e de separação do casal, os quais eram unidos enquanto pai e mãe, mas nem sempre como marido e mulher. Apesar desses aspectos, Rodrigo descreveu positivamente a sua esposa enquanto mãe: *“Eu acho ela uma excelente mãe. Carinhosa, preocupada, envolvida, assim como eu.”* A partir do seu relato, compreende-se que Rodrigo valorizava sua esposa como uma boa mãe, assim como ele. Com efeito, Rodrigo, ao tentar não ser um pai ausente, procurava ser uma mãe. É nesse registro que se situa a problemática dele com sua esposa, na medida em que Rodrigo tendia a se posicionar apenas como um provedor distante ou evitando ser como seu pai. Assim, quando estava junto do bebê e da esposa, Rodrigo mantinha uma admiração em tê-la como mãe de seu filho, procurando identificar-se nessa posição materna. Ao experienciar subjetivamente sua paternidade em duas posições, a de provedor e a de mãe, Rodrigo parece que não se posicionava frente ao desejo de sua esposa, o que, por sua vez, dificultava a existência de uma relação marido e mulher.

Desse estado de coisas, entende-se que, mesmo ao tentar ter comportamentos distintos dos de seu pai, Rodrigo indicava que o cerne de sua paternidade persistia em seus referenciais parentais. Nesse cenário, Rodrigo relatou obter

ganhos com a paternidade ao passar ter a perspectiva paterna, compreendendo melhor, com isso, a relação com seu pai. Provavelmente contribuiu para isso o seu tratamento psicoterápico, no qual também discutia as questões de sua paternidade. Seu posicionamento subjetivo diante dessa configuração aparentou conter identificações com seu pai e sua mãe, ou seja, ele tomou traços deles na constituição de sua própria paternidade. Com isso, Rodrigo, apesar de criticar seu pai, também era um pai demasiadamente ocupado com o trabalho, restando-lhe pouco tempo para dedicar-se ao filho. Entretanto, quando encontrava tempo disponível, Rodrigo ocupava-se totalmente do bebê, afirmando inclusive fazer tudo em relação a ele, competindo com sua esposa e procurando não deixar espaço para ela, semelhantemente, em certa medida, ao que sua mãe fazia com seu pai. Desse modo, Rodrigo revelou não conseguir se desvencilhar da história que o constituiu ao tentar ser um pai diferente dos seus progenitores, não sendo, em muitos momentos, outra coisa a não ser, essencialmente, eles mesmos.

Aspectos conceituais retratados no caso

Inicialmente, Rodrigo teve dificuldades de reconhecer suas expectativas em relação ao filho, e indicou o quanto esses conteúdos poderiam ser ameaçadores. Além disso, conforme Bydlowski (2001), a impossibilidade de imaginar o filho pode indicar a importância emocional desses aspectos. De qualquer modo, Rodrigo conseguiu expressar sua vontade de ter um filho menino, corroborando a expectativa de que homens tendem a preferir filhos do mesmo sexo (Brazelton & Cramer, 1992). Essa preferência aparentou basear-se na possibilidade de identificar-se com o bebê, possibilitando reparar a relação com seu pai, aspecto esse que permeou toda a paternidade de Rodrigo.

Compreende-se que a paternidade era uma responsabilidade temida por Rodrigo, inclusive dificultando-lhe imaginá-la, antes mesmo da gestação. No entanto, diante da gestação concreta de um bebê, Rodrigo passou a agir como se fosse outra pessoa, ficando inclusive feliz com a gravidez e aparentando estar desejoso de ter um filho. Porém, como indicado diversas vezes por ele, essa aceitação apenas foi possível em um só-depois, ou seja, apenas após ter compreendido e aceitado que seria pai, ele passou a desejar esse bebê, retrospectivamente. A partir daí, os impasses com seu próprio pai deixaram de ser simplesmente obstáculos para a paternidade, passando a ser inclusive estímulos, na medida em que, por meio de sua própria paternidade, Rodrigo poderia vivenciar de outro lugar aquilo que experimentou passivamente com seu pai.

Nessa perspectiva, devido especialmente aos conflitos que teve na relação com seu pai, pode-se pensar que Rodrigo tinha receio de tornar-se pai, na medida em que poderia reproduzir a paternidade do próprio pai. Contudo, ao passar pelo processo de transição à paternidade, Rodrigo conseguiu libertar-se, em parte, desses temores, procurando diferenciar-se de seu pai. Nesse cenário, compreende-se que Rodrigo trouxe à cena os elementos constitutivos de sua subjetivação, os quais se basearam naquilo que Freud chamou de identificação (Freud, 1921/1990), por meio do qual o sujeito assimila traços e aspectos de outra pessoa; neste caso, as figuras parentais de Rodrigo.

No tocante à sua mãe, Rodrigo, apesar de associá-la aos momentos bons, também a implicou na relação com seu pai, visto que ela dificultava o acesso de seu pai a ele. Assim, pode-se pensar em identificações inclusive com a mãe. De fato, Rodrigo aparentou transitar entre as identificações com sua mãe, isto é, sendo um pai que compete com a esposa para ter os bons momentos com o bebê só para si, e as identificações com seu pai. Estas, por mais evitadas que fossem, tendiam a se repetir, uma vez que esses acontecimentos ainda apresentavam um caráter não simbolizado, o qual insistia na busca de sentido e elaboração (Freud, 1914/1990). A partir do entendimento dessas identificações estabelecidas por Rodrigo, pode-se pensar que ele se casou com sua esposa a fim de ficar próximo do bebê, procurando, com isso, evitar repetir a história de seu pai. No entanto, aparentemente, estar casado com sua esposa também era um pré-requisito para identificar-se com seu pai, o qual, mesmo morando junto de sua mãe, fez-se distante. Nesse sentido, Rodrigo posicionava-se como provedor, assim como seu próprio pai. Ou ainda como sua mãe, como chegou a relatar ao dizer que, assim como sua esposa, ele era uma mãe carinhosa, preocupada e envolvida.

Diante disso, pode-se pensar que Rodrigo não conseguiu ser subjetivamente um pai participativo, na medida em que, para ser pai, ocupando lugar no desejo da mãe (Lacan, 1957/1995), ele teve que ser um pai ausente. Apenas nesse lugar sua esposa o demandava, ocasionando brigas e discussões para que Rodrigo permanecesse mais em casa com sua família. No entanto, quando Rodrigo estava em meio às atividades do lar, a relação com sua esposa era de identificação ou de competição, uma vez que os dois procuravam subjetivamente ser a mãe do bebê, não havendo relação de marido e mulher. Com isso, distintamente do seu pai, o qual era invocado por sua mãe diante dos filhos, Rodrigo, em casa, não ocupava o lugar paterno. Embora Rodrigo tenha sido o homem por quem sua companheira teve desejo e por meio do qual teve um filho (Szejer, 2002), ela aparentemente não o apresentava ao bebê como sendo objeto de seu desejo.

Para Rodrigo, um pai deveria ser presente, participativo, assim como ter as características essencialmente relacionadas ao papel do homem, isto é, ser provedor, atributo que tipicamente afastou o homem da criação dos filhos (Freud, 1930/2012), semelhantemente ao que ocorreu com seu próprio pai. Acerca disso, Rodrigo relatou ter se frustrado na relação com seu pai na medida em que ele não correspondeu às suas expectativas. Essas se basearam, principalmente, no anseio de ter um pai simultaneamente provedor, que prestasse o apoio necessário à família, assim como fosse participativo na criação dos filhos. No que diz respeito ao papel de provedor e de prestar apoio à família, atributos relatados como sendo o papel do homem, Rodrigo expressou-se satisfeito em relação ao seu pai. Entretanto, nos demais aspectos não havia uma correspondência entre a paternidade exercida por seu pai e a almejada por Rodrigo.

Pode-se compreender que a paternidade que Rodrigo esperava de seu pai, e também de si próprio, foi permeada por expectativas baseadas nos valores e modelos de paternidade contemporâneos, nos quais é esperada maior participação paterna com os filhos (Dallos & Nokes, 2011; Steinberga et al., 2000). Desse modo, quando Rodrigo discorreu a respeito da relação com seu pai, o fez com ressentimento de não ter tido a presença paterna nos momentos bons, apenas nos ruins, nos quais o pai era visto como alguém que o reprimia. Assim, o filho de Rodrigo se apresentaria como uma possibilidade de não repetir os erros de seu pai, mas a chance de estar presente nos momentos bons e ruins. Em outra perspectiva, a paternidade seria ameaçadora, pois com ela Rodrigo poderia repetir os caminhos de seu pai, algo que ele se sentiu inclinado a reproduzir. Com isso, certos “fantasmas” da infância de Rodrigo insistiam em aparecer, amedrontando-o com a possibilidade de ser com seu filho o pai que seu próprio pai havia sido, uma vez que, com o nascimento de um filho, há a possibilidade de que o pai reproduza tragédias familiares de sua própria infância (Fraiberg et al., 1994).

Em consonância com as críticas direcionadas ao seu pai, Rodrigo relatou sentir-se negligenciado. Esses aspectos podem ser associados ao que Freud (1909/1990) chamou de romance familiar do neurótico, quando a criança se sente negligenciada e passa a criticar suas figuras parentais, fantasiando trocar de pai e mãe por outros melhores que os seus. Esses novos pais e mães teriam atributos e características que corresponderiam aos ideais infantis outrora outorgados aos seus próprios genitores. Como relatado por Rodrigo, seu pai distanciava-se do ideal paterno que ele guardava, fazendo-o perceber em outros pais características que ansiava encontrar em seu próprio pai. Essa experiência foi corroborada por recordações nas quais os pais de seus amigos eram participativos nos cuidados com os filhos. Assim, por meio de sua própria paternidade, Rodrigo permane-

cia procurando esse pai enaltecido, o qual havia sido forjado por si mesmo. No entanto, buscando essa perfeição, Rodrigo se deparou com suas próprias falhas, como um pai que não conseguiu sustentar esse semblante de perfeição. Tal frustração se associa à perda desse pai enaltecido da infância, o qual Rodrigo não encontrou em seu pai, tampouco em si mesmo.

Considerações finais

As análises e os aspectos teóricos destacados neste estudo, evidentemente, não esgotam todos os possíveis entendimentos sobre os conteúdos presentes na constituição da paternidade do caso investigado, tampouco têm a pretensão de representar o que se passa em outros casos. Trata-se de uma das possíveis compreensões do que foi retratado pelo caso, e sem dúvida é uma construção passível de ser reelaborada a partir de outros entendimentos e perspectivas teóricas. É importante inclusive destacar que a constituição da paternidade pode também sofrer interferência de outros fatores contingenciais. Com isso, podem surgir inúmeros contextos com especificidades capazes de afetar a constituição da paternidade, que não se fizeram presentes neste estudo. Por exemplo, a prematuridade do bebê (Medeiros & Piccinini, 2015) ou aspectos sindrômicos (Henn & Piccinini, 2010) podem ser elementos cruciais no modo como o pai constitui sua paternidade. A importância dos contextos na paternidade já foi inclusive retratada em outro trabalho, desenvolvido pelos autores do presente estudo, envolvendo a amamentação do bebê e a experiência do pai enquanto terceiro na relação corporal mãe-bebê (Cherer et al., 2016).

Independente das especificidades da paternidade para cada pai, o caso apresentado neste estudo ilustra algumas questões colocadas pela psicanálise concernentes à constituição da paternidade em relação aos processos identificatórios. Esse processo ocorreu de forma articulada à história subjetiva paterna, especialmente no que se refere aos aspectos relacionados às suas figuras parentais, corroborando o que é retratado na literatura psicanalítica. Desse modo, espera-se que estas contribuições possam ser úteis para a clínica, assim como para fomentar novas questões para futuros estudos.

Referências

Cherer, E. Q.; Ferrari, A. G.; Piccinini, C. A. (2016). A amamentação e o desmame no processo de tornar-se pai. *Estilos da Clínica*, 21(1), 12-29.

- Bouchard, G. (2012). Intergenerational transmission and transition to fatherhood: A mediated-moderation model of paternal engagement. *Journal of Family Psychology*, 26(5), 747-755.
- Brazelton, T.; Cramer, B. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bydlowski, M. (2000). *Je rêve un enfant: L'expérience de la maternité*. Paris: Odile Jacob.
- Bydlowski, M. (2001). O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In: L. Corrêa Filho, M. E. G. Corrêa, P. S. França (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até os 3 anos: Saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*, p. 205-214. Brasília: L.G.E.
- Dallos, R.; Nokes, L. (2011). Distress, loss, and adjustment following the birth of a baby: A qualitative exploration of one new father's experiences. *Journal of Constructivist Psychology*, 24(2), 144-167.
- Darchis, E. (2000). La instauration de la parentalité et ses avatars. *Le Divan Familial – Blessures de la filiation, Revue de thérapie familiale psychanalytique*, 5/Automne. Paris: In Press.
- Finn, M.; Henwood, K. (2009). Exploring masculinities within men's identificatory imaginings of first-time fatherhood. *British Journal of Social Psychology*, 48, 547-562.
- Fraiberg, S.; Adelson, E.; Shapiro, V. (1994). Fantasma no quarto do bebê: Uma abordagem psicanalítica dos problemas que entram a relação mãe-bebê. *Revista do CEAPIA*, 7, 12-34.
- Freud, S. (1899/1990). Sobre los recuerdos encubridores (trad. J. Etcheverry). In: J. Strachey (Org.). *Obras Completas*, vol. 3, p. 291-316. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1909/1990). La novela familiar del neurótico (trad. J. Etcheverry). In: J. Strachey (Org.). *Obras Completas*, vol. 9, p. 213-220. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1913/1990). Tótem y Tabú (trad. J. Etcheverry). In: J. Strachey (Org.). *Obras Completas*, vol. 13, p. 1-164. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1914/1990). Recordar, repetir y reelaborar (trad. J. Etcheverry). In: J. Strachey (Org.). *Obras Completas*, vol. 12, p. 151-154. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1921/1990). Psicología de las masas y análisis del yo (trad. J. Etcheverry). In: J. Strachey (Org.). *Obras Completas*, vol. 18, p. 63-135. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1930/2012). *O mal-estar na cultura* (trad. R. Zwick). Porto Alegre: L&PM.
- Frieman, B. B.; Berkeley, T. R. (2002). Encouraging fathers to participate in the school experiences of young children: The teacher's role. *Early Childhood Education Journal*, 29(3), 209-213.
- Golse, B. (2003). *Sobre a psicoterapia pais-bebê: Narratividade, filiação e transmissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gomes, A. J. S.; Resende, V. R. (2004). O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125.
- Guzzo, K. (2011). New fathers' experiences with their own fathers and attitudes toward fathering. *Fathering*, 9(3), 268-290.
- Henn, C. G.; Piccinini, C. A. (2010). A experiência da paternidade e o envolvimento paterno no contexto da síndrome de Down. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 623-631.
- Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. Campinas: Papirus.

- Lacan, J. (1957/1995). *O seminário, Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1975/2010). *O seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lamour, M.; Letronnier, P. (2003). Prevention of Fatherhood Disorders: Accompanying early father-child interaction in day-care centers. *European Journal of Psychology of Education*, 18(2), 191-210.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Medeiros, F. B.; Piccinini, C. A. (2015). Father-infant relationship in the context of preterm birth: Pregnancy, hospitalization and third month after discharge. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(3), 475-485.
- Moro, M. R. (2005). Os ingredientes da parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 8(2), 558-573.
- NUDIF – Núcleo de Infância e Família da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011a). *Entrevista sobre a gestação, o parto e a paternidade* (instrumento não publicado). Instituto de Psicologia, UFRGS.
- NUDIF – Núcleo de Infância e Família da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011b). *Entrevista sobre a paternidade* (instrumento não publicado). Instituto de Psicologia, UFRGS.
- Piccinini, C. A.; Becker, S. M. S.; Martins, G. D. F.; Lopes, R. C. S.; Sperb, T. M. (2012). *Impacto da creche no desenvolvimento socioemocional e cognitivo infantil: Estudo longitudinal do sexto mês de vida do bebê ao final dos anos pré-escolares – CRESCI* (projeto de pesquisa não publicado). Porto Alegre: UFRGS.
- Raphael-Leff, J. (1997). *Gravidez: A história interior*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Stake, R. E. (2006). *Multiple cases studies analyses*. New York: Guilford.
- Steinberga, S.; Kruckmanc, L.; Steinberga, S. (2000). Reinventing fatherhood in Japan and Canada. *Social Science & Medicine*, 50, 1257-1272.
- Szejer, M. (2002). Uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento. In: L. Corrêa Filho, M. Corrêa, P. França (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: Saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*, p. 188-204. Brasília: L.G.E.
- Zavaroni, D. M. L.; Viana, T. C.; Celes, L. A. M. (2007). A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 12(1), 65-70.
- Zornig, S. M. A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 453-470.

Notas

- ¹ Ainda que em português o termo “pais” refira-se tanto ao pai quanto à mãe, ele será empregado neste estudo apenas para se referir ao genitor masculino, enquanto o termo “pai(s) e mãe(s)” será utilizado para se referir aos dois genitores.

² Do latim, designando a criança que ainda não fala.

³ O caso retratado neste artigo é um dos casos descritos em detalhes na dissertação de mestrado de Evandro de Quadros Cherer, intitulada *Tornar-se pai: A experiência subjetiva da paternidade no sexto mês e ao final do segundo ano de vida do bebê*, orientada pelo Prof. Cesar Augusto Piccinini e defendida no PPG – Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dados de identificação do caso foram modificados para preservar a identificação do participante.

⁴ Piccinini et al., 2012. O Projeto CRESCI foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS (Protocolo nº 2010070) e pelo Comitê de Ética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (Protocolo nº 100553).

Recebido em 22 de maio de 2019
Aceito para publicação em 07 de fevereiro de 2020

“NO AR” E NAS RUAS: PAJUBÁ E HUMOR ENTRE TRAVESTIS DO INTERIOR DE SÃO PAULO

*“IN THE AIR” AND ON THE STREETS: PAJUBÁ AND HUMOR
AMONG TRANSVESTITES FROM A CITY IN SÃO PAULO STATE*

*“EN EL AIRE” Y EN LAS CALLES: PAJUBÁ Y HUMOR
ENTRE TRAVESTIS DEL INTERIOR DE SÃO PAULO*

Ana Paula Leivar Brancaleoni ⁽¹⁾

Daniel Kupermann ⁽²⁾

RESUMO

Este trabalho pretende discutir a produção do humor entre travestis que vivenciam condições de alta vulnerabilidade social, com especial destaque para a função exercida pelo “pajubá”, dialeto utilizado, inicialmente, entre travestis e, posteriormente, apropriado também por outros grupos do universo LGBTTT+. Dialogaremos com excertos de entrevistas e situações observadas ao longo de um trabalho de campo desenvolvido, a partir de uma perspectiva etnográfica, com um grupo de travestis do interior de São Paulo, além de produções culturais que nos convidam a refletir sobre a questão. Enquanto proposta de interlocução teórica, assume-se também a psicanálise. Identificam-se várias dimensões do humor, entre elas: produção de modos de sociabilidade; despatologização das travestilidades; indicação do caráter performático do binarismo de gênero; transformação da angústia em riso, celebração da vida. Pelo riso, as travestis também se afirmam como sujeitos que não se resignam ao sofrimento, que não sucumbem a uma realidade desfavorável e excludente.

Palavras-chave: humor; travestis; identidade de gênero; psicanálise; pajubá.

ABSTRACT

This work aims to discuss the making of humor among transvestites who experience conditions of high social vulnerability, with special emphasis on the

⁽¹⁾ Mestre e Doutora em Psicologia pela FFCLRP/USP, Pós-doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia (IPUSP) da Universidade de São Paulo (USP), Professora Assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Jaboticabal, SP, Brasil. ana.brancaleoni@unesp.br

⁽²⁾ Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Bolsista do CNPq, SP, Brasil. danielkupermann@gmail.com

“pajubá”, a dialect initially used among transvestites and later also appropriated by other groups in the LGBTTT+ universe. We will use excerpts from interviews and situations observed, from an ethnographic perspective, during fieldwork with a group of transvestites from a city in São Paulo state, as well as cultural productions that invite us to reflect on the issue. Psychoanalysis is included as a proposed theoretical interlocution. Several dimensions of humor are identified: the production of modes of sociability; depathologization of travestilities; indication of the performative character of gender binarism; transformation of anguish into laughter, celebration of life. Through laughter, transvestites also assert themselves as subjects who do not resign themselves to suffering, who do not succumb to an unfavorable and exclusionary reality.

Keywords: humor; transvestites; gender identity; psychoanalysis; pajubá.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la producción del humor entre travestis que experimentan condiciones de alta vulnerabilidad social, con especial énfasis en el papel desempeñado por el “pajubá”, un dialecto utilizado inicialmente entre travestis y luego también apropiado por otros grupos en el universo LGBTTT+. Dialogaremos con extractos de entrevistas y situaciones observadas durante el trabajo de campo desarrollado, desde una perspectiva etnográfica, con un grupo de travestis del interior de São Paulo, así como producciones culturales que nos invitan a reflexionar sobre el tema. Como propuesta teórica de interlocución, también se supone el psicoanálisis. Se identifican variadas dimensiones del humor, que incluyen: producción de modos de sociabilidad; despatologización de la travestilidad; indicación del carácter performativo del binarismo de género; transformación de la angustia en risa, celebración de la vida. A través de la risa, los travestis también se afirman como sujetos que no se resignan al sufrimiento, que no sucumben a una realidad desfavorable y excluyente.

Palabras clave: humor; travestis; identidad de género; psicoanálisis; pajubá.

Introdução

A discussão aqui apresentada foi ganhando destaque a partir de observações realizadas ao longo de trabalho de campo, que teve por pretensão promover ações de promoção de saúde e cidadania junto a travestis que vivenciam condições de

vulnerabilidade social. Durante cinco anos, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo, empreendeu-se um processo de investigação e intervenção junto a travestis e transexuais, especialmente aquelas que trabalhavam no mercado do sexo. Ao acompanhar esse percurso, por uma perspectiva etnográfica, chamou-nos atenção a presença frequente de piadas e de humor em meio a realidade tão adversa. Tratava-se de pessoas que viviam condições materiais precárias, marcadas por relações de exclusão bastante profundas, com baixa escolaridade e poucos vínculos familiares mantidos; contudo, os risos eram frequentes. Risos frequentes, mas também perturbadores: humor e piadas, que desestabilizavam ordens legitimadas e impostas, como também desvelavam hipocrisias, medos, preconceitos e estereótipos. Assim, riam de si e de outros. Como compreender esse movimento? Que análises seriam possíveis?

Diante disso, o presente trabalho pretende discutir a produção do humor entre travestis que vivenciam condições de alta vulnerabilidade social, com especial destaque para a função exercida pelo *pajubá* – dialeto utilizado, inicialmente, entre travestis e, posteriormente, apropriado também por outros grupos do universo LGBTQBT+. Dialogaremos com excertos de entrevistas e situações observadas ao longo de trabalho de campo, além de produções filmicas que nos convidam a refletir sobre a questão do dialeto. Enquanto proposta de interlocução teórica, assume-se também a psicanálise.

No que se refere a produções filmicas, serão, inicialmente, destacados dois conjuntos de vídeos, que nos chamam especial atenção em virtude da função desempenhada pelo *pajubá*.

Do GLOSSÁRIO ao Jornal Nacional: o *pajubá* está “no ar”

Um glossário? Um conjunto de palavras pouco conhecidas ou de sentido obscuro, contidas em um texto geralmente apresentado ao seu início ou ao seu final... Assim, prosseguiremos nossa discussão dizendo de um “glossário” que apresenta termos que compõem o texto social, mas de forma obscurecida, pois contam de relações estabelecidas entre pessoas que não são reconhecidas em sua humanidade. Navegando pela internet, encontra-se o “GLOSSÁRIO”, protagonizado por travestis artistas cearenses, que encenam situações em que algumas palavras do *pajubá* são traduzidas ao português e ganham sentido para os “não entendidos”. Os dois volumes, produzidos por Fabinho Vieira, que compõe o coletivo Travestidas, despertam riso.¹

Destaca-se que o próprio título já confere um sentido cômico às duas produções, indicando que não se trata de um glossário convencional, mas afirmando seu ar “glamoroso”, construindo um jogo com a palavra, destacando o “GLOSS” – maquiagem labial. Portanto, um produto de uso institucionalmente feminino, mas que nomeia vídeos protagonizados por pessoas que rompem com a heteronormatividade, corpos que transitam por territórios que não seriam permitidos para aqueles que têm o pênis como genital de nascimento. Na segunda edição, inicia-se com uma música que tem como letra: “filme de puta não tem trilha sonora, não tem grana pra pagar direito autoral”. Novamente, o que é socialmente pejorativo – nessa situação, “travesti puta” – comparece na criação artística como uma potência afirmada. A interdição do uso de música de autoria estabelecida, por falta de recursos financeiros, é denunciada pela criação musical que introduz o vídeo. Assim, afirma-se a travesti prostituta como sujeito criativo, que não sucumbe às adversidades da realidade vivida, mas que triunfa promovendo o riso por meio de suas criações que dizem de suas precariedades.

Nos dois vídeos, encontramos palavras e expressões como: *edi, picumã, neca, aliban, aquê, odara, erê, amapô, cafuçu, passar o cheque, amapô, carne-de-lata*, entre outras, que vão divertidamente demonstrando ao espectador sua ignorância sobre aquele dialeto.

Em outra série de vídeos, do canal Las Bibas from Vizcaya², temos o “Plantão Telecurso do *Pajubá*”. Os vídeos se iniciam com a chamada do Plantão da Rede Globo e seguem com cenas do Jornal Nacional, com seus jornalistas, entre eles William Bonner, ensinando *pajubá* aos telespectadores. Os jornalistas são dublados com vozes farsescas que conduzem todas as conversas por meio de expressões e termos *pajubás*. Assim, o *pajubá* invade o jornal mais assistido e influente do país, parodiando o instituído e promovendo riso ao vermos seus jornalistas pronunciando palavras como: *chuca, neca e nena*, introduzidas por uma frase: “Maju, vamo mostrar um pouco de cultura pra esse povo” ... O *pajubá* está “no ar”, subvertendo espaços e figuras de autoridade.

Mas, qual o sentido do destaque inicialmente conferido a essas curtas produções mencionadas? Nossa aposta é que os vídeos condensam importantes convites para se problematizar o humor entre travestis, dando destaque ao dialeto *pajubá* em sua produção. No GLOSSário, o *pajubá* ganha as cores e o brilho do riso, assim como o “gloss”, indicando para a sua função na produção do humor entre elas. No Plantão, “anunciam-se” a urgência e o destaque merecidos pelo dialeto. Assim, atendendo ao “chamado do Plantão”, nos debruçaremos sobre ele.

O *pajubá*

Anuncia-se no Plantão: “Vou pedir a cassação de sua carteira de veada, porque, se você não sabe o que é *pajubá*, dá licença, né?” Assim, é como credencial de pertença... Da mesma forma, logo no início das idas a campo, recebeu-se o aviso, por parte de uma delas: “Quer trabalhar mesmo com travesti, vai ter que aprender *pajubá*.” Mas, afinal, que dialeto é esse?

O *pajubá*, ou “bate-bate”, compõe o *ethos* de sociabilidade das travestis. O dialeto traz, como raiz, as linguagens praticadas pelos “membros das comunidades religiosas afro-brasileiras”, designadas como “língua de santo”. Ele é formado por termos que têm sua origem em algumas línguas africanas, a principal das quais é o yorubá-nagô, sobre a base fonológica e gramatical do português. Destaca-se, ainda, a significativa presença de termos metonímicos, além de palavras estrangeiras foneticamente adaptadas ao português (Borba, 2010).

Jimenez e Adorno (2009) discutem as compreensões da antropóloga nigeriana Oyeronke Oyewumi, que afirma que o yorubá não apresenta pronomes que indicam gênero, mas, sim, apontam aquele que é mais velho e o que é mais novo. Isso porque, na cultura yorubá, o organizador mais potente é a idade relativa e não o gênero. Segundo a antropóloga, a imposição de um sistema de gênero seria resultante do colonialismo, seguido do imperialismo acadêmico, o que implica no risco de apagamento e invisibilização de importantes diferenças étnico-raciais.

Assim, o *pajubá* se enraíza também como uma “cabula”, que é um termo que resulta dos manejos dos negros para exercer sua crença, no Brasil, diante das barreiras cristãs, sincretizando elementos africanos às práticas permitidas e construindo uma nova prática cultural/religiosa, mas que permite a resistência dos elementos de sua cultura. “Cabula-se”, pelo *pajubá*, a linguagem oficial, mediante uma inteligibilidade que escapa aos quadros legitimados da linguagem oficial. Como afirma Oliveira (2016): “formas de vidas que escapam à estreiteza da hegemonia heterossexual, o produziram como um modo de estabelecer comunicações e de produzir laços de comunidade” (p. 335).

O encontro com as línguas africanas, na composição do *pajubá*, se deu por meio da vivência de travestis em terreiros de candomblé e umbanda, religiões em que a homossexualidade e a travestilidade são aceitas, compreendidas também como próprias do ser humano. Segundo conta uma das travestis mais antigas e reconhecidas de Diadema, assumida como uma referência no grupo, até as décadas de 1960/1970 os espaços de socialização de travestis eram ainda mais restritos, sendo muito intensas a perseguição policial e a repressão política em relação ao grupo. Nesse contexto, os terreiros de candomblé com-

pareciam como um dos poucos espaços de acolhimento e produção de sentimento de pertença para essas pessoas. Essa condição teria favorecido que muitas travestis “fizessem o Santo”, incorporando elementos do yorubá à linguagem no universo da travestilidade. Tomando ainda o yorubá e sua gramática, esta parece possibilitar a coexistência de corpos híbridos e sexos instáveis. Isso porque é bastante flexível tanto em relação à dualidade sexo/gênero, especialmente aliando-se à religiosidade afro-brasileira, em que os orixás podem apresentar imagens e sexualidades bastante distintas daquelas dos santos e santas cristãos (Jimenez & Adorno, 2009).

Jimenez e Adorno (2009) afirmam que o yorubá, na parceria com as práticas religiosas afro-brasileiras, “constituem o berço onde a gramática se uniu à experiência mítica”. Tal união teria possibilitado a existência discursiva das travestis, na medida em que lhes confere o status de legitimidade, havendo a garantia de um lugar no referencial de identificação com divindades que gozariam também da condição de trânsito entre os gêneros. Destaca-se que a possibilidade oferecida pelo recurso linguístico-gramatical como o yorubá, articulado a uma cultura religiosa que flexibiliza a posição do gênero como organizador central, participa intimamente da produção de um contexto em que a existência da travestilidade pode ser reconhecida e legitimada, o que não seria esperado em línguas latinas e nas religiões cristãs.

Pelúcio (2015) aponta para uma importante questão: o ethos construído pelas travestis traz a noite, a rua e o terreiro como espaços e sentidos, frente aos processos de exclusão social. Esse espaço de sociabilidade possui seus códigos e dialeto. “Cabula-se” o instituído e reafirma-se enquanto existente, ainda que à margem. A questão é que não simplesmente ocupam a margem, mas a constroem articulada a suas formas de existência. Assim, merecem destaque o reconhecimento do instituído e seu uso subversivo. “Cabulam-se” os poderes instituídos. Nesse sentido, vale nos reportarmos ao exemplo de Clara, conforme faremos a seguir. Assim, das telas caminhamos para a rua.

Desafiando o biopoder

Destaca-se, entre as travestis estudadas, o efeito disruptivo do humor frente à heteronormatividade e aos processos sociais de patologização, por provocar questionamento do binarismo de gênero, do biopoder e das autoridades socialmente instituídas. Trazemos, de início, um excerto da entrevista realizada com Clara, que assumimos como exemplar no sentido do desafio ao biopoder:

Uai, ele diz que eu nasci homem, né? Aí eu falei quê!... Eu nasci atriz... eu acho que quando o médico olhou e falou pra minha família: 'É um menino', eu olhei pra cara dele, pra cara do médico e falei: 'Ei, paspalho, o que é que você tá falando? Cuida da sua vida, né?' Ele diz que eu nasci homem, onde tem homem aqui? Num tem, só o Chuck, né? Já comecei atuando na hora do meu parto mesmo, né? (rindo) que o médico ficou lá falando 'É homem, é homem, é homem', eu lá: 'Que que é isso, né?' (aos risos).

Clara tinha 40 anos e era natural de outra cidade. Era paciente renal, fizera a doação de um de seus rins para uma irmã que se suicidara pouco tempo depois de realizar o transplante. Por conta dos problemas de saúde prévios, não “bombou” silicone e fazia uso de hormônios descontinuamente, mas sem acompanhamento médico adequado. Contudo, em virtude dos problemas renais, sentia que vivenciava mais dificuldades com a hormonização. Desejava manter o pênis, mas queria retirar as gônadas para facilitar a aquisição de caracteres femininos. Diante da negação do procedimento (ao longo de anos) pelo Sistema Único de Saúde, ela construiu um “plano” para a obtenção do que queria. Referia que estudou anatomia e anestesia por um longo tempo. Conseguiu bisturi e anestésico, realizou o corte das gônadas em uma situação que julgava que receberia socorro e que, no processo de reconstituição, os médicos teriam que conduzir o procedimento tal como ela desejava. Obteve sucesso e narra sua vida apresentando a cirurgia como o grande divisor de águas. Conforme relata:

Eu mesma fiz meu laboratório, eu me criei no meu laboratório, eu mesma criei o meu laboratório. Eu fui ligando uma coisa com a outra, eu sabia que existia um tipo de cirurgia que ia dar certo por causa do meu rim, então... que não ia afetar meu rim, sabia que minhas taxas hormonais era x, já tinha ultrapassado muito e tava muito além e que só a cirurgia ia resolver meu caso... e fazer o quê? O hospital não quis fazer... Pensei, deixa eu começar que eles terminam. Eu premeditei tudo, premeditei tudo até na hora da hemorragia, né? Então na hora que eu tava indo pro centro cirúrgico... Eu não tava sentindo dor porque já estava me dando muito analgésico por conta da cólica renal... então... daí eu vi que ia dar conta... chamei a ambulância e já fui pro hospital. Aí eu consegui o que eu queria.

Poderíamos, assim, posicionar a figura da travesti, sua parodística de gênero, sua confrontação dos profissionais de saúde mental, como questionadoras e desestabilizadoras do suposto saber sobre a identidade de gênero? Seria o riso entre travestis, no contexto observado, promotor de questionamentos e possibilidades de efeitos disruptivos ao binarismo de gênero e à heteronormatividade? Retomemos o GLOSSÁRIO, o Plantão, Clara e outras tantas com as quais nos encontramos...

GLOSSÁRIO, Plantão, Clara e outras tantas: questões postas ao binarismo de gênero

Assistindo aos vídeos mencionados, refletindo sobre o *pajubá*, demorando-nos na história e nas falas de Clara, colocam-se para nós questionamentos sobre o gênero e seu processo de produção.

Como afirma Butler (2013), o gênero é “o mecanismo pelo qual as noções de feminino e masculino são produzidas e naturalizadas”; entretanto, assim como é o mecanismo de produção, também pode vir a ser “o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (p. 42). Posicionar-se-ia, assim, a ameaça representada pela “margem travesti” ao binarismo instituído?

É importante destacar que, quando nos referimos “às travestis”, não as estamos compreendendo como categoria de forma a produzir homogeneizações. Ao contrário, assumimos a perspectiva das travestilidades. Como afirma Pelúcio (2015), esse termo em seu plural é mais legítimo na medida em que evidencia a multiplicidade de formas de se entender e se constituir, enquanto sujeito, nessa expressão de gênero. Mesmo porque as travestis têm se referenciado em inúmeras imagens de ser homem/mulher, nas diversas relações sociais que compõem, bem como mediante veiculações de diversos modelos pelos meios de comunicação. Consideram-se, ainda, as variações regionais e de ambientes como elementos que participam da constituição dessa multiplicidade. Assim, Peres (2004) propõe o termo “travestilidades” tanto para demarcar a gama diversa de possibilidades identitárias das travestis, quanto para romper com as perspectivas mais patologizantes. A partir dessas considerações, ao longo do trabalho, permanecemos utilizando o termo travesti por uma conveniência de escrita. Contudo, destaca-se que ele deve ser lido, ao longo do texto, a partir da perspectiva das travestilidades.

Indica-se que a travesti, em suas diferentes formas de existência, zomba da sociedade heteronormativa binária, especialmente da afirmação posta por um modelo expressivo de gênero, dentro do qual se pressupõe a existência de uma

autenticidade essencial. Assim, a travestilidade é uma verdadeira paródia da noção de uma identidade de gênero originária, natural ou primária. Isso porque a travesti desvela o caráter artificial e performativo do gênero, falsamente naturalizado por meio de uma “ficção reguladora da coerência heterossexual” (Butler, 2013). Estaria o humor, presente entre as travestis, na composição de elementos de caráter disruptivo do ideal de gênero tomado como algo natural?

No parodismo de gênero, tem-se a abertura ao riso, impulsionado pela destituição do sentido do “normal”, pelo desvelamento de sua não originalidade, revelando que não se trata de algo natural. Ao invés disso, o original comparece como cópia, marcado pela falha, frente a um ideal que não há quem possa plenamente incorporar. Nesse parodismo, o cômico é elemento componente.

No sentido de aprofundar a discussão sobre a produção e a função do humor entre elas, buscamos as lentes da psicanálise. Humor, travestis, psicanálise... quais os diálogos possíveis?

Humor e travestilidades: construindo diálogos

Ousamos uma aproximação dessas reflexões acerca das paródias de gênero às considerações de Kupermann (2010) quando, em sua análise sobre a metapsicologia do humor, afirma o seu potencial perturbador do *status quo*. Destaca-se a possibilidade do humor de subverter fronteiras estabelecidas pelo *ethos* oficial, assim como hierarquias que se erigem na estrutura social. Destarte, entendemos que a psicanálise pode trazer contribuições importantes para a compreensão do problema proposto para o presente trabalho.

É apenas em 1927, mesmo ano de lançamento de *O futuro de uma ilusão*, obra de grande reconhecimento público, que Freud retoma, em um breve ensaio, o tema do humor. Diferente de *O futuro de uma ilusão* e de *O mal estar na civilização*, onde comparece uma visão bastante pessimista acerca da natureza humana e dos caminhos trilhados pela humanidade, no texto *O humor* o autor sinaliza para destinos menos nefastos, ampliando, inclusive, suas compreensões acerca do superego – apresentado, nessa ocasião, também como a possibilidade de um estado de espírito afável (Kupermann, 2003). Destaca-se ainda, ao final de sua escrita, que: “temos muito a aprender sobre a natureza do superego” (Freud, 1927/1996, p. 169).

Nesse trabalho, Freud retoma questões já apresentadas no texto *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905/1996), no qual, segundo o próprio autor, a questão do humor foi analisada apenas a partir do ponto de vista econômico, em

que se buscou demonstrar que o prazer obtido por meio do ato humorístico surge da economia de energia em relação ao sentimento.

Prosseguindo a análise, Freud indica duas possibilidades de realização do processo humorístico, a primeira por uma pessoa isolada, e outra que se daria entre duas pessoas, das quais uma não toma parte do processo humorístico, mas torna-se objeto de contemplação humorística. Ainda assim, destaca que o principal elemento a ser compreendido é o humorista. Isso porque aquilo que ocorre entre os participantes ou ouvintes não passa de mero eco ou reprodução do ocorrido com o humorista.

Freud posiciona o humor em grau mais elevado na comparação com o cômico e com o chiste, o que, segundo ele, se deve ao triunfo do narcisismo, “na afirmação vitoriosa, da invulnerabilidade do ego” (1927/1996, p. 166), que se recusa a ser compelido a sofrer. Assim, o mundo externo e suas vicissitudes convertem-se em ocasiões para obter prazer, fato que configura o humor como “rebelde”, não resignado à crueldade das circunstâncias reais.

O humor apresentaria, portanto, duas características: a rejeição das reivindicações da realidade e a efetivação do princípio do prazer a fim de escapar da compulsão para sofrer. O vienense considera ainda que o humorista se comporta frente aos ouvintes como o adulto diante de crianças nas situações em que o primeiro sorri dos interesses e sentimentos triviais que parecem enormes para os infantes. Destaca-se que esse posicionamento foi encontrado, em muitos momentos, na relação com as travestis que, vivendo experiências de abjeção, constroem formas de sobrevivência e resistência. Adiante, nos deteremos mais profundamente sobre a posição de abjeto ocupada por elas, assim como as resistências aos efeitos mortificantes de tal posição.

O abjeto e o grotesco: resistências aos efeitos mortificantes dessa condição

Segundo Butler (2013, p. 191), o abjeto é o que foi expelido, descartado tal como excremento “tornado literalmente ‘Outro’”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente por meio dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito.

As travestis são dotadas de um corpo que habita o espaço da dessemelhança e da não identidade, o que as torna repulsivas porque fraturam a suposta estabilidade e unidade do corpo-padrão dentro dos pressupostos heteronormativos.

Tomando por base as considerações de Butler (2013), a travesti ocupa o lugar do abjeto. Destaca-se que o Brasil segue como país do mundo com o maior número de mortes de travestis e transexuais, conforme aponta o dossiê *Assassinatos e violência contra travestis no Brasil em 2018*, organizado por Benevides e Nogueira (2019). O país responde por 47% das mortes notificadas.

Assim, o estar fora da ordem hegemônica é assumido como um estado sórdido e desordenado da natureza, o que se dá mediante o pretense apagamento social do caráter performativo do gênero, atribuindo-lhe uma estabilidade representada por um binarismo, assumido como originário e universal. Trata-se de um regime que identifica como “perigosos” aqueles que se situam às margens dele. E onde estaria o perigo? Que ameaça tais seres abjetos podem constituir para o instituído? Como aponta Butler (2013), é justamente nas margens que se encontra a maior vulnerabilidade dos sistemas sociais, pois elas denunciam aquilo que foi apartado, mas que, mesmo assim, compõe o humano. Daí o perigo que os sujeitos abjetos representam. Assim, pauta-se a relação entre o interno e o externo em que, tendo-se por referência a passagem excrementícia como modelo pelo qual se dão as práticas de diferenciação das identidades, o outro, o ser abjeto, vira “merda”. O ideal social seria que o corpo normatizado atingisse, em toda a sua superficialidade, uma impermeabilidade, constituindo-se numa perfeita vedação do eu e do outro/abjeto. Contudo, tal impermeabilidade é impossível de ser alcançada.

O humor, em seu caráter questionador de toda e qualquer autoridade, produzido e enunciado por seres abjetos, pode, quiçá, endereçar importantes questões acerca da heteronormatividade instituída sobre relações de poder. As travestis nos contam sobre uma posição social de clandestinidade, ao passo que também denunciam que esse lugar do “estranho” diz daquilo que também é estranho, do recalcado que não pode socialmente comparecer às luzes do dia. Como afirma Freud: “Uma experiência estranha ocorre quando os complexos infantis que haviam sido reprimidos revivem uma vez mais por meio de alguma impressão, ou quando as crenças primitivas que foram superadas parecem outra vez confirmar-se.” (1919/1996, p. 226)

Frente ao monstruoso, há uma incômoda proximidade entre o horror e o riso. Vernant (1988) aponta que, no monstruoso, ocorre uma imbricação daquilo que se toma como distinto e apartado, guardando a ambivalência entre o terrificante e o grotesco, assim como a oscilação entre um e outro.

A figura da travesti, configurada como monstruosa, pode produzir efeitos de estranhamento capazes de romper o imobilismo e repor o movimento na vida social ao desestabilizar códigos e certezas que organizam e ditam a moral cotidiana, principalmente a naturalização do binarismo de gênero. O riso grotesco

das travestis, assim como aquele promovido nos outros por sua figura, traz à luz e positiva aspectos que socialmente são lançados no escuro, posicionando-se, portanto, em um movimento distinto ao da repressão e da angústia de castração.

O uso do *pajubá*, por sua vez, pode ilustrar a resistência à condição de abjeto e aos seus efeitos mortificantes. Nas observações de campo, assim como podemos constatar nos vídeos, o dialeto é utilizado, com frequência, na promoção do riso sobre elas e entre elas. Trata-se de uma forma de expressão que permite o reconhecimento – entre elas e também para outros – de questões difíceis, conferindo a sensação de laço social e de pertença grupal. Como disse Clara:

É... já é uma risada... o jeito que eu escolho pra falar em si. Entre a gente, a gente fala, no pajubá... já dá um tom, né? Com outras pessoas que são minhas amigas, mas não são entendidas, né? Elas já sabem, né? Comecei a conversa com pajubá, vem risada, mesmo que for rir pra não chorar, né? Nem sempre o babado é bom. Mas rir melhora, né?

Assim, a benevolência da instância ideal e o reconhecimento da alteridade presente no humor favorecem o bendizer da vida e a possibilidade de um laço afetivo não traumatizante com o outro (Kupermann, 2003). Por outro lado, o uso do *pajubá* também se presta a delimitar o distanciamento desejado daqueles que não são “entendidos”. Ao longo do trabalho de campo, uma palavra era de uso recorrente, mas não compreendíamos claramente seu sentido. Referiam, em várias situações, que estavam “brocadas”. Diziam frases como: “a sociedade broca a gente”, “assim você me broca”, “somos brocadas”, “se é brocado, não tem jeito”. O interessante é que o esforço de compreensão do sentido dessa expressão era freado por um riso e um dizer complementar: “pode ser”. Frente à pergunta do que era “brocado”, respondiam com outra questão: “o que você acha que é?” Contudo, tratava-se de um limite que não encerrava ou impedia a conversa. Constituía-se, ao longo dos encontros, um divertido “jogo de adivinha”, em que o sentido mais exato não era revelado, mas prosseguia-se a conversa a partir dos sentidos trazidos pela pesquisadora – alguém “de fora”. Assim, compuseram as conversas, vários sentidos atribuídos por esse “agente de fora” à expressão conhecida e manipulada por elas. Brocado seria fixado ao chão, impedido de se movimentar? Seria perfurado, esvaziado, carcomido? Ao final de cada tentativa, emergia, com frequência, um riso partilhado entre elas, seguido de um “pode ser também” e, assim, prosseguiam falando desse “novo” brocado, aquele do presente momento.

Assim como no GLOSSÁRIO, porém, agora sem traduzir ao leigo o sentido da palavra em *pajubá*, há a promoção de um riso reafirmando um saber que possuem e revelando a ignorância de outros que, socialmente, ocupam uma posição mais reconhecida e privilegiada. Jimenez e Adorno (2009), na pesquisa que realizaram com travestis, destacam, justamente, o uso da linguagem na produção de aproximações e afastamentos. Relatam momentos em que o uso do *pajubá* e de gírias incompreensíveis dava-se justamente com a função de demonstrar o domínio sobre o território, assim como a pouca disponibilidade para qualquer tipo de aproximação. Em outros momentos, contudo, deparam-se com a disposição das travestis para traduzir expressões e palavras do seu universo.

Diferente da relação estabelecida com a palavra “brocado”, quando outras expressões também não eram compreendidas inicialmente pelos “de fora” – “não entendidos” –, estavam dispostas a explicar. Frequentemente, usavam expressões e palavras em *pajubá* que eram traduzidas frente a uma incompreensão do seu sentido. Como em uma conversa com um grupo em que diziam da necessidade de “aquendar a neca”. No momento da tradução, o riso conjunto... “Você não sabe o que é aquendar a neca? Nem pode, você não tem neca.” Frente ao dito, o riso era partilhado entre todos – os “de dentro” e os “de fora”.

Assim, permitiam a aproximação, como também constituíam diferenciações mediadas pelo riso que promovia o laço social. Como afirma Minois (2003), com referência ao trabalho *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, de Freud: “Nem todo mundo tem esse espírito; isso requer aptidões particulares, ligadas à necessidade de comunicar. Aliás, a palavra espirituosa exige a cumplicidade do outro; trata-se de um gesto social, do qual uma das qualidades essenciais é a concisão.” (1927/1996, p. 526)

De forma concisa e precisa, estabeleciam-se limites entre “entendidos” e “não entendidos” reafirmando a existência de sua linguagem, seus sentidos e formas de relação com o gênero e com o corpo que podem existir/resistir. Borba (2010) salienta o *pajubá* como uma importante e frequente ferramenta linguística na negociação de suas posições de sujeito, qualificando aqueles que serão, ou não, seus interlocutores, na medida em que seu uso por pessoas travestis e não travestis diminui as diferenças identitárias, aproximando aqueles que interagem.

Como afirmam Borba e Ostermann (2008): “A corporificação é o que habilita os/as transgêneros a construir performances de gênero que contrastam com suas determinações biológicas através do uso de seus corpos e linguagem” (p. 410). Clara conta que se diverte vendo a cara de pessoas que as discriminam, quando nessas situações começa usar termos do *pajubá*. Relatou, em entrevista: “Precisava ver a cara dela... ficou me encarando feio, olhando de cima em baixo

na fila. Daí eu disse: ‘ahhh amapô vai perder picumã’ ... a cara que ela fez...! Ela não entedia... fiquei rindo.”

Outra questão que merece destaque é o manejo do gênero no uso do português. Uma observação realizada em uma casa/pensão é exemplar. Estávamos na sala quando a travesti cafetina voltou a falar da situação de conflito que vivia com um irmão. Notava-se que, quando se referia a si na relação com os irmãos e com o pai, usava o gênero gramatical masculino. “Meu pai me disse: ‘filho cuida do seu irmão... que é um descabeçado, não deixa ele ficar largado na sarjeta’.” Quando voltava a falar de situações do cotidiano de sua casa, na relação com “as outras meninas”, referia-se a si no feminino. Borba e Ostermann (2008) descrevem o manejo do masculino e feminino gramaticais por travestis. Segundo relatam, o masculino gramatical é utilizado em contextos e funções interacionais bastantes específicas, tais como nas relações familiares, para demarcar momentos de suas vidas anteriores às transformações corporais, na referência a outras travestis com as quais não se identificam.

Assim, quebram fronteiras no que se refere ao gênero, ao léxico, à gramática. Por meio do humor e do uso da linguagem, produzem diferenciações entre elas e outros/as, promovem o rebaixamento de figuras de autoridade... Carnavalizam? Convidemos Bakhtin para nos auxiliar no prosseguimento de nossas discussões.

Bakhtin e a carnavalização: quebra das fronteiras e rebaixamento das figuras de autoridade

Bakhtin (2013), em suas análises sobre a cultura popular na idade média e no renascimento, apresenta a figuração da travesti, aquela que era característica daquele contexto, com relevância. Como afirma o autor, o mundo cômico popular constitui-se como paródia carnavalesca daquela vida originária, sendo mesmo o seu “revés”. Trata-se de um riso que escarnece a todos, que não respeita hierarquias e que abarca burladores e autoridades. Assim, com seu tom festivo, constitui-se um riso de caráter utópico que se erige contra todas as formas de autoridade, expressando e conservando a ambiguidade da condição humana. Nesse sentido, baixo e alto corporal se imiscuem, assim como vida e morte, início e fim, positivo e negativo. Dá-se, portanto, nesse sistema de imagens da cultura popular – o realismo grotesco –, uma relação distinta também com o princípio material e corporal que comparecem numa dimensão universal, festiva e utópica.

Como afirma Bakhtin: “O cósmico, o social e o corporal estão ligados indissolivelmente numa totalidade viva e indivisível. É um conjunto alegre e

benfazejo” (p. 17). Na carnavalização do mundo, uma figura emblemática é a velha grávida que ri e promove o riso. No realismo grotesco, a morte nada mais é do que uma mulher grávida e os perigos do mundo, na visão carnavalesca, são convertidos em “espantalhos cômicos” (Kupermann, 2010).

Nessa relação estabelecida com o corpo e sua representação, Bakhtin destaca a contradição privilegiada nas imagens ambivalentes, disformes, monstruosas e horrendas da “vida cotidiana preestabelecida e complexa” quando as percebemos através dos parâmetros da “estética clássica”. Dessa forma, são imagens que se contrapõem àquelas do corpo humano perfeito e bem acabado, maduro e plenamente estável. Ao contrário, no corpo grotesco não há nada estabilizado ou harmônico, e justamente nessa ambivalência se daria a revelação da vida, porque se trata de um corpo que não se encontra isolado do mundo ou imune à passagem do tempo, mas que se autoriza a ultrapassar os seus próprios limites, inclusive anatômicos, sendo “eternamente criado e criador” (p. 23). Nesse contexto, tem-se, em certa medida, uma liberação, ainda que de caráter provisório, da verdade dominante, assim como do regime estabelecido e vigente. Suspendem-se temporariamente as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus.

Bakhtin (2013) refere-se também ao vocabulário e gestos da praça pública na cultura popular da Idade Média. Segundo o autor, esses promovem a constituição de uma linguagem carnavalesca típica, porque não respeitam restrições, liberam os sujeitos das normas instituídas de coerência, decência e etiqueta, assim como das relações hierárquicas, efetivando, na praça pública, uma maneira de comunicação peculiar. Dessa forma, constitui-se uma linguagem para além da linguagem oficial com potencial de desestabilizar o instituído. Não temos a pretensão, que seria leviana, de igualar o *pajubá* ao vocabulário da praça pública; ressaltamos, porém, que também entre travestis, existe um dialeto que está para além da linguagem oficial e que guarda seu potencial desestabilizador.

Dialogando com a obra de Bakhtin (2013) e suas compreensões sobre o realismo grotesco e a percepção carnavalesca do mundo, destacamos a potência da carnavalização de subverter as fronteiras estabelecidas pelo *ethos* oficial, assim como as hierarquias que se erigem na estrutura social. Na “festa”, cabem a ambivalência, a metamorfose, a aproximação da vida e da morte, o comparecimento do sentido material e corporal, e a própria agressividade é componente do movimento de regeneração. Nossa aposta é que “o trabalho de desidealização, junto à possibilidade de estabelecimento de modos inéditos de sociabilidade, promovidos pelo humor, nos autoriza a pensar que não desaprendemos de todo a rir” (Kupermann, 2010c, p. 205), mesmo que o individualismo e o isolamento narcísico venham na contramão dessa condição.

Cogita-se, então, a possibilidade de uma comunidade em que o humor poderia vir a ser um meio para se evitar as idealizações, que são totalitárias, possibilitando que “os órfãos” partilhem, além de seu reconhecimento de orfandade, também a arte, a ciência e outras fruições, em um processo em que a lucidez e a ludicidade encontram-se enredadas (Kupermann, 2008).

Aproximamos o corpo da travesti do corpo grotesco bakhtiniano, marcado pela ambivalência, instabilidade e incompletude, que ultrapassa os limites, inclusive aqueles de ordem anatômica: corpo criado e criador. Trata-se, portanto, de uma produção contínua de um corpo que questiona e rompe com as concepções de acabamento, perfeição, permanência e eternidade. Convida, assim, para a suspensão, mesmo que provisória, das verdades absolutas, privilégios, regras e tabus da ordem vigente. Portanto, a própria condição da travesti, em sua parodística de gênero, constitui um escárnio à ordem heteronormativa, que prega uma relação naturalizada e originária entre genital, desejo e gênero. Como afirma sarcasticamente uma delas “se dizem que sou homem só porque nasci com pau, porque querem, me prendem se eu andar sem camisa na rua, mostrando os meus peitões... uhuu”. Como também exemplificado por outra fala: “o que eles querem mesmo é a Eva no corpo de Adão” e “nós temos o melhor da Eva e o melhor do Adão”.

Em uma conversa com um grupo, riam: “você já ouviu o ditado: ‘quem desdenha quer comer’? De dia a mariconha olha e diz olha: ‘que veado nojento’ ... mas à noite o que você escuta é: ‘como você é linda’.” Observaram-se vários momentos em que brincavam com sua condição corporal, tão rechaçada socialmente por romper com o binarismo de gênero, com frases jocosas como “somos *total flex*”, “aqui o cliente tem a versão completa”, “dois em um”. Clara, por exemplo, conta-me sobre o seu “truque”:

O truque da minha cirurgia é eu falar pras pessoas assim, né, eu... Eu fui parada na rua pelo cara da USP, o cara me olhou assim e disse: “você não é mulher?” Eu disse... “Não, eu nasci com os dois”. “Não acredito”. E aí... esse cara da USP disse: “Gente, eu quero ver, deixa eu ver”. Daí ele me levou no estacionamento da USP, porque tinha o selo da USP, onde trabalha e eu mostrei e ele falou “eu não acredito”. Ele era da USP viu... professor... (ria) ... Pensei: deu certo, que bom!

Remetemo-nos às considerações de Minois (2003, p. 96) sobre o riso grotesco que “incide sobre a própria essência do real que perde sua consistência. É uma verdadeira desforra do diabo, uma vez que ele pulveriza a ontologia, desin-

tegra a criação divina, reduzida ao estado de ilusão”. Dessa forma, ele constitui a constatação do “não-lugar”, movimento que reduz “o ser ao absurdo e à aparência”.

Chamou-nos a atenção também a repetição enfática, entre risos, da informação de que a pessoa com a qual saíra e que ficara curiosa sobre sua genitália era “da USP”. Ser da USP, na cidade, é assumido como um diferencial que confere status e respeito. O movimento de Clara nos aproxima do princípio de rebaixamento que se apresenta como outra face da carnavalização. Questionam-se, assim, os lugares do poder e da hierarquia: “O riso ambivalente implica o rebaixamento, do mesmo modo que a agressividade é parte do movimento de regeneração, e não é difícil perceber o motivo pelo qual as figuras da autoridade, que detêm a função de proteção e de regulação da vida social, são seus alvos privilegiados.” (Kupermann, 2010, p. 193)

Observamos, ainda, o esforço para a desidentificação, pelo humor, com o lugar do abjeto, assumindo sua voz e denunciando hipocrisias da sociedade heteronormativa. Por esse movimento, o “poder da realeza do binarismo de gênero” é minorado, e são expostas suas fragilidades. Para que isso seja possível, é necessário romper com as idealizações e ser capaz de rir de si mesmo.

A desidealização e a potência do rir de si mesmo

O humor visa a preservar a potência libertadora da desidealização; no caso por nós analisado, a libertação da onipotência da heteronormatividade, que pretende responder e enquadrar toda possibilidade de humano em uma equação de congruência entre genital de nascimento, orientação do desejo e gênero.

Ao longo das observações, as travestis afirmavam a dureza da “pista de batalha”. Referiam que a noite “não era mais a mesma” e traziam relatos de experiências muito doloridas no trabalho no mercado do sexo. Contudo, como uma delas textualmente afirmou: “A gente reinventa, se não ri, tá morta... pra enfrentar a dureza tem que fazer até a tristeza pular de alegria”. Reportamo-nos às considerações de Minois (2003), evocando Nietzsche. Segundo o autor, o sofrimento profundo do homem impele à necessidade de invenção do riso. Assim: “é porque temos consciência de nossa condição desesperada que podemos rir seriamente, e esse riso nos permite suportar essa condição” (p. 518).

Laurence, em resposta à minha pergunta sobre a vivência de preconceito, respondeu rindo: “Meu amor, se você for ligar pra preconceito você não sai na rua (ria também da minha pergunta). A gente ri, faz piada do outro também...”. Constata-se, assim, entre o grupo, o reconhecimento da condição de excremento,

que lhes é atribuída socialmente. Referiam-se à dificuldade de frequentar lugares públicos e ter acesso a direitos como a saúde, por exemplo. Diziam dos olhares das pessoas para elas e completavam com comentários geradores de risos. Como referiu uma delas: “Me olham como um dragão, sou mesmo um bicho poderoso... Uhhuuu”. Na conversa em grupo, outra prosseguia “cuidado com o Dragão, viu... perigosa!”.

O humor que promove a desidealização na vida social caracteriza-se pela capacidade do sujeito rir de si mesmo, de suas próprias ilusões de onisciência e onipotência, reconhecendo sua precariedade, falibilidade e finitude (Kupermann, 2017). O humor implica, portanto, uma ultrapassagem narcísica. Observa-se, entre o grupo (o que também comparece nos vídeos), a indicação freudiana de que o humor opera como um instrumento que possibilita o prazer mesmo que haja dores e dificuldades passíveis de angustiar o sujeito. Assim, o humor suplanta os afetos penosos e sua evolução no sentido da mortificação do sujeito.

Ao referir-se ao lugar social das travestis, diziam que para a sociedade “travestis não eram da terra, talvez em outro planeta pudessem existir”. Apontavam o medo que as pessoas tinham das travestis. Como uma delas comentou em tom jocoso: “Quem tem medo de travesti? Em alguns lugares até assombração tem medo e foge da gente.” Fala acompanhada do riso do grupo. Nesse contexto de produção do humor, ocupam concomitantemente a posição da criança e do adulto, conforme indica Freud (1927/1996). Pela ação de um superego benevolente, podem olhar para a realidade como uma brincadeira infantil sobre a qual é possível uma pilhéria. Como afirma Minois, dentre as defesas psíquicas contra a dor, o humor é “a arma mais sublime porque, ao contrário de outras, mantém a saúde psíquica e o equilíbrio e é fonte de prazer” (2003, p. 527).

Segundo Freud, há no humor um triunfo do narcisismo primário “na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego” (1927/1996, p. 166), que se recusa a ser compelido a sofrer. Assim, o mundo externo e suas vicissitudes convertem-se em ocasiões para obter prazer, fato que configura o humor como “rebelde”, não resignado à crueldade das circunstâncias reais. Com a rebeldia do humor, pela não resignação ao instituído, as travestis resgatam a potência de ser o que são. Esse movimento seria possível por um superego afável, presente na condição de humor, em contraposição ao superego sádico, próprio do masoquismo, que não permite ao ego ajustar os elementos do mundo externo de forma que lhe seja satisfatória. É importante ressaltar, contudo, que, para Freud, o humor não caracteriza uma ilusão defensiva, porque ele não é alheio à realidade, de forma que não cria um universo que lhe seja próprio, mas, ao invés disso, estando em contato íntimo com a realidade, reajusta prazerosamente os elementos do mundo. Dessa

maneira, conforme observamos nas produções humorísticas de nossas travestis, o humor não constitui uma contraposição àquilo que é sério, mas uma alternativa “a uma realidade mórbida criada por uma concepção de mundo na qual princípio de realidade e princípio de prazer encontram-se inelutavelmente dissociados” (Kupermann, 2003, p. 93).

Nesse sentido, ganha destaque a tarefa ímpar das travestis de construir sua erótica, de impor seus caminhos de satisfação libidinal, de obter prazer e de realizar seus desejos. Tarefa ímpar que não se coaduna com modelos previstos de *scripts* para categorias, ou a concepções que determinam e fixam modos de ser e estruturas, a partir de reduções nosológicas dos sujeitos. No humor, tem-se o riso do órfão, daquele que não tem mais as garantias de entidades terrenas ou divinas poderosas e oniscientes, mas que, justamente por isso, está fadado a criar seu próprio caminho, partindo de seu desamparo, assim como formas de sociabilidade para compartilhá-lo com seus companheiros que se encontram na mesma condição (Kupermann, 2003).

Destaca-se, contudo, que essa não é uma condição permanente entre as travestis referidas. Encontramos situações em que o entusiasmo e o reconhecimento da alteridade perdem sua intensidade frente a formações grupais em que se sobressai a força de atração promotora de patologias sociais nas quais impera a saudade renitente de um pai onipotente, produzindo processos de idealização, empobrecimento erótico, visando a combater o desamparo via submissão aos imperativos ditados pelos ideais grupais, nesse caso, da heteronormatividade. Assim, nessas ocasiões, reafirmam e se fixam aos ditames que as oprimem, ou seja, o posicionamento de que deve haver uma correlação absoluta e necessária entre genital de nascimento, gênero e orientação do desejo, conforme se prevê socialmente. Nos momentos em que o binarismo e a heteronormatividade se repõem, o humor e a rebeldia criativa desaparecem, dando lugar à manutenção e à reprodução de ideais socialmente valorizados, ainda que violentando o sujeito.

Por uma síntese? As múltiplas funções do humor

O riso entre as travestis compareceu, aos nossos olhos, indicando as seguintes vertentes: produção de modos de sociabilidade; despatologização das travestilidades; indicação do caráter performático do binarismo de gêneros; transformação da angústia em riso; celebração da vida.

No riso, que participa da constituição do laço social entre as travestis, destaca-se a função exercida pelo *pajubá*, “língua de origem de santo”, que traz em

sua história e uso o *ethos* travesti, assim como os sentidos complexos atribuídos à rua e ao terreiro, locais de sociabilidade em que aquilo que não coube nas famílias/casas, escolas, consultórios, pode ser expresso e aceito. Na gira do terreiro e na pista de batalha, as travestis têm suas existências legitimadas. Assim, é frequente a presença do *pajubá* promovendo o riso, que muitas vezes só pode ser partilhado entre elas e aqueles que se apropriaram do dialeto, porque são “da mesma paróquia” (Bergson, 1987). Por meio do riso, também, se afirmam como sujeitos que não se resignam ao sofrimento, que não sucumbem a uma realidade desfavorável, que assumem os seus corpos como território de busca por expressão de suas identidades. O humor é “rebelde”; assim, é possível triunfar sobre o sofrimento e reafirmar sua potência. Por meio do riso, questiona-se a heteronormatividade, o biopoder, os lugares sociais reconhecidos, o feminino e o masculino, os diagnósticos médicos e psicológicos e, inclusive, a própria psicanálise e a nós, psicanalistas.

Referências

- Bakhtin, M. (2013). *A cultura popular na idade média e no renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.
- Benevides, B. G.; Nogueira, S. N. B. (2019). *Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) & Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf> (acessado em 11/11/2019).
- Bergson, H. (1987). *O riso*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Borba, R. (2010). Intertext(sex)ualidade: A construção discursiva de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Trabalhos em Linguística Aplicada (Campinas)*, 49(1), 21-37.
- Borba, R.; Ostermann, A. C. (2008). Gênero ilimitado: A construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Estudos Feministas (Florianópolis)*, 16(2), 409-432.
- Butler, J. (2013). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freud, S. (1905/1996). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: *Obras completas* (ESB), vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919/1996). O Estranho. In: *Obras completas* (ESB), vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1927/1996). O humor. In: *Obras completas* (ESB), vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- Jimenez, L.; Adorno, R. C. (2009). O sexo sem lei, o poder sem rei: Sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. *Cadernos Pagu*, 33(1), 343-367.

- Kupermann, D. (2003). *Ousar rir: Humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2008). *Presença sensível: Cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2010). Humor, desidealização e sublimação na Psicanálise. *Psicologia Clínica*, 22(1), 193-207.
- Kupermann, D. (2017). O quarto golpe e a virtude freudiana. In: D. Kupermann (Org). *Por que Freud hoje?*, p. 47-62. São Paulo: Zagodoni.
- Minois, G. (2003). *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo: Unesp.
- Oliveira, T. R. M. (2016). No meio do mundo, aquendar a metodologia: Notas para queerizar a pesquisa em currículo. *Práxis Educativa*, 11(2), 332-356.
- Pelúcio, L. (2015). *Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Fapesp.
- Peres, W. S. (2004). Travestis: Subjetividades em construção permanente. In: A. P. Uziel, L. F. Rios, R. G. Parker (Orgs.). *Construções da sexualidade: Gênero, identidade e comportamento em tempos de aids*, p. 115-128. Rio de Janeiro: Pallas.
- Vernant, J. P. (1988). *A morte nos olhos: Figurações do Outro na Grécia Antiga: Ártemis e Gorgó*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Notas

¹ GLOSSÁRIO das bichas 1 e 2. https://www.youtube.com/watch?v=oaUL7i_Ln4I <https://www.youtube.com/watch?v=ieX-wJuiH4Q> (acessado em 09/08/2019).

² Las Bibas from Vizcaya – Plantão Telecurso do Pajubá. <https://www.youtube.com/watch?v=9fB9YUh4N7g> (acessado em 09/08/2019).

Recebido em 15 de agosto de 2019

Aceito para publicação em 12 de novembro de 2019

SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CULTURA E DA EXPERIÊNCIA NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

ON THE IMPORTANCE OF CULTURE AND EXPERIENCE IN MENTAL HEALTH CARE

SOBRE LA IMPORTANCIA DE LA CULTURA Y LA EXPERIENCIA EN EL CUIDADO DE LA SALUD MENTAL

Eduardo Rocha Zaidhaft⁽¹⁾

Francisco Ortega⁽²⁾

RESUMO

Esta pesquisa buscou estudar, por meio de uma revisão bibliográfica, de que modo as considerações feitas sobretudo por Lawrence Kirmayer, Arthur Kleinman e Joan Kleinman podem trazer contribuições ao campo da saúde mental no Brasil. Com a finalidade de trazer um referencial da saúde global que enriqueça as estratégias utilizadas pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), foi revisto como o cuidado em saúde mental envolve um problema interpretativo, especialmente à luz da diversidade cultural. Como conclusão, verificou-se como essa exploração permitiu a elucidação de características fundamentais para a noção de território, que a fazem se expandir para uma compreensão mais ampla do que a de mera localidade geográfica.

Palavras-chave: saúde mental; saúde mental global; cultura; território; experiência.

ABSTRACT

This research aimed to study, through a bibliographical review, how the considerations made mainly by Lawrence Kirmayer, Arthur Kleinman and Joan Kleinman can contribute to the field of mental health in Brazil. For the purpose of bringing a global health referential that would enrich the strategies used by the Psychosocial Care Network (RAPS), it was reviewed how mental health care

⁽¹⁾ Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Estácio de Sá, Campus Presidente Vargas, RJ, Brasil. eduardozaidhaft@gmail.com.

⁽²⁾ Professor de investigação da Institución Catalana de Investigación y Estudios Avanzados (ICREA) no Centro de Investigación en Antropología Médica (MARC) da Universitat Rovira i Virgili, de Tarragona, Espanha. fjortega@gmail.com

involves an interpretative problem, especially in the light of cultural diversity. As a conclusion, it was seen how this exploration allowed some light to be shed on fundamental characteristics of the notion of territory, that broadens its comprehension to beyond mere geographic locality.

Keywords: mental health; global mental health; culture; territory; experience.

RESUMEN

Esta investigación buscó estudiar, por medio de una revisión bibliográfica, como las consideraciones hechas sobre todo por Lawrence Kirmayer, Arthur Kleinman y Joan Kleinman pueden aportar contribuciones al campo de la salud mental en Brasil. Con el fin de traer un referencial de la salud global que enriquezca las estrategias utilizadas por la Red de Atención Psicosocial (RAPS), se revisó como el cuidado en salud mental involucra un problema interpretativo, especialmente cuando a la luz de la diversidad cultural. Como conclusión, se verificó como esa explotación permitió la elucidación de características fundamentales a la noción de territorio, que la hacen expandirse hacia una comprensión más amplia que la de una mera localidad geográfica.

Palabras clave: salud mental; salud mental global; cultura; territorio; experiencia.

Introdução

O Movimento de Saúde Mental Global (Global Mental Health Movement – GMHM) é uma rede de indivíduos e organizações que busca dar ênfase à importância dos fatores de saúde mental para a saúde como um todo, apontando como frequentemente esses fatores vêm sendo negligenciados pelas agências globais de saúde (Wenceslau & Ortega, 2015). Por esse aspecto, busca sobretudo a produção de redes de cuidado às mais variadas populações do planeta, visando à produção de diferentes ações conforme diferentes contextos e enfrentando a complexidade de, ao mesmo tempo, considerar a necessidade de padronizações para intervenções a nível global e os aspectos locais da cultura sobre a qual se está intervindo. Se, por um lado, uma padronização é necessária, inclusive por questões ligadas ao financiamento das ações, por outro, o fator cultural tem se mostrado cada vez mais importante para as ações em saúde mental.

É no bojo dessa problemática que este trabalho buscará realizar uma revisão do conceito de cultura a partir do referencial dado pelo psiquiatra transcultural Lawrence Kirmayer (2014a, 2014b), para assim se explorar um texto

no qual Arthur e Joan Kleinman (1997) ilustram, principalmente a partir de sua experiência etnopsiquiátrica na China, como esses fatores culturais envolvem um *problema interpretativo* sobre a experiência. Dentre as críticas levantadas por Kleinman e Kleinman (1997), destaca-se seu ponto de vista a respeito de que tanto a antropologia como o saber *psi* têm subestimado a importância da experiência de sofrimento como um elemento central na compreensão sobre de que modo cultura e saúde mental entrelaçam-se uma à outra. Além disso, será usado brevemente o texto de Tania Luhrman (2016), com o qual introduz um recente livro sobre estudo de casos de esquizofrenia em diversas culturas, editado pela mesma antropóloga, junto a Jocelyn Marrow. Alicerçado nessas bases bibliográficas, este texto tenciona consolidar o campo conceitual e prático da saúde mental hoje no Brasil, na medida em que busca fomentar, por meio de referenciais globais, uma visão que lance luz sobre as diversidades culturais, e não simplesmente geográficas, dos territórios brasileiros.

Heterogeneidade no campo da saúde mental no Brasil

A saúde mental, enquanto conjunto de práticas e equipamentos inserido dentro do setor da Saúde, é um campo múltiplo, composto por uma pluralidade de orientações, que, em suas intercessões, produzem os dispositivos destinados ao tratamento dos transtornos mentais no Brasil. A denominada Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), subsistema do SUS (Sistema Único de Saúde) que busca dar conta das demandas de saúde mental no país, foi composta por um processo histórico, efeito de atores e equipamentos paradigmaticamente heterogêneos, filiados a saberes que transitam desde a psiquiatria clássica até a abordagens psicanalíticas ou sociológicas. Com efeito, nas últimas décadas, sob a forma dessa dinâmica heterogênea, grandes transformações ocorreram nesse campo no país. Tendo-se revisto o paradigma de cuidado antes instituído, sobretudo a partir do flagrante desrespeito aos direitos humanos em grandes manicômios em meados do século XX, tornou-se possível que a reforma psiquiátrica cursada em países como França, Itália e Inglaterra ganhasse ressonâncias no Brasil. Nesse sentido, a atual configuração de tal campo é certamente resultante de uma alteração técnica e política das formas de se operar o cuidado, mas, antes disso, é fruto de uma disputa entre diferentes sensibilidades ou interpretações perante a experiência do sofrimento.

Sob a ótica do cuidado direto aos portadores de transtornos mentais, a reforma psiquiátrica brasileira se desdobrou numa ênfase cada vez maior à in-

terdisciplinaridade em lugar da psiquiatria somente, dando lugar a outras categorias profissionais, como enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outras. Foi por meio dessas variadas vertentes, e recebendo ensejo do processo mais amplo de reforma sanitária, que o campo da saúde mental brasileiro pôde ampliar suas modalidades de oferta de cuidado durante os últimos anos. Desse modo, a existência desses múltiplos estratos no processo de reforma implicou desenvolvimentos não somente no que tange às áreas da psiquiatria e dos psicofármacos, mas também a todo um espectro multidisciplinar, a articular-se, inclusive, com setores para além da Saúde *stricto sensu*. Nessa esteira, autores como Mourão Vasconcelos (2009) falam da necessidade não propriamente de uma interdisciplinaridade na atuação do profissional em saúde mental, mas de serem estabelecidas relações “interparadigmáticas”.

Portanto, uma vez constatada não somente a ineficácia técnica das longas institucionalizações, mas também a forma muitas vezes desumana sob a qual a psiquiatria delineava sua clínica em grandes manicômios, mostrou-se premente no Brasil um movimento de reformulação prática e teórica nos modos como se pensa o cuidado em saúde mental, especialmente quando se trata da saúde pública. Esse processo teve como inspiração experiências de reforma europeias como a Psiquiatria Democrática italiana e a Psicoterapia Institucional francesa, que respectivamente representavam diferentes enfoques, um mais voltado à crítica às chamadas instituições da loucura e outro que buscava uma clínica a ocorrer dentro mesmo dos modelos institucionais. Embora tenha havido outros movimentos de reforma ao redor do globo, cada um com suas minúcias, que influenciaram o processo ocorrido no Brasil, é possível pensar que esses dois são exemplares em relação à configuração do campo da saúde mental brasileiro nos dias atuais. Contudo, não somente devido à vastidão do território brasileiro, esse campo muito pouco homogêneo apresenta uma grande variedade de forças, no sentido de contar com culturas profissionais muito distintas, que por sua vez complexificam o cotidiano das práticas de cuidado.

Além disso, como indica Amarante (2003), o processo de reforma psiquiátrica, cursada durante as últimas décadas até os dias atuais, incorporou pelo menos quatro dimensões: a teórico-conceitual/epistemológica, a técnico-assistencial, a jurídico-política e a sociocultural. De tal forma, se por um lado transformou o arcabouço técnico-científico da medicina, a reforma no Brasil se enlaçou a diferentes áreas, produzindo não somente novas legislações, mas também novas formas de sociabilidade para com o sofrimento mental. Exemplo dessa posição que pensa o reposicionamento da cultura em relação ao adoecimento psíquico é a fala de Rotelli (2001) a seguir. Não seria impossível afirmar que esse autor, um

tanto radical mas igualmente fundamental para a reforma psiquiátrica brasileira, apresenta de forma sintética como seu projeto de negar as chamadas instituições da loucura mantém uma relação imanente com a cultura:

O que era a instituição a ser negada? [...] era o conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de código de referência cultural de relações de poder estruturados em torno de um objeto bem preciso: “a doença” (p. 1)

Contudo, essa negação do que era a instituição psiquiátrica, e ainda é em alguns casos, mais do que solucionar os problemas, abre um novo campo de problematizações, introduzindo a necessidade de produção de novas práxis em saúde mental. Uma vez feita essa crítica, que aponta a necessidade de se pensar a saúde mental como um processo atravessado pela cultura, como propor não somente a afirmação de novas instituições, ao mesmo tempo eficazes e condizentes com o horizonte da reforma psiquiátrica brasileira, mas também de uma nova cultura em relação ao sofrimento mental? Em relação a esta questão, talvez um primeiro passo seja se debruçar sobre o pensamento de autores que tiveram de lidar com o problema da cultura não apenas como um elemento modesto, quase subliminar, das relações de cuidado em saúde mental, mas mais provavelmente o primeiro elemento a saltar-lhes aos olhos.

Conceito de cultura

Esses impasses envolvendo cultura e o campo da saúde mental brasileiro podem ganhar alguns encaminhamentos caso se observe o problema da cultura já em um referencial da saúde mental global. A esse respeito, um primeiro elemento destacado por Kirmayer (2014a, 2014b) é que as culturas tanto são heterogêneas entre si – e que, por isso, manuais standardizados de saúde mental global devem ter sua aplicação mediada pela cultura local – como também existem motivos para entendermos que as culturas são heterogêneas em si mesmas. Isto é, devemos considerá-las não somente heterogêneas conforme a dimensão espacial, como uma diferença sincrônica em relação a outras culturas localizadas em outros territórios, mas também heterogêneas do ponto de vista temporal e histórico dentro de uma mesma sociedade. Entretanto, ainda que embaralhadas e heteromórficas, as culturas são “sistemas de conhecimento e prática que dão identidade, significado e propósito às nossas vidas – modulam todo aspecto da

experiência, incluindo a saúde e o adoecimento” (p. 1, tradução livre). Isso significa dizer que a cultura não é apenas relativa ao modo como o adoecimento é experienciado, mas também à forma como a saúde é concebida e acionada pelos agentes de cuidado. De maneira mais clara, a cultura não diz respeito somente aos pacientes, atravessando também os profissionais e as organizações de saúde, de forma que estas são elas mesmas instituições culturais, com sua própria história e valores (Kirmayer, 2014b, p. 44).

Nesse contexto, Kirmayer, partindo de Eagleton (2000), descreve algumas dimensões da noção de cultura:

(1) Como a matriz social de todo aspecto da biologia e experiência humana; (2) como o modo pelo qual grupos humanos ou comunidades com uma história ou identidade compartilhadas são distinguidos uns dos outros; (3) como o cultivo de nossas capacidades criativas coletivas, expressadas em grande parte pela língua, mas também pela música, artes, e outros meios. (Kirmayer, 2014a, p. 2, tradução livre)

Pode-se depreender da citação acima de Kirmayer como o termo cultura apresenta três definições, uma ontológica, uma étnico-identitária, e uma técnico-civilizatória, poder-se-ia chamar, que em verdade representam três perspectivas de um mesmo objeto, havendo um alto grau de indissociabilidade entre o que cada uma delas enfatiza e as outras. Em primeiro lugar, (1) a cultura trata da construção de um nicho, transmitido de geração para geração por um certo agrupamento de humanos em sua relação com o ambiente, matizando-se por meio de “convenções sociais”, assim como por “padrões de interação e instituições sociais” (p. 2, tradução livre). Em outras palavras, compreende os sistemas de práticas e conhecimentos, rituais e mitos, que dão esteio ontológico às interações humanas, assim como as regulações sociais por elas agenciadas. Numa segunda apreensão, (2) a cultura se destaca pelo caráter de “alteridade” e de “nação” (p. 2, tradução livre), isto é, pela definição identitária de um agrupamento de pessoas se dar justamente por sua separação em relação a outros com os quais não compartilha essa identidade, que pode ser relativa a uma “linhagem, origem geográfica, ou outras características, incluindo religião e modo de vida” (p. 2, tradução livre). A respeito dessa definição de cultura ligada à etnicidade, Kirmayer sublinha o fato de a biologia contemporânea já ter demonstrado que o que usualmente denomina-se uma raça humana pouco tem a ver com diferentes marcadores genéticos, mas que as análises em saúde global ainda assim devem levar em conta a importância desse

marcador, uma vez que essas identidades se correlacionam com as iniquidades sociais. A terceira definição dada pelo autor indica (3) o “processo civilizatório associado com a elaboração e refinamento da linguagem, religião, etiquetas rituais, ciência e as artes”. (p. 3, tradução livre), no qual a cultura é a noção que condensa todo esse tesouro de produções técnicas e simbólicas de um mesmo nicho.

Como o autor indica, essas perspectivas da noção de cultura trazem como consideração inevitável que a cultura ocidental (em sua dimensão étnico-identitária) teve historicamente uma atitude de se crer hierarquicamente superior às demais (na dimensão técnico-civilizatória da cultura). Esse etnocentrismo ultrapassado não é, contudo, tão ultrapassado assim, o que é exemplificado pela problemática envolvida na formulação de ações de saúde mental que levem em conta tanto os aspectos locais como globais. Isto é, sendo os saberes mais tradicionais da saúde mental aqueles provenientes da sociedade ocidental, como se pensar numa agenda de saúde mental global que não negligencie os aspectos das diversas culturas (em sua dimensão ontológica)? Como produzir uma organização por parte dos serviços de saúde mental que não os deixe presos às alternativas de produzir práticas estandardizadas que ignoram as diferenças culturais, ou tratar a cultura como mero impedimento ou barreira na relação entre profissionais e pacientes? Além de suscitar essas questões, Kirmayer (2014a, p. 4) se refere ao problema de que a produção de manuais, cuja intenção é treinar os profissionais conforme as especificidades culturais, também pode acarretar uma tendência a estereótipos e preconceitos que ignoram as diferenças internas a um mesmo grupo étnico, tratando a localidade geográfica como suficiente para a definição da cultura (Kirmayer, 2014b, p. 43).

Conforme essa proposta pluralista da saúde mental global, a clínica se torna um desafio ainda mais complexo quando marcantes diferenças culturais estão em jogo. Apesar de as correntes da psiquiatria terem tradicionalmente atribuído os transtornos mentais a fatores individuais, sejam psicológicos ou biológicos, poucas são as análises que se debruçam sobre esse aspecto “ecossocial” (Kirmayer, 2014b, p. 44, tradução livre). De acordo com Kirmayer (2014b), ao passo que existem pouquíssimas evidências sobre disfunções cerebrais específicas correspondentes a transtornos mentais específicos, a influência da cultura é tão forte que autores como Summerfield (2012) consideraram ser impossível a formulação de transtornos mentais que se apliquem uniformemente nas diferentes culturas. Nesse sentido, algo também digno de nota é como, muito frequentemente, ao se descobrir uma causa orgânica específica, há uma mudança nos manuais diagnósticos na direção de se reclassificar o problema, transpondo-o da saúde mental para a saúde geral, como é o caso da síndrome de Tourette. Mesmo sobre os casos em que há

a verificação de uma alteração fisiológica específica, Kirmayer (2014b) é enfático: “apesar disso, sempre há um componente cultural em como o adoecimento é experienciado, visto e tratado” (p. 46, tradução livre). Do mesmo modo, Kirmayer (2014a, p. 5) aponta como uma concepção de doença mental ancorada apenas em aspectos intrapsíquicos, em detrimento dos culturais, tem como efeito a produção de barreiras ao acesso aos serviços de saúde mental, uma vez que não se dispõe a acomodar suas ações conforme as diferenças culturais que estão em jogo.

Sobre essa problemática entre cultura e saúde mental, Tania Lührman (2016), professora do departamento de antropologia da Universidade de Stanford, ao buscar estudar casos de esquizofrenia em diferentes culturas, introduz o seu problema de maneira bastante clara: “Esquizofrenia é e não é uma coisa no mundo” (p. 1, tradução livre). Ou seja, conforme a autora, se, por um lado, esquizofrenia se revela como um diagnóstico problemático – insuficientemente preciso por diversos elementos, como a ausência de qualquer fator diacrítico em sua etiologia ou sintomatologia –, por outro, as experiências chamadas esquizofrênicas são um fenômeno incontestável, uma realidade compartilhada poder-se-ia dizer, sendo provavelmente a mais grave e notória das psicopatologias nas mais diversas culturas. Por conta disso, como diz Lührman (2016), foi muito tempo considerada a prima-dona da psiquiatria, em relação à qual se acreditava haver causas genéticas e alterações cerebrais específicas, assim como uma terapêutica farmacológica eficaz, encaixando-se perfeitamente no modelo “bio-bio-bio” (p. 2, tradução livre). No entanto, mais recentemente, conforme os avanços do campo da genética e das neurociências, o que se percebeu é algo semelhante ao que muitos clínicos já haviam dito com outras palavras, ou seja, que existe uma forte importância da herança epigenética – isto é, características adquiridas por meio da interação com o ambiente – para a emergência desse transtorno (p. 3). Portanto, não é possível que, por envolver componentes genéticos, se considere a esquizofrenia uma doença hereditária, no sentido forte do termo. Tal fato incrementou, assim, a importância de análises antropológicas sobre a experiência de sofrimento denominada esquizofrenia, pois se confere que tanto a emergência como sua possível recuperação estão intimamente ligadas às condições socioculturais no entorno de seu agente.

Desse modo, a relação entre transtornos mentais e cultura se apresenta como uma problemática de fundamental interesse para a saúde mental global. Isso é algo importante de ser enfatizado quando se pensa na carência de autocrítica por parte dos manuais diagnósticos internacionais em psicopatologia, como o DSM-5 e o CID-11, que se autoafirmam livres de variáveis culturais intervenientes, mas cuja base empírica se endereça a pouquíssimas culturas. Nessa

mesma direção, Kirmayer (2014b) retoma a estatística também apresentada por Summerfield (2008), de que “90% de toda a pesquisa em saúde mental é feita com 10% da população mundial” (Kirmayer, 2014b, p. 53, tradução livre), e como, além dessa questão pragmática, há um problema epistemológico (p. 54) na medida em que são questionáveis mesmo as categorias que se poderia utilizar para a definição de saúde e doença mentais. Outras questões epistemológicas e pragmáticas apontadas por Kirmayer (2014a, p. 14) são que o suposto refinamento diagnóstico produzido por esses manuais tem o efeito deletério de não somente reduzir a experiência de sofrimento a critérios diagnósticos desligados de qualquer componente interpessoal, distanciando-se das funções sociais das práticas em saúde, mas de também, justamente porque o faz, tornar alguns aspectos mais salientes do que outros, produzindo uma negligência por parte dos clínicos sobre aspectos que poderiam ser necessários para um tratamento integral.

O problema interpretativo

De forma um pouco mais nuançada, Kleinman e Kleinman (1997), tentam compreender questões envolvidas na concepção de sofrimento como uma experiência sociocultural. Nesse sentido, os autores apontam que em geral são duas as estratégias que a antropologia médica utiliza para interpretar o sofrimento. De um lado, há os profissionais oriundos de uma lógica mais medicalizante, produtores de práticas nas quais não raro ocorrem trivializações da experiência dos sujeitos por meio de sua categorização em critérios diagnósticos quase universais, que acabam por apartar o sofrimento da experiência daquele que o sofre, deslegitimando seu aspecto contingencial (p. 96, p. 100). No polo oposto desse campo, existem aqueles ancorados na antropologia, críticos a essa concepção mais padronizada, e que buscam descrever de que modo “as queixas e convicções de um paciente a respeito de sua doença reproduzem um certo domínio moral” (p. 95, tradução livre). Nesta perspectiva, o que se confere, portanto, é que a semiologia – isto é, o estudo dos sinais e sintomas num certo quadro taxonômico –, assim como suas terapêuticas correspondentes, são vistas criticamente como uma distorção do “mundo moral de pacientes e comunidades” (p. 96, tradução livre).

Contudo, o que é surpreendente na abordagem que Kleinman e Kleinman (1997) dão a essa problemática entre saúde mental e cultura, e que torna sua abordagem ainda mais complexa do que aquela que se pode depreender dos supracitados artigos de Kirmayer (2014a, 2014b), é que, de seu ponto de vista, esse problema interpretativo, a respeito do qual a antropologia usualmente critica a

biomedicina por reduzir uma experiência intersubjetiva a um rótulo suprapessoal, também é concernente à própria antropologia. Nas palavras dos autores:

Não é moralmente superior antropologizar o sofrimento, em vez de medicalizá-lo. O que é perdido nos recortes biomédicos – a complexidade, a incerteza, e a ordinariedade do mundo de experiência de homens e mulheres – também é faltante quando a doença é reinterpretada como um papel, estratégia ou símbolo social... assim como qualquer outra coisa, que não a experiência humana. (Kleinman & Kleinman, 1997, p. 96, tradução livre)

Nesse sentido, a compreensão de Kleinman e Kleinman (1997) é que, independentemente da base teórico-conceitual com a qual se fará a interpretação – seja como o resultado de uma relação coercitiva de produção, seja como conflitos intrapsíquicos, seja como efeito de uma alteração fisiológica específica –, a experiência de sofrimento, ao receber essa tradução, sempre terá seu cerne distorcido em favor de uma mera “caricatura” (p. 97, tradução livre) do que ela realmente é. “Do mesmo modo que não existe um curso puramente ‘natural’ da doença, também não é possível que exista uma sintomatologia puramente cultural” (p. 101, tradução livre). Portanto, se a categorização biomédica vem sendo amplamente criticada por deixar de lado a experiência de sofrimento na medida em que a categoriza em certos padrões diagnósticos, as análises antropológicas, assim como as psicodinâmicas, também têm como método a articulação de uma situação particular a certos padrões quase universais (p. 99), o que deixa um hiato em questão.

Em outras palavras, a interpretação do sofrimento singular é sempre incompleta, pois a experiência é um sentimento intersubjetivo e em fluxo, que se dá pela interação das estruturas socioculturais com os processos psicofisiológicos, mas tanto estes como aqueles se apresentam com uma contingência radical. Se, por um lado, existe uma construção cultural que interfere no fluxo da experiência, esta, por se ancorar em processos psicofisiológicos, também resiste ao que essa construção social busca produzir. Ou seja, de acordo com a posição dialética de Kleinman e Kleinman (1997), é claro que existem condições humanas “naturais”, “pan-humanas” (p. 109, tradução livre) – a exemplo da experiência de sofrimento (p. 101) –, mas sempre existirá uma modelação cultural, conforme os agenciamentos pessoais e históricos, que darão o substrato cultural do qual emerge, mas também do qual se difere, o que realmente está em jogo: a experiência (p. 97, p. 116). Assim, esta não é o efeito de uma natureza ou cultura humana, mas a própria condição de possibilidade para que essas duas dimensões possam se inte-

grar, tal qual realmente se *experiencia* a vida. Portanto, a tradução do sofrimento, seja ela feita com vocabulário fisiológico, psicológico ou cultural, não deve ser o primeiro passo – como o autor pensa que psiquiatria, psicologia e antropologia usualmente fazem –, mas preferencialmente o último (p. 116).

No entanto, há de se considerar que toda interpretação da experiência, ao mesmo tempo em que decepta parte de sua singularidade, acrescenta-lhe algo, não sendo lícito que, por conta desses pressupostos, se postule uma desaprovação a qualquer conhecimento teórico-técnico, como se esse fosse apenas um empobrecimento, e não uma vantagem adaptativa aos nossos meios de vida. Se é verdade que a técnica muitas vezes tornou o sofrimento humano em doença inumana, seria igualmente inumano desacreditar a técnica por completo (Kleinman & Kleinman, 1997, p. 117). Como dizem Kleinman e Kleinman (1997), “Nós temos que usar as duas lentes” (p. 111, tradução livre) – tanto a teoria, pautada em tipos gerais, quanto a visão que aposta na experiência singular.

Considerações sobre a importância da cultura na reforma psiquiátrica brasileira

Feita essa revisão teórica, cabe considerar como as problematizações a respeito da temática cultura e saúde mental global se revelam como fundamentais para a consolidação do campo da saúde mental hoje no Brasil. Sendo este um país altamente heterogêneo, com diversas perspectivas identitárias, produzir um arsenal teórico-técnico capaz de lançar luz sobre como essas diferenças culturais afetam a existência das populações torna-se um grande desafio. A esse respeito, torna-se necessário se considerar também, como dito, que desde o processo de reforma sanitária, iniciada no Brasil nas últimas décadas do século XX, houve uma pluralização das culturas profissionais no campo da saúde mental. À luz das proposições feitas pelos autores supracitados, veremos a seguir como esse projeto buscou abarcar a heterogeneidade de demandas dos territórios brasileiros, com suas distintas culturas.

Como visto, nas profundas transformações pelas quais passou nas últimas cinco décadas, o campo da saúde mental no Brasil deslocou-se de uma lógica patologizante e excludente, focada somente na doença e em sua normatização, para uma ética de produção do cuidado, cujo eixo norteador é a promoção da saúde em seu sentido integral. Com essa reforma intentou-se, e continua-se a pretender, não mais o controle de portadores de transtornos mentais em espaços excludentes, que nada têm a ver com as singularidades, mas sim a construção de um novo

modo de essas experiências de sofrimento habitarem as culturas anteriormente incapazes de acolhê-las, assim como a produção de uma rede de serviços clinicamente eficientes. O processo de reforma psiquiátrica, assim, constituiu um movimento de antagonismo frente a toda uma rede de poderes, produtoras de uma visão de doença mental destituída de qualquer lugar de verdade e, com efeito, de qualquer legitimidade civil.

Trazer o portador de transtornos mentais ao seio da sociedade foi, desse modo, a maior expectativa prática do movimento de reforma psiquiátrica ocorrido no Brasil durante as últimas décadas. Essa intenção se organizou, posteriormente, em torno das noções de desinstitucionalização e de clínica ampliada, e teve como desfecho normativo a promulgação da Lei 10.216, do ano de 2001, garantidora dos direitos mínimos, antes inexistentes, aos portadores de transtornos mentais. Devido a essa busca por uma rede de serviços que substituísse o internamento em manicômios como o recurso central de cuidado, desde o ano de 2001 iniciou-se a consolidação da mais tarde denominada Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que privilegiou, portanto, o cuidado aos portadores de transtornos mentais em territórios integrados à cidade. Nesse sentido, os dispositivos foram organizados em articulação com a atenção básica em saúde, de forma a se direcionarem aos territórios, prevenindo a necessidade de internações em hospitais psiquiátricos de grande porte e empreendendo a desinstitucionalização daqueles que neles se encontravam longamente. Em vez de espaços excluídos da sociedade – condensados em termos como “manicômio”, “asilo”, “hospício” –, buscou-se a desconstrução da lógica manicomial, e a reconstrução de um novo aparato institucional, orientada por uma ética distinta daquela existente até então.

Entretanto, como indicam Dimenstein e Liberato (2009), a desinstitucionalização não diz respeito exatamente a uma desospitalização dos pacientes longamente excluídos por meio do asilamento, mas sobretudo a uma transformação das experiências que compõem esse cenário. Portanto, a desinstitucionalização, muito mais do que somente uma reorientação das direções terapêuticas, deveria ser uma desinstitucionalização das práticas de cuidado, das relações entre os trabalhadores, do modo como a cidade lida com a loucura, do modo como os indivíduos lidam com sua própria loucura. Embora, caso fosse tomado rigidamente, o conceito de desinstitucionalização pudesse representar uma redução dos transtornos mentais como efeito somente de relações opressivas de produção, que é justamente aquilo que Kleinman e Kleinman (1997) criticam como reducionista na antropologia, esse conceito abre margem para que se coloque em jogo a “existência-sofrimento” (Rotelli, 2001) – ou a “experiência de sofrimento”, como dizem Kleinman e Kleinman (1997) – à frente dos arsenais técnicos com os quais se

conceitua o que é considerado perturbação mental. Desse modo, sintetizando-se o pensamento dos autores, seria possível se dizer que a desinstitucionalização é um anticonceito, que, justamente, enfatiza o aspecto experiencial do sofrimento, de forma que, em termos mais simples, existe uma manicomialidade não somente nas análises biologizantes, mas também naquelas de cunho mais psicossocial.

Ainda que com essa potencial semelhança, é preciso considerar o quanto a reforma psiquiátrica brasileira, sobretudo sob orientação da atenção psicossocial, trouxe grandes impactos à forma de pensar o cuidado em saúde mental. Nesse sentido, uma vez havendo uma certa transformação no campo da saúde mental por conta do enfraquecimento da lógica manicomial nas políticas públicas, e na medida em que a RAPS propõe uma inserção atuante nos territórios, o que se apresentou foi uma nova economia nas interações subjetivas existentes nesse campo. Estas, se antes podiam, de forma cristalizada, operar relações sem a imprevisibilidade das redes informais e espontâneas, tiveram, com o processo de desinstitucionalização das práticas, que se haver com uma “heterogeneidade” (Oury, 2009) de culturas ou modos de relação muito maior do que outrora. Desse modo, na medida em que tem de lidar não somente com o caráter imprevisível dos transtornos mentais, mas também com as circulações existentes nas culturas locais, que constantemente se reorganizam em novas composições, a prática da saúde mental deve seguir as orientações de Kleinman e Kleinman (1997) de se colocar a experiência de sofrimento como primeiro elemento na avaliação e no tratamento em saúde mental.

Cabe à RAPS, desse modo, apresentar instrumentos capazes de lidar com essa variabilidade de experiências, dadas não somente pelos contextos psicofisiológicos, mas também pela forma como a cultura as dispõe em fluxos intersubjetivos. Isto é, a reforma psiquiátrica brasileira tem, nessa perspectiva, uma dimensão profundamente contingencial, na medida em que propõe uma rede de serviços que visam a abarcar, principalmente por uma lógica de atenção primária em saúde, as singularidades em sua articulação à cultura dos territórios. Em suma, a heterogeneidade cultural existente nos territórios brasileiros – tanto em relação à dimensão étnico-identitária, como quanto à dimensão ontológica – deve ter como contrapartida uma heterogeneidade também cultural por parte dos serviços de saúde mental, ao se pensar inclusive no ponto de vista do arsenal técnico-simbólico utilizado. Se a cultura não diz respeito somente aos pacientes, mas também aos técnicos, deve-se ter como horizonte uma acomodação entre essas heterogeneidades, uma competência cultural, poder-se-ia dizer, de modo a não silenciarem umas às outras, mas sim elaborarem-se reciprocamente em experiências interpessoais de cuidado.

Considerações finais

Historicamente, o termo operacional no campo da saúde mental brasileiro a contemplar essas questões de diversidade cultural coube provavelmente à noção de “território”, cuja conceituação remete a diversos autores, mas que, independentemente das diferenças de enfoque, tem como ênfase original o caráter cultural e em fluxo das experiências de um mesmo espaço. Nesse sentido, outro desdobramento ao campo da saúde mental brasileiro que pode ser depreendido dos textos sobre cultura e saúde mental global supracitados é a crítica de Kirmayer (2014a, 2014b) a uma visão de cultura que a toma de forma sinonímica em relação à localidade geográfica, como por vezes a noção de território é erroneamente tomada. Isto é, se o território é a unidade com a qual se busca abarcar a heterogeneidade cultural nos serviços de saúde mental no Brasil, é preciso se considerar que, para ser fiel à sua dimensão histórico-temporal, e logo cultural, não se identifique o território com um mero espaço geográfico. No entanto, apesar de esta não ter sido a pretensão na época de sua formulação, cabe ressaltar como as divisões meramente geográficas operadas pelas estratégias da RAPS nos últimos tempos têm se apresentado insensíveis à dimensão ontológica da cultura, ou seja, sobre como um mesmo espaço é atravessado por variadas temporalidades e existências. Nesse sentido, é possível se considerar como o termo “território” por vezes opera como um falso cognato, que leva à armadilha apontada por Kirmayer (2014a, 2014b) de homogeneizar de forma equivocada um certo espaço. Portanto, seria lícito argumentar que é um termo heurísticamente pouco eficaz sobre esse aspecto experiencial das diferentes populações e indivíduos, e é importante o incremento dado pela noção de cultura.

Desse modo, cabe se considerar que, uma vez que a noção de território pouco a pouco reduziu-se a uma leitura meramente espacial, as abordagens que visam a articular cultura e saúde mental se apresentam como alternativas capazes de compensar ao menos parcialmente essa lacuna das estratégias em saúde mental. Tal compensação, entretanto, também não é simples de ser executada, pois, como demonstram os artigos que embasam este estudo, as análises culturalistas também correm o risco de perder o foco na singularidade das subjetividades que demandam por cuidado.

Por fim, mesmo se tratando de situações nas quais os agentes de cuidado e os pacientes compartilham um mesmo espaço físico, é necessário reconsiderar a assertiva enfatizada por Kirmayer (2014a, 2014b), assim como por Kleinman e Kleinman (1997, p. 95), de como os próprios clínicos também têm na cultura a fonte de seus diagnósticos e tratamentos, reproduzindo neles essas influências

político-econômicas. Desse modo, não basta pensar somente nas influências da cultura em suas dimensões étnico-identitária e técnico-civilizatória sobre o processo de cuidado, mas, sobretudo, na importância da dimensão ontológica da cultura. Significa, portanto, contemplar a dimensão existencial da cultura, isto é, a matriz interpessoal da qual a experiência emerge, e o principal veículo do processo de cuidado. Não há dúvidas que essa concepção de cultura faz com que ela seja pertinente a toda e qualquer relação terapêutica, o que traz uma certa inespecificidade ao conceito, sendo lícito considerar a importância de produções voltadas a situações nas quais há fortes diferenças culturais (no sentido étnico-identitário), tal qual fazem os autores citados. De todo modo, revela-se como uma estratégia eficaz para compensar a apreensão usual e equivocada do território como mero espaço geográfico, sem lhe atribuir qualquer característica experiencial.

Referências

- Amarante, P. (2003). A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: P. Amarante (Org.). *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*, p. 45-66. Rio de Janeiro: Nau.
- Dimenstein, M.; Liberato, M. (2009). Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: O desafio da intersectorialidade e do trabalho em rede. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 1(1), 1-10.
- Eagleton, T. (2000). *The Idea of Culture*. Oxford: Blackwell.
- Kirmayer, L. (2014a). Introduction: The place of culture in mental health services. In: L. Kirmayer, J. Guzder, C. Rousseau (Eds.). *Cultural Consultation: Encountering the other in mental health care*, p. 1-20. Nova York: Springer.
- Kirmayer, L. (2014b). Culture and Global Mental Health. In: V. Patel, H. Minas, A. Cohen, M. J. Prince (Orgs.). *Global Mental Health: Principles and practices*, p. 41-62. Oxford: Oxford University Press.
- Kleinman, A.; Kleinman, J. (1997). Suffering and its professional transformation. In: A. Kleinman (Org.). *Writing at the margin: Discourse between Anthropology and Medicine*, p. 95-119. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Luhrmann, T. M. (2016). Introduction. In: T. M. Luhrmann, J. Marrow (Orgs.). *Our most troubling madness: Case studies in schizophrenia across cultures*, p. 1-25. Oakland: University of California Press.
- Mourão Vasconcelos, E. (2009). Epistemologia, diálogos e saberes: Estratégias para práticas interparadigmáticas em saúde mental. *Cad. Bras. Saúde Mental*, 1(1), 1-10.
- Oury, J. (2009). *O coletivo*. São Paulo: Hucitec.
- Rotelli, F. (2001). A instituição inventada. In: F. Nicácio (Org.). *Desinstitucionalização*, p. 89-100. São Paulo: Hucitec.

- Summerfield, D. (2008). How scientifically valid is the knowledge base of global mental health? *BMJ*, 336(7651), 992–994.
- Summerfield, D. (2012). Against global mental health. *Transcultural Psychiatry*, 49(3-4), 519-530.
- Wenceslau, L. D.; Ortega, F. (2015). Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: Perspectivas internacionais e cenário brasileiro. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 19(55), 1121-1132.

Recebido em 05 de junho de 2019

Aceito para publicação em 06 de junho de 2019

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE UM TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS (THS) EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*EVALUATION AND FOLLOW-UP OF A SOCIAL SKILLS
TRAINING (SST) WITH ELEMENTARY SCHOOL CHILDREN*

*EVALUACIÓN Y FOLLOW-UP DE UN ENTRENAMIENTO DE HABILIDADES
SOCIALES (EHS) EN NIÑOS DE LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL*

Marisangela Siqueira de Souza ⁽¹⁾

Adriana Benevides Soares ⁽²⁾

Clarissa Pinto Pizarro Freitas ⁽³⁾

RESUMO

A fim de contribuir com evidências sobre intervenções e para a manutenção de habilidades sociais por meio de follow-up, este estudo investigou os ganhos dos alunos que participaram de um Treinamento de Habilidades Sociais (THS) e a manutenção desses resultados. Pais e professores também foram informantes dos ganhos, manutenção e déficits de habilidades sociais dos alunos. A amostra foi composta por 10 crianças matriculadas em uma turma do 5º ano do ensino fundamental de uma escola municipal no Rio de Janeiro, em área de vulnerabilidade social. Os escolares tinham entre 10 a 13 anos ($M = 10,4$ anos; $DP = 1,0$ anos), e 60% eram do sexo feminino. Para análise dos dados utilizou-se o Método JT. Os resultados demonstraram que todos os escolares se beneficiaram da intervenção e que os ganhos nas diferentes dimensões cognitivas e comportamentais se mantiveram estáveis ao longo do tempo.

Palavras-chave: treinamento de habilidades sociais; follow-up; escolares.

⁽¹⁾ Mestre em Psicologia Social pelo PPGP em Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), Niterói, RJ, Brasil. profmarisangela@gmail.com

⁽²⁾ Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade de Paris XI, Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora Titular do PPGP em Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), Niterói, RJ, Brasil. adribenevides@gmail.com

⁽³⁾ Professora do PPG em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), RJ, Brasil. freitas.cpp@gmail.com

ABSTRACT

In order to gather evidence about interventions and the maintenance of social skills through follow-up, this study investigated the gains of students who took part in a Social Skills Training (SST) and the maintenance of these results. Parents and teachers were also informants on the students' gains, maintenance and deficits in social skills. The sample consisted of 10 children enrolled in a 5th grade class of elementary school at a municipal school in Rio de Janeiro, in a social vulnerability area. The students were between 10 and 13 years old ($M = 10.4$ years, $SD = 1.0$ years), of which 60% were female. Data were analyzed using the JT method. The results showed that all the students benefited from the intervention and the gains in cognitive and behavioral dimensions remained stable over time.

Keywords: social skills training; follow-up; students.

RESUMEN

A fin de contribuir con evidencias sobre intervenciones y para el mantenimiento de habilidades sociales por medio de follow-up, este estudio investigó las ganancias de los alumnos con un Entrenamiento de Habilidades Sociales (EHS) y el mantenimiento de esos resultados. Los padres y los maestros también informaron sobre las ganancias, el mantenimiento y los déficits de las habilidades sociales de los estudiantes. Participaron del estudio 10 niños matriculados en una clase del 5° año de la enseñanza fundamental de una escuela municipal en Rio de Janeiro, en área de vulnerabilidad social. Los estudiantes tenían entre 10 a 13 años ($M = 10,4$ años, $DP = 1,0$ años), y el 60% eran del sexo femenino. Para el análisis de los datos se utilizó el Método JT. Los resultados demostraron que todos los escolares se beneficiaron de la intervención y que las ganancias en las diferentes dimensiones cognitivas y comportamentales se mantuvieron estables a lo largo del tiempo.

Palabras clave: entrenamiento de habilidades sociales; follow-up; escolares.

Introdução

A importância das habilidades sociais para a infância vem crescendo como foco de investigação por sua relevância na socialização, pelo impacto na qualidade das relações interpessoais, na saúde, no desenvolvimento acadêmico, social e emocional da criança. Para Del Prette e Del Prette (2017), as habilidades sociais podem ser determinantes para a construção de um indivíduo mais competente

socialmente e devem ser trabalhadas desde a primeira infância. Além das mudanças pertinentes à fase do desenvolvimento biológico, no período escolar, as crianças são expostas a novas demandas de relacionamentos interpessoais que requerem do aluno o domínio de diversas habilidades sociais. Quando há déficits, ou um baixo repertório de tais habilidades para lidar com essas exigências, pode haver o desencadeamento de estresse, doenças psíquicas e fracasso escolar (Schonfeld et al., 2015).

Assim, a aquisição, ainda na infância, de um repertório mais elaborado de habilidades sociais pode repercutir positivamente em toda a vida do indivíduo. As habilidades sociais podem ser compreendidas como um construto descritivo de classes de respostas que, sob determinados antecedentes, apresentam alta probabilidade de reforço positivo ou negativo que contribuem para comportamentos socialmente competentes. Esses comportamentos melhoram a competência social do indivíduo, que pode ser definida como a capacidade de articular pensamentos, sentimentos e ações em função de consequências positivas para si e para os outros (Caballo, 2003; Del Prette & Del Prette, 2017).

Para o desenvolvimento, ainda na infância, dessas habilidades reguladoras de déficits e excessos nas interações sociais, intervenções em contextos escolares vêm sendo testadas e apontadas como protetivas para o desenvolvimento desses indivíduos (Casali-Robalinho et al., 2015; Rodrigues, 2007; Murta et al., 2009; Dias & Del Prette, 2015). Casali-Robalinho et al. (2015) realizaram estudo com o intuito de evidenciar o déficit em habilidades sociais como preditor de problemas de comportamento. Os resultados apontaram que as habilidades sociais de maior peso preditivo sobre problemas comportamentais foram, na autoavaliação, as de Responsabilidade e, na avaliação por informantes externos (pais e professores), as de Autocontrole e Civilidade. Os autores sinalizaram a importância das habilidades sociais em crianças como fator de prevenção de tais problemas e que intervenções nessa área não trazem ganhos apenas para as crianças, mas também para o âmbito escolar e familiar. Alguns estudos vêm sendo realizados com o objetivo de testar intervenções que aprimorem o repertório de habilidades sociais em crianças e adolescentes e seus possíveis impactos na melhora dos problemas de comportamento e baixo desempenho acadêmico no contexto escolar, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social (Martin et al., 2007; Noltemeyer & Bush, 2013; Schonfeld et al., 2015). Minimizar os déficits em habilidades sociais se apresenta como principal objetivo dessas intervenções. Os déficits ou excessos comportamentais podem se manifestar por comportamento agressivo, retraimento, baixo autoconceito e todo tipo de dificuldades de interações em contextos sociais (Lopes et al., 2013).

A variação dos contextos impulsiona o teste de diferentes tipos de intervenção para avaliar a eficácia de programas que possam ser replicados em realidades distintas e que possam fazer parte do currículo escolar (Del Prette & Del Prette, 2017). Denominado como Treinamento de Habilidades Sociais (THS), é um programa estruturado com o objetivo de favorecer a aquisição de um repertório mais elaborado de habilidades de interação, melhorar as habilidades deficitárias e aumentar a competência social do indivíduo (Del Prette & Del Prette, 2017). Para Michelson et al. (2013), o THS caracteriza-se como um método de intervenção educativo ou preventivo, que pressupõe uma avaliação ou diagnóstico inicial das dificuldades e recursos interpessoais dos participantes para orientar o planejamento do programa. Acerca dos programas de THS, questiona-se a manutenção das habilidades trabalhadas; dessa forma, pesquisas que incluem *follow-up* têm sido propostas para avaliar a durabilidade desse contingente de aprendizado e seus desdobramentos para os indivíduos submetidos a intervenções (Dias & Del Prette, 2015; Murta et al., 2009; Schonfeld et al., 2015).

Sobre a manutenção dos ganhos positivos com o THS, o estudo de Rodrigues (2007) realizou intervenção no campo das habilidades sociais com 70 crianças, em idade escolar e em situação de risco, de um projeto social pedagógico e seis educadores de uma instituição não governamental na cidade de Goiânia. A intervenção foi realizada em grupo e os educadores reforçavam comportamentos socialmente mais competentes. Os resultados apontam para alta frequência de comportamentos não habilidosos durante as fases de linha de base e redução desses comportamentos durante as fases de intervenção. Após um mês, na avaliação de *follow-up*, os resultados apontaram para a manutenção do impacto positivo da intervenção, demonstrando a manutenção da baixa frequência de comportamentos pouco competentes. Um dos aspectos relevantes desse estudo é capacitar os próprios professores para que, no contato diário com seus alunos, promovam o fortalecimento dos comportamentos socialmente competentes.

Também Murta et al. (2009) realizaram estudo de intervenção com 18 adolescentes entre 12 e 14 anos, conduzida em dezesseis sessões semanais ao longo de cinco meses, com o objetivo de promover as habilidades sociais, habilidades cognitivas e habilidades de manejo de estresse. Os resultados da intervenção se mostraram positivos. Na avaliação de *follow-up*, conduzida um ano após o programa, todos os adolescentes ($n = 13$) relataram ter vivenciado mudanças positivas percebidas como favorecidas pela participação na intervenção, como melhoria nas relações interpessoais na família e no grupo de pares e maior dedicação à construção de projetos de futuro. Os relatos dos pais foram coerentes com os

dos filhos, no que se refere à redução de conflitos familiares e ao desenvolvimento de habilidades de manejo da raiva e do estresse, e à construção de novas amizades.

A literatura aponta que, quanto maior a frequência de problemas de comportamento apresentados pelas crianças, menos elaborado é o repertório de habilidades sociais e pior o seu desempenho acadêmico (Cia & da Costa, 2017; Dias & Del Prette, 2015; Lopes et al., 2013; Schonfeld et al., 2015). A escola, como um espaço de desenvolvimento não apenas acadêmico, mas também psicossocial, se apresenta como local propício para possíveis intervenções que ampliem as perspectivas de mudanças positivas no cotidiano dos alunos (Schonfeld et al., 2015).

A fim de contribuir com evidências sobre intervenções para a promoção de habilidades sociais por meio de avaliação de *follow-up*, este estudo investigou os efeitos de uma intervenção em habilidades sociais para escolares do quinto ano do Ensino Fundamental após 3 e 6 meses da intervenção. O THS objetivava a diminuição nos problemas de comportamento e a melhora no desempenho acadêmico por meio da promoção das seguintes habilidades: Civilidade, Assertividade, Autocontrole e Habilidades Acadêmicas.

Método

Participantes

Participaram do estudo 10 crianças matriculadas no 5º ano do ensino fundamental de uma escola municipal no Rio de Janeiro, em área de vulnerabilidade social. Os escolares tinham entre 10 a 13 anos ($M = 10,4$ anos; $DP = 1,0$ anos), sendo 60% do sexo feminino. Todas as crianças estavam matriculadas na mesma turma do 5º ano do ensino fundamental. Além das crianças, a professora regente da turma e os 10 responsáveis pelos alunos envolvidos contribuíram com o estudo, avaliando os comportamentos dos escolares ao longo do tempo da pesquisa.

Instrumentos

Neste estudo, as habilidades sociais das crianças foram investigadas por meio do Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (Social Skills Rating System, SSRS) (Gresham & Elliott, 1990, adaptado e validado para o português do Brasil por Del Prette et al., 2016). O SSRS pode ser respondido por pais, professores e

alunos. Esse instrumento avalia o repertório de habilidades sociais, indicadores de problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças entre 6 e 13 anos. Os inventários para alunos, pais e professores foram aplicados neste estudo. A seção do inventário respondido pelos escolares é composta por 20 itens, com consistência interna de 0,73, e avalia comportamentos ligados à empatia, responsabilidade, assertividade e autocontrole. O inventário para os pais é constituído por 38 itens ($\alpha = 0,96$) e avalia as habilidades sociais das crianças e a frequência da apresentação de problemas de comportamento, e o dos professores é formado por três escalas que avaliam: (a) a frequência e a importância das habilidades sociais das crianças, com 22 itens ($\alpha = 0,91$); (b) a frequência de comportamentos problemáticos, com 14 itens ($\alpha = 0,89$); e (c) a competência acadêmica dos alunos, com 9 itens ($\alpha = 0,98$).

Além das habilidades sociais, foram investigadas as capacidades fundamentais para o desempenho escolar em leitura, escrita e aritmética dos participantes da intervenção por meio do Teste de Desempenho Escolar (TDE) (Stein, 1994). A consistência interna do instrumento é satisfatória ($\alpha = 0,79$).

Diário de campo e entrevista

Foram registrados sete diários de campo. As observações foram realizadas pela pesquisadora, com duração aproximada de 40 minutos cada. As seis situações observadas foram: jogo no recreio, aula de inglês, aula de educação física, sala de aula, recreio e foto para encerramento. Foram registrados apenas os comportamentos relacionados às habilidades sociais treinadas (civildade, autocontrole, assertividade e habilidades acadêmicas). A entrevista com a professora foi semiestruturada, com cinco questões elaboradas, como por exemplo: *Você percebeu alguma mudança no comportamento do(a) aluno(a)? Caso sim, exemplifique.* O objetivo era apreender as impressões da docente sobre cada um dos dez alunos em relação às habilidades trabalhadas na intervenção.

Procedimentos de coleta de dados e intervenção

A coleta de dados foi realizada em conjunto com o THS para escolares do quinto ano do ensino fundamental em situação de vulnerabilidade social. O THS teve uma carga total de 10 horas, distribuída em 10 sessões de frequência semanal. Cada sessão teve duração de 60 minutos. Essa intervenção visava a promover

o desenvolvimento de habilidades sociais dos escolares, e para isso utilizaram-se diversas técnicas, como *role play* e brincadeiras didáticas. Os alunos foram avaliados em quatro momentos. Os escolares e a professora regente responderam aos instrumentos na primeira (T1) e última (T2) sessões da intervenção e três meses (T3) e seis meses (T4) após o término da intervenção. Já a coleta de dados com os responsáveis dos escolares foi realizada em dois momentos, na primeira sessão (T1) e na última sessão (T2). Foram reaplicados os mesmos inventários nos pré e pós-testes do THS (TDE e SSRS), no intervalo de três e seis meses após a intervenção, para comparação dos resultados.

Foi feito um trabalho de observação *in loco* dos alunos no contexto escolar. Apenas as situações ou comportamentos relacionados às habilidades treinadas (civildade, autocontrole, assertividade e habilidades acadêmicas) foram registrados. A entrevista com a professora regente aconteceu na escola, em dia e horário previamente agendados, e teve a duração de aproximadamente 15 minutos.

Procedimentos éticos

A pesquisa e a realização do THS foram efetuadas após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), aprovada sob parecer nº 2.001.230. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos responsáveis pelas crianças e pela professora. O Termo de Assentimento foi assinado pelos escolares, conforme orientações da Resolução 466/2012.

Procedimento de análise de dados

A análise de dados deste estudo foi realizada em duas etapas. No primeiro momento foi utilizado o Método JT, para investigar quais escolares apresentaram maiores ganhos com a intervenção, de acordo com as avaliações deles próprios, da professora regente e de seus pais. O método JT foi utilizado como estratégia de análise, pois permite avaliar a efetividade da intervenção comparando o participante consigo mesmo antes e após a intervenção (Del Prette & Del Prette, 2008). As diferenças entre os ganhos dos participantes segundo o sexo (feminino ou masculino) foi investigada por meio do teste Kolmogorov-Smirnov para duas amostras independentes, devido ao número reduzido de participantes.

No segundo momento, foram analisados os dados descritivos. Para analisar os dados dos sete diários de campo foram elencadas, por sujeito, as situações rela-

cionadas aos construtos das habilidades sociais, problemas de comportamento e desempenho acadêmico. Para tal, as informações coletadas foram divididas e subdivididas em categorias de acordo com as habilidades treinadas: Civilidade (respeito às regras e uso de palavras habilidosas); Autocontrole (resolução de conflitos e controle da raiva); Assertividade (interação positiva com o grupo e reação assertiva) e Habilidades Acadêmicas (responsabilidade acadêmica quanto às tarefas de aula e de casa e organização do tempo de estudo e do material didático). A entrevista foi transcrita na íntegra e categorizada de acordo com as quatro habilidades treinadas na intervenção. Tanto para o diário de campo quanto para a entrevista utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011). A análise se deu por aluno, os dez selecionados para o estudo. Dessa forma, esses dados foram relacionados aos resultados individuais dos sujeitos (Método JT) na discussão, o que permitiu melhor compreensão dos resultados e da trajetória dentro da pesquisa (nos três momentos do estudo) dos alunos que apresentaram maiores benefícios com a THS (e.g., aumento dos níveis nas dimensões de habilidades sociais treinadas na intervenção ao longo do tempo) em comparação aos que obtiveram menores benefícios (e.g., ausência de diferenças nos índices de habilidades sociais treinadas na intervenção ao longo do tempo).

Resultados

As análises realizadas por meio do método JT demonstraram que todos os escolares se beneficiaram da intervenção e que os ganhos nas diferentes dimensões cognitivas e comportamentais se mantiveram estáveis ao longo do tempo (Tabela 1 e Tabela 2). A análise de Kolmogorov-Smirnov demonstrou que não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nos ganhos dos escolares do sexo masculino e feminino.

Foi observado que, com a intervenção, os participantes apresentaram ganhos nas dimensões: Empatia/Afetividade avaliada pelos participantes (participantes 2, 4, 8 e 10); Responsabilidade avaliada pelos participantes (participante 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), pelos pais (participante 8) e pelos professores (participantes 4, 5, 6, 8 e 9); Autocontrole/Civilidade avaliado pelos participantes (participantes 2, 3, 4, 5, 6 e 8), pelos pais (participante 2) e pelos professores (participantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10); Assertividade avaliada pelos participantes (participantes 2, 4, 6, 8 e 9) e pelos professores (participantes 2, 5, 7 e 8); Cooperação/Afetividade avaliada pelos pais (participantes 2 e 4) e pelos professores (participantes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9); Civilidade avaliada pelos pais (participantes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9);

pantes 2, 7 e 10); Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos pais (participante 9) e pelos professores (participantes 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 10); Hiperatividade avaliada pelos professores (participantes 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 10); Problemas Internalizantes (participantes 1 e 7); Competência Acadêmica avaliada pelos professores (participantes 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 9). Apesar de a maior parte dos escolares apresentar benefícios com as intervenções, foi observado que os índices de alguns participantes nas dimensões positivas, como Empatia/Afetividade (participante 1), Responsabilidade (participante 8) e Autocontrole/Civilidade (participante 9) avaliados pelos participantes, Cooperação/Afetividade (participantes) e Civilidade (participantes) avaliada pelos pais, Competência Acadêmica avaliada pelos professores (participantes 3, 5, 6, 8 e 10) diminuíram, enquanto nos fatores negativos Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos pais (participante 2), Problemas de Comportamentos Externalizantes (participante 10) e Problemas Internalizantes (participante 3) avaliados pelos professores, as médias desses participantes aumentaram (Tabela 1).

Ao analisar os casos separadamente de acordo com o método JT, foi observado que os participantes 2, 4, 5, 6 e 8 foram os que mais se beneficiaram com o THS. Já os participantes 1, 3, 7, 9 e 10 apresentaram ganhos em menos dimensões, em comparação aos cinco primeiros. Aponta-se que os benefícios obtidos por todos os escolares com a intervenção se mantiveram estáveis ao longo do tempo (Tabela 1).

A análise descritiva das médias dos participantes ao realizarem a primeira coleta, antes da intervenção (T1), possibilitou perceber que os participantes 2, 4, 5, 6 e 8 apresentavam índices inferiores aos participantes 1, 3, 7, 9 e 10 nas dimensões Empatia/Afetividade, Autocontrole/Civilidade e Assertividade avaliados pelos participantes; Responsabilidade avaliada pelos participantes, pelos pais e professores; Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos pais; Problemas Internalizantes avaliados pelos pais e professores; Assertividade/Desenvoltura Social, Cooperação/Afetividade e Competência Acadêmica avaliadas pelos professores; Desempenho em Escrita, Leitura e Aritmética (Tabela 1 e Tabela 2). De forma complementar a isso, foi observado que os participantes 2, 4, 5, 6 e 8 apresentavam médias mais altas nas dimensões Problemas de Comportamentos Externalizantes e Hiperatividade avaliados pelos professores, Cooperação/Afetividade e Civilidade avaliada pelos pais, quando comparados aos participantes 1, 3, 7, 9 e 10 (Tabela 1 e Tabela 2). Além disso, após a intervenção, foi possível observar que as diferenças de médias entre os participantes diminuíram, tornando-se predominantemente semelhantes entre os participantes 1 a 10 (Tabela 1 e Tabela 2).

Tabela 1 — Médias dos Escolares ao longo do tempo

P (Sexo) (idade)	1 (M) (10 a)		2 (F) (12 a)		3 (M) (10 a)		4 (M) (11 a)		5 (F) (10 a)		6 (M) (10 a)		7 (F) (10 a)		8 (M) (10 a)		9 (M) (10 a)		10 (F) (13 a)																							
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4																														
Dimensão	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4																														
EA/ê-P	2,0	1,8	1,4	1,4	1,0	1,2	1,6	1,4	1,4	1,2	1,4	1,8	1,8	2,0	1,6	2,0	2,0	1,0	1,4	1,4	1,8	1,8	1,4	1,4	1,0	1,0	1,6	0,8	1,4	1,4	1,4	1,8	1,6	2,0	2,0							
Resp-P	1,4	1,4	1,8	1,8	1,2	1,6	1,4	1,8	1,4	1,2	1,6	2,0	2,0	1,2	1,4	1,6	1,8	1,2	1,0	1,6	1,6	1,4	1,6	1,2	1,0	1,6	1,2	1,8	1,0	0,8	1,6	1,2	1,8	1,8	2,0	2,0	1,6	1,8	2,0			
Aut/Civ-P	1,3	1,3	1,5	1,3	0,2	1,0	1,0	1,5	1,0	1,5	1,0	0,2	0,5	1,5	2,0	0,8	1,0	1,8	0,3	0,7	2,0	1,5	1,3	1,2	1,0	1,8	0,7	0,5	1,5	1,3	1,3	1,0	1,0	2,0	0,7	1,0	1,5	1,5				
Ass-P	1,0	0,7	1,0	1,5	0,2	1,7	1,0	1,5	1,0	0,5	1,5	1,8	0,5	0,7	1,2	1,7	1,5	1,3	1,3	1,5	0,5	1,0	0,7	1,7	1,5	1,7	1,2	1,7	0,7	1,5	1,3	1,7	1,0	0,0	1,5	1,7	1,0	0,5	1,3	1,5		
Resp-Pais	0,3	0,3	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	1,0	0,8	1,0	0,8	1,0	0,8	1,0	0,8	1,0	0,8	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	0,8	1,0	0,8	1,0		
Aut-Pais	0,6	0,6	0,8	0,6	0,8	1,4	0,8	0,8	1,8	1,0	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,2	0,2	1,0	1,2	1,0	
C/Al-Pais	1,0	1,0	1,2	1,7	1,2	1,7	1,2	1,7	2,0	1,3	1,2	1,7	2,0	1,3	1,2	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3	2,0	1,0	2,0	1,0		
A/DS-Pais	1,0	1,0	0,3	0,8	0,3	0,8	1,8	1,5	1,5	1,8	1,5	1,8	0,3	1,5	0,3	1,5	1,0	1,3	1,0	1,3	0,5	1,3	0,5	1,3	0,5	1,3	1,3	0,8	0,8	1,8	0,8	1,8	0,8	1,8	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,3		
Civ-Pais	1,5	1,5	1,8	1,8	1,8	1,8	0,8	1,3	1,8	1,8	1,8	1,8	1,3	1,3	1,3	1,3	1,0	1,8	1,0	1,8	1,5	1,8	1,5	1,8	1,8	1,5	1,8	1,5	1,8	1,3	1,8	1,3	1,8	1,3	1,8	1,3	1,5	1,3	1,5			
PCE-Pais	1,2	0,6	1,0	1,1	1,0	1,1	1,3	1,4	0,6	0,8	0,6	0,8	0,6	0,5	0,6	0,5	0,1	0,9	0,1	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	
Plnt-Pais	1,4	1,0	0,8	0,8	0,8	0,8	0,6	1,0	0,4	1,0	0,4	1,0	0,2	0,4	0,2	0,4	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	0,8	
Resp-Pro	1,5	1,4	2,0	2,0	0,7	1,4	1,3	1,5	1,2	1,1	1,3	1,2	0,9	1,1	1,7	1,3	1,4	1,3	2,0	2,0	0,8	0,9	1,7	1,7	1,5	1,6	2,0	1,7	0,9	0,9	1,3	1,5	1,1	1,1	1,8	1,8	1,4	1,2	1,5	1,5		
Aut-Pro	1,4	1,6	2,0	1,9	1,1	0,9	1,8	1,6	0,8	0,8	1,5	1,5	0,9	1,1	1,5	1,9	1,1	1,1	1,9	1,9	0,3	1,0	1,5	1,5	1,3	1,5	2,0	1,9	0,4	1,1	1,3	1,5	1,3	1,5	1,3	1,5	1,8	1,9	0,5	1,3	1,8	1,8
A/DS-Pro	1,6	1,4	2,0	1,8	0,6	1,0	1,4	1,6	1,2	1,2	2,0	0,8	0,8	1,2	1,2	0,6	1,0	1,4	1,6	1,2	1,0	1,6	1,6	0,6	0,4	1,0	1,2	1,2	1,0	1,8	1,4	1,0	1,0	1,4	1,2	0,8	1,2	1,4	1,2	1,4	1,2	
C/Al-Pro	1,7	2,0	2,0	2,0	0,7	1,7	2,0	2,0	1,0	1,7	1,3	2,0	1,0	1,7	2,0	2,0	1,3	1,7	2,0	2,0	1,0	1,7	2,0	2,0	1,3	1,3	1,7	2,0	1,3	1,0	1,7	2,0	1,3	1,0	1,7	2,0	2,0	1,0	2,0	2,0	2,0	
PCE-Pro	0,7	0,3	0,2	0,2	0,5	0,5	0,2	0,0	1,5	1,3	0,5	0,3	0,7	0,3	0,3	0,5	0,2	0,3	0,0	0,0	1,0	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Hip-Pro	0,5	0,3	0,0	0,0	0,3	0,8	0,0	0,0	1,3	2,0	1,0	0,8	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	1,5	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

continua...

...continuação

P (Sexo) (idade)	1 (M) (10 a)	2 (F) (12 a)	3 (M) (10 a)	4 (M) (11 a)	5 (F) (10 a)	6 (M) (10 a)	7 (F) (10 a)	8 (M) (10 a)	9 (M) (10 a)	10 (F) (13 a)	
Dimensão	T1 T2 T3 T4										
PInt-Pro	0,5 0,5 0,0 0,0 1,0	1,0 0,3 0,3 0,3 0,3	0,5 0,5 0,3 0,3 0,3	0,5 0,8 0,3 0,3 0,3	1,5 0,5 1,0 0,8 0,5	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	1,8 1,3 0,3 0,8 1,0	0,8 0,0 0,3 1,3 0,5	0,0 0,3 0,3 1,5 1,0	0,3 0,3 0,3 1,5 1,0	0,3 0,3 0,3 0,3 0,4
CAC-Pro	0,6 0,4 0,1 0,1 0,6	0,7 0,1 0,1 1,1 1,3	0,6 0,5 0,5 0,4 0,2	0,3 0,5 0,4 0,2 0,3	0,4 0,3 0,3 0,3 0,3	1,0 0,6 0,2 0,1 0,6	0,2 0,1 0,6 0,4 0,1	0,2 1,6 0,9 0,5 0,4	0,6 0,5 0,6 0,4 1,3	0,9 0,3 0,3 0,4 0,4	0,4

Notas

- P = Participante
 - PCC = Pontos de coleta comparados
 - F = Feminino
 - M = Masculino
 - a = anos
 - + = Mudança clínica positiva
 - = Mudança clínica negativa
-
- E/Afe-P = Empatia/Afetividade avaliadas pelos participantes
 - Resp-P = Responsabilidade avaliada pelos participantes
 - Aut/Civ-P = Autocontrole/Civilidade avaliadas pelos participantes
 - Ass-P = Assertividade avaliada pelos participantes
 - Resp-Pais = Responsabilidade avaliada pelos pais
 - Aut-Pais = Autocontrole avaliada pelos pais
 - C/AF-Pais = Cooperação/Afetividade avaliada pelos pais
 - A/DS-Pais = Assertividade/Desenvoltura Social avaliadas pelos pais
 - Civ-Pais = Civilidade avaliada pelos pais
 - PCE-Pais = Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos pais
-
- E/Afe-Pro = Empatia/Afetividade avaliadas pelos participantes
 - Resp-Pro = Responsabilidade avaliada pelos professores
 - Aut-Pro = Autocontrole avaliada pelos professores
 - A/DS-Pro = Assertividade/Desenvoltura Social avaliadas pelos professores
 - C/AF-Pro = Cooperação/Afetividade avaliada pelos professores
 - PCE-Pro = Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos professores
 - Hip-Pro = Hiperatividade avaliados pelos professores
 - PInt-Pro = Problemas Internalizantes avaliados pelos professores
 - CAC-Pro = Competência Acadêmica avaliada pelos professores

Tabela 2 — Análise segundo o Método JT dos Escolares ao longo do tempo

P (Sexo) (Idade)	1 (M) (10 a)		2 (F) (12 a)		3 (M) (10 a)		4 (M) (11 a)		5 (F) (10 a)		6 (M) (10 a)		7 (F) (10 a)		8 (M) (10 a)		9 (M) (10 a)		10 (F) (13 a)					
	T1x	T2	T3	T4	T1x	T2	T3	T4	T1x	T2	T3	T4												
PCC	T1x	T2	T3	T4	T1x	T2	T3	T4	T1x	T2	T3	T4												
Dimensões	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4
Emp/Alé-P	-				+																			
Resp-P	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aut/Civ-P		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Ass-P		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Resp-Pais																	+							
Aut-Pais																								
Coop/Al-Pais																								
Ass/DS-Pais																								
Civ-Pais																								
PCExt-Pais																								
Plnt-Pais																								
Resp-Pro																								
Aut-Pro																								
A/DS-Pro																								
Coop/Al-Pro																								
PCExt-Pro																								

continua...

...continuação

P (Sexo) (Idade)	1 (M) (10 a)		2 (F) (12 a)		3 (M) (10 a)		4 (M) (11 a)		5 (F) (10 a)		6 (M) (10 a)		7 (F) (10 a)		8 (M) (10 a)		9 (M) (10 a)		10 (F) (13 a)		
	T1x	T1x	T1x	T1x																	
Dimensões	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4	T2	T3	T4
Hip-Pro	+	+	+				+	+	+	+	+	+				+	+	+	+	+	+
Plnt-Pro	+	+		-	-	-								+	+	+					
CAC-Pro	+	+	+				+	+	+	+	+	+				+	+	+	+	+	-

Notas

- P = Participante
 - PCC = Pontos de coleta comparados
 - F = Feminino
 - M = Masculino
 - a = anos
 - + = Mudança clínica positiva
 - = Mudança clínica negativa
- Emp/Afe-P = Empatia/Afetividade avaliadas pelos participantes
 Resp-P = Responsabilidade avaliada pelos participantes
 Aut/Civ-P = Autocontrole/Civilidade avaliadas pelos participantes
 Ass-P = Assertividade avaliada pelos participantes
 Resp-Pais = Responsabilidade avaliada pelos pais
 Aut-Pais = Autocontrole avaliado pelos pais
 Coop/Af-Pais = Cooperação/Afetividade avaliada pelos pais
 A/DS-Pais = Assertividade/Desenvoltura Social avaliadas pelos pais
 Civ-Pais = Civilidade avaliada pelos pais
 PCExt-Pais = Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos pais
- Emp/Afe-Pro = Empatia/Afetividade avaliadas pelos participantes
 Resp-Pro = Responsabilidade avaliada pelos participantes
 Aut/Civ-Pro = Autocontrole/Civilidade avaliadas pelos participantes
 Ass-Pro = Assertividade avaliada pelos participantes
 Resp-Pais = Responsabilidade avaliada pelos pais
 Aut-Pais = Autocontrole avaliado pelos pais
 Coop/Af-Pro = Cooperação/Afetividade avaliada pelos pais
 A/DS-Pro = Assertividade/Desenvoltura Social avaliadas pelos pais
 Civ-Pro = Civilidade avaliada pelos pais
 PCExt-Pro = Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos pais
- Plnt-Pais = Problemas Internalizantes avaliados pelos pais
 Resp-Pro = Responsabilidade avaliada pelos professores
 Aut-Pro = Autocontrole avaliado pelos professores
 A/DS-Pro = Assertividade/Desenvoltura Social avaliadas pelos professores
 Coop/Af-Pro = Cooperação/Afetividade avaliada pelos professores
 PCExt-Pro = Problemas de Comportamentos Externalizantes avaliados pelos professores
 Hip-Pro = Hiperatividade avaliados pelos professores
 Plnt-Pro = Problemas Internalizantes avaliados pelos professores
 CAC-Pro = Competência Acadêmica avaliada pelos professores

Os resultados sugerem que os participantes que apresentaram maiores ganhos com a intervenção foram os escolares com maiores déficits de habilidades sociais e cognitivas (2, 4, 5, 6 e 8). Apesar dos déficits, observa-se que, ao fim da intervenção e ao longo do tempo, esses participantes desenvolveram tanto habilidades sociais quando capacidades cognitivas, a ponto de serem avaliados com os mesmos níveis de habilidades que os colegas já avaliados como socialmente competentes em T1. Além disso, os achados também demonstram que mesmo os participantes com repertórios elaborados de habilidades sociais e baixos déficits em suas habilidades cognitivas se beneficiam com o THS (1, 3, 7, 9 e 10) (Tabela 1).

A Tabela 3 mostra as categorias predeterminadas de habilidades trabalhadas e ilustrações da fala da professora com relação ao desempenho dos alunos em cada categoria. Na percepção da docente, o grupo apresentou ganhos positivos com a intervenção.

Tabela 3 — Entrevista com a professora

Participante	Categoria	Fala da professora
P1	Assertividade	“está mais confiante, se coloca mais”
	Hab. Acadêmicas	—
P2	Hab. Acadêmicas	“ela desenvolveu mais responsabilidade, mais vontade de aprender, interesse..., mais interesse, e agora ela está começando a demonstrar bons resultados na questão das habilidades acadêmicas”
P3	Autocontrole	“o P3, ele deu uma controlada nessa coisa do autocontrole, ele ainda precisa um pouco...”
	Assertividade	“ele quer controlar todo mundo em volta dele, mas ele deu uma melhorada nessa questão do autocontrole e da assertividade”
P4	Hab. Acadêmicas	“ele está um pouco mais responsável com as atividades e um pouco mais próximo de mim”
P5	Autocontrole	“ela consegue ouvir uma crítica e fazer outra crítica sem agredir, sem chorar, sem ficar irritada”
P6	Civilidade	“ele era um dos alunos que quando alguém começava a discutir ou brigar ele falava: Olha a civilidade hein!”
	Assertividade	“essa questão de falar na hora certa, saber o momento certo pra falar, a forma correta de se falar, ele melhorou muito nisso, porque o P6 gritava muito, debochava muito dos colegas”
P7	Hab. Acadêmicas	“refletiu até no rendimento dele, ele está mais comprometido com as atividades dele, na realização das atividades de aula”
	Autocontrole	“hoje ela tá bem mais alegre...”
	Assertividade	“pouco falava... bem pessimista! As atividades que você fez com ela, ajudou ela a falar mais, participar mais”

continua...

...continuação

Participante	Categoria	Fala da professora
P8	Civilidade	“ele melhorou muito nessa questão de comportamento social, na relação com o outro, no respeito com o outro” “você lembra que eu reclamei várias vezes pra você do P8? Mas ele melhorou bastante”
P9	Assertividade	“era um aluno que mal falava, era caladinho, na dele (risos) agora o P9 é outra pessoa (gargalhada), participativo, sabe se colocar...”
	Hab. Acadêmicas	“também está muito mais interessado na aula”
P10	Civilidade	“agora fala comigo de forma educada” “ela me disse que conseguiu fazer amigos e que antes ninguém queria ser amigo dela”
	Autocontrole	“E a P10 teve uma coisa assim absurda em todos os pontos, porque a P10 era aquela aluna que gritava o tempo todo, que brigava com todo mundo”
	Hab. Acadêmicas	“agora a P10 vai reclamar de qualquer coisa ela sabe se colocar, ela escolhe as palavras pra falar” “ela já tem uma idade um pouco avançada pra série, né... então já fica fora um pouco, com o trabalho que você fez ela desenvolveu mais responsabilidade, mais vontade de aprender, interesse..., mais interesse, e agora ela está começando a demonstrar bons resultados na questão das habilidades acadêmicas” “desenvolveu uma responsabilidade acadêmica muito grande...”

As análises realizadas por meio do método JT demonstraram que todos os escolares se beneficiaram da intervenção e que os ganhos nas diferentes dimensões cognitivas e comportamentais se mantiveram estáveis ao longo do tempo. Não foram observadas diferenças nos ganhos dos escolares do sexo masculino e feminino (Tabela 1).

Discussão

Os resultados sugerem que os participantes que apresentaram maiores ganhos com a intervenção foram os escolares com maiores déficits de habilidades sociais e habilidades cognitivas no primeiro momento da pesquisa. Ao longo do tempo, eles desenvolveram capacidades cognitivas e habilidades sociais equivalentes aos colegas avaliados como mais competentes socialmente. Schonfeld et al. (2015) já ressaltavam o THS como ferramenta de redução de desigualdades, especialmente em áreas conflagradas com um quadro mais grave de violência no

entorno, pouco acesso à cultura e condições básicas mais precárias. Os resultados demonstram ainda que mesmo os participantes com abundância de habilidades sociais e baixos déficits em suas habilidades cognitivas também se beneficiam com o THS, o que pode significar que os ganhos não são apenas mantidos (Dias & Del Prette, 2015; Correia-Zanini, 2013), mas parecem continuar sendo aprimorados com o reforço e o tempo. Entende-se também que alguns ganhos podem demandar mais tempo para se manifestar, ou serem percebidos nos resultados da intervenção, ou, ainda, para que os professores percebam essas melhoras. Dessa forma, entende-se que a intervenção deveria ser um processo contínuo que contemplasse todo o período escolar (Schonfeld et al., 2015), respeitando as individualidades e o tempo de resposta de cada indivíduo (Gresham, 2004).

Os resultados individuais (método JT) foram discutidos associados aos dados dos diários de campo e da entrevista realizada com a professora da turma.

P1, na avaliação da pesquisa de intervenção, apresentou ganho em Desenvoltura Social. Esse participante está dentre os cinco que apresentaram menos ganhos com a intervenção. Sobre esse participante, as observações descritas nos diários de campo indicaram que apresentava um comportamento muito introvertido nas interações, o que pode apontar para problemas de comportamento internalizantes. Os problemas de comportamento internalizantes remetem ao retraimento, medo, tristeza, comprometem as interações, geram maior probabilidade de ocorrer rejeição ou vitimização por pares (Schiavoni & Martinelli, 2017), de apresentar déficits no desempenho acadêmico e de desenvolver depressão ou transtornos de ansiedade em médio ou longo prazo (Oliveira & Alvarenga, 2015). Ainda sobre o aluno, a professora, na entrevista, confirma seu ganho nas relações interpessoais, o que reforça o THS como importante ferramenta também na melhora de problemas internalizantes em crianças, favorecendo interações mais positivas, o que pode torná-las mais confiantes e competentes na resolução de conflitos (Bolsoni-Silva et al., 2015).

Para P2, encontraram-se no primeiro momento ganhos em habilidades sociais gerais pelo participante e de cooperação pela professora, que foram mantidos nos momentos seguintes da pesquisa (três e seis meses), acrescentando ganhos em autocontrole e assertividade, como também a diminuição de problemas de comportamento de hiperatividade e internalizantes avaliados pela professora. No diário de campo (T3), P2 manifesta reações de interação positiva com a turma e organização acadêmica. De acordo com a professora, com a diminuição dos problemas de comportamento, passou a apresentar mais responsabilidade, interesse e vontade de aprender. Percebe-se que quanto mais competentes socialmente os sujeitos se tornam, menos problemas de comportamento manifestam,

e essa mudança pode se refletir de maneira positiva no desempenho acadêmico da criança (Dias & Del Prette, 2015; Killian & Killian, 2011).

Para P3, percebe-se uma clara associação entre os resultados individuais, do diário de campo e da entrevista. Pelo método JT, os ganhos foram em responsabilidade, civilidade e autocontrole, com a diminuição de problemas de comportamento externalizantes. No diário de campo observam-se reações de uso de palavras habilidosas, controle da raiva e interação positiva com o grupo. Por ser um aluno que apresentava muitos problemas de comportamento, a professora afirma que ainda precisa melhorar mais. Pode-se entender que a aquisição de habilidades sociais acontece num processo contínuo, que pode demandar mais ou menos tempo dependendo do grau de déficit que o sujeito apresenta (Del Prette & Del Prette, 2017; Schonfeld et al., 2015). Tal pressuposto, pode remeter à importância do “reforçamento” das habilidades aprendidas, ou seja, ações contínuas de reforço positivo por parte dos pares mais capazes (Oliveira & Alvarenga, 2015; Rodrigues, 2007).

Para P4, os ganhos se deram em assertividade, civilidade e autocontrole avaliados pelo participante e pela professora e em desempenho acadêmico; nos diários de campo, em resolução de conflitos e responsabilidade acadêmica. Sobre este aluno, a professora afirma ser de comportamento muito introspectivo. Este sujeito está entre os de menor ganho no primeiro momento da pesquisa, concentrando sua melhora no segundo e no terceiro momentos da pesquisa. Treinar crianças para serem mais competentes em suas interações sociais pode trazer melhoras no comportamento e no desempenho acadêmico (Dias & Del Prette, 2015), e o desenvolvimento de interações interpessoais mais saudáveis ainda na infância pode trazer benefícios para toda a vida futura do indivíduo (Michelson et al., 2013).

P5 apresentou, no segundo e no terceiro momentos, ganhos no desempenho acadêmico, responsabilidade, autocontrole, assertividade na avaliação dos participantes e da professora e diminuição de problemas de hiperatividade avaliado pela professora. No diário de campo, demonstra reações positivas em respeito às regras, resolução de conflitos e responsabilidade acadêmica. De acordo com a entrevista da professora, apresenta melhoras em autocontrole. P5 está entre os que apresentaram maiores ganhos com a intervenção, que se mantêm crescentes nos momentos posteriores de avaliação da pesquisa. Esses achados demonstram que as habilidades aprendidas podem ser aprimoradas com o tempo. O processo de desenvolvimento das habilidades ao longo do tempo pode estar associado aos efeitos positivos atrelados às habilidades sociais aprendidas, de modo que as consequências positivas do uso dessas habilidades atuam como um

reforço para o fortalecimento e aprimoramento das habilidades sociais (Rodrigues, 2007). Cabe ressaltar que houve comprometimento não só da professora da turma como da direção e de coordenação da escola na valorização e esforço em fortalecer as habilidades treinadas. O comprometimento da professora e da instituição escolar são essenciais para o sucesso dos Programas de THS (Oliveira & Alvarenga, 2015), o que pode explicar a obtenção de melhores resultados no *follow-up* do que no pós-teste.

Para P6, o ganho no desempenho acadêmico aparece no terceiro momento da pesquisa. No segundo e no terceiro momentos houve ganho em responsabilidade, civilidade, assertividade pelo participante e pela professora, e também em cooperação e diminuição dos problemas de comportamento externalizantes pela professora. No diário de campo, o aluno demonstra em T3 reações positivas com respeito às regras. Entende-se que problemas de comportamento e desempenho acadêmico frequentemente se apresentam interligados (Lopes et al., 2013; Miles & Stepek, 2006). Quando há melhora nos problemas de comportamento, o aluno apresenta-se mais responsável e comprometido com as atividades acadêmicas; de outra forma, a melhora no desempenho acadêmico pode afetar as relações sociais, diminuindo os problemas de comportamento. Esse também era um dos alunos com menor ganho no primeiro momento da intervenção, o que pode reforçar o caráter contínuo da efetividade do treinamento (Murta et al., 2009).

P7, no primeiro momento após a intervenção, foi percebido pelos pais com ganho em civilidade. Nas avaliações de *follow-up* houve ganhos em assertividade, cooperação e diminuição de problemas internalizantes. No diário de campo, demonstrou melhora em interações positivas com o grupo. Para a professora, P7 sempre demonstrou excelentes resultados acadêmicos, mas preocupava quanto aos problemas internalizantes. Os problemas internalizantes podem afetar negativamente o desenvolvimento psicoemocional da criança e geralmente estão associados a um baixo repertório de habilidades sociais (Bolsoni-Silva et al., 2015). A esse respeito, pode-se ressaltar também o aspecto preventivo do THS; as habilidades sociais aprendidas ou ampliadas ainda na infância reforçam o caráter preventivo da intervenção, funcionando como fatores de proteção e podem compor estratégias eficazes para reduzir o surgimento de problemas maiores na fase adulta (Dias & Del Prette, 2015). Para Michelson et al. (2013), o programa de THS caracteriza-se como um método de intervenção não apenas educativo mas preventivo, para um desenvolvimento favorável em crianças e adolescentes.

P8, no primeiro momento, apresentou ganhos em responsabilidade pelos pais, autocontrole, cooperação e desempenho acadêmico pelos profes-

sores, como também diminuição nos problemas de comportamento externalizantes, que foram mantidos nos momentos posteriores. No diário de campo, demonstra melhora em interações positivas com o grupo, controle da raiva e reação assertiva. Esse aluno era um dos que apresentavam muitas queixas de problemas de comportamento por parte de professores, pares e pais. Se apresentou dentre os cinco alunos selecionados para o *follow-up* de maior ganho com a intervenção. Os problemas de comportamento externalizantes correspondem a comportamento agressivo, desobediência, baixo controle de impulsos, acessos de raiva, birra e comportamento delinquente (Pizato et al., 2014). Os encaminhamentos e atendimentos por queixas escolares são constantes e se mostram individualizantes e estigmatizantes (Bray & Leonardo, 2011). Tais problemas também estão relacionados a um baixo repertório de habilidades sociais (Pizato et al., 2014). Dessa forma, o resultado reforça a efetividade de se utilizar o THS como importante ferramenta para ajudar alunos com queixas escolares constantes (Martin et al., 2007). Ainda sobre as queixas escolares, pode-se fazer uso das intervenções universais (Gresham, 2004), que são programas dirigidos a todos os indivíduos, independente do grau de sintomas apresentados. Estes programas têm a vantagem de evitar a estigmatização ao não discriminar os participantes, caracterizando-os como “problemáticos” ou “não problemáticos” (Murta et al., 2009). No estudo de Degani e Marturano (1994), verificou-se que adolescentes que na infância haviam apresentado problemas socioemocionais associados a queixas escolares tiveram trajetórias de vida desfavoráveis.

P9 apresentou ganhos em desempenho acadêmico e diminuição de problemas de comportamento de acordo com o responsável e a professora, que foram mantidos nos momentos posteriores de avaliação da pesquisa e ainda acrescentou ganhos em responsabilidade, assertividade e autocontrole na avaliação dos participantes e dos professores. No diário de campo, demonstrou melhora em resolução de conflitos e interações positivas com o grupo. Para a professora, o aluno se apresenta mais interessado nas aulas. Treinar crianças para serem mais competentes socialmente nas interações desde a infância pode trazer melhoras no comportamento e desempenho acadêmico (Dias & Del Prette, 2015), uma vez que o sujeito se torna mais assertivo, resolve com mais eficácia seus conflitos, sente-se mais aceito, mais confiante e mais responsável, o que pode se refletir em seu sucesso acadêmico. Esse resultado corrobora o estudo de Feitosa et al. (2009), que encontrou relação positiva entre a melhora no desempenho social com a melhora no desempenho acadêmico em adolescentes, ressaltando a necessidade de a escola atentar para sua função socializadora.

P10 apresentou, no primeiro momento, ganhos em empatia e civilidade segundo a participante e o responsável. Acrescentando ainda ganhos em autocontrole e diminuição de problemas de comportamento na avaliação da professora. No diário de campo, demonstrou uso de palavras habilidosas, resolução de conflitos, responsabilidade e organização acadêmica. Para a professora, foi a aluna que apresentou mudança mais expressiva. A docente a descreve como uma aluna em inadequação de idade/série escolar, com muitos problemas de comportamento e acadêmicos, com situações familiares adversas e baixo nível socioeconômico. A esse respeito, D'Abreu e Marturano (2010) encontraram que os problemas externalizantes apresentavam como antecedentes o baixo nível socioeconômico e os conflitos familiares, e que tal associação evidencia risco social. O THS pode ser utilizado como importante ferramenta de ajuda a alunos em defasagem escolar que apresentam altos índices de problemas de comportamento e baixo desempenho acadêmico, mesmo em realidades socioeconômicas desfavoráveis, agindo como fator de proteção, adaptação e resiliência em crianças pobres (Killian & Killian, 2011). A professora mencionou ainda a importância do THS, que ajudou a aluna desenvolver novas amizades, pois era rejeitada pelos pares. Sobre o fato de a aluna desenvolver amizades, o estudo de McCabe e Altamura (2011) ressalta que crianças que são socialmente e emocionalmente mais competentes apresentam melhores oportunidades de socialização com os pares, desenvolvendo mais amizades e tendo mais sucesso social e acadêmico.

Considerações finais

Este estudo de *follow-up* teve por objetivo avaliar os resultados de um THS sobre o repertório de habilidades sociais e acadêmicas de uma amostra dos alunos, nos intervalos de três e seis meses, após a realização da intervenção para crianças do quinto ano do ensino fundamental de uma escola em área de vulnerabilidade social. Os instrumentos reaplicados para crianças e professores, como também o diário de campo (dados de observação direta) e a entrevista respondida pela professora, buscaram mensurar se as habilidades aprendidas foram mantidas e o quanto o foram, e quais seus impactos nos problemas de comportamento, desempenho acadêmico e repertório de habilidades sociais.

Os resultados demonstraram que os participantes mantiveram os ganhos relatados no primeiro momento de avaliação após a realização da intervenção e, ainda, apresentaram melhoras significativas no repertório de habi-

lidades sociais. Os diários de campo e a entrevista corroboraram a efetividade da intervenção mesmo seis meses após o treinamento. Das variáveis (classes de habilidades sociais e acadêmicas) trabalhadas na intervenção, pode-se afirmar que o repertório de habilidades sociais foi avaliado mais positivamente após a intervenção; nos problemas de comportamento houve diminuição significativa nos valores de média; e, quanto ao desempenho acadêmico, embora alguns alunos tenham apresentado ganhos, os resultados foram menos expressivos, sendo mais percebidos nos momentos posteriores ao pós-teste, parecendo demandar mais tempo para que haja melhora significativa ou que representem um processo típico de desenvolvimento, até esperado no decorrer do ano letivo com as intervenções diárias do professor em relação aos conteúdos acadêmicos.

A realização de pesquisa com avaliação de *follow-up* ou de abordagens longitudinais com crianças no contexto escolar podem fortalecer a importância de treinamentos que preparem os indivíduos para melhores interações sociais futuras. Intervenções universais como aquelas que incluem planos de disciplina de estudo para os alunos, prevenção de *bullying* e THS interpessoais poderiam ser parte do currículo durante todo o período escolar. Assim, seriam relevantes pesquisas que associassem o THS para as crianças com orientações aos professores para que, por exemplo, pelo “reforçamento” (que seria o treino dos próprios professores para que, no contato diário com seus alunos, os comportamentos socialmente competentes fossem identificados e fortalecidos), as habilidades aprendidas pudessem ser aprimoradas e aplicadas noutros contextos. Além disso, o THS vem se apresentando como uma ferramenta de resposta aos constantes problemas relacionados ao comportamento e baixo desempenho acadêmico que têm se agravado no contexto escolar, especialmente em instituições de ensino público localizadas em áreas de vulnerabilidade. Dessa forma, este estudo colabora com a comprovação da efetividade do THS também com essa população mais exposta a quadros de violência e privações. Reforça que as habilidades aprendidas tendem a ser mantidas e até aprimoradas, e aponta para a importância de programas de intervenção que contem com a participação e envolvimento de responsáveis, professores e gestores escolares, agentes de educação que fazem parte diária da vida dos alunos.

Como limitações da pesquisa pode-se citar o fato de ter ocorrido apenas em uma escola e com uma série específica. Intervenções com populações em situação de vulnerabilidade deveriam ser testadas em outras localidades e séries. O acompanhamento destes mesmos alunos ao longo das séries seguintes, em pesquisa longitudinal, seria de grande relevância.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bolsoni-Silva, A. T.; Eleutério Levatti, G.; Meireles Guidugli, P.; Machado Marim, V. C. (2015). Problemas de comportamento, em ambiente familiar em escolares e pré-escolares diferenciados pelo sexo. *Interamerican Journal of Psychology*, 49(3), 351-364. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28446020007>
- Bray, C. T.; Leonardo, N. S. T. (2011). As queixas escolares na compreensão de educadoras de escolas públicas e privadas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(2), 251-261. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572011000200007
- Caballo, V. E. (2003). Técnicas de avaliação das habilidades sociais. In: V. E. Caballo (Org.). *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*, p. 113-180. São Paulo: Editora Santos.
- Casali-Robalinho, I. G.; Del Prette, Z. A. P.; Del Prette, A. (2015). Habilidades sociais como preditoras de problemas de comportamento em escolares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 321-330. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032110321330>
- Cia, F.; da Costa, C. S. L. (2017). Desempenho acadêmico nas séries do ensino fundamental: Relação com o desenvolvimento social. *Psicologia Argumento*, 30(68), 109-120. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20179/19467>
- Correia-Zanini, M. R. G. (2013). *Um estudo prospectivo sobre o percurso escolar de crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental* (tese de doutorado). Universidade de São Paulo.
- D'Abreu, L. C. F.; Marturano, E. M. (2010). Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: Uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 43-51. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100006>
- Degani, I. C. C.; Marturano, E. M. (1994). Dificuldades de aprendizagem: Estudo de seguimento. 2º *Ciclo de Estudos em Saúde Mental*. Resumos, p. 11. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.
- Del Prette, A.; Del Prette, Z. A. P. (2017). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P.; Del Prette, A. (2008). Significância clínica e mudança confiável: A efetividade das intervenções em psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 105-114. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400013>
- Del Prette, Z. A. P.; Freitas, L.; Bandeira, M.; Del Prette, A. (2016). *SSRS – Inventário de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica para crianças*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dias, T. P.; Del Prette, Z. A. P. (2015). Promoção de automonitoria em crianças pré-escolares: Impacto sobre o repertório social. *Acta Comportamental*, 23(3), 273-287. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/52058/46399>

- Feitosa, F. B.; Matos, M. G.; Del Prette, Z. A. P.; Del Prette, A. (2009). Desempenho acadêmico e interpessoal em adolescentes portugueses. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 259-266. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000200006>
- Gresham, F. M. (2004). Current status and future directions of school-based behavioral interventions. *School Psychology Review*, 33(3), 326-343. <https://doi.org/10.1080/02796015.2004.12086252>
- Gresham, F. M.; Elliott, S. N. (1990). *Social Skills Rating System (SSRS)*. USA: American Guidance Service. (Adaptado por Del Prette et al., 2016)
- Killian, J. M.; Killian, D. W. (2011). A school intervention to increase prosocial behavior and improve academic performance of at-risk students. *Improving Schools*, 14(1), 65-83. <https://doi.org/10.1177/1365480211399748>
- Lopes, Z.; Del Prette, Z. A. P.; Del Prette, A. (2013). Recursos multimídia no ensino de habilidades sociais a crianças de baixo desempenho acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 451-458. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300004>
- Martin, D.; Martin, M.; Gibson, S. S.; Wilkins, J. (2007). Increasing prosocial behavior and academic achievement among adolescent African-American males. *Adolescence*, 42(168), 689. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18229505>
- McCabe, P. C.; Altamura, M. (2011). Empirically valid strategies to improve social and emotional competence of preschool children. *Psychology in the Schools*, 48(5), 513-540. <https://doi.org/10.1002/pits.20570>
- Michelson, L.; Sugai, D. P.; Wood, R. P.; Kazdin, A. E. (2013). *Social skills assessment and training with children: An empirically based handbook*. New York: Springer Science & Business Media.
- Miles, S. B.; Stepek, D. (2006). Contemporaneous and longitudinal associations between social behavior and literacy achievement in a sample of low-income elementary school children. *Child Development*, 77(1), 103-117.
- Murta, S. G.; Borges, F. A.; Ribeiro, D. C.; Rocha, E. P.; Menezes, J. C. L. D.; Prado, M. D. M. (2009). Prevenção primária em saúde na adolescência: Avaliação de um programa de habilidades de vida. *Estudos de Psicologia*, 14(3), 181-189. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2009000300001>
- Noltmeyer, A. L.; Bush, K. R. (2013). Adversity and resilience: A synthesis of international research. *School Psychology International*, 34, 474-487. <https://doi.org/10.1177/0143034312472758>
- Oliveira, J. M. D.; Alvarenga, P. (2015). Efeitos de uma intervenção com foco nas práticas de socialização parentais sobre os problemas internalizantes na infância. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(2), 16-32. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v17i2.747>
- Pizato, E. C.; Marturano, E. M.; Fontaine, A. M. (2014). Trajetórias de habilidades sociais e problemas de comportamento no ensino fundamental: Influência da educação infantil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 189-197.

- Rodrigues, A. M. P. L. (2007). *Comportamento antissocial infantil sob a perspectiva dos princípios da análise do comportamento* (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. Universidade Católica de Goiás.
- Schiavoni, A.; Martinelli, S. C. (2017). O autoconceito de estudantes aceitos e rejeitados no contexto escolar. *Psicologia Argumento*, 30(69), 297-305. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/23285>
- Schonfeld, D. J.; Adams, R. E.; Fredstrom, B. K.; Weissberg, R. P.; Gilman, R.; Voyce, C.; Tomlin, R.; Speese-Linehan, D. (2015). Cluster-randomized trial demonstrating impact on academic achievement of elementary social-emotional learning. *School Psychology Quarterly*, 30(3), 406-420. <https://doi.org/10.1037/spq0000099>
- Stein, L. M. (1994). *TDE – Teste de Desempenho Escolar: Manual para aplicação e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em 18 de junho de 2019

Aceito para publicação em 24 de outubro de 2019

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR
DESENVOLVIDO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA
APLICADA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

*FAMILY GUIDANCE PROGRAM DEVELOPED IN THE
APPLIED PSYCHOLOGY SERVICE OF A PUBLIC UNIVERSITY*

*PROGRAMA DE ORIENTACIÓN FAMILIAR DESARROLLADO EN EL
SERVICIO DE PSICOLOGÍA APLICADA DE UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA*

Patricia Lorena Quiterio ⁽¹⁾

Vanessa Barbosa Romera Leme ⁽²⁾

Marwin Machay Indio do Brasil do Carmo ⁽³⁾

Jennifer Pires da Silva ⁽⁴⁾

Bruna de Lima Camelo ⁽⁵⁾

RESUMO

Práticas educativas inadequadas e déficit de habilidades sociais educativas no contexto familiar podem funcionar como fatores de risco para o desenvolvimento infantil. Contudo, a orientação familiar com foco na prevenção de problemas de comportamento e promoção de saúde favorece a saúde mental e o bem-estar dos membros da família. Este artigo descreve os efeitos de uma intervenção exploratória (Grupo de Orientação Familiar), implementada num serviço de psicologia aplicada de uma universidade pública, que teve por objetivo promover as práticas parentais e as habilidades educativas dos familiares e prevenir problemas de comportamento.

⁽¹⁾ Psicóloga, Pedagoga, Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora Adjunta do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, RJ, Brasil. patricialorenauerj@gmail.com

⁽²⁾ Psicóloga, Pós-Doutora pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professora Adjunta do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, Brasil. vanessaromera@gmail.com

⁽³⁾ Psicólogo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, Brasil. marwinbr@gmail.com

⁽⁴⁾ Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, RJ, Brasil. jenniferpsilva@gmail.com

⁽⁵⁾ Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós graduanda em Oncologia pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. blima1095@gmail.com

Este estudo teve apoio da bolsa de Estágio Interno Complementar (EIC/PR-1) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Participaram sete familiares de crianças e adolescentes com idade entre três meses e 17 anos. Foram realizadas avaliações qualitativas e quantitativas antes, durante e após a intervenção. Os instrumentos aplicados foram: (a) Breve roteiro de entrevista semiestruturada na inscrição; (b) Escalas de Qualidade na Interação Familiar; (c) Tarefas de casa; (d) Protocolo de Avaliação do Processo. A intervenção mostrou efeito positivo na qualidade da interação familiar, principalmente no fator relacionado à comunicação. Os resultados do processo revelaram estabelecimento de regras mais claras e demonstração de afeto. Conclui-se que a intervenção demonstrou mudanças satisfatórias nas práticas parentais, consideradas como fator de proteção e de desenvolvimento socioemocional dos filhos.

Palavras-chave: família; relações familiares; práticas parentais; intervenção; avaliação de programa.

ABSTRACT

Inappropriate parental practices and deficit in social skills in the family environment may be risk factors for child development. However, family guidance focused on prevention of behavioral problems and on health promotion favors the mental health and well-being of family members. This paper describes the effects of an exploratory intervention (Family Guidance Program), carried out in an applied psychology service of a public university, that aimed to promote parental practices and educational skills of relatives and to prevent behavioral problems. Seven relatives of children and adolescents between 3 months and 17 years old took part in the program. Qualitative and quantitative evaluation were done before, during and after intervention. Four instruments were applied: (a) Brief semi-structured interview at sign-up into the program; (b) Quality of Family Interaction Scales; (c) Homework assignments; (d) Process Evaluation Protocol. The intervention showed positive effects in the quality of family interaction, mainly in the communication factor. Process results showed the establishment of clearer rules and displays of affection. It is concluded that the intervention showed satisfactory changes in parental practices, considered as factors of protection and socio-emotional development of children.

Keywords: family; family relations; parental practices; intervention; program evaluation.

RESUMEN

Prácticas educativas inadecuadas y déficit de habilidades sociales educativas en el contexto familiar pueden actuar como factores de riesgo para el desa-

rollo infantil. Sin embargo, el asesoramiento familiar centrado en la prevención de problemas de conducta y la promoción de la salud favorece la salud mental y el bienestar de los miembros de la familia. Este artículo describe los efectos de una intervención exploratoria (Grupo de Orientación Familiar), implementada en un servicio de psicología aplicada de una universidad pública, que buscó promover prácticas parentales y habilidades educativas de los familiares y prevenir problemas de conducta. Participaron siete familiares de niños y adolescentes entre tres meses y 17 años. Se realizaron evaluaciones cualitativas y cuantitativas antes, durante y después de la intervención. Los instrumentos aplicados fueron: (a) Breve guión de entrevista semiestructurada en la inscripción; (b) Escalas de Calidad en la Interacción Familiar; (c) Tareas; (d) Protocolo de Evaluación del Proceso. La intervención mostró efecto positivo en la calidad de interacción familiar, especialmente en el factor relacionado con la comunicación. Los resultados del proceso revelaron implantación de reglas más claras y demostración de afecto. Se concluyó que la intervención mostró cambios satisfactorios en prácticas parentales, consideradas como factor de protección y desarrollo socioemocional de los niños.

Palabras clave: familia; relaciones familiares; prácticas parentales; intervención; evaluación de programa.

Introdução

A literatura é notória em identificar diferentes formas de educar os filhos, algumas consideradas mais eficientes do que outras (Bolsoni-Silva, 2007; Coelho & Murta, 2007; Gallo et al., 2010; Lima & Cardoso, 2018). Nesse sentido, destacam-se as práticas parentais, que são estratégias utilizadas pelos pais para reforçar comportamentos adequados e suprimir os inadequados para o desenvolvimento infantil (Mayer & Weber, 2014).

As práticas educativas, que envolvem estabelecimento de limites, comunicação positiva, operacionalização do amor, ensino de responsabilidades e fornecimento de modelo adequado diante de situações interpessoais, tendem a promover autoestima, autonomia e desenvolvimento das habilidades sociais, assim como atuam como fator de proteção para melhor qualidade de vida (Bolsoni-Silva et al., 2008; Borden et al., 2010; Féres-Carneiro, 1997; Long et al., 2017; Pozzobon et al., 2018; Watzlawick et al., 1967). Em contrapartida, o uso de práticas parentais por meio de uma relação pouco afetiva, com falta de clareza e consistência no estabelecimento das regras, falhas na comunicação e uso de condutas consideradas

não habilidosas, funciona como fator de risco para o desenvolvimento infantil (Coelho & Murta, 2007; Menting et al., 2013).

Diante dessa constatação, estudos têm surgido, em âmbito nacional, com a proposta de desenvolver programas de intervenção voltados para pais de crianças com problemas de comportamento (Bolsoni-Silva, 2007; Gallo et al., 2010; Pinheiro et al., 2006; Pozzobon et al., 2018; Quiterio, 2014). Tais pesquisas revelaram a importância do envolvimento dos pais no desenvolvimento socioemocional dos filhos e a necessidade de programas nessa área (Quiterio, 2014), bem como indicaram, por meio de avaliações pré e pós-teste, redução significativa na frequência de comportamentos indesejáveis (Pinheiro et al., 2006), generalização dos comportamentos treinados para outros contextos e ampliação das Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSE-P) e das habilidades sociais das crianças (Bolsoni-Silva, 2007). Por fim, constataram melhora no relacionamento e suporte familiar (Gallo et al., 2010), além de melhora global no desempenho acadêmico dos filhos (Pozzobon et al., 2018).

No contexto internacional, destaca-se, por sua relação custo-benefício, o programa Parent-Child Interaction Therapy (PCIT), que tem por objetivo o tratamento de crianças com problemas de comportamento disruptivo. O referido modelo de intervenção tem delineamento experimental e procedimentos de ensino baseado em exposições didáticas, com a presença de pais e filhos. Os resultados de um estudo que avaliou diferentes aplicações do PCIT indicaram que o programa diminuiu o estresse parental e melhorou o comportamento escolar, constituindo uma forma de tratamento com baixo custo e que produziu melhoras consideráveis no comportamento infantil (Long et al., 2017).

A revisão de literatura evidencia que programas de intervenção voltados para déficits em habilidades sociais, problemas de comportamento e baixa competência acadêmica são fundamentais para o enfrentamento dessas questões. Contudo, há necessidade de desenvolvimento ou aprimoramento de programas com foco em prevenção e promoção da saúde mental e bem-estar, adequando-se à cultura, ao público-alvo e ao contexto local (Murta et al., 2015). Uma forma de atuar nessa direção é por meio de programas de habilidades sociais, que conforme Del Prette e Del Prette (2017a) podem ser definidos como um conjunto de procedimentos e técnicas estruturadas que visam a ampliar a frequência e a proficiência das habilidades sociais, ensinar habilidades sociais significativas e, conseqüentemente, melhorar o relacionamento interpessoal.

Em relação à orientação de pais, faz-se necessário desenvolver ou ampliar as práticas educativas parentais e as habilidades sociais educativas. Estas são definidas como um conjunto de habilidades empregadas com a intenção de promover o de-

envolvimento e a aprendizagem do outro (Del Prette & Del Prette, 2017b), que atuam como fator de proteção e de desenvolvimento socioemocional. Intervenções com esse enfoque têm demonstrado resultados positivos. Bolsoni-Silva et al. (2008) avaliaram um programa de intervenção com três participantes, que teve por objetivo promover habilidades sociais educativas e prevenir problemas de comportamento nas crianças. O programa contou com avaliações pré-teste, pós-teste e *follow-up*, a partir de entrevistas que demonstraram aumento significativo em expressividade, enfrentamento, comunicação e estabelecimento de limites.

Um estudo de Coelho e Murta (2007) relatou a experiência de uma intervenção voltada para a promoção de práticas educativas parentais, habilidades comunicativas e de enfrentamento do estresse sob a forma de psicoeducação, com sete participantes. A partir da avaliação do programa – por meio de entrevistas e *checklist* – constatou-se melhora nas práticas educativas, nas habilidades sociais educativas e no enfrentamento de estressores externos. Além disso, os participantes observaram mudanças positivas em seus filhos. Semelhantemente, Lima e Cardoso (2018), com o objetivo de implantar e verificar a eficácia de um programa de orientação e treinamento com 26 participantes, aplicaram a técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram a ampliação do repertório de práticas parentais positivas a partir de discussões e vivências experienciadas durante a intervenção. Os estudos alcançaram os objetivos traçados a partir do uso da abordagem psicoeducativa, evidenciando a eficácia do trabalho de intervenção junto a pais de crianças com problemas de comportamento, bem como a melhora na qualidade da relação familiar.

Pesquisas internacionais têm demonstrado que programas de treinamento para pais com caráter preventivo para populações universais (crianças não identificadas com base em risco individual) e de risco (crianças com sinais ou sintomas detectáveis, ou consideradas em risco) devido a fatores biológicos, psicológicos ou contextuais, demonstraram sucesso na redução de problemas emocionais e comportamentais em crianças (Barlow et al., 2016; Forehand et al., 2014; Leijten et al., 2017; Menting et al., 2013). A implementação dos programas tem como finalidade a melhoria da competência parental e do clima familiar, visando a diminuição de problemas de conduta e a possibilidade de comportamentos antissociais nos filhos (Borden et al., 2010). Segundo Masten (2018), a qualidade da relação cuidador-filho exerce papel fundamental no desenvolvimento infantil e no processo de construção de enfrentamento e superação das adversidades por meio da resiliência. Desse modo, em função do aumento no número de estudos com foco na resiliência, modelos de intervenção têm sido transformados de propostas baseadas no tratamento de déficits para programas com foco em promover

um funcionamento saudável de famílias e indivíduos (Masten, 2018). Programas como o Triple P (Sanders et al., 2014) têm recebido considerável atenção em função de sua popularidade e da quantidade expressiva de evidências de sua eficácia, tanto para populações clínicas quanto não clínicas (Long et al., 2017).

Estudos conduzidos com diferentes populações revelam maior participação das mães nessas intervenções, sinalizando que a mulher assume a maior responsabilidade pela educação e cuidado dos filhos, mesmo quando há presença de outra pessoa (Bolsoni-Silva et al., 2008; Coelho & Murta, 2007; Kanamota et al., 2017; Leme et al., 2014; Pinheiro et al., 2006). Nesse sentido, os grupos de orientação familiar devem constituir um ambiente acolhedor que possibilite às famílias elaborar e discutir estratégias para o manejo das situações familiares. Ao mesmo tempo, faz-se necessário inserir outros participantes do cenário familiar, como companheiros(as), avôs(ós), tios(as) e outros(as), pois uma das queixas recorrentes nesses programas é a dificuldade de os familiares concordarem sobre as práticas educativas parentais (Bolsoni-Silva et al., 2008).

A orientação familiar com foco no tratamento visa a capacitar os familiares no que tange a conhecimentos e estratégias de manejo de comportamentos problemáticos. Por outro lado, a orientação familiar com foco na promoção e prevenção almeja desenvolver práticas positivas, com vistas a prevenir o surgimento de comportamentos indesejáveis, exercitar a resolução de problemas, incentivar a comunicação e a demonstração de afeto, com o intuito de favorecer a saúde mental e o bem-estar (Murta et al., 2015). Assim, este artigo descreve os efeitos de uma intervenção exploratória em um Grupo de Orientação Familiar (GOF) implementada em um Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) de uma universidade pública da Região Sudeste, que teve por objetivo promover as práticas parentais e as habilidades educativas dos familiares e prevenir problemas de comportamento.

Método

Participantes

O estudo, com caráter exploratório, metodologia de análise quantitativa e qualitativa, seguiu um delineamento quase experimental. A intervenção foi realizada com população não clínica, com aplicação de medidas de avaliação pré-teste, processo e pós-teste. Participaram cinco adultos do sexo feminino (P1, P2, P4, P5, P6) e dois do sexo masculino (P3, P7). Os participantes P3 e P6 são casados entre si e os demais também são de famílias parentais. A faixa etária dos partici-

pantes situou-se entre 20 e 47 anos ($M = 36,43$; $dp = 9,41$). A idade das 14 crianças e adolescentes variou de três meses a 17 anos ($M = 8,09$; $dp = 5,24$). P1, estudante de graduação, é tia de quatro crianças e adolescentes (3 anos, 4 anos, 7 anos, 13 anos). P2, contadora, é mãe de duas crianças com idades 4 e 11 anos. P3 e P6, ele técnico em informática e ela bióloga, são pais de três crianças (3 meses, 3 anos, 9 anos). P4, diarista, tem dois filhos com idades 10 e 17 anos. P5 é estudante de graduação e tem um filho de 5 anos. E P7 tem dois filhos com 10 e 17 anos e é funcionário público. A concentração de escolaridade encontrava-se no nível superior incompleto (57,1%) e classificação socioeconômica média com prevalência na faixa B2 (42,8%).

Instrumentos

1. *Breve roteiro de entrevista semiestruturada na inscrição (pré-intervenção)* – Instrumento desenvolvido para este estudo, baseado em entrevista do Programa de Qualidade na Interação Familiar (PQIF) (Weber et al., 2005/2011). Tem por objetivo receber os familiares de modo pessoal, informar sobre a proposta do grupo, levantar as expectativas sobre a intervenção e coletar dados sobre as queixas.
2. *Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) – versão para pais* (Weber et al., 2005/2011) (*pré e pós-intervenção*) – Visa a avaliar estilos e práticas parentais e é composto por 40 questões, divididas em nove subescalas: Fator 1 – Relacionamento afetivo e envolvimento, Fator 2 – Regras e monitoria, Fator 3 – Punição corporal, Fator 4 – Comunicação positiva dos filhos, Fator 5 – Comunicação negativa dos pais, Fator 6 – Clima conjugal positivo, Fator 7 – Clima conjugal negativo, Fator 8 – Modelo parental e Fator 9 – Sentimento dos filhos. O participante deve avaliar a frequência por meio de escala *Likert* de cinco pontos, que varia de nunca (score 0) a sempre (score 4). A consistência interna do instrumento, por meio do coeficiente alfa de Cronbach foi de 0,72 (Stasiak et al., 2014).
3. *Tarefas de casa (avaliação processual)* – Técnica comportamental que visa ao aperfeiçoamento e à generalização das habilidades treinadas para outros ambientes, permitindo a avaliação de como o ambiente natural está reagindo aos novos desempenhos (Del Prette & Del

Prette, 2017a). As atividades basearam-se no PQIF (Weber et al., 2005/2011) e na inserção de outras atividades que contemplaram as habilidades requeridas pelas HSE-P, conforme portfólio de Del Prette e Del Prette (2017b).

4. *Protocolo de Avaliação do Processo (avaliação processual)* – Foi desenvolvido por Murta (2017) e adaptado para este estudo, com os itens: (i) fidelidade ao planejamento do encontro; (ii) desempenho do facilitador; (iii) *checklist* das metas intermediárias (comportamentos dos familiares); (iv) outros desempenhos do facilitador; (v) indicadores de apego dos familiares em relação aos facilitadores; (vi) adesão do familiar; (vii) fatos relevantes – sessão do dia. Foram acrescentados os seguintes itens: (viii) relatório descritivo da sessão; (ix) impressões do observador; (x) relato geral do grupo. Estes itens contribuíram para o registro de informações pelos estagiários referentes à participação, ao desempenho e aos relatos sobre as dificuldades e progressos dos familiares.

5. *Escala de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) – versão qualitativa (pós-intervenção)* – Instrumento elaborado para este estudo para que cada familiar realizasse uma autoavaliação após sua participação no GOF. Apresenta os seguintes itens: Categoria 1: Relacionamento afetivo / envolvimento; Categoria 2: Regras e monitoria; Categoria 3: Consequências para comportamentos adequados; Categoria 4: Consequências para comportamentos inadequados; Categoria 5: Comunicação entre pais e filhos / filhos e pais / pais / filhos; Categoria 6: Clima conjugal; Categoria 7: Modelo parental; Categoria 8: Sentimento dos filhos.

Procedimentos

Este estudo está de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde em relação às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, bem como foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa de uma Instituição de Ensino Superior (CAEE: 89194718.5.0000.5259). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Compromisso (TC) para a pesquisa, no qual se compromete-

teram a não divulgar ou compartilhar fotos, áudios ou qualquer forma de registro realizado durante os encontros do GOF.

Coleta de dados

O GOF foi desenvolvido durante a realização de um estágio curricular no SPA de uma universidade pública. A equipe de estagiários que implementou a intervenção passou pelo seguinte treinamento: Durante um semestre letivo (20 supervisões), realizou leituras e discussões de textos sobre habilidades sociais educativas parentais e estilos e práticas parentais. Em seguida, elaborou-se a adaptação do PQIF (Weber et al., 2005/2011), resultando no programa denominado Grupo de Orientação Familiar (GOF). A intervenção foi divulgada por meio das seguintes estratégias: (a) cartazes colocados no campus da universidade; (b) cartazes em escolas da rede municipal de ensino; e (c) redes sociais relacionadas ao instituto de psicologia. As pessoas interessadas compareceram nos dias de inscrições e foram recebidas pelos estagiários, que fizeram uma breve entrevista semiestruturada (Weber et al., 2005/2011). Em cada encontro havia quatro estagiários, dois dos quais responsáveis por conduzir as atividades, enquanto os outros ficavam como observadores, com a função de avaliar o processo de intervenção por meio do protocolo desenvolvido por Murta (2017). Na fase pré-intervenção, informou-se o objetivo do GOF aos participantes, solicitou-se que assinassem o TCLE e o TC e que respondessem ao EQIF – versão pais (Weber et al., 2005/2011). No último encontro, imediatamente após o encerramento do GOF, os participantes responderam ao EQIF – versão pais (Weber et al., 2005/2011) e a versão qualitativa do mesmo instrumento, a fim de avaliar a intervenção realizada.

Grupo de Orientação Familiar

O programa foi desenvolvido em 15 encontros com periodicidade semanal de 1h30min, com a seguinte estrutura: (1) revisão da tarefa de casa; (2) dinâmica ou vivência; (3) explicação didática; (4) treino de habilidades; (5) vídeo educativo / texto reflexivo; (6) momento de dúvida dos pais; (7) tarefa de casa. O desenvolvimento dos temas das sessões foi o mesmo descrito por Weber et al. (2005/2011). Para cada encontro, mediante o tema proposto pelas autoras do PQIF, a equipe elaborou um foco para o atendimento psicoeducativo, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 — Temas e focos das sessões do Grupo de Orientação Familiar

Sessão	Tema	Foco
1	Abertura e princípios de aprendizagem	Incentivar a coesão do grupo. Avaliação pré-intervenção.
2	Relacionamento afetivo e envolvimento	Esclarecer noções sobre desenvolvimento infantil.
3		Desenvolver comunicação eficaz no contexto familiar.
4	Regras e limites	Fornecer explicação básica sobre as HSE-P.
5		Incentivar clareza, coerência e persistência nas regras.
6		Auxiliar a família na prática de estratégias positivas.
7	Consequências para comportamentos adequados	Compreender o conceito e o uso do reforço.
8		Desenvolver habilidades de negociação.
9		Auxiliar a família na prática de estratégias positivas.
10	Consequências para comportamentos inadequados	Lidar com as emoções que influenciam no educar.
11		Fornecer alternativas para a prática de solução de problemas.
12	Voltando no tempo	Esclarecer sobre transmissão intergeracional das práticas parentais.
13	Autoconhecimento e modelo	Discutir sobre a influência do modelo parental na educação.
14	Revisão e encerramento	Revisar os conceitos abordados durante o GOF.
15	Avaliação pós-teste	

Nota

Adaptado de Weber et al. (2005/2011).

Alguns procedimentos e adaptações foram realizados à proposta original (Weber et al., 2005/2011): (a) o PQIF é conduzido semanalmente com duração de duas horas. No GOF, a duração foi de 1h30min, por motivos de segurança, levando em consideração o horário de trabalho dos participantes e a ocorrência de um período de greve na universidade; (b) no encontro inicial, entregou-se uma pasta, na qual foi colocada semanalmente a síntese da exposição didática, a tarefa de casa e o texto reflexivo do dia; (c) a seção do PQIF intitulada “dúvida dos pais” foi realizada sob a forma de sorteio; (d) houve acréscimo de duas oficinas para os familiares e os filhos, nas quais ambos participaram na elaboração da rotina e regras de convivência (Oficina 1) e nos combinados para o estabelecimento da estratégia Economia de Fichas (Oficina 2); (e) na última sessão, foi entregue uma cartilha informativa com orientações aos familiares.

Análise de dados

1. *Breve roteiro de entrevista semiestruturada na inscrição* – As respostas foram organizadas em eixos temáticos que contemplaram as demandas dos familiares: (a) aprendizado de métodos e técnicas educativas; (b) expectativa da troca de experiências com outros pais; (c) estabelecimento de regras e limites; (d) comunicação entre pais e filhos; (e) divergência de opiniões entre pai e mãe; (f) teimosia e desobediência dos filhos às ordens dos pais.

2. *Escala de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) – versão para pais* (Weber et al., 2005/2011) – A avaliação dos dados realizou-se por meio do escore total e escores fatoriais. Os dados reunidos nos períodos pré e pós-teste foram analisados no Statistical Package for the Social Sciences for Windows (SPSS, versão 22.0), por meio do teste estatístico não paramétrico de Wilcoxon. Os dados também foram analisados e comparados de modo quantitativo com auxílio do método proposto por Jacobson e Truax (1991), chamado de “Método JT”, que é uma alternativa para análise de casos de intervenção em pequenos grupos (Del Prette & Del Prette, 2008). Com esse método calcula-se, por meio da comparação entre os escores, o índice de mudança confiável (IMC), que permite verificar se a variação entre os escores pré e pós-intervenção é confiável, isto é, situa-se além da faixa atribuída a erro de medida do instrumento e a significância clínica do tratamento (Evans et al., 1998). Em virtude da indisponibilidade de dados normativos para a EQIF-pais, o ponto de corte para definir a mudança clinicamente significativa foi estimado, conforme recomendação de Jacobson e Truax (1991), a partir dos dados da amostra pré-intervenção. Isso significa que a margem para mudança clinicamente significativa ocorre pela extensão de dois desvios padrões além da média inicial.

3. *Tarefas de casa* – Ao final dos encontros, os familiares recebiam as folhas com as tarefas de casa. Os estagiários liam as tarefas, formulavam um comentário, submetiam à supervisora e após o seu retorno, redigiam uma devolutiva. Para análise do material, foi realizada a “leitura flutuante” das respostas e os conteúdos foram organizados

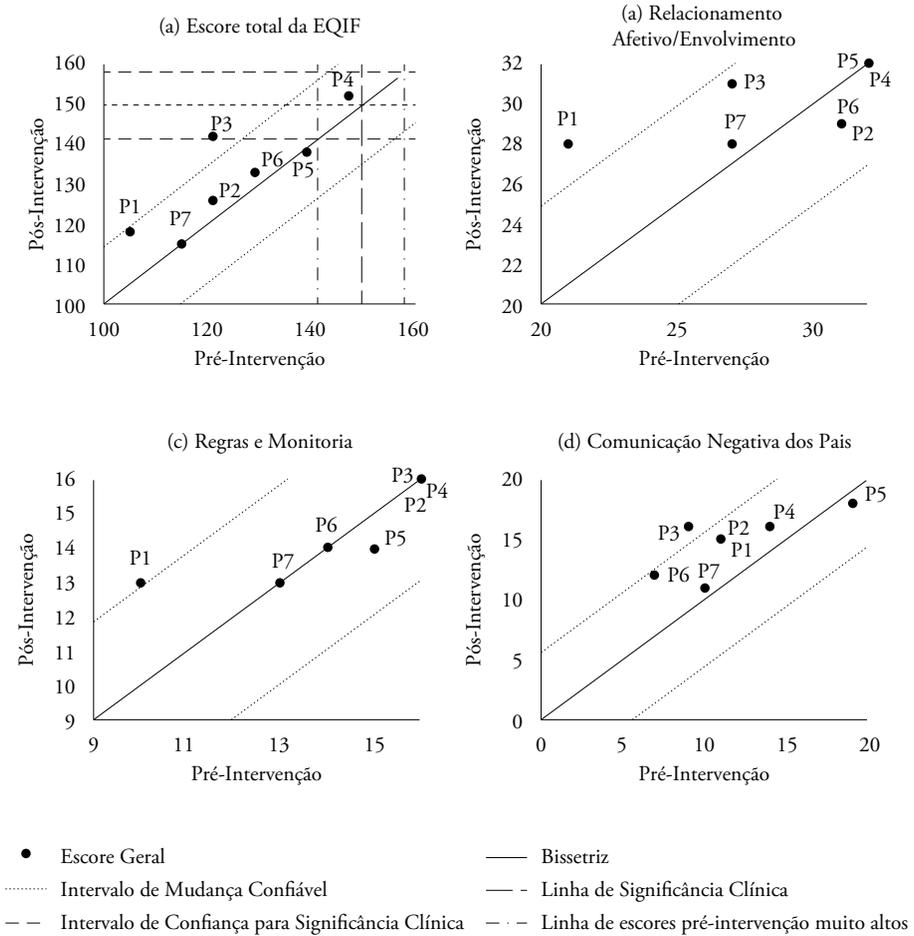
em categorias conforme a temática (Bardin, 1997/2010), da seguinte forma: demonstração de afeto, identificação de comportamentos dos filhos, aplicação de consequências, estabelecimento de combinados, reforço positivo e autorreflexão.

4. *Protocolo de Avaliação do Processo* – O instrumento foi preenchido por dois estagiários (observadores) em cada encontro de intervenção, com o objetivo de avaliar a confiabilidade por meio do critério de equivalência. Estabeleceu-se o índice de consenso entre os estagiários $\geq 80\%$ para cada item avaliado, e aqueles que não obtiveram tal consenso foram discutidos em reunião presencial entre a pesquisadora e os estagiários até se chegar a uma decisão. Na sequência, as respostas aos itens objetivos foram contabilizadas por frequência e as respostas aos itens discursivos foram lidas e agrupadas em categorias, por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977/2010).
5. *Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) – versão qualitativa* – Os dados foram categorizados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977/2010) de acordo com os itens definidos na elaboração do instrumento.

Resultados

1. *Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) – versão pais* (Weber et al., 2005/2011) (*pré e pós-intervenção*) – Os resultados do teste de Wilcoxon indicaram diferença estatisticamente significativa entre os escores de pré e pós-intervenção: (i) no *Escore total* da EQIF ($Z = -1,997, p = 0,046$); (ii) nos escores de *Comunicação Negativa dos Pais* ($Z = -2,120, p = 0,034$). Além disso, os escores obtidos pela EQIF foram avaliados por meio do Método JT, conforme Figura 1. Os resultados mostram que o participante P3 apresentou mudança positiva confiável no *Escore Total* e no item *Comunicação Negativa dos Pais*. Já P1 apresentou mudança positiva confiável nos escores de *Relacionamento Afetivo / Envolvimento* e de *Regras e Monitoria*.

Figura 1 — Análise do índice de mudança confiável dos escores pré e pós-intervenção da EQUIF e fatores



2. *Tarefas de casa (avaliação processual)* – Durante as supervisões analisavam-se as tarefas de casa. De acordo com a demanda, novas atividades poderiam ser incorporadas à proposta do programa. A última parte da sessão era utilizada para a explicação das tarefas e os momentos iniciais para devolução individual por escrito aos participantes. Ao longo do programa, foram aplicadas 12 tarefas de casa, categorizadas da seguinte forma:

Categoria 1: Demonstração de afeto/carinho – tarefas direcionadas para a análise das manifestações de afeto na família, com a proposta de incentivar a ocorrência de momentos afetivos. Consistiam em elaborar uma lista de atividades que gerassem um clima mais agradável e confeccionar um presente para cada criança. As respostas que mais tiveram evocações (83%) foram sobre confeccionar presentes, proporcionar contato físico e passar tempo juntos.

Categoria 2: Identificação de comportamentos dos filhos – tarefas que consistiam em anotar comportamentos das crianças que os familiares considerassem adequados, inadequados e que desrespeitassem as regras. A maioria das respostas versava sobre o não cumprimento de rotina doméstica e escolar (42%). Sobre as regras estabelecidas, a maior evocação (42%) foi sobre cumprimento das tarefas, organização e higiene. Já em relação aos comportamentos inadequados, a maior porcentagem (46%) correspondeu a comportamentos como pular no sofá, não fechar geladeira, comprar coisas na rua.

Categoria 3: Aplicação de consequências – tarefas que consistiam em obter informações sobre a aplicação de consequências para os comportamentos inadequados dos filhos, bem como suas reações. No início do grupo, a maioria das respostas (95%) era referente a punições como bater e gritar. No decorrer dos encontros, houve um aumento de respostas relacionadas a dar explicações e expor consequências lógicas para comportamento inadequado.

Categoria 4: Estabelecimento de combinados – verificação das ocasiões em que os familiares estabeleciam regras claras e coerentes. A maior parte das respostas (78%) prezou o estabelecimento de combinados.

Categoria 5: Reforço positivo – análise de quantas vezes o responsável reforçou um comportamento adequado.

Categoria 6: Autorreflexão – tarefas que propunham reflexão sobre características comportamentais dos filhos e de si mesmos. A maioria dos familiares relatou acreditar ter características em comum com seus filhos, como por exemplo, altruísmo, ser educado, generosidade, totalizando 58% das evocações.

3. Protocolo de Avaliação do Processo (avaliação processual) – A análise desse protocolo indicou os resultados a seguir: (i) *fidelidade ao planejamento do encontro*: o planejamento dos encontros foi rigorosamente seguido, sendo adaptado apenas em caso de insuficiência de tempo; (ii) *desempenho do facilitador*: os estagiários mostraram desempenho adequado quanto à preparação da sessão, à postura nos encontros, ao fornecimento de informação e suporte aos participantes; (iii) *checklist das metas intermediárias*: os participantes relataram

e expuseram suas dificuldades desde o início do grupo, porém de forma mais intensa nos encontros finais; *(iv) outros desempenhos do facilitador*: de modo geral, os estagiários encorajaram os participantes a refletir sobre suas estratégias de enfrentamento e exploraram seus sentimentos em atividades e relatos; *(v) indicadores de apego dos familiares em relação aos facilitadores*: os indicadores revelaram que os participantes buscaram proximidade com os estagiários por meio do compartilhamento de informações pessoais, realização de perguntas pessoais e olhar atento; *(vi) adesão do familiar*: a frequência dos familiares aos encontros foi expressiva desde o início do grupo, com 75% dos familiares, em média, presentes em cada encontro.

4. *Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) – versão qualitativa (pós-intervenção)* – O levantamento de temas permitiu uma categorização (Bardin, 1977/2010) sobre o repertório das habilidades educativas parentais e as práticas educativas:

Categoria 1: Relacionamento afetivo / envolvimento – Parte dos pais focava no limite e nas regras, e repensou o resgate do afeto: “Acho que o sentimento de carinho pelos meus filhos foi resgatado. Com um pouco mais de paciência e respeito por eles, consegui melhorar o nosso relacionamento.” (P3)

Categoria 2: Regras e monitoria – Algumas famílias estabeleciam as regras, mas de modo autoritário: “Foi muito trabalhoso mudar regras que motivavam atitudes negativas, mudar as regras do ‘não’ pelas regras do ‘sim’, mas o resultado é gratificante e vale o esforço, pois a minha percepção é que os meninos ficaram mais interessados em cumprir as regras; no início não davam muito crédito, mas como teve a monitoria, eles entenderam.” (P2), destacando o uso satisfatório da monitoria e a importância de desenvolver uma educação positiva. Observou-se a necessidade de implementar estratégias educativas: “A economia de fichas nos ajudou de alguma forma com os comportamentos inadequados, para além dos castigos.” (P3)

Categoria 3: Consequências para comportamentos adequados – Os participantes relataram avanços significativos, especialmente em estar atentos aos comportamentos adequados, bem como ao uso dos reforços sociais: “Foi um grande aprendizado para nós aprender a valorizar as atitudes que antes eram comportamentos cobrados e não valorizados. O convívio familiar ficou mais leve.” (P5)

Categoria 4: Consequências para comportamentos inadequados – O uso de estratégias alternativas (antecipar, negociar) no manejo de conflitos e na solu-

ção de problemas interpessoais foi introduzido ou ampliado: “Aprendi a não ser tão rígida e dar consequências adequadas.” (P4) Os participantes destacaram a importância do diálogo: “Para os comportamentos inadequados, quase sempre, como consequência, procuro conversar sobre o assunto, explicando o que aconteceu e qual será a consequência.” (P3)

Categoria 5: Comunicação entre pais e filhos / filhos e pais / pais / filhos – Os participantes destacaram o diálogo como elemento essencial ao convívio familiar e que após o GOF “Há mais diálogo, conseqüentemente, menos brigas.” (P3), “Passamos a perguntar e demonstrar interesse no dia a dia da escola, nos relacionamentos com os colegas. Percebemos que ele se sentiu mais confiante.” (P7)

Categoria 6: Clima conjugal – Dentre os participantes, parte sinalizou que há uma dificuldade nesse aspecto, como: “Minha comunicação com meu marido poderia melhorar. (...) E gostaria também de ser mais elogiada por ele.” (P5) Outra participante afirmou que o clima conjugal era satisfatório, mas que, mesmo assim, houve melhora: “Passamos a nos ouvir mais e aceitar ou entender a opinião do outro.” (P7)

Categoria 7: Modelo parental – Houve demonstração de conhecimento sobre os estilos parentais: “Sou participativa. Tive uma mãe autoritária e um pai participativo.” (P5) Destaca-se a importância do autoconhecimento: “Melhorei muito quanto à minha pessoa.” (P4)

Categoria 8: Sentimento dos filhos – Parte expressiva revelou estar mais atenta aos sentimentos dos filhos, como P7, por exemplo: “Meu filho percebeu a preocupação que temos com ele em ser uma pessoa melhor e independente. A vinda dele em algumas reuniões do grupo (oficinas) o surpreendeu, ele se sentiu valorizado e amado. Passou a ser mais carinhoso e demonstrar seus sentimentos.”

As habilidades desenvolvidas ou ampliadas por meio do GOF indicaram resultados positivos nas práticas parentais após a intervenção, como afirma uma participante: “Depois desses 15 encontros, aprendi muito como ser mais paciente, principalmente comigo.” (P4) Outros participantes sugeriram que “Seria interessante outros encontros no futuro.” (P3)

Discussão e considerações finais

Este estudo mostrou os efeitos de uma intervenção para promoção de práticas parentais e desenvolvimento de habilidades educativas adequadas como forma de prevenção de problemas de comportamento e incentivo ao convívio familiar promotor de bem-estar. Os resultados da comparação entre medidas pré e

pós-intervenção corroboraram os dados da literatura brasileira e estrangeira sobre os efeitos positivos de programas de promoção de práticas e habilidades educativas parentais, bem como os efeitos na prevenção de problemas de comportamento (Barlow et al., 2016; Bolsoni-Silva et al., 2008; Borden et al., 2010; Coelho & Murta, 2007; Forehand et al., 2014; Leijten et al., 2017; Lima & Cardoso, 2018; Menting et al., 2013; Murta et al., 2015). De fato, diversas pesquisas focam em programas de intervenção com pais de crianças com problemas de comportamento (Bolsoni-Silva, 2007; Gallo et al., 2010; Long et al., 2017; Pinheiro et al., 2006; Pozzobon et al., 2018; Quiterio, 2014). Contudo, nota-se o aumento no número de pesquisas voltadas para a promoção e prevenção da saúde, especialmente no contexto familiar, como forma de reforçar comportamentos adequados e suprimir comportamentos inadequados para o desenvolvimento infantil (Mayer & Weber, 2014).

A avaliação das Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) indicou que após a intervenção houve aumento no escore total e no fator relacionado à comunicação. Em relação aos demais fatores não houve mudança significativa. Este achado se alinha aos estudos analisados por Menting et al. (2013), que observaram efeitos maiores em programas com foco no tratamento em relação aos de prevenção. A hipótese levantada pelos autores é que, nas intervenções com ênfase na prevenção, os níveis de problema de comportamento iniciais sejam menores, dificultando a identificação de mudanças. Desse modo, a ausência de mudança clínica significativa em alguns fatores investigados neste estudo pode ser compreendida pelo caráter preventivo do programa, o que não diminui a qualidade da intervenção.

Em relação à análise qualitativa do mesmo instrumento, constatou-se, por meio dos registros dos familiares, melhora representativa em todos os fatores avaliados pela escala. P7 destacou que “Com as orientações que obtive, passei a encarar as malcriações e desobediências com paciência e procurando observar qual era realmente a causa daquelas irritações e contrariedades. Passamos a conversar mais sem aumento do tom de voz. Demonstrações de carinho e brincadeiras juntos aumentaram.” Estudos ressaltam a importância da comunicação e participação dos pais no cotidiano dos filhos, bem como a correlação positiva com o desenvolvimento das habilidades sociais dos filhos (Borden et al., 2010; Gallo et al., 2010; Lima & Cardoso, 2018; Pozzobon et al., 2018).

A categorização do conteúdo das Tarefas de Casa e do Protocolo de Avaliação do Processo denotaram mudanças satisfatórias nas práticas parentais e nas habilidades sociais educativas parentais. A partir da análise sobre as tarefas de casa, foi possível observar resultados positivos quanto ao que era esperado. Verificou-se ampliação das habilidades educativas parentais e mudança nas práticas parentais

dos participantes, que passaram, por exemplo, a estabelecer regras mais claras e demonstrar mais afeto a partir de pequenas atitudes. Os autores discutiram a implementação de tais programas como favorecedores de melhoria da competência parental, bem como orientaram os pais sobre modos mais efetivos e seguros de educar (Long et al., 2017).

Em relação aos aspectos que contribuíram para a redução das dificuldades apresentadas na pré-intervenção, notou-se a importância da adequação ao público-alvo e ao contexto local (Murta et al., 2015). Destaca-se a escolha do delineamento do programa de intervenção, desde o levantamento das necessidades, planejamento dos objetivos, dos procedimentos, das estratégias e da seleção dos recursos com base na avaliação pré-intervenção (Del Prette & Del Prette, 2017a), bem como é sinalizada a importância da avaliação processual como elemento que fornece informações e análises para o prosseguimento do grupo de intervenção.

É importante manter e ampliar programas de orientação familiar destinados aos filhos com problemas de comportamento, orientando os familiares na identificação e manejo dessas situações (Gallo et al., 2010; Pinheiro et al., 2006; Pozzobon et al., 2018; Quiterio, 2014). Contudo, em consonância com a presente intervenção, faz-se necessário desenvolver e ampliar programas com foco na prevenção e promoção da saúde mental (Coelho & Murta, 2007; Lima & Cardoso, 2018), visto que a qualidade da relação cuidador-criança/adolescente exerce um papel fundamental no desenvolvimento infantil e na capacidade de gerar processos de resiliência, contribuindo para a promoção de um funcionamento saudável de famílias e indivíduos (Masten, 2018).

Embora em número reduzido entre os participantes, constatou-se que os pais participaram ativamente do GOF. Outros estudos destacam a influência positiva da participação de outros familiares nos programas de orientação familiar (Bolsoni-Silva et al., 2008; Kanamota et al., 2017; Leme et al., 2014). Nessa direção, intitulou-se o programa de Grupo de Orientação Familiar (GOF) como forma de envolver diferentes participantes do cenário familiar.

Em relação à efetividade e aplicabilidade do GOF, os indicadores de processo mostraram que, em relação à dose fornecida e recebida, 100% das sessões planejadas foram realizadas. As avaliações sugeriram resultados satisfatórios e bom envolvimento dos participantes nas atividades. Já em relação à retenção, recrutamento e adesão do grupo, foi observado o reduzido número de participantes e, com isso, a necessidade de ampliação do conjunto de participantes, com recrutamento por meio de outros meios de divulgação, como palestras em escolas e anúncios em rádios locais. Observou-se, também, o esforço de alguns participantes para custear a passagem, devido à falta de pagamento aos funcionários

públicos. Acerca do contexto em que a intervenção foi implementada, houve dificuldades por aspectos internos, como greve de professores e funcionários, além de aspectos externos, como segurança.

Apesar das referidas dificuldades no desenvolvimento da intervenção, os indicadores de processo e de avaliação dos efeitos permitiram delinear alguns aspectos da tomada de decisão: (1) a necessidade de ampliar os instrumentos utilizados na pré e pós-intervenção; (2) o número de sessões mostrou-se adequado ao contexto; (3) o uso de oficinas, com formato individual, mostrou-se satisfatório e esclarecedor no estabelecimento de estratégias comportamentais. Essas modificações, provavelmente, deverão resultar numa intervenção com maior viabilidade em relação ao seu formato e procedimentos para aperfeiçoar as condições pertinentes à validade social.

O estudo apresentou algumas limitações. Primeiro, destaca-se o uso de metodologia transversal, pois o acompanhamento de natureza longitudinal seria importante para avaliar como os familiares estariam utilizando as práticas parentais com o passar do tempo. Segundo, a combinação com outras medidas de avaliação, como o grupo controle. Além disso, futuros estudos poderiam realizar intervenções em paralelo com os familiares e as crianças/adolescentes para possibilitar um aprimoramento dos modelos de intervenção.

Referências

- Bardin, L. (1977/2010). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barlow, J.; Bergman, H.; Kornor, H.; Wei, Y.; Bennett, C. (2016). Group-based parent training programmes for improving emotional and behavioural adjustment in young children. *Cochrane Database of Systematic Reviews*. <https://doi.org/10.1002/14651858.cd003680.pub3>
- Bolsoni-Silva, A. T. (2007). Intervenção em grupo para pais: Descrição de procedimento. *Temas em Psicologia*, 15(2), 217-235. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2007000200007
- Bolsoni-Silva, A. T.; Silveira, F. E.; Ribeiro, D. C. (2008). Avaliação dos efeitos de uma intervenção com mães/cuidadoras: Contribuição do treinamento em habilidades sociais. *Contextos Clínicos*, 1(1), 19-27. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100003
- Borden, L.; Schultz, T.; Herman, K.; Brooks, C. (2010). The Incredible Years Parent Training Program: Promoting resilience through evidence-based prevention groups. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, 14(3), 230-241. <https://doi.org/10.1037/a0020322>
- Coelho, M. V.; Murta, S. G. (2007). Treinamento de pais em grupo: Um relato de experiência. *Estudos de Psicologia*, 24(3), 333-341. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000300005>

- Del Prette, A.; Del Prette, Z. A. P. (2017a). *Habilidades sociais: Intervenções efetivas em grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, A.; Del Prette, Z. A. P. (2017b). *Competência social e habilidades sociais: Manual teórico-prático*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P.; Del Prette, A. D. (2008). Significância clínica e mudança confiável na avaliação de intervenções psicológicas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 24(4), 497-505. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400013>
- Evans, C.; Margison, F.; Barkham, M. (1998). The contribution of reliable and clinically significant change methods to evidence-based mental health. *Evidence-Based Mental Health*, 1(3), 70-72. <https://doi.org/10.1136/ebmh.1.3.70>
- Féres-Carneiro, T. (1997). Entrevista familiar estruturada (EFE): Um método de avaliação das relações familiares. *Temas Psicologia*, 5(3), 1-32.
- Forehand, R.; Lafko, N.; Parent, J.; Burt, K. (2014). Is parenting the mediator of change in behavioral parent training for externalizing problems of youth? *Clinical Psychology Review*, 34(8), 608-619. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2014.10.001>
- Gallo, A. F.; Cheffer, L.; Morais, A. O.; Cascardo, G. M.; Lima, A. C. S.; Duarte, A. C. (2010). Intervenção em grupo para ensino de práticas parentais a mães de crianças com problemas de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 6(2), 187-202. <https://doi.org/10.18542/rebac.v6i2.1118>
- Jacobson, N.; Truax, P. (1991). Clinical significance: A statistical approach to defining meaningful change in psychotherapy research. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(1), 12-19. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.59.1.12>
- Kanamota, P. F. C.; Bolsoni-Silva, A. T.; Kanamota, J. S. V. (2017). Efeitos do Programa Promove-Pais, uma terapia comportamental aplicada a cuidadoras de adolescentes com problemas de comportamento. *Acta Comportamentalia*, 25(2), 197-214. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/60154>
- Leijten, P.; Gardner, F.; Landau, S.; Harris, V.; Mann, J.; Hutchings, J.; Beecham, J.; Bonin, E.; Scott, S. (2017). Research Review: Harnessing the power of individual participant data in a meta-analysis of the benefits and harms of the Incredible Years parenting program. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 59(2), 99-109. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12781>
- Leme, V. B. R.; Marturano, E.; Fontaine, A. M. (2014). Habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças de famílias nucleares e recasadas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3), 854-876. <https://doi.org/10.12957/epp.2014.13888>
- Lima, A.; Cardoso, M. P. (2018). Orientação e treinamento de pais: Uma vivência clínica. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 20(1), 6-19. <https://doi.org/10.30715/rbpe.v20.n1.2018.10872>
- Long, N.; Edwards, M.; Bellando, J. (2017). Parent Training Interventions. In: J. Matson (Ed.). *Handbook of Childhood Psychopathology and Developmental Disabilities Treatment*, p. 63-86. Cham: Springer.

- Masten, A. S. (2018). Resilience Theory and Research on Children and Families: Past, Present, and Promise. *Journal of Family Theory & Review*, 10(1), 12-31. <https://doi.org/10.1111/jftr.12255>
- Mayer, A. P. F.; Weber, L. N. D. (2014). Relações entre obesidade na infância e adolescência e a percepção de práticas de alimentação e estilos educativos parentais. *Psicologia Argumento*, 32(79), 143-153. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.32.S01.AO13>
- Menting, A.; Castro, B. O. de; Matthys, W. (2013). Effectiveness of the Incredible Years parent training to modify disruptive and prosocial child behavior: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 33(8), 901-913. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.07.006>
- Murta, S. G. (2017). Aproximando ciência e comunidade: Difusão de programas de habilidades sociais baseados em evidências. In: A. Del Prette, Z. A. P. Del Prette (Orgs.). *Habilidades sociais: Intervenções efetivas em grupo*, p. 83-115. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Murta, S. G.; França, C. L.; Santos, K. B.; Polejack, L. (2015). *Prevenção e promoção em saúde mental: Fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção*. Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Pinheiro, M. I. S.; Haase, V. G.; Del Prette, A.; Amarante, C. L. D.; Del Prette, Z. A. P. (2006). Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 407-414. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300009>
- Pozzobon, M.; Falcke, D.; Marin, A. H. (2018). Intervenção com famílias de alunos com baixo desempenho escolar. *Ciências Psicológicas*, 12(1), 87-96. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1599>
- Quiterio, P. L. (2014). Grupo de orientação familiar: Uma abordagem positiva de psicoeducação. *12ª Mostra de terapia cognitivo-comportamental*, UERJ, 13/09/2014. Resumo dos trabalhos apresentados, p. 24. Rio de Janeiro. <https://atc-rio.org.br/wp-content/uploads/2017/06/resumos1.pdf>
- Sanders, M.; Kirby, J.; Tellegen, C.; Day, J. (2014). The Triple P-Positive Parenting Program: A systematic review and meta-analysis of a multi-level system of parenting support. *Clinical Psychology Review*, 34(4), 337-357. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2014.04.003>
- Stasiak, G. R.; Weber, L. N. D.; Tucunduva, C. (2014). Qualidade na interação familiar e estresse parental e suas relações com o autoconceito, habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Psico*, 45(4), 494-501. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.15846>
- Watzlawick, P.; Beavin, J. H.; Jackson, D. D. (1967). *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix.
- Weber, L.; Salvador, A. P.; Brandenburg, O. (2005/2011). *Programa de Qualidade na Interação Familiar: Manual para Aplicadores* (2ª ed.). Curitiba: Juruá.

Recebido em 26 de fevereiro de 2019

Aceito para publicação em 25 de janeiro de 2021

SUBLIMINAL THOUGHT ACCORDING TO SABINA SPIELREIN'S PSYCHOANALYTIC THEORY

*O PENSAMENTO SUBLIMINAR SEGUNDO A
TEORIA PSICANALÍTICA DE SABINA SPIELREIN*

*EL PENSAMIENTO SUBLIMINAL SEGÚN LA TEORÍA
PSICOANALÍTICA DE SABINA SPIELREIN*

Fátima Caropreso⁽¹⁾

RESUMO

Nas últimas décadas, a importância e o ineditismo das ideias da psicanalista russa Sabina Spielrein têm sido reconhecidos. No entanto, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a uma análise minuciosa de sua teoria, de forma que uma avaliação mais precisa do papel desempenhado por ela na história das ideias psicológicas ainda não foi plenamente alcançada. Ao longo de toda a sua obra, Spielrein procurou compreender as características do funcionamento mental subliminar, e essa foi uma de suas principais contribuições para a psicologia. O objetivo deste artigo é analisar as ideias centrais que a autora elaborou sobre esse tipo de processo mental. Essas ideias foram desenvolvidas através de suas tentativas de compreensão dos sintomas esquizofrênicos, do pensamento infantil, dos sonhos, fenômenos hipnagógicos e sintomas afásicos, assim como a partir de dados fornecidos por pesquisas na área da linguística. Argumenta-se que ela formulou uma teoria original sobre o pensamento subliminar a partir de uma abordagem inovadora no âmbito da psicanálise.

Palavras-chave: teoria psicanalítica; Sabina Spielrein; pensamento subliminar; subconsciente; simbolismo.

⁽¹⁾ Mestre e Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com Pós-Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professora do Departamento de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), MG, Brasil. fatimacaropreso@uol.com.br

Este estudo teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

ABSTRACT

In recent decades, the importance and novelty of the ideas of the Russian psychoanalyst Sabina Spielrein have been acknowledged. However, there are so far few works dedicated to a thorough analysis of her theory. Hence, a more precise assessment of the role she played in the history of psychological concepts has not yet been fully achieved. Throughout her work, Spielrein sought to understand the characteristics of subliminal mental functioning, which was one of her major contributions to psychology. The objective of this article is to analyze her main ideas regarding this type of mental process as she presented them during the course of her research. She developed such ideas in her attempts to understand schizophrenic symptoms and in her analyses of thought processes in children, dreams, hypnagogic phenomena, aphasic symptoms, and data resulting from research in the field of linguistics. We conclude that she formulated an original theory on subliminal thought, derived from her innovative psychoanalytic approach.

Keywords: psychoanalytic theory; Sabina Spielrein; subliminal thought; subconscious; symbolism.

RESUMEN

En las últimas décadas, la importancia y la originalidad de las ideas de la psicoanalista rusa Sabina Spielrein han sido reconocidas. Sin embargo, son todavía pocos los trabajos que se dedican a un análisis minucioso de su teoría, de modo que una evaluación más precisa del papel que ella desempeñó en la historia de las ideas psicológicas aún no ha sido alcanzado plenamente. A lo largo de toda su obra, Spielrein intentó comprender las características del funcionamiento mental subliminal y esa fue una de sus principales contribuciones a la psicología. El objetivo de este artículo es analizar las ideas centrales que la autora elaboró en su obra sobre ese tipo de procesos mentales. Estas ideas fueron desarrolladas por ella en sus intentos de comprensión de los síntomas esquizofrénicos, en el análisis del pensamiento infantil, sueños, fenómenos hipnagógicos y síntomas afásicos, así como a partir de datos proporcionados por investigaciones en el área de la lingüística. Se argumenta, en fin, que ella formuló una teoría original sobre el pensamiento subliminal, que resultó de un enfoque innovador en el ámbito del psicoanálisis.

Palabras clave: teoría psicoanalítica; Sabina Spielrein; pensamiento subliminal; subconsciente; simbolismo.

Introduction

Despite the originality of the theoretical and clinical proposals made by Russian physician and psychoanalyst Sabina Spielrein (1885-1942), and in spite of her pioneering contributions in various areas, she remained forgotten for a very long time. According to Ovcharenko (1999), Spielrein began to reappear in the history of psychoanalysis after McGuire published, in 1974, correspondence between Freud and Jung, in which she is mentioned. Nonetheless, interest in the author mainly grew subsequent to the publication of the book *A Secret Symmetry: Sabina Spielrein between Jung and Freud* (Carotenuto, 1980/1984). As pointed out by Noth (2015), subsequent to Carotenuto's publication the view that came to prevail with respect to Spielrein was largely based on the assumption that her theoretical production depended exclusively on Freud and Jung. In recent decades, however, the importance and originality of Spielrein's ideas have been increasingly recognized, although there still are very few works dedicated to making a thorough analysis of her theory, such that a more precise assessment of the role she played in the history of psychological concepts has not yet been fully achieved.

In her first two publications, *On the Psychological Content of a Case of Schizophrenia* (Spielrein, 1911/2014) and *Destruction as the Cause of Becoming* (Spielrein, 1912/2014), Spielrein presented several hypotheses regarding schizophrenia and mental functioning in general, especially with regard to unconscious mental functioning, which subsequently came to be called "subconscious" or "subliminal thought". As of the publication of her following work, *Contributions to Understanding a Child's Mind* (Spielrein, 1912b), she began focusing on child psychology; and, as of 1920, the development of children's thinking and language became the main focal point of her investigations. As commented by Santiago-Delefosse and Delefosse (2002), Spielrein was the first analyst dedicated to understanding the relationships between child language and child development. According to the author herself, in *Time in Subliminal Psychic Life* (Spielrein, 1923b), it was her interest in understanding subconscious mental processes that led her to study child thought, due to her observation that such processes present the same characteristics as child thought exhibits.

One may say that, in her entire theory, Spielrein sought to elucidate the characteristics of subconscious mental processes and that this was one of her main contributions to understanding the psyche. The objective of the present article is to analyze and discuss the central ideas about this type of mental functioning that

the author presented throughout the course of her research. We aim to demonstrate that she developed an original theory and adopted an innovative approach in the area of psychiatry.

Spielrein's Initial Theoretical Formulation

In her first published work, *On the Psychological Content of a Case of Schizophrenia* (Spielrein, 1911/2014), Spielrein presented an idea that would become central in her entire theory: the notion that very longstanding modes of thought influence our awareness of the present. Two hypotheses are implied here: first of all, that all of our conscious experiences are accompanied by unconscious experiences and that the latter establish the emotional tone of the former; and second, that the unconscious mind possesses records of experiences that go beyond the scope of the individual experience, for, in the author's own words, "we also inherit the sedimentation of the experiences of our ancestors" (Spielrein, 1911/2014, p. 213). This phylogenetic view of the psyche, as Spielrein called it, would come to permeate her entire theory and constitute one of its main ideas.

As illustrated by the author, when we feel pleasure while listening to a story, we get the impression that the pleasant feeling is related to the present content of the representation, for we experience the pleasant feeling in the present. Nonetheless, the truth is that our pleasure derives from past experiences, which are related not only to our own personal experiences, but also to ancestral experiences. Past representations associated with pleasure are triggered by the present experience, so that such a feeling is experienced when the new content of the representation comes into contact with the old. With this in mind, Spielrein contended that the unconscious dilutes the present into a past that transcends the individual experience. In the unconscious mind, we find something that is beyond time, or is simultaneously present, past and future. In her subsequent writings, as we shall see further ahead, she developed this notion in greater depth.

The ideas formulated by Spielrein in 1911 were further developed in her work published the following year, *Destruction as the Cause of Becoming* (Spielrein, 1912/2014). In it, Spielrein revisited her hypothesis that every conscious experience is accompanied by an unconscious experience and she explained that unconscious thought expresses conscious thought by way of a primitive form of symbolization; that is, it transforms the conscious thought according to the language of the unconscious.

The author pointed out that hypnagogic phenomena, which were previously described by Viennese psychoanalyst Herbert Silberer (1909), exemplify this characteristic of mental processes. In *Time in Subliminal Psychic Life* (Spielrein, 1923b), she commented that these phenomena consist of an elaboration of our present situation and that, little by little, such a state is transformed into a dream, just as hypnagogic hallucinations are transformed into dream images.

One of Silberer's examples that she mentioned is the conscious thought, "I want to improve a rough piece" (of a work), which, in a hypnagogic state, is accompanied by a symbolic thought in which the individual sees himself planing a piece of wood. Spielrein (1912/2014) explained that this example illustrates how a line of thought suitable to the present is adapted, in the unconscious mind, to past experiences of countless generations. The expression "rough piece" of the work would theoretically be extracted, by analogy, from other representational content, i.e., that of planing wood. In the conscious mind, the meaning of the expression would be appropriate to the present. Nonetheless, the unconscious mind would go back to giving the words their original meaning, i.e., a rough/coarse piece of wood that is smoothed out with a plane. As explained by the author, the present act of improving the work is thus transformed into the act of planing wood, which was done so often by our ancestors.

Accordingly, to Spielrein (1912/2014), the unconscious would dissolve and assimilate conscious experiences into past experiences. In this process, a personal experience would be transformed into an experience of the species, such that personal characteristics would be eliminated; that is, the "self" would be dissolved into the "us". According to the theory she elaborated in *Destruction as the Cause of Becoming* (Spielrein, 1912/2014), two antagonistic flows exist that reflect the opposition between the two parts that make up the psyche: the "ego-psyche" (*Ichpsyche*) and the "species-psyche" (*Artpsyche*). The latter would contain records of experiences of the past of the species, whereas the former would contain mnemonic records of personal experiences.

The species-psyche would have a "tendency to dissolve and assimilate" the individual content into the collective content, which would be a psychic expression of the drives of preservation of the species. In contrast, the ego-psyche would exhibit a tendency to maintain the present state of the self, which would be an expression of the drives of self-preservation. Hence, the two psyches would remain in conflict, for they would be driven by opposing tendencies.¹

Elaborated in her first two published works, these hypotheses were developed into a more ample theory of the mind in the letters Spielrein wrote to Jung between 1917 and 1918.

Development of the Concept of the Subconscious

Between 1908 and 1919, Spielrein and Jung exchanged correspondence in which they discussed personal questions, their theoretical hypotheses, and Freudian concepts. In her letters from 1917 to 1918, Spielrein elaborated a theory about the subconscious, encompassing the split between a species-psyche and an ego-psyche, as well as other elements. The theory consists of a development of the concepts she presented in her writings from 1911 to 1912, and constitutes the basis of her subsequent theory, as was pointed out by Cromberg (2014). In her works published between 1921 and 1923, she reexamined some of the ideas presented in her letters and continued developing her theory of the subconscious.

According to the theory Spielrein expounded on in her letter to Jung dated December 20, 1917, the psyche consists of both a conscious domain and a subconscious domain (*Unterbewusste*). In turn, the latter consists of three realms: the “side-conscious” (*Seitenbewusstsein*), the “pre-conscious” (*Vorbewusste*) and the “unconscious” (*Unbewusste*). She proposed the designation “unconscious” for that part of the psyche that is the target of repression, that is, blocked by the censorship exercised by the pre-conscious. She characterized the latter as a force that separates, somewhere in the subconscious, certain infantile impulses, impeding them from penetrating the conscious mind. Hence, through the action of the pre-conscious (censorship), the unconscious emerges in the subconscious as a differentiated area that has no access to the conscious.

Spielrein designated as the “side-conscious” a mental realm that was excluded from conscious thought, but that, contrary to the unconscious, would continue to have access to the conscious mind. The side-conscious would also possess material originating from the experiences of the species, such that the species-psyche, described in 1912, would be there.

According to Spielrein, the conscious possesses a type of directed thought, opposed to non-directed thought, that characterizes subconscious functioning, which is also called “subliminal thought”.² According to her theory, some complexes are excluded from directed thought for emotional reasons. As explained by the author, such complexes, however, contrary to unconscious representations, could become conscious, for they would not have been separated from the conscious through the action of censorship. As was elucidated by Cromberg (2014), Spielrein differentiated *Unterdrückung* (suppression) from *Verdrängung* (repression): The former mechanism operates between the conscious and the subconscious (side-conscious), whereas the latter acts between the subconscious and the unconscious.

The subconscious part excluded from directed thought (the target of *Unterdrückung*) and the subconscious part consisting of the censored material (the target of *Verdrängung*) would be made up of content deriving from personal experience. One could say that these two parts of the subconscious correspond to the “ego-psyche”, which was described by Spielrein in 1912. Nevertheless, as aforementioned, the subconscious also contains material that transcends individual life, such that we may infer that the subconscious also contains the “species-psyche”.

In that letter dated December 20, 1917, the author mentioned that individual mental life extends to the species-psyche and argued, “the subconscious possesses a high moral culture since it is a depository of the entire historical series of evolution” (Spielrein, 1917/2014, p. 373). Further on in the letter, she differentiated between a “personal subconscious” and a “collective subconscious”.

Spielrein contended that the repressed material is expressed in the non-repressed subconscious by way of subliminal symbols, which represent formations of commitment between the repressed unconscious desires and the most sublime tendencies. Nonetheless, such subliminal symbols express not only the unconscious, but also archaic representations, which pertain to the collective psychology, as well as bodily sensations. In her letter dated January 6, 1918, Spielrein described subliminal symbolism in the following manner:

Up to a certain level, it possesses an individual nature; beyond that, delving deeper, it always becomes more archaic, the content of the individual conscious is transformed into the content of the conscious of the species, individual problems are transformed into archaic problems, etc., from which new individual problems and their solutions crystalize; and it can proceed on its course to the conscious. (Spielrein, 1917-1919/1984, p. 143)

With these hypotheses regarding symbolism, the author developed the idea (which she had introduced in her first two publications) that every conscious thought is accompanied by a parallel thought, which transforms it according to an archaic mode of functioning. However, at that point, she formulated a more precise hypothesis as to what subliminal symbols consist of: In addition to expressing archaic content, they also express bodily sensations and repressed representations.

In her December 20th letter, in order to illustrate the symbolism of subliminal thought, Spielrein reexamined another hypnagogic-state example fur-

nished by Silberer that had already been mentioned in *Destruction as the Cause of Becoming* (Spielrein, 1912/2014). In the example, a person relates that, after contemplating the “progress of the human spirit in the complicated dark realm of the Mothers-problem (Faust, Part II)” (Spielrein, 1912/2014, p. 233), the following symbolic thought emerged in a hypnagogic state: “I am standing on a lonely stone pier extending out into a dark sea. The waters of the sea merge at the horizon with the equally darkly toned mysterious black air” (Spielrein, 1912/2014, p. 233).

According to Spielrein (1912/2014), being led into the dark sea corresponds to penetrating the dark problem. The merging of the air and the water, the blending of the upper and lower parts, symbolizes that in mothers (as described by Mephistopheles) all times and places merge. The author explained that, in this example, as in the thinking of ancient peoples, the sea is seen as the mother, as the creative maternal water, from which everything emerges. The sea (the “mother”) that is penetrated is the dark problem, the state in which time, place and opposites do not exist. As affirmed by the author, the image of the sea (mother) is, at the same time, the image of the depths of the unconscious, which exists in the present, past and future simultaneously (i.e., beyond time), and for which all places merge and for which opposites have the same meaning.

In the letter dated December 20, 1917, Spielrein returned to this example and added to the previously presented interpretation a possible signification of such symbolic thinking, related to both the unconscious and the body. From the perspective of unconscious desires, the image would symbolize the desire to return to the maternal womb. From the viewpoint of the non-repressed subconscious (side-conscious), the dark sea would be a symbol of the difficult problem turned subconscious and, at the same time, a symbol of many other thoughts tied to it. From the standpoint of organic sensations, one could say that the image of the dark sea, just as the difficulty of the conscious task, is merely an expression and a symbol of respiratory activity that had become more difficult. In her letter, the author contended that this example also illustrates how such symbols are interchangeable, that is, how the subconscious symbolizes the conscious and vice versa. Accordingly, she asserted that subliminal symbolism possesses a composite origin, and she emphasized the overdetermination and reversibility of the symbols.

In *Time in Subliminal Psychic Life* (Spielrein, 1923b), Spielrein proposed that all non-conscious mental life be called “subliminal psychic life” (*Unterschweligen Seelenleben*), although she did continue to use the term “subconscious” on several occasions. Mainly in the above work concerning time and in *Some Analo-*

gies between Thinking in Children, Aphasia, and the Subconscious Mind (Spielrein, 1923a), she continued her theorization about the subconscious.

In *Some Analogies between Thinking in Children, Aphasia, and the Subconscious Mind* (Spielrein, 1923a), Spielrein resumed and further developed her hypothesis as to the difference between a consciously directed thought and a non-directed, spontaneous, non-conscious thought. She stressed that this classification is arbitrary, for a strict limit between directed thought and spontaneous thought does not actually exist, just as there is no such limit between the conscious and the subconscious.

The consciously directed thought would be, above all, a verbal thought, whereas the spontaneous thought would have conserved primitive characteristics, as it would mainly be a kinesthetic-visual thought. The author returned to her hypothesis that the two types of thoughts would occur in parallel, such that the conscious processes would always be accompanied by a parallel, organic, hallucinatory thought, which would translate the conscious content into images.

Once again, she mentioned that, principally, hypnagogic phenomena permit observing such subconscious processes in a clear manner. In such phenomena, due to a state of great fatigue, a thought is not directed so sufficiently as to suppress all of the subconscious images, such that it is possible to observe the verbal thought and its visual expression at the same time.

As an example, Spielrein mentioned a hypnagogic state a woman went into after having entertained the thought that life is not worth struggling for because, as soon as you reach the top, something happens that makes you fall and you have to start all over again. In that depressive state, the woman went to lie down and, in a hypnagogic state, saw a beetle climbing a trellis. When it got to the top, something happened to it and it fell and had to start climbing all over again. Spielrein explained that this hypnagogic image was the visual expression of the woman's conscious thought. Such examples clearly illustrate how the subconscious thought expresses in images what the conscious thought expresses in words.

Spielrein (1923a) contended that kinesthetic-visual subconscious images are the vital force of our conscious thoughts. The subconscious thought is the main one, for only the beginning and the end of our thoughts become conscious and everything else takes place in the subconscious. The author commented that, in many cases, subconscious thought can be superior to conscious thought, such as when it permits solving real problems in collaboration with conscious thought. Nonetheless, subliminal processes would presumably lack direction and concentration towards the function of what is real.

Spielrein better explained this characteristic of absence of adaptation to reality in her subsequent works. She complemented her theory of the subconscious by analyzing other primitive forms of thinking, such as those of children and aphasic persons.

Subliminal Thought, Children's Thought and Aphasic Thought

In *Some Analogies between Thinking in Children, Aphasia, and the Subconscious Mind* (Spielrein, 1923a), Spielrein emphasized that comprehension of the characteristics of children's thinking is essential for elucidating subconscious processes. She commented that, although thinking in children, word association in adults, dreams and different mental alienations clearly express subconscious mental functioning, the spontaneous thought does not present itself identically in these different phenomena because, in each one of them, there are differences in the degree of adaptation to reality, differences in the experience expressed in the idea and in the verbal expression, and differences in the emotions involved, among other factors. Despite this fact, there are laws that are common to all spontaneous thoughts; such laws can be inferred through analysis of their different forms. The author sought both to elucidate the central characteristics of children's thought and aphasic thought and to demonstrate, through examples, that both types of thought go back to primitive ways of thinking and that they are thus similar in many aspects. By doing so, she added new elements to her theory.

Spielrein pointed out that there are two attitudes towards reality: either we adapt to it or we adapt it to us. Thinking in children would initially move in the latter direction. Among the impressions that reality gives them, children would presumably select those that go in the direction of a grouping of ideas that already exist. Accordingly, children's thinking, like dream thought, would take from reality what suits the children and distort it. It would achieve in fantasy that which reality refuses the children and would thus be marked by the sensation of omnipotence.

In addition to both the predominance of fantasy to the detriment of reality and the sensation of omnipotence, children's thinking exhibits other peculiarities, she claimed. Spielrein (1923a) explained that such thought is slow and poor in terms of associations and is not necessarily related to a direction, for it simultaneously exhibits two opposing directions. When it arrives at a new idea, it returns to the preceding idea, which is then transplanted into the new idea. Through examples, the author showed that in children's thinking a group of ideas remains

for a long time and the same idea always returns in practically the same verbal form; that is, it “adheres” or “perseveres”.

As the preceding ideas are grafted onto the newly emerging ideas, the phenomenon known as “crossing” arises. Children’s speech is made up of phrases that pertain to different groups (cross-phrases), which are followed, or were preceded, by simple phrases borrowed from another group of ideas. Hence, a condensation of two groups of ideas into a single phrase occurs. Spielrein (1923a) stressed that what makes a group of ideas persist in a spontaneous thought is the affective movement; that is, the emotions related to the ideas cause them to persevere, such that they play a central role in children’s associations.

Through analysis of aphasic symptoms, Spielrein showed that the phenomena of perseverance and crossing also manifest themselves in aphasic people’s language and drawings, and she argued that this is due to their incapacity to maintain a fixed direction in their thinking, as occurs with children. The author contended that, in aphasic thought, as in children’s thought, affectivity wields a great influence, which is demonstrated by the fact that aphasics more easily find lost words that possess significant emotional ties.

This characteristic of aphasic language had already been emphasized by the British neurologist Hughlings Jackson (1884/1958). Spielrein (1923a) agreed with Jackson’s conception that aphasias consist of phenomena involving the dissolution of language functions and that emotional factors significantly determine the symptoms. In such pathologies, more-evolved functioning levels would give rise to more-primitive ways of functioning. We can say that, by demonstrating the similarity between the characteristics of children’s thought and those of aphasic individuals’ thought, Spielrein corroborated Jackson’s hypothesis that, in aphasias, there is a return to primitive modes of thought.

Spielrein (1923a) thus claimed that aphasias demonstrate that, if directed thought is altered by any cause, it undergoes a retrogressive process, in a certain sense turning back into the primitive thinking of children. In her earlier works, she had already contended that this regressive process is present in hypnagogic states, in dreams and in schizophrenic symptoms. The new element she added in 1923 was her demonstration of the analogy that exists between such phenomena, children’s thought and aphasic thought, as well as her description of other central characteristics of such types of thought, which constitute the essence of subliminal mental life.

In *Time in Subliminal Psychic Life* (Spielrein, 1923b), Spielrein sought to understand how time presents itself in subliminal processes, thus giving continuity to her theory.

Time in Subliminal Thought

Spielrein (1923b) emphasized that it was Freud who laid the foundation for the question of how time presents itself in subliminal mental life when he discussed the structure of dream thought in *The Interpretation of Dreams* (Freud, 1900/1998). She argued that three fundamental conditions are linked to consciously directed thought: that of “time”, of “space” and of “causality”. She contended that, in contrast with what Kant presumed, such concepts do not consist of “a priori” categories of thought, but are acquired slowly throughout the course of development. The concept of space would be the first to be acquired; that of causality, the second; and that of time, the last. In the concept of time, it would be necessary to distinguish the “duration” and the “direction”, given that an event can be short-lived or long-lasting and that it can be directed toward the future, the past or somewhere between the two, which corresponds to the present.

In order to support the hypothesis that acquisition of the concept of time occurs last, the author mentioned her observations of her daughter. Among the three fundamental concepts, that of time was the one that caused her daughter, Renata, the greatest difficulty at the age of two years and one and a half months. The little girl thoroughly understood the question “where?” and had a general sense of spatial distance. She knew that things come and go and that something can be far away. Likewise, she understood the question “why?” – but she was unable to comprehend the question “when?” because, to her, only the present existed. She always used verbs in the present tense. For example, when her mother would say, “Renata ate well”, she would reply, “eats well” or “eats”, even when she wasn’t hungry. Spielrein (1923b) explained that children initially behave in a spontaneous manner and that they are mainly interested in what they already have or what they can obtain, which makes their preference for the present and the future understandable, to the detriment of the past. They have no comprehension of the ephemeral nature of things and their constant transformations.

By analyzing the characteristics of dreams, Spielrein (1923b) expanded our comprehension of how time presents itself in primitive mental functioning. In her opinion, dreams blend what was, what is and what will be in a totally arbitrary manner, as if this tripartite division were nonexistent. With this, she returned to the hypothesis presented in her 1911 monograph: that in the unconscious we find something that is simultaneously present, past and future.

Spielrein theorized that in dreams the future is never represented independently, for the notion of the future is suggested by the duration of an ac-

tion, such that the present is also represented. Hence, there would be no real distinction between the present and the future. She commented that a vision of the death of a person we don't like expresses a transformation, in the sense of a coming into being. Every action would be a coming into being and, as such, would announce the future, yet at the same time the action would be a present that persists, a present that is constantly transformed.

Compared to the future (as interpreted in the sense described above), representations of the past are much more rare in dreams, yet at the same time more autonomous, the author affirmed. In order to exemplify this characteristic, she described the dream of a man who, after deciding to separate from his wife (which caused him great suffering), had a dream in which she appeared as a moss-covered object. Spielrein believed that this image was an expression of the man's desire to have had already come to grips with the painful moment of the separation, as if it had become a thing of the past, covered with moss. Hence, his dream used the past to free him from his painful impressions. The author concluded that, just like the future, the past is not understood in dreams in the sense in which we understand it, for the focus is not on what was, but rather on what is no longer present. The author explained that small children imagine the past in the same way, for the notion of past comes to them through their noticing the disappearance of something. Accordingly, they would initially conceive the past as a spatial distancing/separation, since they would not comprehend that the object might no longer exist.

Spielrein (1923b) contended that the results of studies in the area of linguistics are, in certain aspects, surprisingly similar to the results of research on dreams and that they make it possible to confirm the supposition that languages lacking the distinction between present, past and future can exist.

Spielrein explained that, like dream thought, language differentiates the past much more than the future in relation to the present, and that expressing the future is a much more recent phenomenon. The future tense is a temporal form that is constructed differently in each group of languages, and it takes root only with great difficulty, which makes it oscillate continuously. She elucidated that the verb form "amo, amabo" of the Latin language is completely autonomous and is a form that is not found in any of the other Indo-European languages. She then cited various examples of how the future is represented in those languages:

The Roman languages (French, Italian, etc.) form their future tense via paraphrases, such as the Latin form 'amare habeo' (literally translated as 'I have to love' = I shall love), which, translated

into French, would be ‘j’ai (à) aimer’. Instead, we have the inverse construction ‘(je) aimer ai’, which was later contracted, becoming ‘j’aimerai’. As an expression of the future, ‘I shall’ can also be found in the English language; we thus have, for example, ‘I shall love’. In the same manner, the British use ‘I will’ (I will love). By way of the auxiliary verb ‘will’, they initially highlight the intention, and that conveys the idea of an action underway, that is, of a future. The German language recognizes (as dreams do) a lasting present, ‘werden’ (come to), for the future tense. Currently, one no longer sees ‘werden’, yet it did exist originally. The term extends the idea of the action, such as the idea of writing, and the duration activated in this manner should give us an idea of the future: ‘ich werde schreiben’ (I [will] *come to* write). The Germans also say, ‘ich will schreiben’ (I will write). (Spielrein, 1923b, p. 307-08)³

Spielrein (1923b) contended that another analogy with the language of dreams is the fact, demonstrated by the linguist Bally, that all preverbs (separable verb prefixes) and all adverbs of time were created based on spatial representations, e.g., the French word “*après*” (after) – formed from “*près*” (“near”, “beside”) – and “*tard*” (late) – formed from the Latin word “*tardus*” (“slow”, in the sense of movement in space). She concluded that, just as in dreams, in language the representation of a temporal direction is based on the subliminal representation of a passage through space.

In light of these facts, the author raised the question of why language is so unsuitable to conscious thought and why it exhibits so many similarities to dreams if it was formed consciously. She also queried as to why the concept of temporal direction is expressed in such an incomplete manner in so many languages; why, as in dream thought, the duration appears in lieu of the direction; and why the past is more autonomous than the future in relation to the present. Her answer was that such characteristics are due to the fact that verbal language, like dreams, creates its representations from non-conscious materials. She claimed that language is essentially constructed in the subconscious, an idea that she first presented in her text *The origin of the child’s words ‘Papa’ and ‘Mama’* (Spielrein, 1922).

The fact that language is presumably formed in the subconscious would make the preservation of primitive forms of symbolization in language understandable. She stated that language “is always more archaic than thought is; it brings with it forms of thought that we already went beyond long ago. Cen-

turies are necessary for us to free ourselves from a linguistic stupidity that we consciously perceive” (Spielrein, 1923b, p. 307).

Spielrein commented that linguists presume the existence of a law of inertia, or of persistence, of linguistic forms that are more archaic. She argued that such stagnation results from a tendency, which is present in mental functioning, to relive what has already occurred. In her own words:

Nature knows no stagnation. The inertia that opposes the continuation of any and all development is thus a force that acts within us in the opposite direction, a desire to assimilate everything that is new into what already exists, an impetus to constantly relive what has already occurred. As aforementioned, if we comprehend inertia in a dynamic manner, then it is not difficult to unite linguists’ experiences with our own. (Spielrein, 1923b, p. 310-311)

Accordingly, to Spielrein, the inertia that linguists identify as being present in languages is actually a dynamic force that seeks to assimilate what is new into what already exists. In her opinion, there is thus no real inertia, but rather a dynamic tendency toward dissolution and assimilation, which would explain the persistence of primitive forms of thought. With this, she was getting back to the hypothesis she presented in her first two publications: that, in mental functioning, there is a tendency to assimilate current content into past content. In fact, this hypothesis remains implicit throughout her entire theory.

She believed that the conscious mind always seeks a static point in time, to which everything refers. In contrast, subliminal psychic life does exactly the opposite: In it, present experiences are assimilated into past experiences. Nonetheless, what was experienced in the past is also experienced in the present; and, given that the present is a constantly changing duration, we can also experience it as the future, as a coming into being, the author argued. Like early thinking in children, subliminal psychic life is aware of the general duration, which would be both present and future, or a “being present”.

Spielrein conjectured that, over time, a child comes to learn that the desired object might not be present, such that a notion of the past (of not being present) is formed that is opposed to the notion of present and future (being present). The author emphasized that that is all a dream needs to know about the past, which makes it possible to comprehend the manner in which time is represented in it. Accordingly, in dreams, as in early child thought, time is represented

as duration. Since children replace reality with fantasy over a long period of time, representation of temporal direction is rendered useless for quite a while, which is why such representation emerges later on in their development.

To Spielrein (1923b), absence of the concept of temporal direction corresponds to the incapacity to perceive opposites. Both children and dreams do not distinguish opposites because both of them only need the final or future direction. They form a single entity with the direction because the desired object is always present in reality or in fantasy. Little by little, reality compels children to experience the opposite direction as well and to come to know failure and annihilation. In this manner, the notion of antagonism emerges; and through such antagonism, the concept of direction develops.

Final Considerations

In her first two publications, Spielrein presented the hypothesis that every conscious experience is accompanied by an unconscious experience and that unconscious processes symbolize the conscious experiences according to a primitive form of language and give them their emotional tone. The author claimed that the unconscious contains records of experiences of the past of the species, and she thus proposed a distinction between a species-psyche and an ego-psyche.

In her letters to Jung, she expanded her theoretical formulations and proposed differentiating between the conscious and the subconscious, which she believed to be made up of various domains. In her opinion, the conscious mind exhibits a directed form of thinking, whereas the subconscious employs thought that is not directed, or subliminal. In the letters, in addition to other hypotheses Spielrein expounded on the concept of subliminal symbolism, which emphasizes the overdetermination and reversibility of symbols.

In *Some Analogies between Thinking in Children, Aphasia, and the Subconscious Mind* (Spielrein, 1923a), Spielrein further developed the concepts of directed and non-directed thought, which she had already introduced in her letters to Jung. She contended that non-directed thought is a kinesthetic-visual, organic, hallucinatory form of thinking that expresses in images what conscious thought expresses in words. She theorized that subliminal thought furnishes the vital force of conscious thought and that it is the main form of thought, since only the beginning and the end of our thinking become conscious.

Spielrein demonstrated the analogy between subliminal thought, child thought and aphasic thought and, based on analysis of the latter two, added

new data to her theory. She stressed that primitive thought does not differentiate between the self and the external world, and that it is characterized by the omnipotence and predominance of fantasy. In her opinion, this type of thought has no direction, because it manifests itself in opposite directions simultaneously. Furthermore, she believed that it is significantly determined by emotional factors. The author contended that aphasic symptoms both prove the importance of emotions in determining primitive mental processes and demonstrate that primal modes of mental functioning are restored when consciously directed thought is disturbed. She claimed that this same regressive process is present in dreams, hypnagogic phenomena and mental pathologies.

In *Time in Subliminal Psychic Life* (Spielrein, 1923b), she added to her theory several hypotheses as to how the concept of time is formed and how time presents itself in subliminal thought. She argued that, of the three categories of directed thought, time is the last to develop; and that, in primitive thought, the present and the future are represented as a form of “being present”, which she believed to be related to the initial lack of distinction between fantasy and reality. Temporal notions would initially be represented by spatial conceptions, and the concept of past would emerge through the representation of “not being present”. In primitive thought, time would not be represented in terms of direction, but in terms of duration, and the absence of the concept of temporal direction would be a consequence of the incapacity to distinguish opposites.

Throughout the course of her research, Spielrein progressively constructed an original theory of subliminal mental functioning. She began with the analysis of schizophrenia, neurotic symptoms and hypnagogic phenomena. She then added data from research on children’s thought and language, analysis of dreams and aphasic symptoms, and studies in the area of linguistics. By drawing on elements from these diverse sources in the construction of her theory, she adopted an innovative perspective in the field of psychoanalysis. The richness and originality of her theory thus deserve greater prominence and recognition in the history of psychological concepts.

About

This article is a part of the results of research financed by the CNPq by way of a Research Productivity Grant.

Translated by Don Hardiman.

References

- Caropreso, F. (2017a). The death instinct and the mental dimension beyond the pleasure principle in the works of Spielrein and Freud. *International Journal of Psychoanalysis*, 98, 1-22.
- Caropreso, F. (2017b). O funcionamento mental e as bases ancestrais do psiquismo segundo Sabina Spielrein. *Tempo Psicanalítico*, 49, 126-151.
- Carotenuto, A. (1980/1984). *A Secret Symmetry: Sabina Spielrein between Jung and Freud*. New York: Pantheon.
- Cromberg, R. U. (2014). *Sabina Spielrein: Uma pioneira da psicanálise*. São Paulo: Livros da Matriz.
- Freud, S. (1900/1998). La interpretación de los sueños. In: *Obras completas*, vol. III. Buenos Aires: Amorrortu.
- Jackson, J. H. (1884/1958). Evolution and dissolution of the nervous system. In: J. Taylor (Org.). *Select Writings of John Hughlings Jackson*, p. 45-118. New York: Basic Books.
- Noth, I. (2015). Beyond Freud and Jung: Sabina Spielrein's contribution to child psychoanalysis and developmental psychology. *Pastoral Psychology*, 64(2), 279-286.
- Ovcharenko, V. (1999). Love, psychoanalysis and destruction. *Journal of Analytical Psychology*, 44(3), 355-373.
- Santiago-Delefosse, M.; Delefosse, J. M. (2002). Spielrein, Piaget and Vygotsky: Three positions on child thought and language. *Theory & Psychology*, 12(6) 723-747.
- Silberer, H. (1909). Bericht über eine Methode, gewisse symbolische Halluzinations-Erscheinungen hervorzurufen und zu beobachten. *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen*, 1, 513-525.
- Spielrein, S. (1911/2014). Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia. In: R. U. Cromberg (Org.). *Sabina Spielrein: Uma pioneira da psicanálise*. São Paulo: Livros da Matriz.
- Spielrein, S. (1912/2014). A destruição como origem do devir. In: R. U. Cromberg (Org.). *Sabina Spielrein: Uma pioneira da psicanálise*, p. 227-277. São Paulo: Livros da Matriz.
- Spielrein, S. (1912b). Beiträge zur Kenntnis der kindlichen Seele. *Zentralblatt für Psychoanalyse*, 3(2), 57-72.
- Spielrein, S. (1917/2014). Carta a Jung de 20 de dezembro de 1917. In: R. U. Cromberg (Org.). *Sabina Spielrein: Uma pioneira da psicanálise*, p. 367-375. São Paulo: Livros da Matriz.
- Spielrein, S. (1917-1919/1984). Cartas de Sabina Spielrein a C. G. Jung. In: A. Carotenuto (Org.). *Diário de uma secreta simetria: Sabina Spielrein entre Jung e Freud*, p. 109-161. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1980 [1917-1919]).
- Spielrein, S. (1922). Die Entstehung der kindlichen Worte Papa und Mama. *Imago*, 8, 345-367.

- Spielrein, S. (1923a). Quelques analogies entre la pensée de l'enfant, celle de l'aphasique et la pensée subconsciente. *Archives de Psychologie*, 18, 305-322.
- Spielrein, S. (1923b). Die Zeit im unterschwelligem Seelenleben. *Imago*, 9(3), 300-317.
- Vidal, F. (2001). Sabina Spielrein, Jean Piaget: Going their own ways. *Journal of Analytical Psychology*, 46(1), 139-153.

Notes

¹ A more thorough explanation of Spielrein's initial concepts can be found in Cromberg (2014), Caropreso (2017a) and Caropreso (2017b).

² As explained by Vidal (2001), the notion of "directed" and "non-directed" thought was first proposed by Jung in the second part of *Psychology of the Unconscious*, published in 1912.

³ In all the verbatim passages cited from *Time in Subliminal Psychic Life*, I used the Portuguese-language version of that work, granted by Renata Udler Cromberg, organizer and author of *Sabina Spielrein, uma pioneira da psicanálise, obras completas*, vol. II (*Sabina Spielrein, psychoanalysis pioneer, complete works*, vol. II), already completed and in the process of publication, in which one finds the text translated by Renata Dias Mundt. I thank Renata Cromberg for having made the translated version available.

Recebido em 11 de julho de 2019

Aceito para publicação em 08 de janeiro de 2020

RÉSON: RUÍDO, RESSONÂNCIA E RAZÃO SIGNIFICANTE NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

RÉSON: *NOISE, RESONANCE AND SIGNIFICANT
REASON IN THE PSYCHOANALYTIC CLINIC*

RÉSON: *RUIDO, RESONANCIA Y RAZÓN
SIGNIFICANTE EN LA CLÍNICA PSICOANALÍTICA*

Luis Achilles Rodrigues Furtado ⁽¹⁾

RESUMO

Este artigo faz parte de uma pesquisa que busca articular a clínica psicanalítica com sujeitos ditos autistas com o estudo das noções de voz, vazio, silêncio, música e topologia. Aqui partimos de uma leitura do uso feito por Lacan, em suas aulas sobre o saber do psicanalista, da noção de ressonância para, enfim, abordar a questão da voz e da fala e sua articulação com conceitos provenientes do campo da teoria musical. O trabalho constitui uma investigação teórico-clínica no campo da psicanálise, com referência à experiência de extensão numa universidade brasileira. Além da incursão teórica na psicanálise e na teoria musical, faz-se referência a casos clínicos clássicos já publicados na literatura psicanalítica, como o caso Dick, descrito por Melanie Klein, o caso Marie-Françoise, abordado por Rosine e Robert Lefort, os casos Joey e Frank, de Bettelheim, e vinhetas provenientes de nossa experiência de trabalho. Relacionando as noções de ruído, ritmo e melodia com os registros do real, do simbólico e do imaginário, o artigo conclui sobre a importância clínica da dimensão musical da linguagem na constituição subjetiva e no enquadramento da voz como medida protetiva contra a invasão que alguns sujeitos sentem como ameaça.

Palavras-chave: psicanálise; autismo; ressonância; teoria musical; réson.

⁽¹⁾ Pós-doutor em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Psicologia pela UFC, Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Políticas Públicas e do Programa de Pós-graduação em Saúde da Família da UFC, Campus de Sobral, CE, Brasil. luis_achilles@ufc.br

Esta pesquisa teve financiamento pelo Programa de Bolsas de produtividade em pesquisa, estímulo à interiorização e à inovação tecnológica (BPI) da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

ABSTRACT

This paper is part of a research that relates the psychoanalytic clinic with subjects deemed autistic to the study of the concepts of voice, emptiness, silence, music and topology. In this study we start with a reading of Lacan's use of the notion of resonance in his classes about the knowledge of the psychoanalyst and the concept of resonance, in order to address the theme of voice and speech and their articulation with concepts from the field of music theory. This article constitutes a theoretical-clinical investigation in psychoanalysis, with reference to the experience of an extension project in a Brazilian university. In addition to the theoretical incursion into psychoanalysis and musical theory, a reference is made to classic clinical cases published in psychoanalytic literature, such as Dick's case, described by Melanie Klein, Marie-Françoise's case, by Rosine and Robert Lefort, and the cases of Joey and Frank, by Bettelheim. We also make use vignettes from our own experience. By relating the concepts of noise, rhythm and melody to the aspects of real, symbolic, and imaginary, the paper concludes on the clinical importance of the musical dimension of language in the subjective constitution and in the framing of the voice as a protective measure against the invasion that some subjects feel threatening.

Keywords: psychoanalysis; autism; resonance; musical theory; réson.

RESUMEN

Este artículo es parte de una investigación que busca articular la clínica psicoanalítica con sujetos dichos autistas y el estudio de las nociones de la voz, lo vacío, lo silencio, la música y la topología. Aquí comenzamos con una lectura del uso de Lacan, en sus clases sobre el saber del psicoanalista, de la noción de resonancia, para abordar el tema de la voz y la palabra y su articulación con conceptos del campo de la teoría musical. El trabajo constituye una investigación teórico-clínica en el campo del psicoanálisis, con referencia a la experiencia de extensión en una universidad brasileña. Además de la incursión teórica en el psicoanálisis y la teoría musical, se hace referencia a casos clínicos clásicos ya publicados en la literatura psicoanalítica, como el caso Dick, descrito por Melanie Klein, el caso Marie-Françoise, por Rosine e Robert Lefort, y los casos de Joey y Frank, de Bettelheim. Se hace referencia también a viñetas de nuestra experiencia. Relacionando los conceptos de ruido, ritmo y melodía con los registros de lo real, lo simbólico y lo imaginario, el artículo concluye sobre la importancia clínica de la dimensión musical del lenguaje en la constitución subjetiva y en el encuadre de la voz como medida protectora contra la invasión que algunos sujetos sienten tan amenazante.

Palabras clave: psicoanálisis; autismo; resonancia; teoría musical; réson.

Introdução

A psicanálise renova a cada sessão, com cada analisante, as condições pelas quais o sujeito pode advir, operando no campo da linguagem e na função da fala. E se há sujeito é porque algo foi escutado, fato que nos leva a uma topologia que liga os campos do sujeito e do Outro tendo a voz como objeto suporte que carrega o significante. (Didier-Weill, 1976/1997).

Com essas constatações que a experiência psicanalítica fornece, a partir de uma pesquisa que aborda a psicanálise, a voz e a música no trabalho com sujeitos autistas (Furtado, 2018), encontramos o uso feito por Lacan, em seu seminário sobre o Saber do Psicanalista (1971-1972/1997), da noção de “ressonância”. Realizamos um percurso teórico buscando compreendê-la em sua utilidade clínica, especialmente na clínica da psicose e do autismo. Estudamos a voz enquanto objeto pulsional, usamos exemplos clínicos clássicos publicados na literatura psicanalítica sobre autismo (Lefort & Lefort, 1980; Bettelheim, 1967/1972; Klein, 1930/1975) e vinhetas retiradas de uma experiência de extensão universitária, e exploramos conceitos do campo da teoria musical, tais como ruído, melodia, timbre, ritmo.

O objetivo principal deste trabalho é esclarecer e destacar o uso que Lacan faz da noção de ressonância, articulando-a com o conceito de pulsão invocante na constituição do sujeito e com a dimensão musical da linguagem, fornecendo, assim, elementos conceituais na elaboração da clínica psicanalítica, especialmente com sujeitos autistas. Ao abordar a linguagem no que tange aos registros do real, do simbólico e do imaginário relacionando-os com a teoria musical e casos de autismo, este estudo se justifica por trazer uma contribuição ao debate sobre o autismo numa perspectiva ainda pouco explorada na psicanálise. Por meio dos exemplos clínicos fornecidos, este artigo permite também refletir sobre a dimensão material da linguagem tão presente na clínica cotidiana, especialmente com psicóticos e autistas.

Voz, vazio e ressonância: comentários de Lacan *a capella*

Quando trabalhamos com pessoas autistas, cotidianamente nos deparamos com o uso muito característico da voz e de sua modulação por parte desses sujeitos (Maleval, 2009). Isso nos indica, portanto, que o modo como se relacionam com o Outro, o grande tesouro da linguagem de onde escutam o que articulam,

produz um enlaçamento, no mínimo, curioso. Daí a necessidade que tivemos de investigar a relação da voz com a topologia nos ensinamentos de Lacan.

Partindo disso, encontramos alguns comentários de Lacan nas aulas dedicadas ao Saber do Psicanalista (1971-1972/1997, p. 42-56). Insatisfeito com a falta de reconhecimento de seu ensino por parte dos dirigentes de Hospital de Sainte-Anne, não se sentindo “escutado” – o que podemos chamar de “ponto surdo” do Outro (Vivès, 2013, p. 20), Lacan – após um ato falho que cometera – inicia uma discussão sobre a ressonância da linguagem.

No contexto da terceira “conversa” dedicada aos psiquiatras, Lacan inicia afirmando que não poderia repetir e desenvolver ali o que elabora em seu seminário, já que é lá que leva as coisas mais a fundo. Ele insiste que não estava falando no local onde esperava – no anfiteatro Magnan – mas numa capela.

Contradizendo-se, Lacan continua a articular as questões que desenvolvia no seminário “Ou pior...” (Lacan, 1971-1972). Logo se apercebe disso, sublinha esse ato falho e relaciona-o com o fato de estar falando na capela. “*Je parle à la chapelle!*”, Lacan repete e pergunta se as pessoas o ouviram, se ouviram a equívocidade da frase. Faz uma brincadeira com as palavras dizendo que em Sainte-Anne sempre falou com as paredes, “*aux murs!*”, aos muros. Aqui a homofonia também equivoca com a palavra amor, “*amour*”, em francês, e causa risos na plateia.

Vale esclarecer que “Falo à capela” (“*Je parle à la chapelle!*”) equivoca com “Falo *a capella*”. A expressão “*à la chapelle*” pode ser traduzida pela expressão italiana muito comum no campo da música: “*a cappella*”. Essa expressão refere-se ao canto coral sem acompanhamento (Candé, 1989, p. 275). Na França, na Idade-Média, “*cappella*” é conhecida como “*maîtrise*”, local ligado às igrejas onde se ensinava música às crianças. Assim, Lacan faz a relação entre o que diz e o canto *a cappella*, ou seja, canto sem acompanhamento que ressona nas paredes das igrejas.

Percebe-se que Lacan faz uma crítica ao fato de seu ensino não surtir efeito naquele contexto nem ser legitimado, já que não o colocaram no auditório que esperava, mas, justamente, numa capela, numa igreja.

A expressão francesa “*parler aux murs*”, pode ter o sentido de “falar sozinho”, “falar para as paredes” e, assim, expressar uma queixa. Contudo, pode-se “*parler aux murs*” na perspectiva da ressonância e do eco, como no canto *a cappella*. Falar às paredes implica fazer ressoar uma voz, exatamente um dos objetivos da arquitetura das igrejas e das capelas, onde a disposição das paredes é planejada para produzir ressonância. Lacan, numa reflexão nitidamente topológica, lembra que os arquitetos trabalham para fazer paredes e tais superfícies existem para envolver um vazio.

Por isso, Lacan inicia uma referência ao mito da caverna de Platão, articulando-o com o objeto *a* e com o vazio. Afirma que o problema ali colocado é o do nascimento da linguagem. Citemo-lo na íntegra:

Suponham que a caverna de Platão sejam esses muros onde se faz ouvir minha voz. É evidente que as paredes, isso me faz gozar! E é nisso que todos vocês gozam, e cada um por participação. Ver-me falar às paredes [*murs*] é algo que não pode lhes deixar indiferentes.

E reflitam: suponham que Platão tenha sido estruturalista, ele teria se apercebido disso que é a caverna verdadeiramente, a saber, que, sem dúvida, é lá que nasceu a linguagem. É necessário revirar a coisa, porque, certamente, há muito tempo que o homem solta vagidos, como qualquer um dos animaizinhos, enfim eles piam [*piaillent*] para ter o leite materno. Mas para se aperceber de que ele é capaz de fazer algo que, evidentemente, escuta há muito tempo, no balbucio [*babilage*], no resmungo [*bafouillage*], tudo se produz, mas para escolher ele deve se aperceber que os “K” ressoam melhor do fundo, o fundo da caverna, o ultimo muro, e que os “B” e os “P” brotavam melhor na entrada, foi lá que ele ouviu a ressonância. Eu me deixo levar essa noite, porque eu falo aos muros [*je parle aux murs*]. (Lacan, 1971-1972, p. 35, tradução nossa).

Esse problema esteve presente desde o início de seu ensino (Lacan, 1953/1998). Trata-se da relação entre a dimensão material, sonora, da linguagem e a dimensão lógica. Lacan articula esses elementos com a topologia do que chama de “caverna”, referindo-se à boca como câmara de ressonância. Lemos a indicação de que o sujeito incorpora a voz do Outro na dialética em torno do objeto e ao fazer isso, goza.

No jogo entre o bebê e a mãe, no qual é preciso que esta interprete o grito de sua cria como uma demanda, algo se passa. Lacan diz que o sujeito tenta fazer com seu corpo aquilo que escuta do Outro há muito tempo. Na condição de *infans* e de desamparado, o bebê incorpora a voz que escuta, apercebendo-se de que as partículas distintivas dos fonemas possuem efeito sobre a escolha dos objetos. Ao fazer isso, goza de seu corpo com a ressonância de sua voz, ao ouvi-la e ao articulá-la com os lábios, a língua, o palato, os dentes etc.

É sobre a ressonância da linguagem que Lacan insiste. Aulas depois, chamará de horizonte material/maternal do significante, em contraposição ao horizonte lógico. No primeiro, as dimensões do sentido e da razão devem ser “secretadas” (Lacan, 1971-1972, p. 35). O autor é enfático: “A questão na ordem do dia é o que a razão tem a ver com o fato de (...) que muitos tendem a reduzi-la à *réson*”. (p. 36).

Essa questão também foi colocada pelos matemáticos e relaciona-se com o Real que está nos limites do saber e suas impossibilidades (Lacan, 1971-1972, p. 36). Eis o problema: O que a razão tem a ver com algo que se imporia, não como visual e intuitivo, mas como ressonante? Assim, quando Lacan – usando os termos franceses foneticamente parecidos “*babillage*” [balbucio] e “*bafouillage*” [resmungo] – faz um jogo de palavras, estamos diante da relação do significante com a língua, como as palavras nas suas dimensões simbólica e real se articulam. Essa indagação não é nova e data do início do ensino de Lacan, questão que nos remete até mesmo à mitologia grega, no conflito entre o logos, a razão, o apolíneo e o musical, o extático, o dionisíaco (Didier-Weill, 1999).

As ressonâncias da interpretação e a *réson*

Quando Lacan, nessa aula de 1971, recorre ao neologismo “*réson*” para se referir ao problema da palavra falada e ouvida e sua articulação como linguagem, não está trazendo nenhuma novidade em seu ensino. Trata-se de um neologismo criado por Francis Ponge e que Lacan (1953/1998, p. 294) já havia citado no final de *Função e Campo da fala e da linguagem em psicanálise*, onde trata das “ressonâncias da interpretação”.

Lacan fala de uma “linguagem primeira”, linguagem do desejo do sujeito, fundamentada nas imagens do corpo (1953/1998, p. 302). Será preciso, na análise, que o sujeito se faça ouvir para que daí possam surgir “ressonâncias semânticas de suas colocações” (1953/1998, p. 295). Os efeitos de interpretação acontecem sobre aquilo que o sujeito ouve do fato de que operou um dizer. O que se coloca em evidência é a função da fala como dom da linguagem e, simultaneamente, como imperativo e como lei. Para o autor, a psicanálise maneja a função poética da linguagem para dar uma mediação simbólica ao desejo, uma lei, uma regularidade. A realidade dos efeitos da psicanálise reside, portanto, no dom da fala, com a capacidade de seu manejo por parte do sujeito dando-lhe seu “tom” particular. É por esse dom que a realidade se constitui e é por ela que ele a mantém num trabalho contínuo. (Lacan, 1953/1998, p. 323).

Quanto às diversas dimensões que o “dom” da fala apresenta, Lacan (1953/1998) recorre a um apólogo concernente à mitologia hindu o qual envolve os devas, os homens e os assuras em suas relações com Prajapati. Apresentemo-lo para que possamos entender os níveis que, segundo o autor, a função da fala apresenta, especialmente em sua função de ressonância.

Prajapati é o supremo criador no período védico do hinduísmo, responsável pela criação e preservação da vida (Yogapedia.com, 2019; Ramachandran, 2018). Para alguns, Prajapati – que em sânscrito quer dizer “filho do mestre” – é identificado com o próprio deus Brahma.

Os devas são deuses regentes, potências superiores, da natureza. Os assuras são entendidos como espécies de demônios, potências inferiores, que tiveram conflitos com os devas graças à bebida sagrada Ayahuasca ou Soma, que concedia a vida eterna. Contudo, para bebê-la era preciso que fosse doada como gesto de generosidade. Indra, chefe dos devas, recebeu a bebida da parte da rainha Lakshmi, esposa de Vishnu, um dos criadores do universo. Indra, por sua vez, levou-a e doou-a para os devas, que se tornaram uma raça de deuses voltados para os mundos criados, destruídos e contemplados pela tríade primordial. Já os assuras também receberam a bebida da parte da mesma rainha; porém, antes de servi-la aos outros, com generosidade, beberam-na e não obtiveram o efeito da imortalidade. Disso iniciou-se uma guerra que duraria até hoje.

Utilizando-se desses personagens, Lacan recorre a uma passagem que reproduz o diálogo entre o deus supremo Prajapati, os devas, os homens e os assuras. Nela, esses três grupos, ao fim de seu noviciado com Prajapati, pedem que eles fale alguma coisa.

A primeira coisa que chama a atenção é que para cada um dos grupos, Prajapati, descrito como o Deus do trovão, fala a mesma coisa, a partícula “*Da*”. E esta, por sua vez, é ouvida de forma diferente por cada grupo, fato que coloca cada um numa posição discursiva diferente.

Os devas responderam que escutaram: “*Damyata*”, completando à maneira de seu entendimento o que foi articulado por Prajapati. Essa palavra quer dizer “Domai-vos”. Assim, o texto sagrado deveria ser entendido, por parte dos devas, como uma indicação que eles deveriam ser submetidos “à lei da fala”.

Por sua vez, os homens, escutaram e entenderam outra coisa do “*Da*” dito por Prajapati. Eles ouviram “*Datta*”, que quer dizer “*Daí*”, remetendo à dimensão do dom. Ali adquire-se o sentido de que o reconhecimento dos homens se dá pela fala como um dom.

Já os assuras ouviram “*Dayadhvam*”, “graça”, colocando a dimensão do perdão em primeiro lugar. Lacan (1953/1998, p. 324) afirma que os assuras,

as potências inferiores, “ressoam à invocação da fala”. Aqui, chamamos a atenção para a equívocidade da palavra francesa “*grâce*”, que foi traduzida em português por “perdoai”. Trata-se de um substantivo, e não um verbo no imperativo, que quer dizer “graça” e “indulto”. Nesse sentido, trata-se do perdão de uma pena. A tradução pela palavra “perdão” faz mais sentido quando entendida como uma graça recebida.

Nesse ponto, Lacan adiciona (em 1966) uma nota afirmando que a palavra referente a “ressonância” em francês, na frase “... *résonnent à l’invocation de la parole*”, pode ser substituída pelo neologismo de Ponge, “*réson*” – que é homófono de “*raison*”, “razão”, como se pode ler na aula de 1972.¹ Temos aqui, enfim, três palavras praticamente homófonas em francês (*résonnent*, *réson* e *raison*), distintas por sua escrita.

Lacan finaliza dizendo que a voz divina do Prajapati se faz ouvir no som do trovão, com a onomatopeia “*Da da da*”. Assim, quando escutamos o som estrondoso do trovão, podemos ouvir “Da, da, da”, “Submissão, dom, perdão”, correspondendo às respostas de Prajapati aos devas, aos homens e aos assuras.

Entendemos que a introdução de “*réson*” nesse ponto implica a passagem do que é ouvido no real, tal como chega ao sujeito, e sua transformação em fala como ressonância do que se ouviu. Dessa forma, podemos destacar três dimensões da função da fala na linguagem: (1) a lei do desejo, colocada pela lógica da articulação significativa que assegura uma regularidade; (2) a dimensão da fala como um dom de linguagem (Lacan, 1953/1998, p. 302), um enlaçamento do sujeito com o Outro pela via da demanda, de onde ele recebe seu material e o colore com os tons da enunciação e da melodia; e (3) a função de evocação da fala na linguagem (p. 301), de invocação, ou seja, de imperativo pulsional na relação com o Outro, a quem me ofereço como objeto.

Notamos que, no estabelecimento da dialética na qual o *infans* usa seus gritos como chamado pela presença do Outro, há subtendido o fato de que foi por ter sido inicialmente escutado que passou a usar a voz no imperativo de sua demanda. Todavia, é preciso, num segundo tempo, que esse Outro seja “surdo” a essa demanda para que os elementos diferenciais do grito se apresentem. Freud (1895/1992) já havia destacado que a função simbólica do Outro é convocada para que essa mudança se opere. Para ele, a presença do Outro é necessária para que o circuito do “ser escutado” se complete e traga “vivência de satisfação” – que retrata um tempo mítico que tem valor lógico na estrutura constitutiva do sujeito por demonstrar as marcas de memória supostas pelo fato da função do pensamento existir.

A “Vivência de satisfação”, a pulsão invocante e a ressonância da linguagem

Nesse ponto – com o cuidado de não exceder os limites de um artigo –, uma pequena digressão é necessária. Esse desvio se justifica por permitir situar conceitualmente a articulação que realizamos entre a ressonância da linguagem e sujeito, articulação que implica, em outros termos, a indagação de como a voz enquanto objeto de satisfação pulsional produz marcas psíquicas que podem, ou não, se estabelecer como significantes, constituindo a função do sujeito.

Sobre esse assunto, todavia, uma vasta literatura nos permite apreender o conceito de voz na obra de Freud e no ensino de Lacan. Destacamos o artigo de Pereira, Vorcaro e Keske-Soares (2018), o qual trata da articulação da voz com a lógica do significante, bem como inúmeros trabalhos de Vivès (2016, 2013, 2012, 2009).

A relação entre a voz e as marcas que ela deixa no corpo na forma de restos mnêmicos já pode ser encontrada no texto freudiano antes mesmo da virada do século XX. No *Projeto* (Freud, 1895/1992), lemos um comentário importante que também é retratado na *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1991) e no texto da *A Negativa* (Freud, 1925/1992). Ali, Freud apresenta a “vivência de satisfação” como um mito originário ao qual recorre para dar inteligibilidade ao modo como as primeiras inscrições do objeto têm como resultado a animação psíquica, ou seja, a causação do sujeito.

Inicialmente, o *infans* só pode eliminar as estimulações internas de seu corpo com uma ajuda externa. Essa é uma ação específica que tem a capacidade de modificar a fonte das estimulações e apaziguar a tensão gerada. É preciso da intervenção de um Outro, um “auxílio alheio” (Freud, 1895/1992, p. 362) que “entende” seus comportamentos – os gritos e o esperneio da criança – como alerta de suas necessidades. Freud destaca a dimensão simbólica implicada nesse tempo: “Essa via de descarga cobra assim a função secundária, importante ao extremo, da *comunicação* [*Verständigung*] e o inicial desamparo do ser humano é a fonte inicial de todos os motivos morais.” (Freud, 1895/1992, p. 362-363, tradução nossa, grifo do autor).

Para Freud (1895/1992), a “vivência de satisfação” corresponde à “totalidade” da experiência – à experiência como um todo –, na qual o “indivíduo auxiliador” obtém sucesso na promoção da ação específica no mundo externo. Isso deixa marcas psíquicas que passam a ser “lidas” pelo sujeito. Tais marcas são referidas como investimentos energéticos correspondentes, relacionados, à “percepção de um objeto” (Freud, 1895/1992, p. 363). Trata-se da marca de percepção da coisa

que promoveu a satisfação pela via do alívio da tensão no aparelho psíquico. Ela se associa a outras representações, pois esse apaziguamento ocorre junto a diversas outras sensações que, por sua vez, também deixam suas marcas. Esse tipo de associação das marcas mnêmicas é chamado de associação por simultaneidade, e seriam as primeiras que ocorrem (Freud, 1895/1992, p. 363).

Para Freud, na experiência de satisfação, esse “semelhante” e “único poder auxiliador”, se divide. Uma parte dele aparece como uma coisa do mundo [*Das Ding*], estranha, hostil e que é expulsa pelo sujeito por não ser comparável a nada prazeroso, a nada que lhe tenha trazido alívio. Sua outra parte é reconhecível por trazer elementos que se ligam a vivências corporais. Freud exemplifica aí a visão dos movimentos e o grito. Este, por ter sido escutado como efeito de seu corpo numa vivência de dor, associa-se ao traço dos “gritos” do Outro, como experiências de dor. (Freud, 1895/1992, p. 376-377). Para que esse efeito seja suplantado, é necessário que outras experiências se mostrem mais pregnantes – mais prazerosas – que a lembranças da dor e, assim, possam ser investidas em seu lugar. Elas causam satisfação por terem a característica de apaziguar o estímulo que produz tensão no aparelho psíquico. Desse modo, a voz do Outro precisa se associar a uma satisfação para que ela escape de sua relação com o desamparo. Em condições “normais”, isso de fato ocorre, já que o Outro também traz os objetos apaziguadores. Por isso – por trazer uma dupla satisfação – é que a voz do Outro pode ser prazerosamente incorporada, “por imitação”, como diz Freud (1895/1992, p. 415) e repete Lacan (1971-1972, p. 35). Essa satisfação é dupla porque produz uma ressonância prazerosa no corpo do sujeito e ressoa no vazio do Outro (em seu desejo) fazendo-o aparecer com sua presença e seus outros objetos de satisfação. É, portanto, com a incorporação das modulações e sonoridades do Outro que as vivências de prazer podem se repetir, já que ele é o único poder auxiliador do sujeito e usa da função da comunicação [*Verständigung*] como função secundária necessária à vida.

Temos uma situação paradoxal. A sonoridade da fala do Outro surge para o sujeito pela via do reconhecimento simultâneo do grito como inscrição de uma vivência de dor e de prazer. Assim, as palavras adquirem seu peso por carregar, a uma só vez, a dimensão das vociferações do Outro caprichoso – que pode tomar o *infans* como objeto ou abandoná-lo ao desamparo fundamental – e o Outro que satisfaz o sujeito com sua presença e com a presença do objeto – que aplaca os estímulos interiores que produzem desprazer. A vivência de satisfação tem seu efeito de inscrição, então, com a submissão desse grito inicial e gutural à lei da melodia de lángua que o Outro fala, na canção que ele canta, na sua prosódia e na distinção das primeiras partículas diferenciais.

Desse modo, a voz deixa sua marca, constituindo-se como objeto pulsional que fica esquecido toda vez que a demanda se articula por meio da lógica dos significantes. Apesar de podermos fundamentar a pulsão invocante nos textos de Freud, foi apenas Lacan (1964/1993, p. 102) quem a destacou, afirmando-a como a experiência mais próxima do inconsciente.

Duas referências importantes sobre a voz enquanto objeto pulsional são as aulas de Lacan nos seminários dedicados aos temas da angústia e aos quatro conceitos fundamentais da psicanálise (Lacan, 1962-1963/2005, 1964/1993). No seminário sobre a angústia, ele tenta situar a função constitutiva do objeto *a* como resto destacável do sujeito. Lacan aponta que, num tempo primitivo, é do lado de uma voz “separada de seu suporte” – ou seja, o significante – que devemos procurar a função do resto. Isso se ilustra com a fala hipnopômica das crianças, a qual, na presença de outras pessoas, não se consegue verificar. É preciso que se use um gravador para verificá-las. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 298).

Existem várias vias pelas quais a linguagem chega ao sujeito, mas a mais comum é a da voz. Consoante com a questão de 1972, Lacan sublinha que a relação entre a linguagem e uma sonoridade é mais que acidental, é instrumental. Ou seja, a sonoridade é um instrumento pelo qual a linguagem é carregada.

É com uma digressão na fisiologia, na qual explica a estrutura da cóclea como uma caixa de ressonância, que Lacan fala da relação da voz com a estrutura topológica do vazio como o que permite a ressonância. O uso dessa digressão é metafórico e busca lembrar a topologia constituinte do vazio, como a de um vaso. Tais estruturas, por sua vez, têm a capacidade de serem ressonantes e seu vazio, a exemplo da cóclea, só ressoa uma determinada faixa de frequências das sonoridades, ou seja, “impõe uma ordem a tudo que possa vir a ressoar nele de uma certa realidade” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 300).

Com isso, destaca-se que a voz não ressoa num espaço vazio qualquer. Tal como o vazio das aberturas de uma flauta, de um órgão acústico ou de um pote, há a imposição de uma mediação nessa ressonância. O modo como o vazio é constituído influencia e determina diretamente o que pode ou não ter ressonância. É esse fato que todo arquiteto, músico ou engenheiro de som deve levar em consideração quando estrutura um espaço destinado à execução de um espetáculo musical. Em resumo, ressonância sonora está diretamente relacionada às superfícies que propagam o som dentro de uma determinada frequência.

Considerando tal metáfora sonora, a presença da voz ressoa no vazio do Outro. “A voz responde ao que é dito, mas não pode responder por isso”, ou seja, a voz serve ao que é dito por ser o instrumento através do qual o dito chega ao sujeito; todavia, ela não é responsável por ele. É nesse sentido que a voz

se opõe ao dito e se separa dele, constituindo-se como sua alteridade. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 300).

Não podemos aqui falar de uma musicalidade da voz, mas de sua sonoridade como articulada e não modulada. A modulação entra em jogo num outro momento, criando assim sua musicalidade, que vem proteger o sujeito da posição de desamparo primordial frente aos caprichos do supereu primitivo (Vivès, 2012). É essa estranheza da voz como alteridade-íntima, ex-timidade, efeito de *Unheimlich*, que remete ao “complexo do próximo”, descrito por Freud (1895/1992, 376-377). Ele descreve a condição de desamparo do sujeito frente a um semelhante e que, por sua vez, se reparte em três dimensões: uma reconhecível (simbolizável), outra que permanece como uma estrutura constante – um coisa [*Das Ding*] do mundo (estranha) – e o único poder auxiliador do sujeito por fazer as vezes de seu corpo ainda insuficiente para sobreviver sozinho.

Nesse momento mítico, a voz não aparece como música, mas como grito que é reconhecível (Freud, 1895/1992, p. 377) e referente a uma experiência dolorosa – pois quando o Outro chega com o traço de sua fala, o sujeito reconhece essa sonoridade como relativa ao seu próprio grito que é emitido e escutado em si mesmo quando de uma experiência desagradável. Assim, o que seria a inscrição sonora primitiva remete à lembrança traumática do desamparo fundamental e, por conseguinte, falar, na sua dimensão de evocação, remete sempre a essa posição que envolve um perigo mortal. Por isso podemos dizer, com Lacan, que as palavras têm muito peso (Lacan, 1975/2016, p. 73), o peso real do sujeito no discurso que remete à formação do supereu e que “representa a instância de um Outro se manifestando como real”. (Lacan, 1958-1959/2002, p. 411).

É em relação a esse momento de desamparo fundamental e submissão aos caprichos do Outro que o sujeito fica submetido à uma voz obscena e sem lei da qual tem que se proteger. Essa situação remete ao que Freud (1912-1913/1991) descreveu no mito do Pai primitivo, tirânico e dono de todo o gozo do qual privava seus filhos (Vivès, 2012). A dimensão musical, prosódica, na qual o sujeito se engajará num segundo momento é o que permitirá a lembrança apaziguadora de que o Outro está distante, morto, salvando o sujeito de seus caprichos. Com a identificação pela incorporação da voz, o sujeito tem acesso a essa dupla característica: a de representar um gozo primitivo do Outro ao qual foi submetido inicialmente, mas, por ter incorporado sua voz, tomar distância dessa lei sem limites.

Em alguns quadros ditos como autistas, o que vemos é uma recusa na incorporação da voz, o que deixa o sujeito na condição de desamparo frente às invasões do Outro caprichoso. Por isso os autistas, por exemplo, precisam defender-se

das diversas demandas provenientes de suas relações com as outras pessoas, pois isso os remete à sua posição primitiva de objeto. Daí sua necessidade de ter um mundo organizado, regulado, repetitivo, previsível, no qual o desejo do Outro com sua falta pode ser barrado naquilo que mostra ser imperativo e caprichoso.

Outro fator importante a considerar no que tange ao posicionamento de Lacan em sua abordagem da incorporação da voz é que ele não se refere à sua musicalidade, mas ao imperativo relacionado à fala (Lacan, 1953/1998). É isso que o faz questionar seus ouvintes a respeito do que falava sobre o som do chofar, se era realmente da música que tratava. Referindo-se ao som desse instrumento como um substituto da fala que arranca os ouvidos das “harmonias costumeiras”, afirma:

Ele serve de modelo do lugar de nossa angústia, mas, observem, só depois do desejo do Outro ter assumido uma forma de ordem. É por isso que ele pode desempenhar sua função eminente de dar à angústia sua resolução, que se chama perdão ou culpa, mediante a introdução de uma outra ordem. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 300).

São duas ordens, enfim. Uma é o imperativo do gozo primitivo do Outro diante do qual o sujeito encontra-se desamparado. A segunda é a ordem que interdita e divide esse Outro, inscrevendo-o na lei do significante, modulando suas vociferações pela via da incorporação de sua voz pelo sujeito.

Ora, se o chofar remete ao grito gutural do pai totêmico, lembrando sua morte e a culpa pelo seu assassinato, ele encarna, simultaneamente, a lembrança de um gozo sem limites e obsceno. Seu toque – e não apenas seu som –, entoado nas cerimônias judaicas, lembra a lei que apazigua esse gozo (Vivès, 2012). A questão que permanece suspensa é sobre a dimensão musical que está em jogo na fala.

É com a noção de lálíngua que poderemos ter indícios sobre esse ponto.

Se, de um lado, a voz aparece como as produções relativas a esse gozo caprichoso do Outro ao qual o sujeito está submetido, é, por outro lado, com a lálíngua materna que ele vai encontrar os elementos musicais, ainda desatrelados do sentido, que poderão aí deixar seus detritos (Lacan, 1975/1991). No entanto, lembremos que, se num certo sujeito, a constituição do supereu não se verifica como internalizada, o que resta é sua dimensão vociferante e invasiva que precisa ser apaziguada, pois ela vem do lado de fora. É justamente esse ponto que nos interessa clínica e teoricamente.

Vivès (2012, p. 54) nos dá pistas: “A lei conduzida pela voz faz calar a voz fora da lei constituída pelo supereu”. Há um entrelaçamento de duas vozes, ou duas dimensões dela: uma é real e a outra é simbólica. O autor nos dá o ilustrativo

exemplo da criança submetida aos gritos de raiva do pai e que serão esses urros, que distorcem as palavras, que deixarão as marcas diferentes de uma fala e da qual o sujeito terá de dar conta de se proteger. Será preciso de uma “música” para que esses urros sejam apaziguados, atenuados.

O entrelaçamento das vozes e a música

Se nos debruçarmos sobre a expressão “entrelaçamento de duas vozes” somos remetidos aos estudos da harmonia musical e ao jogo entre som, ruído e silêncio, noções que podem ser úteis em nossa discussão.

Sabe-se que a música é composta pela alternância organizada entre som e silêncio. Mas entre o som e o silêncio podem existir interferências sonoras, outros tipos de sons que se caracterizam por sua irregularidade de frequência: são os ruídos, os “sons do mundo” (Wisnik, 1999, p. 33). O som só pode ser concebido por quem escuta, por quem sente suas vibrações que, por sua vez, sofrem influências de vários fatores físicos, como o espaço vazio e o corpo por onde ressoa. A leitura sobre essas vibrações e seus efeitos no corpo (sua ressonância) é que vai marcar a diferença entre os homens e os animais. Citemos Wisnik:

O mundo é barulho e silêncio. A música extrai som do ruído num sacrifício cruento, para poder articular o barulho e o silêncio do mundo. Pois articular significa também sacrificar, romper o *continuum* da natureza, que é ao mesmo tempo ruidoso (...). Fundar um sentido de ordenação do som, produzir um contexto de pulsações articuladas, produzir a sociedade significa atentar contra o universo, recortar o que é uno, tornar discreto o que é contínuo (...). (1999, p. 35)

É no sacrifício de um *continuum* que a voz se destaca e surge como objeto privilegiado. Sem a extração da musicalidade, tudo resta como ruído, barulho. A música é uma composição entre o ritmo, a harmonia e a melodia. Viana et al. (2017) nos lembra a dimensão musical de lalíngua pelo destacamento da alternância simbólica entre som e silêncio, produzindo um vazio, e salienta a dimensão do ritmo imposta pela voz em lalíngua. Lacan (1975/1991, p. 33-34) nos fala que para os “ditos autistas” todo o resto do mundo é barulho, tagarelice sem sentido. Vemos, assim, em lalíngua, a entrada da dimensão simbólica pela via do real musical da fala que recebemos e somos marcados inicialmente. Entretanto,

podemos nos perguntar ainda se isso explica a dimensão ruidosa, vociferante, real e estranha também presente na conjunção que compõe a voz.

Se o ritmo é composto pela lei de alternância padronizada entre som e silêncio e sua distribuição no tempo por suas durações, resta explicar outro princípio fundamental da música: a dimensão da melodia. A melodia caracteriza-se não pela alternância som-silêncio, mas pela “sucessão lógica de sons diferentes, cujas relações permitem uma percepção global, uma forma melódica, da mesma maneira que uma sucessão de durações corresponde, em condições análogas, a um ritmo” (Candé, 1989, p. 143). Para o autor, a melodia é a própria manifestação do gênio musical. É aqui que podemos falar de entrelaçamento de vozes, compondo um conjunto que vai implicar as modulações, entonações – variações de volume, variações de altura – e, especialmente, o timbre.

Para Wisnik (1999, p. 44), há dois níveis de manifestação dos ruídos: aquele referente à eclosão desordenada proveniente do mundo externo e os ruídos referentes à intromissão das características de textura do corpo sonoro musical. Ora, sendo o som um feixe de onda regular, temos nele a presença de sutis irregularidades, pequenos e quase imperceptíveis ruídos. Eles são causados, *grosso modo*, pelas características próprias do corpo sonoro. Ou seja, seriam micro-desafinações que marcam a característica da voz de um instrumento, ou simplesmente de uma voz. É o real do corpo do instrumento produzindo uma marca que lhe é própria, uma assinatura presente por sua diferença e descontinuidade em relação aos harmônicos de uma onda. Podemos dizer que o timbre é relativo à presença real dos ruídos do corpo na continuidade harmônica de uma nota musical, inserindo nelas pequenas descontinuidades que estabelecem a singularidade de uma voz.

É com a noção de timbre que podemos situar a vociferação, o gozo nas interjeições, o grito, que marca a presença da Coisa, sempre estranha ao sujeito, e que o remete à sua posição de desamparo frente ao supereu atroz e invasivo. É preciso, ademais, introduzir aí o ritmo, intensidade e as modulações. É preciso introduzir a lei que faz alternar a duração, o volume e o tom do som. É a articulação dessa lei com esses cortes de silêncio, intensidade e altura que produz o efeito enunciativo da melodia. A articulação musical de língua produz uma figura, uma totalidade melódica que introduz a dimensão do imaginário. “Mas basta escutar a poesia (...) para que nela se faça ouvir uma polifonia e para que todo discurso revele alinhar-se nas pautas de uma partitura”. (Lacan, 1957/1998, p. 506-507). Não seria a polifonia aqui o entrelaçamento de vozes, de melodias?

No que se refere à importância da constituição do registro do imaginário para o sujeito, Lacan (1962-1963/2005, p. 296) nos diz: “De hábito, o que a forma especular tem de satisfatório é justamente mascarar a possibilidade desse

aparecimento”. Por ser a dimensão do registro do imaginário essa captação do sentido como uma totalidade, consistente, a melodia da voz implica aí esse efeito de satisfação que aplaca o horror do *Unheimlich* causado pela presença não subjetivada do vazio do objeto. Nesse sentido, a música é uma armadilha para o objeto, como nos diz Vivès (2013, p. 21).

A letra, a música e o som das coisas nas palavras...

Ilustremos nossa discussão com exemplos clínicos.

Um episódio ilustrativo aconteceu numa escola regular na qual nosso grupo de extensão universitária realiza um trabalho de acompanhamento de crianças diagnosticadas com autismo. Cecília (nome fictício), em situações de crise, sempre cantava. Apesar de causar medo nas outras crianças, devido a suas agressões, havia uma coleguinha de cuja presença ela gostava. Um dia, foi necessário que a coleguinha saísse e voltasse para a sala de aula. Para isso, as professoras distraíram Cecília com outros objetos de seu interesse. Quando ela voltou para o lugar onde havia deixado a amiga e percebeu sua ausência, cantarolou eloquentemente o refrão de uma música interpretada por Luan Santana: “Deixou digitais em mim...”, sem fazer uma pergunta ou uma demanda da presença de sua amiga, que funcionava como duplo para ela. Cecília recorre ao mecanismo enunciativo no qual utiliza a melodia como proteção, como enquadramento do efeito de desamparo diante da falta. Essa recorrência acontece sem uma enunciação que lhe seja própria, alienada nas palavras de um Outro.

“Que se diga, fica esquecido por trás do que se diz naquilo que se ouve”. (Lacan, 1972, p. 3, tradução nossa). Todavia, esse apagamento do sujeito da enunciação não oculta seu ato, a saber: o próprio apagamento. Eis de onde deduzimos a posição do sujeito, dividido na linguagem entre o que articula e aquilo do que se defende e oculta a uma só vez. É um sujeito que precisa anular a falta naquilo que ela tem de invasivo. É o que Éric Laurent (2013, p. 82) chama de “forclusão do buraco”, e Maleval (2009) nomeia de “retenção do objeto vocal”, marcando a estrutura subjetiva e singular dos autistas.

Em consonância com Vivès (2012) e Laurent (2013), ao se perguntar por que os autistas demonstram um investimento tão notável no domínio musical, Maleval (2009, p. 199) afirma que é porque a música permite um tratamento do gozo vocal, “regulando-o pelo ordenamento de signos, mas também porque o permite apagá-lo, estetizando-o. Se ela pode dar ao sujeito a possibilidade de

transmitir seus afetos, é de maneira alusiva, não deixando de recusar o engajamento em uma enunciação expressiva”.

Se, por um lado, reconhecemos a necessidade de apagamento da falta nas diversas enunciações dos autistas, confirmando as hipóteses dos autores supracitados, podemos nos perguntar, por outro lado, o que eles nos dizem a partir do que escutam.

Com efeito, a enunciação do sujeito, enquanto aquele que escuta, é a prova de que a palavra encontrou alguma ressonância em seu corpo. Sua resposta, por sua vez, não deixa de ser um eco, mesmo que sem palavras, apenas em ato. É a isso que Lacan (1975/1991, p. 133-134) chama a atenção ao dizer que os autistas são muito “verbosos” e que precisamos saber onde escutaram o que articulam. Entendemos que essa recomendação apenas repete o que ele já havia abordado vinte e dois anos antes, em seu comentário sobre o caso Dick: “Essa criança é mestre da linguagem, propriamente falando, até um certo momento, até um certo nível. É perfeitamente claro. Ela não fala (...), é um sujeito que está lá e que, literalmente, ‘não responde’. A fala não lhe vem”. (Lacan, 1953-1954/1994, p. 102).

Reafirmando essa “mestria na linguagem”, lemos algumas passagens encontradas na literatura psicanalítica e que só são inteligíveis com a consideração de sua língua original. A diferença em relação ao nosso exemplo anterior é que se referem a casos de crianças pequenas bem mais novas.

Na clássica intervenção de Melanie Klein (1930/1975) com o pequeno Dick, podemos isolar alguns significantes que se destacam no caso, em duas cenas. A primeira ocorre diante das dificuldades da analista quanto à indiferença e aparente mutismo de Dick. Klein parece levar em consideração o interesse do garoto por trens e, ao pegar um trem grande e um pequeno, os nomeia: “*Daddy-train*” e “*Dick-train*”. A essa oposição, Alan – esse era seu nome verdadeiro (Hinshelwood, 2008) – pega o “*Dick-train*” e o leva para a uma janela – um corte na superfície de uma parede – e completa: “*Station*”.

Considerando a dimensão de língua de Klein, sempre nos chamou atenção o fato do pseudônimo de Alan ter sido escolhido como Dick. É curioso também saber que ele se tornou um especialista em música e que Melanie Klein, durante os dezessete anos que o atendeu, leu o caso Dick para o garoto que se tornaria um grande leitor de Charles Dickens (Grosskurth, 1992). Considerando que, frequentemente, na construção de um caso (a exemplo de Freud com o Homem do Ratos e o Homem dos Lobos), atribuímos seus nomes a significantes relacionados ao gozo ali implicado, desconfiamos que havia algo além de uma teoria que considerava “apenas” a significação forçada, fálica e edípica do termo “Dick” (Lacan, 1953-1954/1994).

O que nos chamou a atenção e surpreendeu é que a palavra “Dick”, repetida várias vezes, produz a onomatopeia de um trem. Do mesmo modo, o par “*Train-Station*” promove o mesmo efeito pela aliteração do fonema linguodental /t/, que é produzido, como diria Lacan, “na entrada da caverna”.

Podemos dizer, portanto, que Dick escutou a coisa na palavra, e pôde gozar de sua sonoridade. Klein foi sensível à dimensão de lalíngua, haja vista outros significantes que ela salienta em seu relato: *coal-cart – cut; tea daddy – eat daddy; poor Mrs. Klein – poor curtain*. Resta realizar uma investigação mais aprofundada – que está em andamento (Furtado, 2018) – para termos mais elementos sobre a hipótese acerca da nomeação de Alan com um nome onomatopaico referente aos trens.

O que se destaca no comentário feito por Lacan (1953-1954) sobre o caso é a importância da delineação de um vazio pela alternância entre o dentro-fora do par *train-station*, abrir-fechar do par *door-handles-doors*, entrar e sair dos vestíbulos do consultório etc. Podendo exercitar o sujeito nessa função de alternância e na dimensão de ser ou não objeto de incorporação pelo Outro. É aí que vemos repetir algo em outras duas cenas constantes em obras importantes na literatura psicanalítica sobre o autismo.

Bruno Bettelheim (1967/1972, p. 431-432) afirma que os autistas utilizam a linguagem não para se comunicar, mas para se defender. O autor diz que eles utilizam a percepção e os sentidos não para a compreensão, mas para defesa também. Relata o caso de Frank (Bettelheim, 1967/1972, p. 431-432), que entrava em crise quando via, muito ao longe, um carrinho de bebê. Todavia, a equipe de cuidadores não havia percebido de saída que essas crises aconteciam quando o garoto via esse objeto, que se desvelou, mesmo longe, como ameaçador.

Mas o que há de ameaçador em um singelo carrinho de bebê? Seu próprio nome: “*baby buggy*”. Os equívocos da expressão se perdem com a tradução e com uma escuta que busca o sentido sem considerar os equívocos. Aqui, é como se Frank, ao ver o carrinho de bebê, na verdade, recebesse do Outro a expressão: “*Baby buggy*”, colocando-o na posição de objeto, na literalidade e na sonoridade do fonema /b/ que faz uma onomatopeia de um bebê. Assim, fica mais inteligível o que Frank articula do que recebeu do Outro: “defeitininho”, “defeitininho-bebê” como designando o mesmo espaço vazio no qual um sujeito pode ser envolvido, engolido. Diferentemente de Joey – que funcionava com seus *tubes, fans* e *air ports* –, Frank apenas encontrou o recurso da crise como recusa à invasão do Outro que o toma como objeto. (Bettelheim, 1967/1972).

No que concerne ao caso Joey, lembremos que a palavra *fan* [ventilador], carrega pelo fonema /f/ a aliteração onomatopaica de vento e do corte das hélices dos aviões e dos ventiladores. Assim, Joey, que relacionava os ventiladores aos *airports* (portos de ar, porta ar), justamente a seu pai, que havia aparecido de avião, um *aircraft*. Aqui, o poeta e cantor cearense Belchior (1974) vem em nosso socorro com a aliteração: “Eu quero é que esse canto torto feito faca corte a carne de vocês”.

Algo semelhante acontece com Marie-Françoise (Lefort & Lefort, 1980, p. 269), que, dividida entre o desejo e o horror diante de um desejável prato de arroz-doce,² não o consegue comer nem demandar, limitando-se a apenas olhá-lo, a tremer e a balançar os braços de “forma quase convulsiva”. Uma dramática cena repetida em duas sessões seguidas. No texto original, no entanto, o nome utilizado para descrever o objeto desejado e temido é “*rize au lait*” [arroz ao leite]. Ora, não deixamos de nos surpreender com a proximidade fonética entre o nome da coisa (*rize au lait*) e o nome de sua analista: “**Rosine Lefort**” (grifo nosso). A proximidade fonética é evidente e com apenas uma pequena inversão: /rizolé/ → /rozinlé/. Diferentemente do que a própria autora afirma em seu texto, não podemos dizer que não havia o Outro nessa cena. A recusa e tentativa de proteção contra sua face caprichosa e invasiva, na verdade, demonstram seu excesso.

Onde situar nesses exemplos, entretanto, a dimensão musical, enquanto dimensão enunciativa, polifônica, que pode, segundo Lacan (1957/1998, p. 507), “alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura”? É na articulação própria da língua na qual esses sujeitos estão inscritos, mais especificamente em sua língua, fora do sentido e no deslizamento de suas sonoridades. É nesse sentido que podemos falar de ressonância, daquilo que escutaram e receberam do campo do Outro. Que disso advenha o jogo significante, continua sendo, como disse Lacan, a questão na ordem do dia na clínica cotidiana.

Com os casos aqui descritos, deparamo-nos com os equívocos que a musicalidade da língua carrega, mas é mais claramente com Dick que vemos *in statu nascendi* a articulação entre as dimensões material/maternal do significante e a matemática (Lacan, 1953-1954, 1971-1972/1997, 1971-1972/2012). De um lado, a língua marcando o corpo, fazendo seu furo e apresentando a dimensão real e ruidosa do significante. Do outro, a dimensão simbólica que inscreve uma lei de alternância, produtora de um vazio e do efeito imaginário contido na própria melodia da fala.

Conclusões

“Não existiria som se não fosse o silêncio, não haveria luz se não fosse a escuridão...”, diz a letra da canção *Certas coisas* (1984), de Lulu Santos e Nelson Motta. É a lei do significante. Do mesmo modo, não há ruído sem música. Já o guitarrista e compositor cearense Fernando Catatau nos canta uma outra perspectiva na letra da canção *Todas as vozes do mundo*: “O silêncio é um estranho absurdo, não se diz nada, mas se escuta tudo. Talvez seja ele um abismo profundo que nos permita chegar a todas as vozes do mundo.” (Cidadão Instigado, 2002).

Escutar faz parte da palavra, nos lembra Brunetto (2001). Se a *réson* da poesia era, para Ponge, fazer operar o gozo no equívoco entre a razão e a ressonância, para a psicanálise ela está no bojo do tratamento. Salientar a dimensão da ressonância da linguagem nos permite conceber, especialmente na clínica com os ditos autistas, a articulação entre o ruído, a música da fala com suas modulações, ritmo e intensidade e o efeito apaziguador e imaginário da melodia. A clínica psicanalítica impõe a evidente insuficiência de um trabalho pautado unicamente pela vertente lógica da linguagem, pois o efeito de ressonância da palavra afeta não apenas pela possibilidade de produzir sentido, mas por produzir satisfação ou proteção, com nos casos Cecília, Dick e Joey. O mesmo se aplica ao que pode ressoar presentificando um Outro ameaçador, como vimos com Marie-Françoise e Frank. O deslizamento possível na dimensão musical pode, portanto, indicar a problemática do sujeito em questão, bem como as saídas suportáveis para seu sofrimento.

Não se pode depreender daí uma receita de que o uso da música é uma inovação padronizada no tratamento desses sujeitos. Para que algo ressoe no sujeito é preciso que entre na sua mesma frequência, atinja seu corpo. Eis a metáfora de Lacan. O que salientamos é a dimensão estrutural do vazio constituinte que também se apresenta na fala, especialmente em lalíngua, que nos mostra as onomatopeias, as aliterações e as assonâncias, recursos que vimos se presentificar nos casos de que tratamos.

Em certos casos, como de autismo, por exemplo, sair da dimensão do sentido e adentrar o campo “maternal/material” de lalíngua parece, pelo que vimos, permitir o enquadramento do objeto voz, o que tem um efeito apaziguador, protegendo o sujeito do que lhe invade e da desorganização do seu mundo. Há, contudo, e ainda, uma insondável decisão do ser na qual é preciso fazer *réson*, permitindo à função do sujeito sair de seu campo originário no Outro e poder advir no real.

Referências

- Almeida, D. G. de (2017). Francis Ponge e as razões da poesia. *outra travessia*, 23, 167-178. <https://doi.org/10.5007/2176-8552.2017n23p167>
- Belchior, A. C. (1974). A Palo Seco. In: *Mote Glosa*. Rio de Janeiro: Gravações Chanceler.
- Bettelheim, B. (1967/1972). *The empty fortress: Infantile autism and the birth of the self*. New York: Free Press.
- Brunetto, A. (2001). Escutar faz parte da palavra. *Marraio: O último véu*, 1(2), 63-69.
- Candé, R. (1989). *A música: Linguagem, estrutura, instrumentos*. Lisboa: Edições 70.
- Cidadão Instigado (2002). Todas as vozes do mundo. In: *O ciclo da dē.cadência*. São Paulo: EAEO Records.
- Didier-Weill, A. (1976/1997). O circuito pulsional. In: *Nota Azul: Freud, Lacan e a Arte*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Didier-Weill, A. (1999). *Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Freud, S. (1895/1992). Proyecto de Psicología. In: *Obras Completas*, vol. I, p. 323-496. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado postumamente em 1950 [1895]).
- Freud, S. (1900/1991). La interpretación de los sueños. In: *Obras Completas*, vol. V, p. 445-612. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1912-1913/1991). Tótem y tabú: Algunas concordancias en la vida anímica de los salvajes y de los neuróticos. In: *Obras Completas*, vol. XIII, p. 1-164. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1913 [1912-1913]).
- Freud, S. (1925/1992). La negación. In: *Obras Completas*, vol. XIX, p. 249-259. Buenos Aires: Amorrortu.
- Furtado, L. A. R. (2018). *O vazio, o silêncio e o Outro na clínica do autismo: Uma articulação entre topologia, música e psicanálise* (projeto de pesquisa). Programa de bolsas de produtividade em pesquisa, estímulo à interiorização e inovação tecnológica (BPI), edital 03/2018, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral.
- Grosskurth, P. (1992). *O mundo e a obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- Hinshelwood, R. D. (2008). Melanie Klein and Repression: An examination of some unpublished notes of 1934. *Psychoanalysis and History*, 8(1), 5-42. <http://www.eupublishing.com/doi/abs/10.3366/pah.2006.8.1.5> (acessado em 01/08/2016).
- Klein, M. (1930/1975). The importance of symbol-formation in the development of the Ego. In: *Love, Guilt and Reparation & Other Works*, p. 219-232. USA: Delacorte Press / Seymour Lawrence.
- Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*, p. 238-324. Rio de Janeiro: Zahar.

- Lacan, J. (1953-1954). *Séminaire 1: Les écrits techniques de Freud* (inédito). <http://www.staferla.free.fr> (acessado em 25/03/2019).
- Lacan, J. (1953-1954/1994). *O seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1957/1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*, p. 496-533. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1958-1959/2002). *O desejo e sua interpretação: Seminário 1958-1959*. Porto Alegre: APOA.
- Lacan, J. (1962-1963/2005). *O seminário, Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1964/1993). *O seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1971-1972/1997). *O saber do psicanalista: Seminário 1971-1972*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife (publicação não comercial exclusiva para membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife).
- Lacan, J. (1971-1972). *Séminaire 19: ... Ou pire*. <http://staferla.free.fr/S19/S19...OU%20PIRE.pdf> (acessado em 25/03/2019).
- Lacan, J. (1971-1972/2012). *O Seminário, Livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1972). *L'etourdit* (inédito). <http://staferla.free.fr/Lacan/L'etourdit.pdf> (acessado em 25/03/2019).
- Lacan, J. (1975/1991). Conferencia en Genebra sobre el síntoma. In: *Intervenciones y Textos 2* (2ª ed.), p. 115-144. Buenos Aires: Manantial. (Original publicado em 04/10/1975).
- Lacan, J. (1975/2016). *Lacan in North America*. Porto Alegre: Fi. https://docs.wixstatic.com/ugd/48d206_445d32c81b984cabb0e1f0915545b928.pdf (acessado em 25/03/2019).
- Laurent, É. (2013). *La batalla del autismo: De la clínica a la política*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Lefort, R.; Lefort, R. (1980). *Naissance de l'Autre: Deux psychanalyses: Nadia, 13 mois, Marie-Françoise, 30 mois*. Paris: Seuil.
- Lefort, R.; Lefort, R. (1990). *Nascimento do Outro: Duas psicanálises: Nadia, 13 meses, Marie-Françoise, 30 meses*. Salvador: Fator.
- Maleval, J.-C. (2009). *L'autiste e sa voix*. Paris: Seuil.
- Pereira, A. S.; Vorcaro, A. M. R.; Keske-Soares, M. (2018). Do discurso do agente do outro à voz-apelo do sujeito. *Linguagem em (Dis)curso*, 18(2), 431-447. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180210-11417>
- Ramachandran, R. (2018). *A history of Hinduism: The past, present and future*. SAGE Publications.
- Santos, L.; Motta, N. (1984). Certas Coisas. In: *Tudo azul*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil.
- Viana, B. A.; Furtado, A. R.; Vieira, C. A. L.; Stervinou, A. A. M. (2017). A dimensão musical de lángua e seus efeitos na prática com crianças autistas. *Psicologia USP*, 28(3), 337-345. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170011>

- Vivès, J.-M. (2009). Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(2), 329-341. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000200007>
- Vivès, J.-M. (2012). *A voz na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Corpo Freudiano, seção Rio de Janeiro.
- Vivès, J.-M. (2013). A voz na psicanálise. *Reverso*, 35(66), 19-24. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952013000200003
- Vivès, J.-M. (2016). Autismo e voz maquínica. In: *Jornada Outrarte IEL – Autismo: A voz e a clínica*, 1. São Paulo: Unicamp.
- Wisnik, J. M. (1999). *O Som e o Sentido: Uma outra história das músicas* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Yogapedia.com (2019). *Yogapedia.com*. <https://www.yogapedia.com/definition/5479/prajapati> (acessado em 25/03/2019).

Notas

¹ Para Ponge, em seu *Pour Malherbe* (1964), a razão [*raison*] da poesia era a de fazer operar a confusão da razão [*raison*] e da ressonância [*réson*]. Para Almeida (2017, p. 176), Ponge chega, com esse “par magnífico” (*raison-réson*), a estabelecer que a razão do poeta ao escrever “é fazer ressurgir na e pela palavra a contravenção do poeta, criando, reestabelecendo ressonâncias (*réson*), que o mundo viciado em seus sentidos não pode conceber, não pode sequer ouvir”.

² É assim que se encontra na versão brasileira da obra, traduzida por Angela Jesuíno. (Lefort & Lefort, 1990, p. 193-194).

Recebido em 29 de julho de 2019

Aceito para publicação em 17 de março de 2020

CORPO E FINITUDE: IMAGEM CORPORAL E RESTAURAÇÃO NARCÍSICA

BODY AND FINITUDE: BODY IMAGE AND NARCISSIST RESTORATION

CUERPO Y FINITUD: IMAGEN CORPORAL Y RESTAURACIÓN NARCISISTA

Anna Carolina Lo Bianco ⁽¹⁾

Juliana Castro-Arantes ⁽²⁾

RESUMO

Este artigo investiga a questão das alterações do corpo e o que elas suscitam em termos das intervenções clínicas que se podem estabelecer a partir daí. De início, atém-se à operação que instaura a imagem corporal e à sua dimensão de operação constituinte do sujeito. Em seguida, procura situar os efeitos das alterações das imagens corporais sobre o sujeito, justamente este que é sujeito ao corpo que o constitui como tal. Nesse ponto está colocada a questão dos recursos terapêuticos que podem ser usados na clínica com pacientes que sofreram alterações da imagem corporal, no sentido de restaurar a operação que constitui e mantém a imagem corporal e o narcisismo, no que estes tocam no problema essencial para a psicanálise, que é o desejo do sujeito. O texto trata, pois, do encontro com o corpo adoecido, com os limites que ele impõe ao vivente, e à clínica que daí tem a chance de ser instaurada – clínica que, visando ao sujeito do desejo, não deixa de ser comandada pelo que está implicado de essencial nela, que é a questão do ato que o faz surgir como sujeito.

Palavras-chave: corpo; finitude; imagem corporal; desejo; sujeito.

⁽¹⁾ PhD em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, Brasil. aclobianco@uol.com.br

⁽²⁾ Doutora em Psicologia, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. julianacastroarantes@gmail.com.br

Este estudo foi apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual a primeira autora é Bolsista de Produtividade.

ABSTRACT

This article investigates the matter of body changes and what they raise in terms of clinical interventions which can be established from that. Initially, it is focused on the operation that establishes the body image and its dimension of a constituent operation of the subject. It then seeks to situate the effects of changes in body image on the subject, precisely the subject that is subject to the body that constitutes it as such. At this point the question is raised of the therapeutic resources that can be used in the clinic with patients who have suffered alterations of the body image, in the sense of restoring the operation that constitutes and maintains the body image and narcissism, inasmuch as they touch on the essential problem for psychoanalysis, which is the subject's desire. The text thus deals with the encounter with the sick body, within the limits that it imposes on the living, and the clinic that has then the chance of being established – a clinic that, aiming at the subject of desire, is constantly concerned with what is involved of essential in it, which is the question of the analytical act that makes it appear as subject.

Keywords: body; finitude; body image; desire; subject.

RESUMEN

Este artículo investiga la cuestión de las alteraciones del cuerpo y lo que ellas suscitan en términos de las intervenciones clínicas que podrán ser establecidas a partir de ahí. En principio, se atiende a la operación que instaura la imagen corporal y su dimensión de operación constituyente del sujeto. En seguida, busca situar los efectos de los cambios de las imágenes corporales sobre el sujeto, justamente éste que está sujeto al cuerpo que lo constituye como tal. En este punto se plantea la cuestión de los recursos terapéuticos que pueden ser usados en la clínica con pacientes que sufren alteraciones de la imagen corporal, en el sentido de restaurar la operación que constituye y mantiene la imagen corporal y el narcisismo, en lo que estos tocan en el problema esencial para el psicoanálisis, que es el deseo del sujeto. El texto trata, pues, del encuentro con el cuerpo enfermo, con los límites que él impone al viviente, ya la clínica que de ahí tiene la oportunidad de ser instaurada – clínica que, visando al sujeto del deseo, no deja de ser comandada por lo que está implicado de esencial en ella, que es la cuestión del acto que lo hace surgir como sujeto.

Palabras clave: cuerpo; finitud; imagen corporal; deseo; sujeto.

Introdução

A questão das alterações da imagem do corpo e do que elas suscitam em termos das intervenções clínicas e terapêuticas que podem ser estabelecidas a partir de sua ocorrência constitui o objeto deste artigo. Para ressaltarmos o que está implicado nessas alterações, nos referiremos à operação que instaura a imagem corporal e à sua dimensão de operação constituinte do sujeito – operação constitutiva da imagem corporal que se encontra afetada quando da doença, como no câncer por exemplo. Trata-se então de “restaurar” tal imagem ou, pelo menos, de dar condições mínimas para que o sujeito possa vir a lidar com as alterações muitas vezes mutilantes e irreversíveis que lhe afetaram.

Neste artigo nos valeremos de dois textos *princeps* de Lacan (2006a, 2006b), uma vez que não é nossa intenção acompanhar seu trabalho com o corpo, a imagem e a constituição do sujeito em toda sua extensão. Privilegiaremos antes a demonstração de que há na operação de constituição da imagem corporal o que podemos identificar como uma estrutura de precipitação cujo efeito é o sujeito. Desenvolveremos esse ponto mais adiante, contando inclusive com passagens de um caso clínico que nos auxiliarão no desenvolvimento do argumento.

Estaremos, então, com a questão dos recursos que podem ser usados e das intervenções terapêuticas que podem ser feitas na clínica com pacientes que sofreram alterações da imagem corporal, no sentido de restaurar a operação que constitui e mantém a imagem corporal e o narcisismo, no que tocam na questão essencial para a psicanálise, que é o desejo de sujeito.

Temos assim delineada a problemática na qual se insere este texto, que é a do encontro com o corpo que sofreu alterações, com os limites que ele impõe ao vivente e à clínica que daí se tem a chance de instaurar – clínica que, visando ao sujeito do desejo, não deixa de ser comandada pelo que nela há de essencial, que é a questão do ato que o faz surgir como sujeito.

Corpo, imagem e constituição do sujeito – a estrutura de precipitação

Partimos da conceituação de corpo em psicanálise; corpo não como o entendido com as lentes da biologia, da anatomia ou da fisiologia. As concepções derivadas desses conhecimentos certamente têm lugar no que cada um entende por seu corpo próprio, mas outra concepção se introduz com a obra de Freud, trazendo novas condições para sua abordagem, com consequências cruciais para a

maneira de se entender o humano em suas relações com o outro e nas vicissitudes de sua constituição como ser de fala.

Freud (1905/1996) concebe um corpo erógeno cujos órgãos, investidos de libido, ganham contornos especiais que respondem aos investimentos. E falar de libido, nesse ponto, é falar de pulsão sexual e significante (Freud, 1915a/1996, 1923/1996; Lacan, 1964/1985). É do investimento pulsional, isto é, de uma fala resultante do endereçamento feito ao futuro falante, que o organismo, no nascimento ainda massa amorfa, tornar-se-á corpo. Corpo, portanto, devido a esse investimento, ou seja, corpo cujo funcionamento dependerá, desde o primeiro minuto, da palavra que lhe é dirigida e do lugar que lhe é atribuído por outrem (Freud, 1895/1996). É a partir daí que o sujeito se faz corpo e viverá com ele, para ele e nele, nisso que, se podemos chamar de uma “relação”, está longe de comportar as duas dimensões de corpo e alma, ou corpo e mente, como estamos habituados a conceber em nossa tradição cristã (Melman, 2009). É, pois, o corpo assim definido, constituinte do sujeito, que nos dará a base para avançarmos no presente escrito.

O corpo se constitui na relação com o outro, e Lacan (2006a) é quem dá a teorização mais precisa da operação aí implicada. Importante, entretanto, enfatizar que se trata de uma operação, uma vez que estamos quase sempre tomados pela ideia comum de que nascemos com um corpo composto por cabeça, tronco e membros. Assim, já dado.

Estudos sobre as experiências psicóticas podem ser aqui mencionados de passagem, porque nos mostram, com exemplos clínicos eloquentes, como o corpo pode não se constituir por um discurso que mantém os órgãos com suas funções específicas; a harmonia que supomos pode estar ausente (Czermak et al., 2012; Sainte-Fare Garnot, 2009; Czermak, 2009; Jean, 2009). Tais estudos nos fazem ver como o corpo, longe de ter a configuração esperada, pode ser um amontoado de órgãos disfuncionais, no sentido que entendemos os “órgãos articulados em função, pelo discurso” (Czermak, 2009, p. 17). Por exemplo, a comida não pode entrar pela boca porque, sem que nenhuma massa identificável, por qualquer exame que seja, lá se encontre, as passagens – os tratos esofagal ou intestinal – encontram-se bloqueadas. Não é incomum ouvirmos de um paciente psicótico que ele teve um de seus órgãos roubado – obviamente, sem que nenhuma marca corporal indique tal possibilidade. Esses estudos apontam para a impossibilidade de um paciente psicótico manter a operação que sustenta o corpo, tal como ele é constituído na estrutura neurótica. Trata-se de ver no corpo psicótico outra lógica de constituição corporal, que de qualquer forma aponta para a desnaturalização do corpo que quase sempre concebemos como

organizado em, por exemplo, aparato circulatório, respiratório, excretório etc., como ensinado pela anatomia.

É, pois, à operação que resulta em um corpo na neurose que nos dirigimos. Procuraremos examinar e conceituar com maior precisão o que identificamos como uma operação que implica necessariamente um outro. Essa operação será fundamental para a constituição de um corpo e do próprio sujeito. A emergência do sujeito, como argumentamos com base nos referidos textos lacanianos (2006a, 2006b), se dá nessa operação que tem uma estrutura de precipitação – precipitação usada aqui no sentido de avanço prematuro e antecipado, mas também no sentido químico do que se decanta da operação.

Desde muito cedo, o estágio do espelho foi concebido por Lacan em seu ensino (ver sobretudo 2006a) para dar uma formulação, tão original quanto precisa, de como, a partir da experiência psicanalítica, a função do eu se forma. Tomando os estudos comportamentais sobre o reconhecimento de chimpanzés no espelho, observa os efeitos desse reconhecimento na criança, que não se estancam na mera percepção do reflexo, como ocorre com os símios, mas repercutem, dando condições para que ela veja a relação de seu corpo com o que se encontra à sua volta, pessoas e objetos. Numa bonita passagem, traça então o que em psicanálise se tornou uma clássica e pungente descrição do que se dá com a criança ao se deparar com sua imagem no espelho: arrebatada num afã alvoroçado e vivo, ela resgata, “para fixá-lo”, um aspecto instantâneo dessa imagem (p. 97). Dá-se então uma transformação, efeito dessa imagem assumida por ela: trata-se aí da identificação em que o eu surge como efeito de uma precipitação; seu corpo ganha uma forma que se antecipa à sua maturidade e à sua real potência. Para sempre, essa forma, que se apresenta como lhe sendo exterior, trará a possibilidade de reconhecimento, de uma “permanência mental do eu” (p. 97), ao mesmo tempo que instituirá sua própria alienação; essa forma, sendo-lhe agora exterior, apontará, daí em diante, para sua condição objetal.

Ao circunscrever e ressaltar o que identificamos como uma estrutura de precipitação, reconhecemos a tensão engendrada por essa estrutura: trata-se de uma tensão que se dá entre a imaturidade vivida pela criança e a antecipação de uma imagem bem arrematada que, no entanto, só se sustenta na virtualidade. A irredutibilidade desta tensão está em não poder se apoiar sobre a imagem, uma vez que tal imagem não coincide com o real que se terá aí refletido (Thibierge, 2011; Jean, 2005). Podemos nos referir, neste ponto, ao engodo trazido pela imagem que esconde a discordância e a inadequação em relação ao real de sua imaturidade. A imagem, ao cobrir o real da insuficiência do corpo, faz surgir nesse momento o eu em sua “função de desconhecimento” (Lacan, 2006a, p. 103; 2006b,

p. 675). Eu que encobre justamente o que se apresenta como discórdia, como resto não absorvível e não absorvido pela imagem. Estamos diante da operação concebida por Freud (1915b/1996) como a de recalçamento do que não é aceito, do que não é compatível ou é excessivo em relação ao eu. Logo, podemos dizer que a “consistência e o valor de realidade da imagem do corpo são exatamente correlativos do desconhecimento de um objeto que ele é feito para recobrir” (Thibierge, 2011, p. 381), encontrando-se nisso o que Lacan, mais tarde, elabora como o objeto *a* (ver, por exemplo, Lacan, 2005), que dará nome ao que se perde no ponto exato de constituição do eu pela imagem especular. A esse respeito, nosso objeto, portanto, se relaciona à estrutura de precipitação que se coloca na constituição do sujeito, ao que tal estrutura nos permite construir teoricamente em relação às experiências subjetivas e ao que elas podem contribuir para as intervenções clínicas.

Corpo, narcisismo primário e castração

Ainda que não se possa identificar propriamente uma teoria do narcisismo em Lacan (Jean, 2005), é possível afirmar que o estádio do espelho vem resolver uma série de formulações pendentes sobre esse conceito na obra de Freud. Principalmente no que se refere à distinção entre uma libido narcísica e outra objetal, que cedo se mostrou praticamente insustentável, o ensino lacaniano faz um deslocamento que instaura a dimensão narcísica como uma das consequências da formação da imagem. E narcisismo, nesse ponto, tem de ser distinguido de autoerotismo. O narcisismo primário que caracteriza o investimento libidinal implicado na operação de reconhecimento e identificação do corpo, isto é, do que Freud nomeia “eu corporal” (1923/1996, p. 29), só advém depois do estádio do espelho. Antes dele, pode-se conceber um investimento autoerótico, em que o corpo não se constituiu como tal e a criança não vê nada dela no espelho. A criança não é “narcísica” de nascença (Balbo & Bergès, 2003); o narcisismo é um efeito da estrutura de precipitação que enfatizamos, sendo possível reconhecer nisso a “nova ação psíquica” postulada por Freud (1914/1996, p. 70) em decorrência da confrontação da criança com a primeira castração simbólica.

Balbo e Bergès (2003) mostram os trilhamentos e os constrangimentos necessários implicados na formação da imagem especular. Lembram que não é qualquer outro que vê a criança ali – trata-se da mãe ou de quem está em seu lugar – e também que não é qualquer outro que esta vê – e sim ela própria. O nome que a inscreve nesse ponto faz dela o “significante do espelho” (p. 46), reconhece ali o significante que a representa, que é simbólico dela, podemos dizer. Mas ocorre

também que a imagem que ela traz de si (e que daí em diante sempre retornará) seja o “suporte de um significante relativo ao corpo” (p. 46), vale dizer, o corpo ganha aí realidade significante. É só nesse ponto que a criança “pode escolher” estabelecer com seu corpo próprio uma relação narcísica. Trata-se agora de um corpo que é eu e que é outro (Rimbaud, 1871; Balbo & Bergès, 2003).

Procuraremos agora nos dirigir à questão das alterações da imagem corporal, ou seja, aos problemas trazidos por afecções que atingem justamente a imagem do corpo de que estamos tratando.

Alterações da imagem corporal – a discórdia sem encobrimento

Tomaremos fragmentos de um caso de mastectomia total da mama direita de uma paciente em tratamento psicológico no Instituto Nacional de Câncer (INCA), com o qual o Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ mantém um acordo interinstitucional de pesquisa. A paciente, atualmente com 57 anos, vem sendo atendida regularmente por uma das autoras, psicóloga, membro do Grupo de Pesquisa Corpo e Finitude, a qual constantemente se reporta a esse grupo para apresentação e discussão do caso.

Começamos por dar relevo a um sintoma apresentado pela paciente, depois de quase dois anos de entrevistas regulares com a referida profissional: a sensação fantasma de que o mamilo da mama que havia sido retirada coçava. É importante mencionar, antes de considerá-la, que tal sensação fantasma aparece na fala da paciente somente depois de um longo percurso que ela iniciara de maneira parcimoniosa e monossilábica, refletindo uma vida igualmente empobrecida e desprovida de ânimo. Até então, a paciente mal parecia dar-se conta inteiramente da cirurgia por que passara havia quase duas décadas e menos ainda das implicações que trouxera para sua vida sexual, de mulher e de sujeito de desejo. Referia-se à cirurgia, como a outros episódios duros de sua vida, dizendo que achara que “não era nada”.

É com a presença desse órgão amputado que somos remetidos à operação que apresentamos acerca da imagem corporal. Lembramos a “função de desconhecimento” do eu, várias vezes mencionada por Lacan (2006a, 2006b) Vimos que essa função é tributária da operação do recalque do que ainda não está suficientemente maduro, do que é inadequado para constituir a imagem do eu. É com o encobrimento dessa inadequação, com o desconhecimento da discórdia entre a prematuridade do corpo e a imagem que se completa no espelho, que o eu é engendrado.

Ora, a amputação de uma parte do corpo confronta o sujeito com todas as questões envolvidas na operação de constituição do corpo próprio e, logo, com sua própria constituição, que emerge dessa operação. A amputação lembra que o corpo não tem a unidade que o faz corpo; que o eu, efeito desse corpo, não mostra a harmonia prometida. Ao contrário, as intervenções médicas, especialmente as que causam dor, não nos deixam esquecer que temos vários órgãos, os quais têm funcionamento autônomo e são apenas precariamente dominados por nossa vontade e nossa intenção, por nosso domínio (Melman, 2001).

Só nos sentimos bem quando não sentimos nosso corpo, quando o corpo não faz falar dele. “No limite, seria preciso ter um corpo sem órgãos e isso seria a saúde”, afirma Melman (2001, p. 7), que lembra Leriche (apud Melman, 2001), para quem “a saúde é o silêncio dos órgãos” (p. 7). Nesse sentido, trata-se de anular o corpo. Em outras palavras, de obter seu silêncio. Quando não sentimos o corpo, pensamos gozar de boa saúde; fora isso, é o embaraço, o incômodo, a doença, dos quais a paciente mencionada justamente pensava poder desembaraçar-se. Dizia ela: “Não é nada”.

No entanto, e eis o ponto em que nos centramos, o que ressalta num caso como esse, de uma amputação, é que a quebra da harmonia do corpo não pode ser facilmente esquecida. O recalado retorna, e retorna para lembrar que há uma operação de recalque que está sendo impedida de se refazer. Foi preciso que o tratamento desse a ela condições de haver-se com a imagem descompletada e que ela estivesse munida de coragem para enfrentar a extirpação de uma parte do corpo, a fim de que começasse a aparecer como o que certamente terá sido para ela: a perda do que até então a sustentava como sujeito.

Podemos supor que seu corpo perdesse a consistência que tivera, perdesse, justamente podemos dizer, seu valor de imagem do corpo que vinha encobrir o seu despedaçamento, a sua desarmonia. O membro fantasma é o resto não absorvido e não absorvível na imagem. Trata-se aí da presença do objeto que deveria estar encoberto para que a imagem pudesse se sustentar. O que se acompanha na fala da paciente quando aparece a sensação fantasma remete ao que Thibierge (2011) afirma acontecer quando há cortes radicais no corpo, como a amputação. Diz ele que toda a problemática subjetiva da castração é reativada (p. 200).

Quando se acompanha a história que a paciente vem construindo durante seu tratamento, encontram-se algumas passagens que dão conta das pequenas batalhas que travou ao longo da vida, e que mostram sem dúvida o seu reencontro com a castração, aquela que a colocara no mundo anteriormente.

É como se a amputação trouxesse de volta feridas que se mantinham fechadas a duras penas, como acontece na estrutura neurótica, em que o sujeito

é resultado da operação de castração, que se renova a cada encontro com um ponto de impossibilidade, com um obstáculo colocado pelo Outro. Trata-se do encontro com a queda da imagem do corpo, com a dura realidade da sua fraqueza, da sua fragilidade, da sua finitude. Esse é o momento de reativação de toda a problemática implicada na operação da castração, que deixou suas marcas ao longo da vida da paciente e que aqui, mais uma vez, toma a cena de sua vida.

A restauração da imagem narcísica – fazendo valer a estrutura de precipitação

Por estarmos em contato com aqueles de quem podemos dizer que estão se havendo outra vez com a questão trazida pela operação da castração, temos visto que esse mesmo momento pode ser tomado como uma oportunidade para que se inicie um trabalho de elaboração da problemática acima exposta. O atendimento à paciente que mencionamos principiou por uma situação que nos oferece um ponto de apoio importante para tal constatação.

Estava fazendo um tratamento de rotina com a fisioterapeuta e fala que, na época, se via muito mal-humorada, com certo mal-estar que, no entanto, não tinha como precisar. A fisioterapeuta, um dia, lhe disse: “Isto que você tem é dor”. A partir daí, ela passa a chorar de dor. E a reclamar constantemente, porque não havia nada que fizesse a dor passar. Nesse momento, foi encaminhada à Clínica da Dor, onde a médica recorreu a uma bateria medicamentosa sem muito sucesso. Em seguida, disse-lhe que precisava de um atendimento psicológico. Ela, então, marcou a primeira consulta com a psicóloga.

É importante, aqui, voltarmos ao que mencionamos acerca da dor e à possibilidade que porta de que se escute o corpo. É por meio da dor que o corpo silenciado pelo recalque se faz ouvir. E ouvir o corpo é ouvir o sujeito do padecimento, da vida empobrecida e insatisfatória que levava. A dor, portanto, oferece um acesso e uma oportunidade ímpares ao sujeito do desejo. Foi através da dor que a paciente pôde ir se aproximando, pouco a pouco, do que havia calado sua vida sexual, sua vida de desejo e de investimento narcísico. Foi pela escuta da dor, que falava de uma operação malsucedida de recalçamento, que a psicóloga pôde ter notícia das repercussões subjetivas da mutilação que a marcara.

Trata-se então de tomar nas mãos essa oportunidade e de pensar o que está em jogo no tratamento da paciente. Ela começa a se confrontar com a perda que

a acometeu e a elaborá-la na tentativa de resgatar uma imagem que venha a fazer corpo para ela, restaurando a circulação do investimento narcísico. A sensação fantasma que aparece nesse instante pode ser considerada uma tentativa de reconstrução da imagem de corpo. O tratamento prossegue, deixando-nos desde já algumas indicações do que nele está implicado.

Considerações finais

Considerando que a escuta da fala de um paciente nos interessa na medida em que é ao sujeito do desejo e do inconsciente que visamos, a questão do ato que dá lugar a esse sujeito (Lacan, 1967-1968/2001) se torna crucial e vem ao primeiro plano de toda a problemática com que estamos lidando. É da estrutura de ato, conforme concebida por Lacan desde 1945 (Lacan, 2006c), que se trata, quando pensamos na tomada de posição da criança que se antecipa à maturidade do corpo. Da antecipação, portanto, que não se dá por uma decisão voluntária e egoísta (individual, digamos) pela qual a criança fixaria para si a sua imagem. Esse instante, como vimos, comporta a consideração do outro, e é com o outro que se fura uma redoma solipsista, para que a forma da imagem se torne realidade (Lacan, 2005).

Temos aí a estrutura de precipitação que introduz o *infans* no mundo e dá condições para que o organismo se articule com a realidade circundante, o que não é algo dado de saída para os falantes, justamente pela prematuridade que os caracteriza em seu nascimento.

Quando estamos em face de alterações drásticas do corpo, como aquelas de pacientes amputados, estamos diante da falência da imagem do corpo constituinte do sujeito. É, portanto, da falência do sujeito e de seu desejo que tratamos aqui. O empobrecimento da vida da paciente, de cujo tratamento se mencionaram alguns trechos, mostra o tempo em que o desejo está afetado e há, pode-se dizer, uma retirada do investimento narcísico. A reativação da circulação desse investimento requer uma nova ação psíquica que dê condições para que a imagem narcísica abalada se reinstaure.

Trata-se, assim, de apostar na coragem daquele que vê a imagem se perder, se dilacerar, de tentar fazer outra imagem para si, outro eu, o qual, embora se apoie no que terá sido a sua história, tem de se precipitar numa nova aventura. Discordante mais uma vez do que seria a imagem perfeita, bem-acabada e harmoniosa, é na antecipação dessa nova imagem que ele terá a chance de se encontrar com seu desejo e dele não abrir mão em sua vida de sujeito.

Referências

- Balbo, G.; Bergès, J. (2003). *Psicose, autismo e falha cognitiva na criança*. Porto Alegre: CMC.
- Czermak, M. (2009). O discurso liga os órgãos em função. In: M. Czermak, J.-J. Tyszler (Orgs.). *A pulsão na psicose: Oralidade, mania e melancolia*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Czermak, M.; Hergott, S.; Tyszler, J.-J. (2012). Observações sobre situações de desespecificação pulsional em sua relação com as funções na psicose. In: M. Czermak. *Patronímias: Questões da clínica lacaniana das psicoses*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Freud, S. (1895/1996). Proyecto de psicología. In: *Obras completas*, vol. 1, p. 323-436. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1905/1996). Tres ensayos de teoría sexual. In: *Obras completas*, vol. 7, p. 117-210. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1914/1996). Introducción del narcisismo. In: *Obras completas*, vol. 14, p. 65-98. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1915a/1996). Pulsiones y destinos de pulsiones. In: *Obras completas*, vol. 14, p. 113-134. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1915b/1996). La represión. In: *Obras completas*, vol. 14, p. 135-152. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1923/1996). El yo y el ello. In: *Obras completas*, vol. 19, p. 1-66. Buenos Aires: Amorrortu.
- Jean, T. (2005). Conception du narcissisme chez Lacan. *Bulletin de L.A.L.I.*, 113, 20-24.
- Jean, T. (2009). Pulsão, gozo, representação e anorexia. In: M. Czermak, J.-J. Tyszler (Orgs.). *A pulsão na psicose: Oralidade, mania e melancolia*, p. 95-100. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Lacan, J. (1964/1985). *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1967-1968/2001). *Lacte psychanalytique: Séminaire 1967-1968*. Paris: Éditions de l'Association Freudienne Internationale.
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2006a). O estágio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*, p. 96-103. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2006b). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2006c). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*, p. 197-213. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Melman, C. (2001). La question du corps en psychanalyse. *Bulletin de l'Association freudienne internationale*, 94, 7-15.
- Melman, C. (2009). Corpus. In: *Problèmes posés à la psychanalyse*, p. 41-53. Paris: Érès.

- Rimbaud, A. (1871). *Correspondance. À Georges Izambard, 13 mai 1871*. https://fr.wikisource.org/wiki/Lettre_de_Rimbaud_à_Georges_Izambard_-_13_mai_1871 (acessado em 11/08/2017).
- Saint-Faire Garnot, D. (2009). A oralidade na psicose seria específica? In: M. Czermak, J.-J. Tyszler (Orgs.). *A pulsão na psicose: Oralidade, mania e melancolia*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Thibierge, S. (2011). *Le nom, l'image, l'objet*. Paris: PUF.

Recebido em 24 de julho de 2019

Aceito para publicação em 16 de setembro de 2019